



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 3 de março de 2014

Número 43

ÍNDICE

PARTE A

Presidência da República

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas:

Despacho n.º 3349/2014:

Aceitação de condecoração estrangeira. 6143

PARTE B

Assembleia da República

Gabinete da Presidente:

Despacho n.º 3350/2014:

Delegação de competências no Secretário-Geral da Assembleia da República, Albino de Azevedo Soares. 6143

PARTE C

Presidência do Conselho de Ministros

Direção-Geral do Património Cultural:

Aviso n.º 3160/2014:

Cessação de funções de Jorge Jesus Francisco, por motivo de falecimento 6143

Despacho (extrato) n.º 3351/2014:

Delegação de competências no subdiretor-geral do Património Cultural, mestre Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho 6144

Despacho (extrato) n.º 3352/2014:

Delegação de competências no subdiretor-geral da Direção-Geral do Património Cultural, Doutor António Manuel Filipe Rocha Pimentel 6144

Despacho (extrato) n.º 3353/2014:

Delegação de competências no subdiretor-geral do Património Cultural, João Carlos Martins Lopes dos Santos. 6144

Despacho (extrato) n.º 3354/2014:

Delegação de competências na chefe da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais Lia Isabel Coelho Ribeiro 6144

Despacho (extrato) n.º 3355/2014:

Delegação de competências na diretora do Departamento de Bens Culturais, Catarina Maria de Loureiro Gomes Coelho 6144

Despacho (extrato) n.º 3356/2014:

Delegação de competências no diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, Manuel Correia Diogo Batista. 6144

Ministério das Finanças

Gabinete da Ministra:

Despacho n.º 3357/2014:

Autorização de condução de viaturas oficiais afetas à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças à secretária-geral, Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira, e ao secretário-geral-adjunto, Adérito Duarte Simões Tostão. 6145

Secretaria-Geral:

Aviso n.º 3161/2014:

Consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira e categoria de assistente técnico de Celeste da Conceição Nunes Conchinha 6145

Autoridade Tributária e Aduaneira:

Aviso n.º 3162/2014:

Delegação de competências da chefe do Serviço de Finanças de Palmela, Maria Eugénia Francisco da Silva Brás 6145

Aviso n.º 3163/2014:

Renovação de comissão de serviço 6147

Declaração de retificação n.º 224/2014:

Retifica o aviso (extrato) n.º 2738/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2014 6147

Despacho n.º 3358/2014:

Isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC da Associação Nacional de Direito ao Crédito 6147

Despacho n.º 3359/2014:

Designação como representante da Fazenda Pública de Aveiro 6147

Despacho n.º 3360/2014:

Delegação de competências do diretor de finanças de Bragança, em regime de substituição, Carlos Alberto Morais 6148

Direção-Geral do Orçamento:

Aviso n.º 3164/2014:

Republicação dos resultados da avaliação curricular e marcação da realização dos métodos de seleção avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências 6150

Despacho n.º 3361/2014:

Nomeação, em comissão de serviço, no cargo de diretora de serviços do Gabinete de Estudos do Processo Orçamental, de Anabela Ferreira Pedro Vilão. 6150

Ministérios das Finanças, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia e da Saúde

Gabinetes das Secretárias de Estado do Tesouro e Adjunta e da Defesa Nacional e dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e Adjunto do Ministro da Saúde:

Despacho n.º 3362/2014:

Designa os especialistas a quem compete apoiar a Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna no âmbito das medidas a tomar em execução do disposto no n.º 2 do Conselho de Ministros n.º 8/2014, de 30/01 6151

Ministério da Defesa Nacional

Marinha:

Despacho n.º 3363/2014:

Despacho de subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no chefe de Gabinete do diretor da Comissão Cultural de Marinha 6152

Despacho n.º 3364/2014:

Subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no diretor da Revista da Armada 6152

Despacho n.º 3365/2014:

Subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no diretor do Museu de Marinha 6152

Despacho n.º 3366/2014:

Despacho de subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no chefe da Banda da Armada 6152

Despacho n.º 3367/2014:

Despacho de subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no diretor do Planetário Calouste Gulbenkian 6153

Despacho n.º 3368/2014:

Despacho de subdelegação do diretor da Comissão Cultural de Marinha no diretor da Biblioteca Central de Marinha 6153

Despacho n.º 3369/2014:

Passam à situação de reserva vários militares 6153

Exército:

Despacho n.º 3370/2014:

Subdelegação de competências do coronel Art NIM 08692982, José Domingos Sardinha Dias 6153

Despacho n.º 3371/2014:

Subdelegação de competências do coronel TIR CAV Francisco Xavier Ferreira de Sousa ... 6154

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 3372/2014:

Designa o Tenente-Coronel de Serviço de Material, NIM: 04339287, Paulo Miguel Baptista da Glória Belchior, para exercer funções de responsável pelo sistema de gestão da continuidade da aeronavegabilidade, em acumulação com o cargo de gestor do sistema de qualidade, na Direção Nacional de Meios Aéreos da Autoridade Nacional de Proteção Civil 6154

Despacho n.º 3373/2014:

Autoriza o exercício de funções em comissão normal de serviço da 2ª Sargento de Infantaria n.º 1980414, Sónia Maria Coutinho Pereira, como Coordenador da Polícia Municipal de Mafra 6154

Direção-Geral de Administração Interna:

Mapa n.º 1/2014:

Número de inscritos no recenseamento eleitoral até dia 31 de dezembro de 2013 6154

Guarda Nacional Republicana:

Despacho n.º 3374/2014:

Subdelegação de competências no comandante do DAC2 6187

Ministério da Economia

Secretaria-Geral:

Aviso (extrato) n.º 3165/2014:

Homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal comum de recrutamento de oito postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Economia 6187

Despacho n.º 3375/2014:

Determina a consolidação de mobilidade interna da técnica superior Raquel Abreu Gomes Pereira 6187

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica:

Aviso n.º 3166/2014:

Republicação do projeto de lista de classificação final do concurso interno de ingresso para preenchimento de 23 lugares na categoria de inspetor da carreira de inspeção superior do quadro de pessoal da ex-IGAE 6187

Ministério da Agricultura e do Mar

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura:

Despacho normativo n.º 4/2014:

Primeira alteração ao despacho normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro. 6189

Ministério da Saúde

Gabinete do Ministro:

Despacho n.º 3376/2014:

Subdelega no Secretário de Estado da Saúde, licenciado Manuel Ferreira Teixeira, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar decorrentes da autorização referida no n.º 1 do Despacho 301/2014 do Primeiro-Ministro, relativa à celebração de um Acordo de Cooperação, para a prestação de serviços de cuidados de saúde na área da Medicina Física e Reabilitação, através do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. 6200

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

Aviso (extrato) n.º 3167/2014:

Lista nominativa do pessoal que cessou funções, por motivo de rescisão por mútuo acordo, ao abrigo da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho. 6201

Declaração de retificação n.º 225/2014:

Retifica o aviso (extrato) n.º 1750/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2014, respeitante ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, das áreas hospitalares e medicina geral e familiar, da carreira médica e carreira especial médica. 6201

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.:

Aviso n.º 3168/2014:

Recrutamento de pessoal médico, aviso n.º 170, publicação da lista de classificação final. . . . 6203

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.:

Deliberação (extrato) n.º 607/2014:

O conselho diretivo desta ARS Algarve, I. P., deliberou em reunião designar a assistente de medicina geral e familiar Dr.ª Ester Maria Coutinho Albuquerque Castro Coelho, como presidente do conselho clínico e da saúde do ACES Barlavento. 6203

Deliberação (extrato) n.º 608/2014:

O conselho diretivo da ARS Algarve, I. P., deliberou em reunião designar o enfermeiro António Manuel Delgado Vila Nova como vogal do Conselho Clínico e da Saúde do ACES Barlavento, por um período de três anos. 6203

Despacho (extrato) n.º 3377/2014:

Autorizada a Maria Rosa Flores Santos Silva, médica do mapa de pessoal, a prestação do trabalho em regime de jornada contínua de seis horas diárias num horário semanal de 35 horas. . . . 6203

Despacho (extrato) n.º 3378/2014:

Torna público que Isabel Maria Guido Lacerda da Silva concluiu com sucesso o período experimental. 6203

Direção-Geral da Saúde:

Aviso n.º 3169/2014:

Torna público que o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 13727/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro de 2013, ficou deserto pela inexistência de candidatos. 6203

Aviso n.º 3170/2014:

Torna público que o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14396/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013, ficou deserto pela inexistência de candidatos. 6204

Aviso n.º 3171/2014:

Torna público que o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 13729/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro de 2013, ficou deserto pela inexistência de candidatos. 6204

Aviso n.º 3172/2014:

Torna público que o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 14505/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2013, ficou deserto pela inexistência de candidatos. 6204

Despacho n.º 3379/2014:

Nomeia a delegada de saúde da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E., da Administração Regional de Saúde do Norte. 6204

Despacho n.º 3380/2014:

Nomeia a Junta Médica de Recurso de Avaliação do Grau de Incapacidade de Deficientes Cíveis para a área geográfica da Região de Saúde do Norte. 6204

Ministério da Educação e Ciência

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior:

Despacho n.º 3381/2014:

Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco 6204

Direção-Geral da Administração Escolar:

Despacho (extrato) n.º 3382/2014:

Consolidação da mobilidade interna na categoria da assistente operacional Maria de Fátima Madeira Amaral 6204

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

Aviso (extrato) n.º 3173/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo 6205

Despacho n.º 3383/2014:

Delegação de competências 6205

Aviso (extrato) n.º 3174/2014:

Lista do pessoal docente e não docente que cessou funções em 2013 6205

Aviso (extrato) n.º 3175/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público de assistente operacional 6205

Aviso n.º 3176/2014:

Lista de homologação dos contratos de trabalho em funções públicas de pessoal docente referente ao ano letivo 2012/2013 6205

Aviso n.º 3177/2014:

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, Leiria 6206

Aviso n.º 3178/2014:

Aviso de publicitação da lista unitária de ordenação final, após homologação 6206

Despacho n.º 3384/2014:

Nomeação de acordo com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, da assistente operacional Sara Patrícia Fernandes Oliveira Lemos, em situação de mobilidade interna, para o exercício de funções de encarregada operacional, a partir do dia 17 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014 6207

Aviso (extrato) n.º 3179/2014:

Recondução do diretor 6207

Aviso n.º 3180/2014:

Lista de antiguidade de pessoal não docente 6207

Aviso n.º 3181/2014:

Homologação de contratos com pessoal docente — 2012-2013 6207

Aviso n.º 3182/2014:

Rescisão por mútuo acordo 6207

Aviso n.º 3183/2014:

Processo disciplinar mandado instaurar pela diretora da escola à docente Sónia Albuquerque Oliveira 6207

Aviso n.º 3184/2014:

Lista de antiguidade do pessoal docente 6207

Aviso n.º 3185/2014:

Nomeação de adjunta da diretora 6207

Ministérios da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.:

Despacho n.º 3385/2014:

Autorização de funcionamento do CQEP promovido pela Fundação Odemira — Escola Profissional de Odemira, aprovado nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março 6207

PARTE D

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Instituto da Segurança Social, I. P.:

Deliberação n.º 609/2014:

Delegação de competências do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P., na vogal Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira 6208

Deliberação n.º 610/2014:

Delegação de competências do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P., no respetivo vice-presidente Paulo Jorge Antunes Ferreira 6209

Deliberação n.º 611/2014:

Delegação de competências do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I. P., nos diretores de segurança social. 6209

Despacho n.º 3386/2014:

Subdelegação de competências na licenciada Susana Judite Pires Mesquita, técnica superior, a exercer funções no Setor de Acompanhamento às Instituições Particulares de Solidariedade Social, do Núcleo de Controlo Previsional, da Unidade de Controlo Financeiro, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro 6211

Despacho n.º 3387/2014:

Subdelegação de competências do diretor da Unidade de Controlo Financeiro, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, Armando Manuel Simões Vidal 6211

Despacho n.º 3388/2014:

Subdelegação de competências 6212

Tribunal de Contas**Declaração de retificação n.º 226/2014:**Retifica o aviso (extrato) n.º 67/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2014 6213**Ministério Público****Aviso n.º 3186/2014:**

Recrutamento em regime de mobilidade interna na categoria para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico de informática 6213

PARTE E

Caixa de Previdência do Ministério da Educação**Édito n.º 94/2014:**

Édito n.º 14542 6213

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos**Decisão n.º 1/2014:**

Aprova o «Information Memorandum 2014-2015» relativo aos processos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação de gás natural entre Portugal e Espanha 6214

Diretiva n.º 8/2014:

Mecanismos coordenados de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação. . . . 6215

Regulamento n.º 87/2014:

Regulamento Relativo à Tramitação para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro 6217

Escola Superior de Artes e Design**Regulamento n.º 88/2014:**

Publicação do Regulamento Disciplinar da Escola Superior de Artes e Design. 6220

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa**Despacho (extrato) n.º 3389/2014:**

Autorização da contratação de Cláudio Faria de Carvalho 6222

Despacho (extrato) n.º 3390/2014:

Autorização da contratação de vários docentes. 6222

Despacho (extrato) n.º 3391/2014:

Autorização da contratação de Cármen Laurinda Branco Marmelo 6222

Despacho (extrato) n.º 3392/2014:

Autorização da contratação de Sónia Maria de Almeida Coelho 6222

ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa**Despacho n.º 3393/2014:**

Cessação de funções por mútuo acordo 6222

Universidade Aberta**Despacho (extrato) n.º 3394/2014:**

Nomeação de júri para provas de obtenção do grau de doutor, no doutoramento em Educação, Especialidade em Educação e Interculturalidade, requeridas pela mestre Luísa Maria Lobão Veiga Moniz 6222

Despacho (extrato) n.º 3395/2014:

Nomeação de júri para provas de obtenção do grau de doutor, no doutoramento em Educação, Especialidade em Liderança Educacional, requeridas pelo mestre Luís Filipe Firmino Ricardo 6222

Despacho (extrato) n.º 3396/2014:

Nomeação de júri para provas de obtenção do grau de doutor, no ramo de Sociologia, Especialidade em Sociologia das Migrações, requeridas pela mestre Maria do Rosário da Silva Tique 6223

Universidade do Algarve**Contrato (extrato) n.º 127/2014:**

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a licenciada Ana Inês Dâmaso Tavares, na categoria de assistente convidada, em regime de tempo parcial a 55 %, para a Escola Superior de Saúde 6223

Despacho (extrato) n.º 3397/2014:

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, à Doutora Alexandra Isabel Cabral da Silva Gomes como professora auxiliar, em regime de exclusividade 6223

Universidade de Aveiro**Despacho n.º 3398/2014:**

Alteração ao elenco das unidades curriculares de opção no plano de estudos do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico 6223

Universidade da Beira Interior**Despacho n.º 3399/2014:**

Alteração do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Design de Moda 6223

Universidade de Coimbra**Despacho n.º 3400/2014:**

Autorizada a contratação do Doutor Delfim José Gomes Ferreira Sardo e celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, na Faculdade de Letras desta Universidade, sendo que o início retroage a 7 de maio de 2013. DRH05-13-747 6225

Universidade Fernando Pessoa**Despacho n.º 3401/2014:**

Alteração curricular do 1.º ciclo de estudos em Ciências Empresariais da Universidade Fernando Pessoa 6225

Universidade de Lisboa**Despacho n.º 3402/2014:**

Estatutos da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa 6227

Aviso n.º 3187/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público da professora auxiliar Doutora Maria Teresa Anes Duarte Nogueira 6236

Aviso (extrato) n.º 3188/2014:

Cessação do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, da assistente técnica Susana Maria das Neves Cabral, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo. 6236

Despacho (extrato) n.º 3403/2014:

Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da assistente técnica Isabel Maria Rosa de Jesus Fazendeiro 6236

Despacho n.º 3404/2014:

Nomeação, em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de dirigente intermédio de 3.º grau do Núcleo Financeiro da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património, da licenciada Paula Margarida Duarte Santos Marques de Azevedo Montenegro 6236

Despacho n.º 3405/2014:

Nomeação em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão da Unidade de Informação e Documentação (Biblioteca), da licenciada Ana Cristina de Castro Ramos Fraga 6237

Despacho n.º 3406/2014:

Nomeação, em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de dirigente intermédio de 3.º grau do Núcleo Patrimonial e de Compras da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património, da licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata 6237

Despacho n.º 3407/2014:

Contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de Francisco Rodrigues Pinto 6238

Despacho n.º 3408/2014:

Contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de Maria Fernanda Nunes Diamantino 6238

Despacho n.º 3409/2014:

Contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de Paula Cristina Freire Pinto Simões 6238

Despacho n.º 3410/2014:

Contratação como professor catedrático visitante, em regime de tempo parcial a 0 %, do Doutor Joël Chevrier 6238

Contrato (extrato) n.º 128/2014:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para exercer funções de assistente convidada, sem remuneração, com a Doutora Maria Teresa de Sampaio Antas Botelho Aires Pereira, para o Departamento de Sócio Farmácia 6238

Deliberação n.º 612/2014:

Tabela de emolumentos para os atos praticados nos serviços da Faculdade de Medicina . . . 6238

Despacho n.º 3411/2014:

Autorizada a contratação da Doutora Teresa Maria de Sousa dos Santos Leite como professora associada convidada a 0 % 6239

Aviso (extrato) n.º 3189/2014:

Prorrogação da mobilidade interna do técnico superior Pedro Gomes Rodrigues, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a exercer funções docentes na categoria de professor auxiliar 6239

Aviso (extrato) n.º 3190/2014:

Prorrogação da mobilidade interna da técnica superior Ana Cláudia Gaspar Esgaio, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a exercer funções docentes na categoria de assistente 6239

Universidade da Madeira**Despacho n.º 3412/2014:**

Cessação de procedimento concursal 6240

Despacho n.º 3413/2014:

Cessação de procedimento concursal 6240

Universidade Nova de Lisboa**Editais n.º 186/2014:**

Abertura de concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste edital no *Diário da República*, para recrutamento de um posto de trabalho de professor associado para a área disciplinar de Ciências da Comunicação (Estudo dos Media e Jornalismo) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade. 6240

Aviso n.º 3191/2014:

A Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa pretende recrutar mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, um(a) técnico(a) superior para exercer funções na área de Planeamento . . . 6241

Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa**Despacho n.º 3414/2014:**

Nomeação para funções de coordenadora técnica de informática. 6241

Despacho n.º 3415/2014:

Nomeação para o cargo de diretor de Departamento de Gestão de Património e Recursos Técnicos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa 6241

Despacho n.º 3416/2014:

Nomeação para o cargo de coordenador do Núcleo de Conservação e Manutenção dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa 6242

Despacho n.º 3417/2014:

Nomeação para o cargo de diretora de Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa 6242

Despacho n.º 3418/2014:

Nomeação para o cargo de coordenador do Núcleo Administrativo dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa 6243

Despacho n.º 3419/2014:

Nomeação para o cargo de coordenadora do Núcleo de Alimentação dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa 6243

Instituto Politécnico de Beja**Declaração de retificação n.º 227/2014:**

Retifica o despacho (extrato) n.º 2564/2014 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 17 de fevereiro de 2014. 6244

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave**Declaração de retificação n.º 228/2014:**

Retifica o regulamento n.º 57/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro de 2014, que saiu com inexactidão 6244

Instituto Politécnico de Lisboa**Despacho (extrato) n.º 3420/2014:**

Rescisão do contrato de trabalho com Isabel Cristina Vidal de Almeida Neves com a categoria de assistente convidada 6244

Despacho (extrato) n.º 3421/2014:

Adenda ao contrato de trabalho em funções públicas com Sofia Bizarro Nolasco da Silva Narciso. 6244

Despacho (extrato) n.º 3422/2014:

Contratos de trabalho em funções públicas com Isabel Cristina Vidal de Almeida Neves e Maria João Monteiro Coelho. 6244

Despacho (extrato) n.º 3423/2014:

Adenda ao contrato de trabalho em funções públicas com Maria José Cruz Massa. 6244

Despacho (extrato) n.º 3424/2014:

Adenda ao contrato de trabalho em funções públicas com Duarte Nuno Alves Martelo 6244

Despacho (extrato) n.º 3425/2014:

Rescisão do contrato de trabalho com Marta Sofia Pereira da Silva com a categoria de assistente convidada 6245

Despacho (extrato) n.º 3426/2014:

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sem período experimental, com Maria José Pina da Cruz Amorim com a categoria de professor-adjunto . . . 6245

PARTE G

Instituto Politécnico de Portalegre**Aviso n.º 3192/2014:**

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Maria Cristina Almeida Gama Guerra. 6245

Instituto Politécnico do Porto**Despacho (extrato) n.º 3427/2014:**

Renovações de contratos a termo resolutivo certo de docentes do Instituto Superior de Engenharia do Porto. 6245

Instituto Politécnico de Santarém**Despacho n.º 3428/2014:**

Aprovados o calendário geral, a constituição do júri e a tabela de taxas e emolumentos das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade dos maiores de 23 anos. 6245

Instituto Politécnico de Tomar**Despacho (extrato) n.º 3429/2014:**

Publicação de contratos de trabalho em funções públicas de pessoal docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar 6245

Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 3193/2014:**

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para assistente graduado sénior de ginecologia/obstetrícia. 6246

Deliberação (extrato) n.º 613/2014:

Regime de horário de tempo parcial de Carolina Manuela Madeira Marques, enfermeira . . . 6246

Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 3194/2014:**

Rescisão por mútuo acordo — Maria de Fátima Simões Batalha, Serafina Oliveira Ventura, Maria da Conceição Pinto Pereira, Ana Paula Cruz Anadia, Paulo Alexandre Oliveira Lopes e Maria Teresa Lima Martins. 6246

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E.**Deliberação (extrato) n.º 614/2014:**

Licença sem remuneração por um ano à enfermeira Sandra Isabel Rodrigues Pimenta. . . . 6246

Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.**Despacho (extrato) n.º 3430/2014:**

Acumulação de funções. 6246

Despacho (extrato) n.º 3431/2014:

Acumulação de funções. 6246

Despacho (extrato) n.º 3432/2014:

Acumulação de funções. 6246

Despacho (extrato) n.º 3433/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3434/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3435/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3436/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3437/2014:

Acumulação de funções. 6247

PARTE H

Despacho (extrato) n.º 3438/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3439/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3440/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3441/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3442/2014:

Acumulação de funções. 6247

Despacho (extrato) n.º 3443/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3444/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3445/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3446/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3447/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3448/2014:

Acumulação de funções. 6248

Despacho (extrato) n.º 3449/2014:

Acumulação de funções. 6248

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E.**Despacho (extrato) n.º 3450/2014:**

Concedida a exoneração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a seu pedido, à Dr.ª Deolinda da Fonseca Bordalo, assistente de medicina geral e familiar, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à Administração Pública, com efeitos reportados a 26 de fevereiro de 2014 6248

Município de Castanheira de Pêra**Edital n.º 187/2014:**

Projeto de regulamento municipal de urbanização e edificação 6248

Município de Lagoa (Açores)**Aviso n.º 3195/2014:**

Discussão pública referente ao Plano Municipal de Emergência do concelho de Lagoa (Açores). 6257

Município de Lagoa (Algarve)**Aviso n.º 3196/2014:**

Discussão pública sobre viabilidade de remodelação de superfície comercial e ampliação de estacionamento de estacionamento, sito no Parchal, Lagoa, de GESTELEC — Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, L.ª 6258

Município de Lamego**Declaração de retificação n.º 229/2014:**

Retificação referente à discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Lamego 6258

Município de Machico**Aviso (extrato) n.º 3197/2014:**

Renovação de comissão de serviço de titular de cargo dirigente 6258

Aviso n.º 3198/2014:

Cessação de comissão de serviço de titular de cargo dirigente 6258

Município de Montalegre**Declaração de retificação n.º 230/2014:**Retifica o Plano Diretor Municipal de Montalegre, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 18 de setembro de 2013 6258**Município de Moura****Aviso n.º 3199/2014:**

Alteração do júri. Procedimento concursal comum — dois postos de trabalho de técnico superior 6258

Aviso n.º 3200/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado 6259

Aviso n.º 3201/2014:

Procedimento concursal comum. Coordenador técnico (Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento). Conclusão com sucesso do período experimental 6259

Aviso n.º 3202/2014:

Procedimento concursal comum. Coordenador técnico (contabilidade). Conclusão com sucesso do período experimental 6259

Aviso n.º 3203/2014:

Procedimento concursal comum. Técnico superior. Conclusão com sucesso do período experimental 6259

Município de Nisa**Aviso n.º 3204/2014:**

Caducidade de procedimentos concursais 6259

Município de Oliveira do Bairro**Aviso n.º 3205/2014:**

Abertura de procedimentos: processo n.º 1/2014 — na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional e processo n.º 2/2014 — na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, tendo em vista o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional 6259

Município de Sernancelhe**Aviso n.º 3206/2014:**

Conclusão com sucesso do período experimental do trabalhador Frederico Nuno Oliveira Pais, para a carreira/categoria de técnico superior, na sequência do procedimento concursal para um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado 6261

Município de Sesimbra**Aviso n.º 3207/2014:**

Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria 6261

Município de Viana do Castelo**Aviso n.º 3208/2014:**

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Diana Sofia Oliveira da Rocha, com a categoria de assistente operacional, auxiliar ação educativa 6261

Aviso n.º 3209/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com Maria da Conceição Coelho de Passos Alves, com a categoria de assistente técnico 6261

Aviso n.º 3210/2014:

Concedida licença sem remuneração pelo período de um ano ao trabalhador Rui Manuel Rocha Cristino Pinheiro, com a categoria de assistente operacional 6261

Município de Vila do Bispo**Aviso n.º 3211/2014:**

Celebração de contrato por tempo indeterminado. 6262

Aviso n.º 3212/2014:

Nomeação dos membros de apoio à presidência. 6262

Município de Viseu**Aviso n.º 3213/2014:**

Regresso ao serviço 6262

Aviso n.º 3214/2014:

Cessação da relação jurídica de emprego público. 6262

Aviso n.º 3215/2014:

Renovação da comissão de serviço no cargo de direção intermédia de 2.º grau. 6262

Freguesia de Serro Ventoso**Aviso n.º 3216/2014:**

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente operacional 6262

PARTE I**Associação Promotora do Ensino de Enfermagem em Chaves****Declaração de retificação n.º 231/2014:**Correção ao regulamento n.º 48/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro de 2014. Retifica o regulamento dos regimes de reingresso, mudança de curso, transferência e do concurso especial de acesso para titulares de cursos superiores 6264**PARTE J1****Ministério das Finanças****Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública:****Aviso (extrato) n.º 3217/2014:**

Procedimento concursal n.º 506_CRESAP_356_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal, Presidência do Conselho de Ministros . . . 6265

Aviso (extrato) n.º 3218/2014:

Procedimento concursal n.º 510_CRESAP_329_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de subdiretor-geral dos Impostos Especiais sobre o Consumo 6265

Aviso (extrato) n.º 3219/2014:

Procedimento concursal n.º 469_CRESAP_363_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de subdiretor-geral de Estatísticas da Educação e Ciência 6265

Aviso (extrato) n.º 3220/2014:

Procedimento concursal n.º 444_CRESAP_342_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de diretor-geral de Planeamento e Gestão Financeira 6265

Aviso (extrato) n.º 3221/2014:

Procedimento concursal n.º 446_CRESAP_344_12/13, de recrutamento e seleção do cargo de subdiretor-geral de Planeamento e Gestão Financeira 6265

Aviso (extrato) n.º 3222/2014:

Procedimento concursal n.º 441_CRESAP_340_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de diretor-geral da Administração Escolar 6265

Aviso (extrato) n.º 3223/2014:

Procedimento concursal n.º 470_CRESAP_364_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de subdiretor-geral de Estatísticas da Educação e Ciência 6265

Aviso (extrato) n.º 3224/2014:

Procedimento concursal n.º 468_CRESAP_362_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de diretor-geral de Estatísticas da Educação e Ciência 6265

Aviso (extrato) n.º 3225/2014:

Procedimento concursal n.º 443_CRESAP_341_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de subdiretor-geral da Administração Escolar. 6265

PARTE J3

Município de Vila Franca de Xira**Aviso n.º 3226/2014:**

Encerramento do procedimento para cargo de direção intermédia do 1.º grau — diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura 6266

Aviso n.º 3227/2014:

Encerramento do procedimento para o cargo de coordenador (equiparado a dirigente intermédio do 3.º grau) do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, do Departamento Municipal de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social 6266

Ministério das Finanças

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público:

Acordo coletivo de trabalho n.º 6/2014:

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Direção Regional da Solidariedade Social dos Açores e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas 6266

Acordo coletivo de trabalho n.º 7/2014:

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre o Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes e o STFPSS e Regiões Autónomas. 6269

Acordo coletivo de trabalho n.º 8/2014:

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Direção Regional do Desporto dos Açores e o STFPSS e Regiões Autónomas 6272

Acordo coletivo de trabalho n.º 9/2014:

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Direção Regional das Comunidades da Região Autónoma dos Açores e o STFPSS e Regiões Autónomas 6275

Acordo coletivo de trabalho n.º 10/2014:

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa e o STFPSS e Regiões Autónomas 6278





PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Despacho n.º 3349/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 5/2011, de 2 de março, autorizo a individualidade abaixo indicada, a aceitar a seguinte condecoração.

Grã-Cruz da Ordem da Isabel a Católica

Embaixador Álvaro José Costa de Mendonça e Moura

9 de janeiro de 2014. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

207647449



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete da Presidente

Despacho n.º 3350/2014

1 — Nos termos e para os efeitos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 31 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, e do artigo 109.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, delego no Secretário-Geral da Assembleia da República, Albino de Azevedo Soares, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar a prática de todos os atos relativos aos procedimentos de contratação pública por mim iniciados, com exceção da decisão de escolha do procedimento, da aprovação das peças do procedimento, do ato de adjudicação e da autorização de despesa;

1.2 — Autorizar as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços, trabalhos a mais ou a menos, trabalhos resultantes de erros e omissões e contratos adicionais às empreitadas e às aquisições de bens e serviços que sejam, nos termos da lei aplicável, da minha competência e cujo montante não ultrapasse o limite da competência própria do Secretário-Geral;

1.3 — Autorizar os funcionários parlamentares integrados nas carreiras de assessor parlamentar, de técnico parlamentar e programador a prestar trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados ultrapassando fundamentadamente os limites fixados no Regime de Contrato de Trabalho em anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, aplicável por força do disposto no artigo 30.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho;

1.4 — Autorizar a inscrição e participação dos funcionários em missões de cooperação, estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios ou outras iniciativas semelhantes realizadas no estrangeiro, com observância das orientações gerais estabelecidas para a participação da AR em atos internacionais ou atividades de cooperação interparlamentar.

2 — Nos termos conjugados do artigo 36.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, e do artigo 24.º, n.º 3, da LOFAR, autorizo a subdelegação, nos Adjuntos do Secretário-Geral, das competências previstas no número anterior.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

21 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

207643933



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direção-Geral do Património Cultural

Aviso n.º 3160/2014

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e do disposto no artigo 254.º do Regime, aprovado pela

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que o trabalhador Jorge Jesus Francisco, assistente técnico em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, cessou funções com efeitos a 21 de janeiro de 2014, no Museu Nacional do Azulejo, por motivo de falecimento.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644913

Despacho (extrato) n.º 3351/2014

Por despacho de 11 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro, n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, são delegados, com possibilidade de subdelegação, no Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, em substituição, Mestre Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1.1 — Praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, a que se referem o artigo 7.º e o Anexo I da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro;

1.2 — Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, até ao limite de 20.000€ e até 40.000€ quando se trate, respetivamente, de despesas relativas à execução de planos ou de programas plurianuais legalmente aprovados;

1.3 — Autorizar o movimento de contas bancárias;

1.4 — Autorizar as ordens de pagamento, independentemente do seu valor;

1.5 — Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e antecipação até dois duodécimos por rubrica, com limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças;

1.6 — Autorizar a constituição e reconstituição de fundos de maneo das dotações do respetivo orçamento, até ao limite permitido por lei;

1.7 — Celebrar contratos de seguro e de arrendamento e autorizar a respetiva atualização, desde que resulte de imposição legal;

1.8 — Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

1.9 — Autorizar deslocações em serviço dos motoristas e dos restantes trabalhadores da Direção-Geral do Património Cultural e dos seus serviços dependentes, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transportes e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

1.10 — Autorizar a condução de viaturas por trabalhadores que não detenham as funções de motorista, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, e do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, designo para me substituir nas situações de ausência, falta ou impedimento, o Subdiretor-Geral Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho.

3 — Pelo presente despacho são ratificados todos os atos praticados pelo Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, Mestre Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho, desde 05 de fevereiro de 2014, até à data do presente despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644687

Despacho (extrato) n.º 3352/2014

Por despacho de 11 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro e pelo n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, são delegados no Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, em substituição, Doutor António Manuel Filipe Rocha Pimentel, os poderes necessários para definir a gestão estratégica do Museu Nacional de Arte Antiga, bem como para coordenar a gestão operacional do mesmo.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644792

Despacho (extrato) n.º 3353/2014

Por despacho de 11 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011,

de 22 de dezembro, n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, são delegados no Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, em substituição, João Carlos Martins Lopes dos Santos, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1.1 — Os previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio;

1.2 — Os respeitantes à gestão dos processos do património arqueológico, arquitetónico, móvel e imaterial;

1.3 — A autorização para o movimento de contas bancárias;

1.4 — A autorização das ordens de pagamento, independentemente do seu valor.

2 — Pelo presente despacho são ratificados todos os atos praticados pelo Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, Arquiteto Carlos Martins Lopes dos Santos, no âmbito das competências agora delegadas, desde 5 de fevereiro de 2014, até à data do presente despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644727

Despacho (extrato) n.º 3354/2014

Por despacho de 19 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro, são delegados na Chefe da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais, licenciada Lia Isabel Coelho Ribeiro, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1 — Praticar todos os atos relativos à autorização de despesas, até ao montante de 5.000,00€ no orçamento de funcionamento e de 10.000,00€ no orçamento de investimento (PIDDAC)

2 — Pelo presente despacho são ratificados todos os atos praticados pela Chefe da Divisão de Planeamento, Gestão, Controlo, Recursos Financeiros e Patrimoniais, licenciada Lia Isabel Coelho Ribeiro, desde 05 de fevereiro de 2014, até à data do presente despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644873

Despacho (extrato) n.º 3355/2014

Por despacho de 14 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

1 — Ao abrigo dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro, são delegados na diretora do Departamento de Bens Culturais, Licenciada Catarina Maria de Loureiro Gomes Coelho, os poderes necessários para se pronunciar sobre o exercício do direito de preferência, a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, no âmbito do património arquitetónico e arqueológico.

2 — Pelo presente despacho são ratificados todos os atos praticados pela diretora do Departamento de Bens Culturais, Licenciada Catarina Maria de Loureiro Gomes Coelho, no âmbito das competências agora delegadas, desde 5 de fevereiro de 2014, até à data do presente despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207645059

Despacho (extrato) n.º 3356/2014

Por despacho de 19 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Património Cultural:

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro, são delegados no Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, licenciado Manuel Correia Diogo Baptista, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1 — Praticar todos os atos relativos à autorização de despesas, até ao montante de 10.000,00€ no orçamento de funcionamento e de 20.000,00€ no orçamento de investimento (PIDDAC);

2 — Autorizar o movimento de contas bancárias;

3 — Autorizar as ordens de pagamento, independentemente do seu valor;

4 — Pelo presente despacho são ratificados todos os atos praticados pelo Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, licenciado Manuel Correia Diogo Baptista, desde 05 de fevereiro de 2014, até à data do presente despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

207644849

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 3357/2014

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de assistente operacional com as funções de motorista.

A concessão de autorização genérica de condução de viaturas oficiais do Estado justifica-se pela necessidade de racionalização dos meios disponíveis, bem como pela natureza das atribuições de alguns serviços e ainda pela escassez de pessoal qualificado para a condução de viaturas, permitindo, deste modo, uma racionalização dos meios e uma redução de encargos para o erário público.

Sucede que, em função da natureza das atribuições cometidas à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, em especial no que concerne à implementação do novo modelo de organização deste ministério, o exercício de cargos de direção superior neste serviço implica a realização frequente de deslocações, sendo que os respetivos secretário-geral e secretário-geral-adjunto, designadamente por motivos de otimização na gestão do seu tempo de trabalho, aliados à escassez de trabalhadores com funções de motorista, nem sempre podem dispor de motorista para as suas deslocações em serviço oficial, pelo que se identificam vantagens manifestas, do ponto de vista funcional e económico, para que seja concedida a devida autorização de condução de viaturas oficiais.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, determina-se o seguinte:

1. É conferida permissão genérica de condução de viaturas oficiais afetas à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças à secretária-geral, Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira, e ao secretário-geral-adjunto, Adérito Duarte Simões Tostão.

2. A permissão conferida nos termos do número anterior destina-se exclusivamente à satisfação das necessidades de transporte do serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público, não abrangendo, de acordo com a legislação aplicável, a utilização de uso pessoal das referidas viaturas.

3. A permissão genérica conferida nos termos dos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, e demais legislação aplicável, produz efeitos desde 1 de janeiro de 2014 e caduca com o termo do exercício das funções em que os dirigentes em causa se encontram investidos à data da permissão.

8 de janeiro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

207647619

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3161/2014

Em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na carreira e categoria de Assistente Técnico, de Celeste da Conceição Nunes Conchinha, na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 7 da tabela remuneratória única, nos termos previstos no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

24 de fevereiro de 2014. — A Secretária-Geral do Ministério das Finanças, *Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira*.

207646055

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 3162/2014

Delegação de competências

Delegação de competências, de harmonia com o artigo 62.º da lei geral tributária e com o artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo, delegeo nos adjuntos as seguintes competências:

1 — Chefia das secções

1.ª Secção — Tributação do Património — Alzira Alves Gonçalves Carvalho, CFA 1.

2.ª Secção — Tributação do Rendimento e Despesa — Manuel João Primo Cordeiro, CFA 1, em regime de substituição.

3.ª Secção — Justiça Tributária — Sílvia Maria Brazão Pereira Lentilhas Caldeira, CFA 1.

4.ª Secção — Cobrança — Pedro Manuel Falcão Santos Silva Flores, CFA 1, em regime de substituição.

2 — Atribuição de competência — aos chefes das secções, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pelo chefe do Serviço de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhe atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de maio, e que é assegurar, sob minha orientação e supervisão, o funcionamento das Secções e exercer a adequada ação formativa e disciplinar relativa aos trabalhadores, competirá:

2.1 — De caráter geral:

a) Proferir despachos de mero expediente, incluindo os de distribuição de certidões;

b) Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos, quer sejam os legais quer os fixados pelas instâncias superiores, bem como tomar providências para que os obrigados fiscais sejam atendidos com prontidão e qualidade;

c) Assinar, distribuir e despachar documentos que tenham natureza de mero expediente;

d) Assinar a correspondência expedida pela Secção, com exceção da que for dirigida a entidades de nível hierarquicamente superior, bem como a autoridades judiciais e ainda a dirigida a qualquer entidade/cidadão que envolva matéria reservada e ou confidencial;

e) Assinar os mandatos de notificação, citação, quer pessoal quer por via postal, avaliação e ordens de serviço, controlando a sua execução;

f) Informar e dar parecer sobre os pedidos de férias, faltas e licenças dos trabalhadores da sua secção;

g) Providenciar para que sejam prestados com prontidão todas as respostas e informações solicitadas pelas diversas entidades;

h) Instruir, informar e dar parecer sobre quaisquer pedidos, reclamações, recursos, petições ou exposições, em matéria tributária, incluindo pareceres, propostas e projetos de decisão para audição prévia, nos termos do artigo 60.º da lei Geral Tributária;

i) Decidir os pedidos de pagamento de coimas com redução nos termos das alíneas a) e b) do artigo 29.º do Regime Geral das Infrações Tributárias;

j) Proceder à notificação para pagamento de coimas, nos termos do n.º 5 do artigo 30.º do Regime Geral das Infrações Tributárias e ao levantamento de Autos de Notícia, dentro dos limites da competência atribuída nos termos da alínea i) do artigo 59.º do mesmo diploma legal;

k) Coordenar e controlar a organização e conservação do arquivo dos documentos, processos e demais assuntos relacionados com a respetiva secção;

l) Assegurar que o equipamento informático seja gerido de forma eficaz, quer ao nível da informação, quer ao nível da segurança;

m) Verificar o andamento e controle de todos os serviços a cargo da secção respetiva, incluindo os não delegados, tendo em vista a sua atempada execução;

n) Exercer a adequada ação formativa e manter a ordem e disciplina na respetiva secção e controlar a assiduidade, as faltas e as licenças dos respetivos trabalhadores, com exceção da justificação de faltas e de concessão de férias;

o) Cumprir e fazer cumprir a obrigatoriedade de guardar sigilo, conforme o estabelecido no artigo 64.º da lei Geral Tributária;

p) Controlar a execução e produção da sua secção de forma que sejam alcançados os objetivos previstos no Plano de Atividades;

q) Adotar as providências adequadas à substituição de trabalhadores nos seus impedimentos e, bem assim, providenciar os reforços que se mostrarem necessários por aumentos anormais de serviço ou campanha, devendo ainda propor a rotação dos trabalhadores;

r) Controlar os documentos internos de cobrança da Secção;

s) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante aos bens de equipamento, mobiliário e outro material distribuído à secção, prevenindo a sua racional utilização;

r) Coordenar e controlar a organização e funcionalidade do arquivo geral da secção;

u) Promover a requisição e distribuição de edições, legislação e instruções e a organização da funcionalidade permanente na secção;

v) Coordenar e controlar a execução do serviço mensal, bem como a elaboração de relações, mapas contabilísticos e outros, respeitantes ou relacionados com os serviços respetivos, de modo a que seja assegurada a sua remessa atempada às entidades destinatárias.

2.2 — De caráter específico:

2.2.1 — Ao CFA 1 Alzira Alves Gonçalves Carvalho TAT nível 2, que chefia a Secção de Tributação do Património — 1.ª Secção, que me substituirá nas ausências ou impedimentos, competirá:

2.2.1.1. — Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis — IMT

a) Controlar a receção e o processamento informático da declaração Modelo n.º 1 bem como o respetivo pagamento;

b) Instruir e informar, quando necessário, os pedidos de isenção de IMT;

c) Controlar e fiscalizar todas as isenções reconhecidas, nomeadamente as referidas no artigo 11.º, para efeitos de caducidade;

2.2.1.2. — Imposto Municipal sobre Imóveis — IMI

a) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante a este imposto;

b) Orientar e decidir os processos de concessão e de caducidade de benefícios fiscais e os respetivos processos administrativos, designadamente reclamações nos termos do artigo 130.º do Código do IMI, promovendo todos os procedimentos e atos necessários para o efeito, incluindo a decisão;

c) Controlar a receção e a recolha informática das declarações modelo n.º 1 do IMI;

d) Conferência dos processos de isenção do IMI e a fiscalização das isenções concedidas, assinando os termos e os atos que lhes digam respeito;

e) Promover a extração de cópias para a avaliação de bens imóveis omissos ou inscritos sem valor patrimonial, assim como a apresentação da respetiva declaração do modelo n.º 1 do IMI, quando necessário, para os fins consignados no n.º 3 do artigo 13.º do Código do IMI;

f) Consulta dos processos avaliados e o envio da notificação aos interessados em resultado de processo de avaliação, incluindo as segundas avaliações;

g) Controlar e fiscalizar o serviço de informatização de matrizes, designadamente as alterações e as inscrições matriciais;

h) Controlar e fiscalizar os elementos recebidos de outras entidades, como Câmaras Municipais, Notários, Conservatórias, Serviços de Finanças, etc.

i) Fiscalizar e controlar as liquidações de anos anteriores;

j) Controlar todo o serviço informático deste imposto;

2.2.1.3. — Imposto de Selo — Imposto sobre as transmissões gratuitas de bens

a) Controlar e coordenar todo o serviço relacionado com este imposto;

b) Assinar todos os documentos necessários à instrução e à conclusão dos processos de liquidação, incluindo requisições de serviço à fiscalização e conferir os cálculos efetuados nos mesmos;

c) Apreciar e decidir sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a apresentação da relação de bens;

d) Fiscalizar e controlar todo o serviço, designadamente relações de óbitos, verbetes de usufrutuários, relações dos notários, extração de verbetes e os respetivos averbamentos matriciais;

e) Despacho de junção aos processos de documentos com eles relacionados;

2.2.1.4. — Outros

a) Mandar autuar os processos de avaliação nos termos da lei do inquilinato e do artigo 36.º do regime do arrendamento urbano (RAU) e praticar todos os atos a eles respeitantes;

b) Mandar autuar os processos de Contribuição Especial, nos termos do decreto-lei N.º 51/95, de 20/03 e praticar todos os atos a eles respeitantes;

c) Instaurar os processos administrativos de liquidação de impostos quando a competência seja do Serviço de Finanças, com base nas declarações do contribuinte ou oficiosamente, na falta ou vício destas e praticar todos os atos a eles respeitantes;

d) Conferir e assinar os termos de liquidação do Imposto Municipal de Sisa e praticar todos os atos com os mesmos relacionados, incluindo a sua coordenação e controlo, com exceção da autorização para retificação dos termos de sisa;

e) Praticar todos os atos respeitantes aos processos de liquidação do Imposto sobre as Sucessões e Doações, sua conferência e assinatura das respetivas liquidações;

f) Despachar pedidos de cadernetas prediais;

g) Praticar todos os atos respeitantes aos bens prescritos, abandonados e declarados judicialmente perdidos a favor do Estado, nomeadamente a coordenação e controlo de todo o serviço de depósito de valores abandonados e a elaboração das respetivas relações e mapas;

h) Elaborar as folhas de salários e documentação relacionada com transportes de louvados;

i) Controlar a cobrança de emolumentos, despacho e distribuição de certidões pela secção;

j) Coordenar e controlar todo o serviço de entradas e correio, em coordenação com a secção da Tributação;

2.2.2 — Ao CFA 1 Manuel João Primo Cordeiro TATA nível 3, que chefia a secção de Tributação do Rendimento — 2.ª Secção, competirá:

a) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o IRS e IRC, promovendo todos os procedimentos e praticando todos os atos necessários à execução do serviço relacionados com estes impostos, bem como a sua fiscalização com base nos elementos disponíveis e existentes no serviço;

b) Orientar e controlar a receção das declarações, bem como a sua visualização, registo prévio, loteamento e remessa atempada aos diversos centros de recolha nos termos superiormente definidos;

c) Assegurar a recolha informática das declarações de IRS nos casos superiormente autorizados;

d) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), promover os procedimentos e praticar todos os atos necessários para a sua execução e fiscalização, incluindo a recolha informática da informação nas opções superiormente autorizadas, emissão do modelo n.º 344, bem como o seu adequado tratamento, e promover, quando for caso disso, a elaboração de BAO com vista à correção de errados enquadramentos cadastrais;

e) Controlar e promover atempadamente a fiscalização dos sujeitos passivos do regime especial dos pequenos retalhistas através do registo informático das guias de pagamento e declarações entregues;

f) Controlar e promover as liquidações a efetuar por este Serviço de Finanças resultantes de ações de fiscalização, bem como as remetidas pelo SIVA, fazendo extrair as correspondentes certidões de dívidas;

g) Fiscalização e controlo interno, incluindo elementos do cruzamento de várias declarações, designadamente em sede de IR e IVA;

h) Assegurar as notificações das liquidações efetuadas e assinar os necessários mandados ou notificações a enviar por via postal;

i) Instaurar e controlar os processos administrativos de liquidação de impostos da secção quando a competência pertencer ao serviço local de Finanças, com base nas declarações dos contribuintes ou oficiosamente, na falta ou vício destas, e praticar todos os atos a eles respeitantes;

j) Coordenar e controlar o serviço de cadastro único, incluindo o arquivo através da respetiva aplicação informática, e remessa dos respetivos documentos aos serviços competentes;

k) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante a infrações ao imposto de selo e praticar todos os atos correspondentes, com exceção do Imposto de Selo sobre as Transmissões Gratuitas de Bens;

l) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante aos pedidos de isenção/não sujeição apresentados pelas Pessoas Coletivas de utilidade Pública, IPSS e equiparadas;

m) Controlar a verificação do efetivo pagamento de emolumentos, bem como despachar e distribuir as certidões pela Secção.

n) Promover as notificações e restantes procedimentos respeitantes às receitas do Estado, cuja liquidação não é da competência da Autoridade Tributária e Aduaneira, incluindo as reposições não abatidas em pagamentos;

o) Coordenar e controlar todo o serviço de entradas e correio, em coordenação com a secção do Património;

p) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com os pedidos de Número de Identificação Fiscal.

2.2.3 — Ao CFA 1 Sílvia Maria Brazão Pereira Lentilhas Caldeira, TAT nível 2 que chefia a Secção de Justiça Tributária — 3.ª Secção, que me substituirá nas ausências ou impedimentos competirá:

a) Ordenar a instauração de todos os processos judiciais tributários e ordenar neles todas as diligências necessárias à sua tramitação normal até:

1) Ao envio à D.F. ou ao Tribunal Tributário, nos processos judiciais tributários;

2) À penhora nos processos de execução fiscal, com exclusão de qualquer incidente que, a surgir, será decidido pelo Chefe do Serviço de Finanças, não se incluindo também nesta delegação a decisão sobre pedido de suspensão de processos ou de pagamento em prestações, apre-

ciação de garantias, prescrição e declaração em falhas, levantamento de penhora e cancelamento de registos e remoção do fiel depositário;

- b) Assinar despachos de registo e autuações de outros processos;
- c) Assinar mandados, passados em seu nome, emitidos em cumprimento de despacho anterior;
- d) Passar e assinar requisições de serviço à fiscalização, emitidas em execução de despacho anterior;
- e) Controlar e fiscalizar o andamento dos processos e a sua conferência com os respetivos registos e mapas;
- f) Executar as instruções e a conclusão de processos de execução fiscal, tendo em vista a permanente extinção do maior número de processos e a maior arrecadação de receita;
- g) Programar o serviço externo sem cabimento na área da Inspeção Tributária, controlando os resultados;
- h) Controlar a cobrança de emolumentos, despachar e distribuir as certidões pela secção;
- i) Promover a requisição de impressos e outros materiais consumíveis, conforme as necessidades do serviço de Finanças, e controlar as respetivas existências;
- j) Controlar as reclamações e os recursos hierárquicos apresentados pelos sujeitos passivos após as notificações efetuadas, face à alteração/fixação do rendimento coletável/imposto, e promover a sua remessa célere à Direção de Finanças, nos termos superiormente estabelecidos;
- k) Assinar despachos de registo e autuação de processos de reclamação graciosa e promover a instrução dos mesmos, praticando os atos a eles respeitantes com vista à sua decisão;
- l) Mandar autuar e instruir os processos a seguir indicados, praticando todos os atos necessários e específicos, à exceção da inquirição de testemunhas, com vista à sua remessa para decisão à entidade competente:
 - 1 — Impugnação judicial;
 - 2 — Oposição à execução;
 - 3 — Embargos de Terceiro;
 - 4 — Recursos Judiciais;
 - 5 — Recursos hierárquicos

- m) Mandar autuar os autos de apreensão de mercadorias em circulação de conformidade com o Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11/07;
- n) Mandar registar e autuar os processos de contraordenação, dirigir a instrução e praticar todos os atos com eles relacionados, incluindo a execução das decisões neles proferidas, ordenando todas as diligências necessárias à sua tramitação normal até à fixação da coima e sanções acessórias, incluindo a dispensa ou atenuação especial da mesma.

2.2.4 — Ao CFA 1, Pedro Manuel Falcão Santos Silva Flores, TATA (em regime de substituição), que chefia a Secção de Cobrança — 4.ª Secção, competirá:

- a) Despachar os pedidos de isenção do Imposto Único de Circulação — IUC, tendo em consideração que o seu pagamento se faz na referida secção, bem como controlar os respetivos pagamentos e isenções concedidas;

2.3 — Tendo em atenção o conteúdo doutrinal do conceito de delegação de competências, o delegante conserva, nomeadamente os seguintes poderes:

2.3.1 — Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa de resolução dos assuntos que entender convenientes, sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, da presente delegação;

2.3.2 — Direção e controlo sobre os atos do delegado;

2.3.3 — Em todos os atos praticados no exercício transferido da competência, o delegado fará menção expressa dessa competência, utilizando a expressão “por delegação do chefe do Serviço de Finanças, o adjunto” ou outro equivalente;

2.3.4 — As competências de carácter específico atribuídas a determinado adjunto são extensivas, no caso de ausência ou impedimento, a outro adjunto;

3 — A presente delegação produz efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014.

11 de fevereiro de 2014. — A Chefe de Finanças, *Maria Eugénia Francisco da Silva Brás*.

207642767

Aviso n.º 3163/2014

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Maria Eugénia Canas Duarte Ferreira Alves Dias, no cargo de Chefe de Divisão de Conceção I (DCIVA I), da Direção de Serviços do IVA, ao abrigo do disposto no

artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

21 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207642378

Declaração de retificação n.º 224/2014

Tendo sido publicado com inexactidão o aviso (extrato) n.º 2738/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro de 2014, retifica-se que onde se lê «com efeitos a 24 de janeiro de 2014» deve ler-se «com efeitos a 1 de fevereiro de 2014».

24 de fevereiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.

207644921

Despacho n.º 3358/2014

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, reconhece-se à Associação Nacional de Direito ao Crédito, NIF 504 496 140, com sede na Praça José Fontana, n.º 4 — 5.º, 1050-129 Lisboa, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários; categoria E — Rendimentos de capitais com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor; Categoria F — Rendimentos prediais; Categoria G — Incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 2004/11/19, data em que o despacho de reconhecimento como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, foi publicado no D.R. II — Série, n.º 272, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 deste artigo.

22 de março de 2013. — A Subdiretora-Geral dos Impostos, *Teresa Maria Pereira Gil* (por subdelegação) (despacho n.º 11844/2013, de 19 de agosto).

307611679

Despacho n.º 3359/2014

Designação dos Representantes da Fazenda Pública nos TAF de Aveiro e de Penafiel

1 — No uso dos poderes que me foram conferidos, conforme Despacho n.º 9414/2012, do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, datado de 3 de julho de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 12 de julho de 2012, mais especificamente, no âmbito da autorização constante das alíneas b) e n) do n.º 4, e do n.º 5, do citado despacho, e nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), designo a(o)s juristas a seguir indicada(o)s, para intervir em representação da fazenda pública nos tribunais administrativos e fiscais de Aveiro e de Penafiel, com as competências previstas no artigo 15.º do CPPT:

Inspetora tributária nível 2, Isabel Maria Queirós da Cunha Carvalho, que coordenará;

Inspetor tributário nível 2, Alberto Mário Santos Ferreira;
 Inspetor tributário nível 2, Alfredo Jorge Martins Lourenço;
 Inspetora tributária nível 2, Daniela Maria Costa Gomes;
 Técnica superior de 1.ª classe, Elsa Joana de Sousa Alves;
 Inspetora tributária estagiária, Helena Cecília Dias Monteiro;
 Técnica superior de 1.ª classe, Joana Margarida Figueiredo Luís;
 Inspetor tributário nível 2, José António Pinheiro Martins Brás;
 Técnica superior de 2.ª classe, Maria Augusta Pedronho Benigno;
 Técnico superior de 1.ª classe, Nuno Miguel Barreiros Sobral;
 Inspetor tributário estagiário, Renato Manuel Pereira Martins.

14 de fevereiro de 2014. — O Diretor de Finanças de Aveiro, em regime de substituição, *José Hermínio Tavares Fernandes*.

207643122

Despacho n.º 3360/2014**Delegação de competências**

Ao abrigo:

Do artigo 62.º da Lei Geral Tributária;

Do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15/1, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30/8 e artigo 10.º da versão republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22/12;

Do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22/4;

Dos artigos 29.º, n.º 1, e 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo;

E ainda dos:

Despachos do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira: n.º 817/2014, de 2013.11.21, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 2014.01.20

n.º 9414/2012 de 2012.07.03, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 2012.07.12;

Despacho n.º 12744/2012, de 2012.09.10, do Subdiretor-geral da Cobrança, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 2012.09.28;

Despacho n.º 16486/2012, de 2012.12.05, do Subdiretor-geral da Inspeção Tributária e Aduaneira, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 2012.12.28,

procedo à delegação e subdelegação das seguintes competências:

I — Competências próprias

1 — Nos Chefes de Divisão, Lic. António Francisco Verdelho, Lic. Eugénia Maria Rodrigues Teodoro e Lic. Eduardo Augusto da Igreja Firmino, no âmbito das competências das respetivas Unidades Orgânicas:

1.1 — A prática de todos os atos, que, não envolvendo juízos de oportunidade e conveniência, não possam deixar de ser praticados uma vez verificados os pressupostos de facto;

1.2 — A resolução de dúvidas colocadas pelos Serviços de Finanças;

1.3 — A emissão de parecer sobre as solicitações, efetuadas pelos sujeitos passivos ou pelos trabalhadores, a entidades de nível hierárquico superior a esta Direção de Finanças;

1.4 — A assinatura de toda a correspondência das respetivas áreas funcionais, que não se destine às Direções Gerais e outras entidades equiparadas ou de nível superior, ou, destinando-se, sejam de mera remessa regular;

1.4.1 — Na ausência ou impedimento do titular, os atos de assinatura serão praticados pelo substituto legal ou quem aquele indigite para o efeito;

1.5 — Elaboração do plano e relatório anual de atividades da respetiva divisão;

1.6 — A fixação dos prazos para audição previa e a prática de atos subsequentes até à conclusão do procedimento, a que se referem o artigo 60.º da lei geral tributária e o artigo 60.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária;

2 — No Chefe de Divisão, Lic. António Francisco Verdelho

2.1 — A gestão e coordenação da Divisão de Inspeção Tributária (DIT), prevista na alínea a) n.º 4 do artigo 38.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro;

2.2 — A seleção dos sujeitos passivos a inspecionar por iniciativa dos serviços regionais, bem como a definição dos respetivos critérios e indicadores de risco;

2.3 — A prática de atos necessários à credenciação dos trabalhadores para a realização das ações externas, nos termos do artigo 46.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT), incluindo as alterações previstas no artigo 15.º do mesmo diploma;

2.4 — A notificação prévia do início do procedimento externo de inspeção a que se refere o artigo 49.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT);

2.5 — A autorização da dispensa de notificação prévia do procedimento de inspeção, nos casos expressamente previstos no artigo 50.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT);

2.6 — A extensão do procedimento de inspeção a área diversa da contemplada na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária (RCPIT), nos termos consignados no artigo 17.º do mesmo diploma;

2.7 — A alteração dos elementos declarados pelos sujeitos passivos para efeitos de IRC, quando as correções a favor do Estado respeitem a correções à matéria coletável, nos termos do artigo 16.º n.º 3 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos casos em que haja intervenção dos serviços de inspeção;

2.8 — A elaboração dos documentos de correção e declarações oficiais, resultantes de atos praticados no âmbito dos procedimentos de revisão da matéria tributável a que se refere o artigo 91.º da Lei Geral Tributária;

2.9 — A autorização para a recolha de todos os tipos de declarações oficiais e documentos de correção da sua área funcional;

2.10 — As competências previstas no artigo 65.º n.º 5 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, no artigo 59.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e n.º 2 do artigo 90.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e consequente decisão de determinação do recurso à avaliação indireta e aplicação de métodos indiretos em conformidade com o que dispõem os artigos 82.º n.º 2, 87.º a 89.º e 90.º da Lei Geral Tributária;

2.11 — O apuramento, fixação ou alteração de rendimentos e atos conexos, quando esteja em causa a aplicação dos artigos 39.º e 65.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, até ao limite de 100 000,00€ por cada exercício;

2.12 — A fixação da matéria tributável sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em conformidade com o disposto no artigo 59.º do Código do IRC, e dos artigos 87.º a 89.º e 90.º da Lei Geral Tributária, bem como, nos casos de correções técnicas ou meramente aritméticas, resultantes de imposição legal, nos termos dos artigos 81.º e 82.º da Lei Geral Tributária, até ao limite de 200 000,00€ por cada exercício;

2.13 — A fixação do IVA em falta, em conformidade com o artigo 90.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e com os artigos 87.º a 89.º e 90.º da Lei Geral Tributária, até ao limite de 50 000,00€, por cada exercício;

2.14 — A apreciação de todos os relatórios das ações de inspeção, e das informações produzidas na respetiva unidade orgânica;

2.15 — O sancionamento dos relatórios das ações de inspeção conforme artigo 62.º, n.º 6 do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária;

2.16 — A apreciação dos pedidos de reembolso de IVA às igrejas, comunidades religiosas e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) com sede ou domicílio fiscal na área de jurisdição desta Direção de Finanças, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro;

2.17 — A competência referida no n.º 2 do artigo 3.º do regime especial do IVA anexo ao Decreto-Lei n.º 418/99, de 21/10;

2.18 — A competência referida no n.º 2 do artigo 4.º do regime de exigibilidade do IVA anexo ao Decreto-Lei n.º 204/97, de 9/8;

2.19 — A aceitação da desvalorização excecional/perda por imparidade prevista nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 31.º-B do Código do IRC;

2.20 — A elaboração do Plano Regional de Atividades da Inspeção Tributária a que se refere o artigo 25.º do RCPIT;

3 — Nos Chefes de Divisão, Lic. Eugénia Maria Rodrigues Teodoro e Lic. Eduardo Augusto da Igreja Firmino:

3.1 — A gestão e coordenação da Divisão de Tributação e Justiça Tributária (DTJT), prevista na alínea a) n.º 4 do artigo 38.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro;

3.2 — A direção e a supervisão da Recolha de Dados, da Contabilidade, do Serviço de Cadastro Geométrico e do Centro de Atendimento Telefónico;

3.3 — A determinação ou sancionamento dos documentos de correção únicos de IR, resultantes de erros de recolha e outros imputáveis aos serviços ou de validação de outras declarações, bem como autorizar a respetiva recolha;

3.4 — A autorização para tramitar e concluir os processos de divergências de IRS, na aplicação informática respetiva;

3.5 — A nomeação do chefe de finanças para promover a liquidação do imposto do selo, em caso de impedimento, nos termos do artigo 37.º do Código do Imposto do Selo;

3.6 — A designação dos peritos regionais para efeitos das comissões de avaliação nos termos dos artigos 74.º a 76.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

3.7 — A assinatura das folhas e documentos de despesa relativas ao serviço de avaliações;

3.8 — O assegurar da contabilização das receitas e tesouraria do Estado bem como os serviços da Direção-Geral do Orçamento e Tesouro que por lei sejam cometidas a esta Direção de Finanças;

3.9 — A determinação do valor dos estabelecimentos comerciais, industriais e agrícolas e das quotas ou partes sociais, incluindo ações em conformidade com os artigos 15.º, 16.º e 31.º do Código do Imposto do Selo;

3.10 — A instrução dos pedidos de revisão dos atos tributários, em conformidade com o que dispõe o artigo 78.º da Lei Geral Tributária;

3.11 — A elaboração dos documentos de correção e declarações oficiais, resultantes de atos praticados no âmbito dos procedimentos de revisão oficiosa a que se refere o artigo 78.º da Lei Geral Tributária;

3.12 — A autorização para a recolha de todos os tipos de declarações oficiais e documentos de correção da sua área funcional;

3.13 — A alteração dos elementos declarados pelos sujeitos passivos para efeitos de IRC, quando as correções a favor do Estado respeitem a pagamentos por conta ou especiais por conta;

3.14 — A alteração dos elementos declarados pelos sujeitos passivos para efeitos de IRC, quando as correções a favor do Estado respeitem a termos do artigo 93.º do Código do IRS, relativamente à falta de indicação na declaração anual de rendimentos de importâncias retidas na fonte ou de pagamentos por conta efetuados;

3.15 — A decisão sobre a revogação total ou parcial das liquidações, nos termos do artigo 93.º do Código do IRS, relativamente à falta de indicação na declaração anual de rendimentos de importâncias retidas na fonte ou de pagamentos por conta efetuados;

3.16 — A fixação do rendimento tributável sujeito a IRS, em conformidade com o que dispõe o n.º 2 do artigo 65.º do Código do IRS, nos casos em que não tenha havido intervenção dos Serviços de Inspeção Tributária;

3.17 — A determinação do recurso à avaliação indireta da matéria tributável e a prática de atos de apuramento, fixação ou alteração, nos termos dos artigos 39.º e 65.º do Código do IRS, 57.º e 59.º

do Código do IRC, 90.º do Código do IVA, n.º 2.º artigo 9.º do Código do Imposto do Selo e 82.º e 87.º da LGT, nos casos em que não tenha havido intervenção do Serviço de Inspeção Tributária;

3.18 — A elaboração dos termos de identificação dos denunciante, sempre que possível ou necessário lavrá-los, o registo em livro próprio dos respetivos documentos, a extração de certidões ou outros atos próprios relativos a denúncias apresentadas ou dirigidas à Administração Tributária a que se refere o artigo 60.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, os artigos 67.º e 70.º da Lei Geral Tributária e o n.º 1 do artigo 27.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária;

3.19 — A autorização para a recolha de todos os tipos de declarações oficiais e documentos de correção da sua área funcional;

3.20 — A decisão dos processos de reclamação graciosa, nos termos do artigo 75.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

3.21 — A fixação do agravamento da coleta prevista no artigo 77.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

3.22 — A verificação da caducidade das garantias para suspender a execução fiscal, em caso de reclamação graciosa, conforme n.ºs 1 e 3 do artigo 183-A.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

3.23 — A autorização do pagamento em prestações nos processos de execução fiscal e a apreciação das garantias, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 197.º e n.º 8 do artigo 199.º ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

3.24 — A decisão de deferir ou indeferir os pedidos de anulação da venda, nos termos do que vem definido no n.º 4 do artigo 257.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT);

3.25 — A aplicação de coimas e sanções acessórias previstas no Regime Geral das Infrações Tributárias, que, de acordo com a alínea b) artigo 52.º e n.º 1 artigo 76.º deste diploma, sejam da competência do Diretor de Finanças, bem como as decisões sobre afastamento de aplicação da coima, conforme artigo 32.º, quando a competência for do Diretor de Finanças, o arquivamento do processo, conforme artigo 64.º, e a extinção do procedimento de contraordenação, conforme artigo 61.º;

3.26 — A autorização da recolha das declarações oficiais e dos documentos de correção resultantes de processos de reclamação graciosa e impugnação judicial conforme artigos 75.º, 111.º e 112.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

3.27 — O despacho de confirmação ou alteração das decisões dos Chefes de Finanças em matéria de circulação de bens, conforme n.º 7 artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 147/03, de 11/7;

3.28 — A gestão, seleção e acompanhamento da cobrança de dívidas fiscais, em particular as que respeitem aos devedores estratégicos, bem como determinar a realização das diligências que se mostrem necessárias para garantir elevados níveis de eficácia e eficiência;

3.29 — A nomeação de trabalhadores para representação da Fazenda Pública nas comissões de credores e conferências de interessados;

4 — Nos Lic. Carlos Manuel Gonçalves Ferreira, Lic. Rui Manuel Marrão e Lic. Maria Manuela Alves Vieira Fontes, a orientação e controlo das averiguações e inquéritos criminais, incluindo a decisão de instaurar processo quando se conclua existir suficiência de indícios de crime fiscal; proceder aos atos de inquérito, em conformidade com o que dispõe o n.º 2 do artigo 40.º e alínea b) n.º 1 do artigo 41.º do Regime Geral das Infrações Tributárias; emitir pareceres conforme n.º 3 artigo 42.º, do mesmo diploma, e pronunciarem-se sobre a dispensa e atenuação especial da pena a que se referem os artigos 22.º e 44.º, incluindo a comunicação da instauração do inquérito e remessa do respetivo auto de inquérito ao Ministério Público competente;

5 — Nos Chefes de Equipa, Lic. Fernando Santos Preto Ferreira e Lic. Carlos Manuel Gonçalves Ferreira a assinatura da correspondência e

ou do expediente corrente respeitante a pedidos de informação e esclarecimentos estritamente necessários para a prossecução dos procedimentos e atos de inspeção a executar ou desenvolver pelos trabalhadores afetos às respetivas equipas, nos termos do artigo 59.º da Lei Geral Tributária e artigos 28.º e 48.º do Regime Complementar do Procedimento da Inspeção Tributária.

6 — Nos Chefes de Finanças:

6.1 — A decisão dos processos de reclamação graciosa conforme artigo 75.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, relativamente aos impostos municipal sobre veículos, de circulação e camionagem, contribuição autárquica e impostos já abolidos;

6.2 — A autorização da recolha das declarações oficiais resultantes de processos de reclamação graciosa e impugnação judicial, cuja decisão seja de sua competência própria ou delegada, conforme n.º 4 do artigo 73.º e n.º 1 do artigo 112.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário e ponto 9.1. supra;

6.3 — A definição dos prazos para audição prévia e à prática de atos subsequentes até à conclusão do procedimento tributário, nos termos do n.º 4 do artigo 60.º da LGT;

6.4 — Autorização do pagamento em prestações das coimas fixadas em processos de contraordenação, nos termos do n.º 5 do artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro;

6.5 — Justificação ou injustificação de faltas, férias ou licenças dos trabalhadores da respetiva unidade orgânica;

7 — No coordenador dos Serviços de Apoio Administrativo, assistente técnico Luís Alexandre Rodrigues Gonçalves:

7.1 — A gestão do serviço de apoio administrativo;

7.2 — A organização dos processos de despesa a cargo da Direção de Finanças de Bragança, em conformidade com as normas legais aplicáveis;

7.3 — A gestão e controlo dos bens de consumo corrente de forma a assegurar o necessário aprovisionamento ao normal funcionamento dos serviços;

7.4 — A organização física e aplicacional dos processos individuais dos trabalhadores colocados, destacados ou em comissão de serviço nas unidades orgânicas do distrito de Bragança;

7.5 — Zelar pelo cadastro, inventário, estado de funcionamento, segurança e conforto dos bens e equipamentos existentes nas Direção de Finanças;

II — Competências Subdelegadas

Ao abrigo da autorização expressa:

No ponto 2 do Capítulo I do Despacho n.º 817/2014, de 2013.11.21 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 13, de 2014.01.20;

No ponto alínea k) do n.º 4 e n.º 5 do Despacho n.º 9414/2012, datado de 2012.07.03 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 134, de 2012.07.12.

Despacho n.º 12744/2012, de 2012.09.10, do Subdiretor-geral da Cobrança, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 2012.09.28;

Despacho n.º 16486/2012, de 2012.12.05, do Subdiretor-geral da Inspeção Tributária e Aduaneira, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 2012.12.28.

Subdelego:

1 — Nos Chefes de Divisão identificados em I-1:

1.1 — A aprovação do plano anual de férias e suas alterações, relativamente aos trabalhadores das respetivas divisões;

2 — No Chefe de Divisão identificado em I-2:

2.1 — Proceder à fixação dos elementos julgados mais convenientes quando existir discordância dos constantes nas declarações referidas nos artigos 31.º a 33.º do Código do IVA;

2.2 — Proceder à confirmação do volume de negócios para os fins consignados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º do Código do IVA, de harmonia com a sua previsão para o ano civil corrente, relativamente aos sujeitos passivos que iniciem a sua atividade, nos termos do n.º 6 do artigo 41.º do código do IVA;

2.3 — Proceder à confirmação do volume de negócios, para os fins consignados no n.º 1 do artigo 53.º do Código do IVA, de harmonia com a previsão efetuada para o ano civil corrente, relativamente aos sujeitos passivos que iniciem a sua atividade nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Código do IVA;

2.4 — Tomar as medidas necessárias a fim de evitar que o sujeito passivo usufrua vantagens injustificadas ou sofra prejuízos igualmente injustificados, nos casos de passagem do regime de isenção a um regime de tributação ou inversamente, nos termos do artigo 56.º do Código do IVA;

2.5 — Notificar o sujeito passivo para apresentar a declaração a que se referem os artigos 31.º ou 32.º do Código do IVA, conforme os casos,

sempre que existam indícios seguros para supor que o mesmo ultrapassou em determinado ano o volume de negócios que condiciona a sua isenção nos termos do n.º 4 do artigo 58.º do Código do IVA;

2.6 — Proceder à confirmação do volume de compras para os fins consignados no n.º 1 do artigo 60.º do Código do IVA, de harmonia com a previsão efetuada para o ano civil corrente, no caso de retalhistas que iniciem a sua atividade, conforme n.º 4 artigo 60.º do Código do IVA;

2.7 — Proceder à apreciação do requerimento a entregar no serviço de finanças, nos casos de modificação essencial das condições do exercício da atividade económica, pelos sujeitos passivos, independentemente do prazo previsto no n.º 3 do artigo 63.º do Código do IVA, que pretendam passar ao regime especial;

2.8 — Tomar as medidas necessárias a fim de evitar que os retalhistas usufruam vantagens injustificadas ou sofram prejuízos igualmente injustificados, nos casos de passagem do regime normal de tributação ao regime especial referido no artigo 60.º do Código do IVA, ou inversamente, nos termos do artigo 64.º do Código do IVA;

2.9 — Proceder à passagem ao regime normal de tributação, nos casos em que haja fundados motivos para supor que o regime especial de tributação previsto no artigo 60.º do Código do IVA concede ao retalhista vantagens injustificadas ou provoca sérias distorções de concorrência, nos termos do artigo 66.º do Código do IVA;

2.10 — Proceder à apreciação dos pedidos de reembolso de imposto sobre o valor acrescentado apresentado pelos retalhistas sujeitos ao regime especial de tributação previsto no artigo 60.º do Código do IVA;

3 — Na Chefia de divisão identificado em I-3

3.1 — Autorizar a ratificação dos conhecimentos de imposto municipal de SISA, quando a mesma não resulte liquidação adicional;

3.2 — A sancionar as atualizações de rendas decorrentes do artigo 32.º do RAU e que se traduzam nas meras aplicações dos coeficientes aprovados pelo Governo, devendo ser comunicadas às Direções de Serviços de Instalações e Equipamentos e de Gestão e Recursos Financeiros;

4 — Nos Lic. Rui Manuel Marrão, Lic. Eduardo Augusto da Igreja Firmino, Lic. Maria Manuela Alves Vieira Fontes e Lic. Nuno da Câmara Cid Moreno: as funções de representante da Fazenda Pública nos termos consignados no artigo 15.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário e no artigo 53.º e alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 54.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

5 — Nos Chefes dos Serviços de Finanças:

5.1 — Autorizar a ratificação dos conhecimentos de imposto municipal de sisa, quando a mesma não resulte de liquidação adicional;

5.2 — Proceder à apreciação dos pedidos de reembolso do IVA apresentados pelos retalhistas sujeitos ao regime especial de tributação previsto no artigo 60.º do Código do IVA, apenas quando respeitem aos pequenos retalhistas compreendidos na subsecção II da secção IV do Código do IVA;

6 — Nos responsáveis financeiros das secções de cobrança dos Serviços de Finanças (Chefes de Finanças e Adjuntos dos Chefes de Finanças da Secção de Cobrança):

6.1 — As competências para apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública, abrangidos pelo ponto 2 da Resolução n.º 1/2005 — 2.ª Secção do Tribunal de Contas;

7 — No assistente técnico Luís Alexandre Rodrigues Gonçalves:

7.1 — A assinatura de toda a correspondência da respetiva secção, que não se destine às Direções Gerais e outras entidades equiparadas ou de nível superior;

7.2 — A competência que me foi delegada na alínea e) do n.º 2 do capítulo I do Despacho do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira n.º 817/2014, de 21 novembro e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao montante máximo de 4.000€ e com o limite das respetivas dotações orçamentais atribuídas a esta Direção de Finanças, com referência às seguintes C.E./R.O.:

- 02.01.08 B Material de Escritório
- 02.01.02 Combustíveis e Lubrificantes
- 02.01.07 Roupas e Calçado
- 02.05.12 Material de Transporte — peças
- 02.02.01 Encargos com as Instalações
- 02.02.03 Conservação de Bens
- 02.02.09 Comunicações
- 02.02.25 Outros Serviços
- 07.01.07 Equipamento de Informática

8 — Nos termos das mesmas disposições legais e autorizações identificadas em 7.2, subdelego nos Srs. Chefes de Finanças do distrito de Bragança, até ao limite das respetivas dotações orçamentais que lhes estão ou vierem a ser especificamente atribuídas e sempre até ao limite máximo de 250,00 €, a competência que me foi delegada na alínea e) do n.º 2 do Capítulo I do mesmo despacho, com referência às Classificações

Económicas/Rubricas Orçamentais listadas no número anterior, em que lhes foi ou vier a ser comunicada a atribuição de dotação orçamental.

III — Autorização para Subdelegar

Não vigora o poder de subdelegar nas subdelegações supra estabelecidas.

IV — Substituto legal

Nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, é meu substituto legal o Chefe de Divisão de Inspeção, Lic. António Francisco Verdelho.

V — Produção de efeitos

Este despacho produz efeitos nos seguintes termos:

Entre 1 de outubro de 2013 e 31 de janeiro de 2014, quanto às delegações previstas, nos pontos 1 e 3 — Cap. I e 1 e 3 Cap. II, relativamente à Chefia de Divisão Lic. Eugénia Maria Rodrigues Teodoro

A partir de 1 de fevereiro de 2014, quanto às delegações previstas, nos pontos 1 e 3 Cap. I e 1 e 3 Cap. II, relativamente ao Chefe de Divisão Lic. Eduardo Augusto da Igreja Firmino e as previstas nos pontos 7 Cap. I e 7.2 Cap. II relativamente ao assistente técnico Luís Alexandre Rodrigues Gonçalves; A partir de 1 de outubro de 2013 quanto às restantes delegações;

ficando por este meio, ratificados todos os despachos entretanto proferidos no âmbito desta delegação e subdelegação de competências.

VI — Outros

Todo o expediente, assinado ou despachado ao abrigo do presente despacho, deverá mencionar expressamente a presente delegação ou subdelegação.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor de Finanças, em regime de substituição, *Carlos Alberto Morais Bragança*.

207642856

Direção-Geral do Orçamento

Aviso n.º 3164/2014

Republicação dos resultados da Avaliação Curricular e marcação da realização dos métodos de seleção Avaliação Psicológica e Entrevista de Avaliação de Competências

Notificam-se os candidatos admitidos ao procedimento concursal comum, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 9 de abril de 2013, conforme o aviso n.º 4733/2013, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de oito postos de trabalho, na categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior, na área económica (Referência A), na Direção-Geral do Orçamento, que, após reclamação, foram republicados, na página eletrónica da Direção-Geral do Orçamento, acessível pela morada <http://www.dgo.pt>, os resultados da Avaliação Curricular.

Notificam-se, ainda, os candidatos admitidos à aplicação dos métodos de seleção Avaliação Psicológica e Entrevista de Avaliação de Competências que os mesmos se realizam entre os dias 24 e 28 de março de 2014, nas instalações da EGOR, sitas na Rua Castilho, n.º 5, 2.º Esquerdo, 1250-066 Lisboa, nos horários indicados na página eletrónica da Direção-Geral do Orçamento, acessível pela morada <http://www.dgo.pt>.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Júri, *Luís Filipe Cracel Viana*.

207642223

Despacho n.º 3361/2014

Considerando que,

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 68/2013, de 2 de agosto, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau correspondente a Diretor de Serviços do Gabinete de Estudos do Processo Orçamental, do mapa de pessoal dirigente da Direção Geral do Orçamento;

Ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pela candidata confrontado com o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou em proposta fundamentada, que aqui se dá como integralmente reproduzida, que a candidata, licenciada Anabela Ferreira Pedro Vilão, reúne todos os requisitos legais e as melhores condições para o exercício do cargo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei supra identificada, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Diretora de Serviços do Gabinete de Estudos do Processo Orçamental, a licenciada Anabela Ferreira Pedro Vilão, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção Geral do Orçamento, juntando-se nota relativa ao currículo académico e profissional da designada.

24 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Manuela Proença*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome: Anabela Ferreira Pedro Vilão.

Nacionalidade e data de nascimento: Portuguesa, 22 de outubro de 1969.

Habilitações académicas e profissionais: Pós-Graduação em Gestão Pública — Instituto Superior de Gestão (ISG); Pós-Graduação em Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos, com especialização em Planeamento e Orçamentação — Universidade Autónoma de Lisboa.

Licenciatura em Economia — Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bacharelato em Contabilidade e Administração Comercial — ISCA de Aveiro.

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

Curso de Formação de Formadores.

Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Experiência profissional:

Desde janeiro de 2013: exercício de funções de Diretora de Serviços do Gabinete de Estudos do Processo Orçamental da DGO, em regime de substituição.

De junho de 2010 até dezembro de 2012: exercício de funções, na qualidade de diretor de serviços de contabilidade da Direção de Serviços do PIDDAC.

De 2000 até meados de 2010: funções como chefe de divisão em diferentes Unidades Orgânicas da DGO, responsáveis pela área do PIDDAC, designadamente, a ex -14.ª Delegação e Direção de Serviços do PIDDAC.

De 1997 a 2000: funções como técnica na ex -14.ª Delegação da DGO, anteriormente referida.

Adicionalmente, tem participado em vários projetos no âmbito das atribuições da DGO, destacando -se: grupos de trabalho (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; Reprogramação do QREN; empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento); o sistema BIORC (Business Intelligence Orçamental); levantamento dos requisitos funcionais do SIPIDDAC, com vista ao desenvolvimento do novo sistema de informação; levantamento dos circuitos e procedimentos de orçamentação e contabilização dos fluxos financeiros com a União Europeia; conceção do Decreto -Lei n.º 131/2003, de 28/06 — regulamentação da orçamentação por programas; acompanhamento da migração para a nova plataforma tecnológica, das aplicações informáticas de suporte orçamental residentes no ex -Instituto de Informática; elaboração de medidas e procedimentos necessários a ter em conta na área da receita e da despesa pública para a introdução do euro, consubstanciando -se na área orçamental incluída no Despacho n.º 9501/01, 2.ª série, e na produção de circulares emitidas pela DGO.

Em 1997: exercício de funções na Câmara Municipal de Lisboa (núcleo de orçamento).

De 1995 a 1996: funções na Associação Portuguesa Para a Qualidade, na área da Qualidade e Certificação dos Serviços dos diferentes setores empresariais.

Atividade Docente/Formadora:

Desde 1998: Formadora em diferentes áreas, destacando-se as áreas — do PIDDAC, tendo realizado diversas ações de formação na DGO, incluindo as que se integram no âmbito dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas, bem como noutras Instituições Públicas — e no âmbito da implementação do Euro na Administração Pública.

Entre 1991 e 1997: Docente em diversos estabelecimentos do ensino secundário, área económica.

Frequência de cursos de formação profissional: Áreas abrangidas: contabilidade pública/contabilidade patrimonial, jurídica, informática, línguas, desenvolvimento das competências comportamentais/ liderança/comunicação e adoção dos métodos de gestão pela qualidade/certificação.

207642191

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA DEFESA NACIONAL, DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA ECONOMIA E DA SAÚDE

Gabinetes das Secretárias de Estado do Tesouro e Adjunta e da Defesa Nacional e dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e Adjunto do Ministro da Saúde.

Despacho n.º 3362/2014

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2007, de 12 de outubro, aprovou as opções fundamentais da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.

A materialização da referida Resolução teve início com o arranque do Centro Operacional do 112.pt no dia 22 de julho de 2009, o qual incluiu a instalação do Centro Operacional do Sul, que efetua o atendimento de chamadas provenientes dos distritos de Santarém, Portalegre, Évora e Faro (desde julho de 2009), Beja, Castelo Branco e Leiria (desde julho de 2010).

O estado em que se encontra o projeto, bem como a necessidade de dotar o serviço 112 de uma estrutura mais moderna e adaptada às necessidades atuais (especialmente tendo em vista a necessidade de substituição, já em 2015, dos equipamentos que dotam os PSAPs — *public safety answering points* — atuais), tornam premente a conclusão integral do projeto.

Na verdade, é fundamental que o sistema 112 seja dotado de mecanismos de redundância mais resilientes. Para tal, torna-se necessário garantir a criação do Centro Operacional do Norte, o qual garantirá a necessária redundância com o Centro Operacional do Sul, principalmente para fazer face a eventuais situações de catástrofe e possível falha de um dos centros. O Centro Operacional do Norte passará a fazer o atendimento dos nove distritos a Norte de Coimbra. Por sua vez, quando o Centro Operacional do Norte estiver a funcionar, serão integrados no Centro Operacional do Sul os PSAPs de Lisboa e Setúbal.

Em suma, no final do projeto o serviço 112 estará dotado de uma infraestrutura tecnológica mais robusta, bem como de uma mais eficiente e eficaz alocação de meios.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2014, de 30 de janeiro, o Governo visou criar as condições necessárias para a execução plena do projeto 112 e para o cabal cumprimento dos objetivos que presidiram à formulação das opções fundamentais de reorganização do modelo de funcionamento do serviço 112.

Atenta a transversalidade do projeto, é fundamental a participação de especialistas designados pelos diversos serviços do Estado intervenientes em situações de emergência. A fim de garantir a adequada coordenação interministerial, potenciando a correção de disfunções e o cumprimento efetivo das metas definidas pelo Governo, mostra-se imperioso que o grupo de especialistas inicie os seus trabalhos de imediato.

Assim, em cumprimento do disposto nos números 4 a 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2014, de 30 de janeiro, determina-se o seguinte:

1. São designados os especialistas a quem compete apoiar a Direção Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna no âmbito das medidas a tomar em execução do disposto no número 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2014, de 30 de janeiro:

- Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos: Eng. Carlos Gonçalves;
- Guarda Nacional Republicana: Major Ricardo Jorge Amaral Bessa;
- Polícia de Segurança Pública: Comissário Carlos Miguel Marques Cachudo;
- Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.: Dr. António Táboas;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil: Eng. Teresa Teixeira;

- f) Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: Dr. Ricardo Fernandes;
- g) Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.: Dr. António Sérgio Manso Pinheiro;
- h) Autoridade Marítima Nacional: CMG António José Dionísio Varella;
- i) Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.: Dra. Isabel Ribeiro;
- j) Segundo indicação do ICP – Autoridade Nacional de Comunicações: Eng. Paulo Pereira.

2. O grupo de apoio inicia funções no dia 31 de janeiro de 2014.

3. O grupo de apoio articula com as entidades e organismos do Estado as ações a desenvolver e a propor para a implementação do projeto 112, podendo solicitar, designadamente, a cooperação das forças de segurança e dos serviços e organismos dos Ministérios das Finanças, da Defesa, da Administração Interna, da Economia e da Saúde.

4. O mandato do grupo de especialistas tem a duração de dezoito meses a partir da data referida no n.º 2.

31 de janeiro de 2014. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Isabel Cabral de Abreu Castelo Branco*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel de Almeida Alexandre*. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

207651839

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Comissão Cultural de Marinha

Despacho n.º 3363/2014

Competências. Subdelegações — Chefe de Gabinete do Diretor da Comissão Cultural de Marinha

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no chefe do gabinete do Diretor da Comissão Cultural de Marinha, Capitão-de-mar-e-guerra da classe de Marinha Luís Filipe Correia Andrade, com a faculdade de subdelegar, a competência para:

a) No âmbito das funções que lhe estão atribuídas, autorizar as despesas:

- (1) Com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de 90 000,00 €;
- (2) Com empreitadas de obras públicas até ao limite de 50 000,00€.

b) Autorizar as deslocações normais que resultem da própria natureza orgânica ou funcional do serviço em território nacional por períodos inferiores a 30 dias, bem como o adiantamento das respetivas ajudas de custo;

c) Aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo que prestam serviço na Comissão Cultural de Marinha:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados

pelo chefe do gabinete do Diretor da Comissão Cultural de Marinha, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641802

Despacho n.º 3364/2014

Competências — Subdelegações — Diretor da Revista da Armada

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no diretor da Revista da Armada, Contra-almirante Carlos Manuel Mina Henriques a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestem serviço na Revista da Armada:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor da Revista da Armada, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641721

Despacho n.º 3365/2014

Competências. Subdelegações — Diretor do Museu de Marinha

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no diretor do Museu de Marinha, Capitão-de-fragata da classe de Marinha António José Duarte Costa Canas a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestem serviço no Museu de Marinha:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Museu de Marinha, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641649

Despacho n.º 3366/2014

Competências. Subdelegações — Chefe da Banda da Armada

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado

no *Diário da República*, 2.ª série n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no chefe da Banda da Armada, Primeiro-tenente Músico Délio Alexandre Coelho Gonçalves a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestem serviço na Banda da Armada:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo chefe da Banda da Armada, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641746

Despacho n.º 3367/2014

Competências. Subdelegações — Diretor do Planetário Calouste Gulbenkian

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no diretor do Planetário Calouste Gulbenkian, Capitão-de-mar-e-guerra da classe de Marinha Fernando José da Silva Coelho a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestem serviço no Planetário Calouste Gulbenkian:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;
- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Planetário Calouste Gulbenkian, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641681

Despacho n.º 3368/2014

Competências. Subdelegações — Diretor da Biblioteca Central de Marinha

1 — Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 2729/2014, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro de 2014), subdelego no diretor da Biblioteca Central de Marinha, Capitão-de-mar-e-guerra da classe de Marinha António Henrique Maló Rocha de Freitas a competência que me é delegada para, aos militares em qualquer forma de prestação de serviço efetivo, que prestem serviço na Biblioteca Central da Marinha:

- (1) Conceder licença parental em qualquer das modalidades;
- (2) Conceder licença por risco clínico durante a gravidez;
- (3) Conceder licença por interrupção de gravidez;

- (4) Conceder licença por adoção;
- (5) Autorizar dispensas para consulta, amamentação e aleitação;
- (6) Autorizar assistência a filho;
- (7) Autorizar a assistência a filho com deficiência ou doença crónica;
- (8) Autorizar assistência a neto;
- (9) Autorizar dispensa de trabalho noturno e para proteção da segurança e saúde;
- (10) Autorizar redução do tempo de trabalho para assistência a filho menor com deficiência ou doença crónica;
- (11) Autorizar outros casos de assistência à família.

2 — O presente despacho produz efeitos partir de 30 de dezembro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor da Biblioteca Central de Marinha, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor da Comissão Cultural de Marinha, *José António de Oliveira Viegas*, vice-almirante.

207641616

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Despacho n.º 3369/2014

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, tendo em consideração as disposições transitórias previstas no artigo 3.º do último diploma, passar à situação de reserva, nas datas indicadas, os seguintes militares:

- 25485, CFR Rui de Oliveira da Encarnação — 10-01-2014.
62487, CFR FZ Paulo Jorge Serrão Rodrigues — 31-01-2014.

18 de fevereiro de 2014. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Armada, o Superintendente dos Serviços do Pessoal, *António Carlos Vieira Rocha Carrilho*, vice-almirante.

207645991

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direção de Administração de Recursos Humanos

Despacho n.º 3370/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 2433/2014, de 29 de janeiro, do Tenente-General Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro de 2014, subdelego no Coronel de Artilharia NIM 08692982 José Domingos Sardinha Dias, Chefe da Repartição de Pessoal Militar/DARH, a competência que em mim foi subdelegada, para a prática dos seguintes atos:

- a) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de Major inclusive;
- b) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;
- c) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de Capitão inclusive;
- d) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, exceto para o CPOG, curso de comandantes e CEM;
- e) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos Sargentos, nos termos do artigo 197.º do EMFAR;
- f) Nomear, colocar e transferir militares em RV/RC, em território nacional, exceto fora do Exército;
- g) Autorizar trocas e oferecimentos para efeitos de colocação de militares em RV/RC;
- h) Autorizar requerimentos de mudança de área geográfica de prestação de serviço preferencial a militares RV/RC, desde que não haja determinação especial em contrário;
- i) Autorizar a admissão de militares em RV/RC e, bem assim, a prorrogação e cessação da prestação de serviço com exceção das situações previstas no artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f), do EMFAR;
- j) Promover e graduar militares por diuturnidade e antiguidade nas categorias de Sargentos do QP e Sargentos e Praças em RV/RC;

k) Conceder licença registada aos Sargentos e Praças dos QP, nos termos do artigo 204.º do EMFAR;

l) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

m) Autorizar o exercício de funções de natureza civil aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

n) Autorizar o concurso e alistamento nas forças de segurança de militares em RV e RC;

o) Averbar cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

p) Averbar aumentos de tempo de serviço;

q) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

r) Autorizar fotocópias de Atas e Pareceres do Conselho das Armas e Serviços, resumo das FAMME e Listas de Promoção por Escolha, referentes ao universo estrito em apreciação do requerente, até ao posto de TCOR.

2 — Este despacho produz efeitos desde 13 janeiro de 2014, inclusive, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

17 de fevereiro de 2014. — O Diretor da DARH, *José António da Fonseca e Sousa*, MGEN.

207642994

Despacho n.º 3371/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 2433/2014, de 29 de janeiro, do Tenente-General Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro de 2014, subdelego no coronel TIR CAV Francisco Xavier Ferreira de Sousa, Subdiretor da Direção de Administração de Recursos Humanos, a competência que em mim foi subdelegada para a prática dos seguintes atos:

a) Aprovar as listas de antiguidade de pessoal militar, militarizado e civil do Exército;

b) Aprovar plano de necessidades de formação do pessoal do MPCE;

c) Autorizar a emissão do termo de posse ou de aceitação de pessoal militarizado e civil do Exército;

d) Apreciar assuntos relativos aos militares auxiliados da ATFA;

e) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

2 — Este despacho produz efeitos desde 13 de janeiro de 2014, inclusive, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

17 de fevereiro de 2014. — O Diretor da DARH, *José António da Fonseca e Sousa*, MGEN.

207645894

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3372/2014

1 — A nova Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, passou a compreender uma Direção Nacional de Meios Aéreos (DNMA), nos termos das disposições combinadas da alínea d) do n.º 1 do artigo 11.º, e do artigo 15.º, para a prossecução das respetivas competências em matéria de gestão de meios aéreos.

2 — Nestes termos, por proposta do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-General Manuel Mateus Couto, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de responsável pelo sistema de gestão da continuidade da aeronavegabilidade, em acumulação com o cargo de gestor do sistema de qualidade, na Direção Nacional de Meios Aéreos da ANPC, o Tenente-Coronel de Serviço de Material, NIM: 04339287, Paulo Miguel Baptista da Glória Belchior, cuja idoneidade, experiência e competências profissionais comumente reconhecidas são patentes na síntese curricular anexa.

3 — O presente despacho produz efeitos a 19 fevereiro de 2014.

21 de fevereiro de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

Síntese Curricular

O Tenente-Coronel do Serviço de Material, NIM 04339287 Paulo Miguel Baptista da Glória Belchior, nasceu em S. João da Madeira, em 1966, e tem cerca de 30 anos de serviço.

Atualmente, e desde janeiro de 2013, exerce funções de Chefe da Repartição de Estudos Técnicos do Estado Maior do Comando da Logística no Exército Português.

Desempenhou funções de Inspetor-Adjunto da Inspeção do Comando da Logística, entre novembro de 2011 e janeiro de 2013.

Está habilitado com o Curso de Oficiais do Exército Português, ramo de Material, da Academia Militar (AM), com o Curso de Promoção a Capitão da Escola Prática de Serviço de Material e com o Curso de Promoção a Oficial Superior do Instituto de Altos Estudos Militares.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (IST) e mestrado em aeronáutica pela *École Nationale Supérieure d'Ingenieurs de Constructions Aéronautiques* (ENSICA) em Toulouse, França. Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército Português, nomeadamente, na Escola Prática do Serviço de Material (EPSM), nas Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME), no Grupo/Unidade de Aviação do Exército (GALE/UALE), no Estado Maior do Exército (EME) e no Comando da Logística do Exército Português (CmdLog). Nas OGME exerceu funções de Chefia da Divisão de Produção e Chefia da Divisão Técnica dos Serviços Industriais, na UALE foi Comandante do Esquadrão de Manutenção Aero-náutico e Oficial de Manutenção. No Estado Maior do Exército exerceu diversas funções no âmbito do Programa de Helicópteros, destacando-se a de responsável nacional para a aeronavegabilidade do helicóptero NH90. No Comando da Logística foi Subdiretor do Programa de Helicópteros, Inspetor nas Inspeções do CmdLog e Chefe da Repartição de Estudos Técnicos responsável pela parte técnica de todos os processos aquisitivos.

Da sua folha de serviços constam 8 louvores, 2 concedidos pelo General Chefe de Estado Maior do Exército Português, 1 pelo General Quartel-Mestre-General e 5 concedidos por comandantes de unidade, além de várias condecorações de que se destacam a de MÉRITO MILITAR DE 2ª CLASSE, a Medalha de D. AFONSO HENRIQUES-MÉRITO DO EXÉRCITO, DE 2ª CLASSE e a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar.

207644419

Despacho n.º 3373/2014

Autorizo o exercício de funções em comissão normal de serviço, com efeitos reportados a 17 de fevereiro, à 2.ª Sargento de Infantaria n.º 1980414, Sónia Maria Coutinho Pereira, como Coordenador da Polícia Municipal de Mafra, no regime de mobilidade interna e pelo período de 18 meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 63.º da lei n.º 12-A/2008, de 2 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, com a redação que lhe foi conferida pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril.

21 de fevereiro de 2014. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

207644168

Direção-Geral de Administração Interna

Mapa n.º 1/2014

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, a Direção-Geral de Administração Interna (DGAI) faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei.

Faz-se notar que os resultados que agora se publicam têm como data de referência o dia 31 de dezembro de 2013 e são apresentados em três colunas (Nacionais — cidadãos nacionais; UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais; ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal). São os seguintes os resultados:

4 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Jorge Miguéis*.

Número de Eleitores em 31 de dezembro de 2013

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Continente e Regiões Autónomas	9471211	12446	14995				
Aveiro	655794	178	176	Oliveirinha	4442	0	0
Águeda	43686	13	11	São Bernardo	4434	2	6
Aguada de Cima	3708	0	0	São Jacinto	938	0	0
Fermentelos	2858	1	1	Santa Joana	7438	2	6
Macinhata do Vouga	3108	4	1	Eixo e Eirol	5496	2	1
Valongo do Vouga	4394	0	2	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4204	3	1
União das freguesias de Águeda e Borralha	12377	4	3	União das freguesias de Glória e Vera Cruz	17350	12	8
União das freguesias de Barrô e Aguada de Baixo	3147	1	2	Castelo de Paiva	14723	4	2
União das freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão	1513	0	1	Fornos	1307	0	0
União das freguesias de Recardães e Espinhel	5457	3	0	Real	1172	0	1
União das freguesias de Travassô e Ois da Ribeira	2113	0	1	Santa Maria de Sardoura	2234	1	0
União das freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga	4099	0	0	São Martinho de Sardoura	1721	1	0
União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba	912	0	0	União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	4217	0	0
Albergaria-a-Velha	22813	9	9	União das freguesias de Sobrado e Bairros	4072	2	1
Alquerubim	2105	1	0	Espinho	30683	13	2
Angeja	1938	1	1	Espinho	10271	9	1
Branca	5025	0	1	Paramos	3213	0	0
Ribeira de Fráguas	1612	0	1	Silvalde	6124	0	0
Albergaria-a-Velha e Valmaior	9501	5	6	União das freguesias de Anta e Guetim	11075	4	1
São João de Loure e Frossos	2632	2	0	Estarreja	24776	11	5
Anadia	28310	2	0	Avanca	5619	1	1
Avelãs de Caminho	1222	0	0	Pardilhó	3913	3	1
Avelãs de Cima	2072	0	0	Salreu	3490	2	2
Moita	2324	1	0	União das freguesias de Beduido e Veiros	9208	3	1
Sangalhos	3902	0	0	União das freguesias de Canelas e Fermelã	2546	2	0
São Lourenço do Bairro	2386	0	0	Santa Maria da Feira	125897	20	36
Vila Nova de Monsarros	1692	0	0	Argoncilhe	7522	0	0
Vilarinho do Bairro	3008	0	0	Arrifana	5758	2	2
União das freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas	2826	0	0	Escapães	2987	0	0
União das freguesias de Arcos e Mogofores	5752	1	0	Fiães	7162	0	0
União das freguesias de Tamengos, Aguium e Ois do Bairro	3126	0	0	Fornos	2955	0	2
Arouca	20891	5	2	Lourosa	8037	0	0
Alvarenga	1117	0	1	Milheirós de Poiares	3316	0	0
Chave	1175	1	0	Mozelos	6222	0	7
Escariz	1967	0	0	Nogueira da Regedoura	4957	2	3
Fermedo	1323	0	0	São Paio de Oleiros	3512	0	0
Mansores	1048	0	0	Paços de Brandão	4368	2	0
Moldes	1220	0	0	Rio Meão	4440	0	0
Rossas	1461	0	0	Romariz	3163	0	0
Santa Eulália	2034	2	0	Sanguedo	3146	0	2
São Miguel do Mato	692	0	0	Santa Maria de Lamas	4705	2	0
Tropeço	1112	1	0	São João de Ver	8886	0	3
Urrô	1004	0	0	União das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros	3695	0	0
Várzea	447	0	0	União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	9062	0	1
União das freguesias de Arouca e Burgo	4661	0	1	União das freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	9759	4	3
União das freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra	293	0	0	União das freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	16065	7	8
União das freguesias de Canelas e Espiunca	1078	1	0	União das freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô	6180	1	5
União das freguesias de Covelo de Paivó e Janarde	259	0	0	Ílhavo	35915	8	3
Aveiro	70180	37	30	Gafanha da Encarnação	5258	1	0
Aradas	8055	3	1	Gafanha da Nazaré	13627	3	2
Cacia	6356	6	3	Gafanha do Carmo	1781	0	0
Esgueira	11467	7	4	Ílhavo (São Salvador)	15249	4	1
				Mealhada	18817	1	7
				Barcouço	1916	0	0
				Casal Comba	3112	0	3
				Luso	2464	0	0
				Pampilhosa	3610	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Vacariça	1814	0	1	Cepelos	1452	0	0
União das freguesias da Mea- lhada, Ventosa do Bairro e Antes	5901	1	3	Junqueira	1090	0	0
Murtosa	10048	2	2	Macieira de Cambra	4449	0	0
Bunheiro	2556	1	0	Roge	1714	2	0
Monte	1547	0	0	União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho	4952	0	0
Murtosa	3307	0	0	Beja	131183	408	65
Torreira	2638	1	2	Aljustrel	8631	1	0
Oliveira de Azeméis	61171	13	21	Ervidel	944	0	0
Carregosa	3121	1	0	Messejana	828	0	0
Cesar	2816	0	0	São João de Negrilhos	1463	1	0
Fajões	2811	0	2	União das freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos	5396	0	0
Loureiro	3106	0	1	Almodôvar	6792	27	14
Macieira de Sarnes	1789	2	0	Rosário	609	0	0
Ossela	1828	0	0	Santa Cruz	644	6	0
São Martinho da Gândara	1851	0	1	São Barnabé	523	1	0
São Roque	4629	0	1	Aldeia dos Fernandes	530	1	2
Vila de Cucujães	9826	1	1	União das freguesias de Almo- dôvar e Graça dos Padrões	3524	13	12
União das freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo	4745	3	2	União das freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	962	6	0
União das freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba- -Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail	18032	4	10	Alvito	1985	9	0
União das freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz	6617	2	3	Alvito	972	9	0
Oliveira do Bairro	21050	4	14	Vila Nova da Baronia	1013	0	0
Oiã	6729	2	4	Barrancos	1419	2	0
Oliveira do Bairro	5647	1	3	Barrancos	1419	2	0
Palhaça	2515	0	1	Beja	30157	13	10
União das freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa	6159	1	6	Baleizão	878	3	0
Ovar	49830	21	11	Beringel	1246	1	0
Cortegaça	3373	0	0	Cabeça Gorda	1286	1	0
Esmoriz	10539	9	3	Nossa Senhora das Neves	1520	0	0
Maceda	3192	1	0	Santa Clara de Louredo	629	0	1
Válega	6086	0	0	São Matias	490	0	0
União das freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã	26640	11	8	União das freguesias de Albernoa e Trindade	877	0	2
São João da Madeira	20331	8	15	União das freguesias de Beja (Sal- vador e Santa Maria da Feira)	8741	3	4
São João da Madeira	20331	8	15	União das freguesias de Beja (San- tiago Maior e São João Baptista)	11882	1	3
Sever do Vouga	11680	1	2	União das freguesias de Salvada e Quintos	1215	2	0
Couto de Esteves	897	0	0	União das freguesias de Santa Vi- tória e Mombeja	885	1	0
Pessegueiro do Vouga	1701	0	1	União das freguesias de Trigaches e São Brissos	508	1	0
Rocas do Vouga	1759	0	0	Castro Verde	6512	2	0
Sever do Vouga	2441	0	1	Entradas	700	1	0
Talhadas	1196	0	0	Santa Bárbara de Padrões	918	0	0
União das freguesias de Cedrim e Paradela	1472	0	0	São Marcos da Ataboeira	334	0	0
União das freguesias de Silva Es- cura e Dornelas	2214	1	0	União das freguesias de Castro Verde e Casével	4560	1	0
Vagos	22696	3	4	Cuba	3956	0	5
Calvão	1953	0	0	Cuba	2627	0	5
Gafanha da Boa Hora	2931	1	1	Faro do Alentejo	488	0	0
Ouca	1737	0	2	Vila Alva	397	0	0
Sosa	2734	0	0	Vila Ruiva	444	0	0
Santo André de Vagos	2099	0	0	Ferreira do Alentejo	7147	2	6
União das freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo	2496	1	0	Figueira dos Cavaleiros	1198	0	0
União das freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina	2936	0	0	Odivelas	505	0	0
União das freguesias de Vagos e Santo António	5810	1	1	União das freguesias de Alfândo e Peroguarda	1062	0	1
Vale de Cambra	22297	3	0	União das freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros	4382	2	5
Arões	1657	0	0	Mértola	6734	17	2
São Pedro de Castelões	6983	1	0	Alcaria Ruiva	749	1	0
				Corte do Pinto	810	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Espírito Santo	332	5	1	União das freguesias de Torre e			
Mértola	2492	8	1	Portela	638	0	0
Santana de Cambas	720	2	0	União das freguesias de Vilela,			
São João dos Caldeireiros	574	1	0	Seramil e Paredes Secas	651	0	0
União das freguesias de São Mi-				Barcelos	107846	30	6
guel do Pinheiro, São Pedro de				Abade de Neiva	1739	0	0
Solis e São Sebastião dos Carros	1057	0	0	Aborim	810	0	1
Moura	13256	12	1	Adães	678	0	0
Amareleja	2203	2	0	Airó	856	2	0
Póvoa de São Miguel	846	0	0	Aldreu	725	1	0
Sobral da Adiça	875	2	0	Alvelos	1903	0	0
União das freguesias de Moura				Arcozelo	10863	5	2
(Santo Agostinho e São João				Areias	964	0	0
Baptista) e Santo Amador	7709	8	1	Balugães	784	1	0
União das freguesias de Safara e				Barcelinhos	1638	0	0
Santo Aleixo da Restauração	1623	0	0	Barqueiros	1745	0	0
Odemira	20955	277	14	Cambeses	1202	0	0
Relíquias	788	22	0	Carapeços	1939	0	0
Sabóia	938	42	0	Carvalhal	1254	0	1
São Luís	1702	17	1	Carvalhas	683	0	0
São Martinho das Amoreiras	845	11	0	Cossourado	833	0	0
Vila Nova de Milfontes	4031	64	8	Cristelo	1731	0	0
Luzianes-Gare	340	37	0	Fornelos	696	0	0
Boavista dos Pinheiros	1271	6	1	Fragoso	1939	0	0
Longueira/Almograve	1045	1	0	Gilmonde	1398	0	0
Colos	887	0	0	Lama	1176	0	0
Santa Clara-a-Velha	736	8	0	Lijó	2077	0	0
São Salvador e Santa Maria	2680	21	3	Macieira de Rates	1593	1	0
São Teotónio	4726	48	1	Manhente	1694	0	0
Vale de Santiago	966	0	0	Martim	2066	0	0
Ourique	4728	41	0	Moure	818	0	0
Ourique	2400	29	0	Oliveira	954	0	0
Santana da Serra	802	7	0	Palme	981	0	0
União das freguesias de Garvão e				Panque	646	1	0
Santa Luzia	952	3	0	Paradela	720	0	0
União das freguesias de Panoias e				Pereira	1159	0	0
Conceição	574	2	0	Perelhal	1543	0	0
Serpa	13871	2	1	Pousa	2083	0	0
Brinches	917	0	0	Remelhe	1259	0	0
Pias	2453	1	0	Roriz	1842	0	0
Vila Verde de Ficalho	1267	1	1	Rio Covo (Santa Eugénia)	1399	0	0
União das freguesias de Serpa				Galegos (Santa Maria)	2600	0	0
(Salvador e Santa Maria)	5409	0	0	Galegos (São Martinho)	1769	1	0
União das freguesias de Vila Nova				Tamel (São Veríssimo)	2700	4	0
de São Bento e Vale de Vargo	3825	0	0	Silva	835	1	0
Vidigueira	5040	3	12	Ucha	1327	0	0
Pedrógão	971	0	0	Várzea	1581	0	0
Selmes	801	1	0	Vila Seca	1093	0	0
Vidigueira	2452	1	12	União das freguesias de Alheira e			
Vila de Frades	816	1	0	Igreja Nova	1611	0	0
Braga	786771	259	117	União das freguesias de Alvito			
Amares	19651	6	3	(São Pedro e São Martinho) e			
Barreiros	769	0	0	Couto	1236	0	0
Bico	723	0	0	União das freguesias de Areias de			
Caires	943	0	0	Vilar e Encourados	1669	0	0
Carrazedo	781	1	0	União das freguesias de Barcelos,			
Dornelas	592	0	0	Vila Boa e Vila Frescainha (São			
Fiscal	734	0	0	Martinho e São Pedro)	9933	1	2
Goães	675	1	0	União das freguesias de Campo e			
Lago	1825	0	0	Tamel (São Pedro Fins)	1385	0	0
Rendufe	1184	0	0	União das freguesias de Carreira			
Bouro (Santa Maria)	971	0	0	e Fonte Coberta	1842	1	0
Bouro (Santa Marta)	582	0	0	União das freguesias de Chorente,			
União das freguesias de Amares e				Góios, Courel, Pedra Furada e			
Figueiredo	2861	0	2	Gualal	2353	1	0
União das freguesias de Caldelas,				União das freguesias de Creixomil			
Sequeiros e Paranhos	1248	0	1	e Mariz	1099	1	0
União das freguesias de Ferreiros,				União das freguesias de Durrães e			
Prozelo e Besteiros	4474	4	0	Tregosa	1279	2	0
				União das freguesias de Gamil e			
				Midões	1238	0	0
				União das freguesias de Milhazes,			
				Vilar de Figs e Faria	1924	0	0
				União das freguesias de Negreiros			
				e Chavão	2112	1	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Quintiães e Aguiar	1128	0	0	Cabeceiras de Basto	17126	9	2
União das freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	1791	1	0	Abadim	547	0	0
União das freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	1842	4	0	Basto	855	0	0
União das freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	1230	0	0	Bucos	607	0	0
União das freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	3538	1	0	Cabeceiras de Basto	769	2	0
União das freguesias de Vila Cova e Feitos	2341	0	0	Cavez	1747	1	0
Braga	159719	79	61	Faia	566	0	0
Adaúfe	3731	1	0	Pedraça	807	0	0
Espinho	1153	0	0	Rio Douro	1135	4	0
Esporões	1559	0	0	União das freguesias de Alvite e Passos	1212	1	1
Figueiredo	1081	0	0	União das freguesias de Arco de Baulhe e Vila Nune	2069	1	0
Gualtar	4556	1	0	União das freguesias de Gondiaes e Vilar de Cunhas	627	0	0
Lamas	672	1	0	União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	6185	0	1
Mire de Tibães	2227	0	0	Celorico de Basto	19332	9	1
Padim da Graça	1539	0	0	Agilde	1128	0	0
Palmeira	5006	1	0	Arnóia	1639	0	0
Pedralva	1145	0	0	Borba de Montanha	1228	0	0
Priscos	1220	0	0	Codeçoso	445	0	0
Ruilhe	1084	0	0	Fervença	1215	0	0
Braga (São Vicente)	10917	7	3	Moreira do Castelo	600	0	0
Braga (São Vitor)	24023	14	21	Rego	1289	5	1
Sequeira	1788	0	1	Ribas	992	0	0
Sobrepota	1218	0	0	Basto (São Clemente)	1546	0	0
Tadim	968	0	0	Vale de Bouro	846	0	0
Tebosa	964	0	0	União das freguesias de Britelo, Gêmeos e Ourilhe	3289	2	0
União das freguesias de Arentim e Cunha	1408	0	0	União das freguesias de Caçarilhe e Infesta	784	0	0
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	13436	16	13	União das freguesias de Canedo de Basto e Corgo	1383	1	0
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	13041	7	6	União das freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	985	0	0
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2135	0	0	União das freguesias de Veade, Gagos e Molares	1963	1	0
União das freguesias de Celeirós, Avelada e Vimieiro	5942	6	2	Esposende	33748	14	2
União das freguesias de Crespos e Pousada	1350	1	0	Antas	2155	0	0
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	1726	0	0	Forjães	2592	0	0
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3577	0	0	Gemeses	1137	0	0
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	7920	2	2	Vila Chã	1505	0	0
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	904	0	0	União das freguesias de Apúlia e Fão	7276	3	1
União das freguesias de Lomar e Arcos	5726	1	0	União das freguesias de Belinho e Mar	3412	1	0
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	4368	0	1	União das freguesias de Esposende, Marinhos e Gandra	10869	10	1
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3628	0	0	União das freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto	1761	0	0
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1323	0	0	União das freguesias de Palmeira de Faro e Curvos	3041	0	0
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	11942	3	4	Fafe	50907	3	2
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	4061	12	5	Armil	684	1	0
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	9945	6	3	Estorãos	1946	0	0
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	957	0	0	Fafe	14875	0	1
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1479	0	0	Fornelos	1425	0	0
				Golães	2129	0	0
				Medelo	1342	0	0
				Passos	1037	0	0
				Quinchães	2158	0	0
				Regadas	1594	0	0
				Revelhe	791	0	0
				Ribeiros	622	0	0
				Arões (Santa Cristina)	1329	0	0
				São Gens	1808	0	0
				Silvares (São Martinho)	1288	1	0
				Arões (São Romão)	3198	0	0
				Travassós	1707	0	1
				Vinhós	738	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União de freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído	1029	0	0	União das freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães	2061	0	0
União de freguesias de Agrela e Serafão	1328	0	0	União das freguesias de Serzedo e Calvos	2088	0	0
União de freguesias de Antime e Silveiras (São Clemente)	1979	0	0	União das freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar	2291	0	0
União de freguesias de Ardegão, Arnózel e Seidões	1207	1	0	União das freguesias de Tabuadelo e São Faustino	2279	0	0
União de freguesias de Cepães e Fareja	2035	0	0	Póvoa de Lanhoso	24285	11	4
União de freguesias de Freitas e Vila Cova	962	0	0	Covelas	416	0	1
União de freguesias de Monte e Queimadela	1323	0	0	Ferreiros	384	1	0
União de freguesias de Moreira do Rei e Várzea Cova	2373	0	0	Galegos	631	0	0
Guimarães	144544	25	15	Garfe	1286	0	0
Aldão	1215	0	0	Geraz do Minho	545	0	0
Azurém	7551	0	0	Lanhoso	777	0	0
Barco	1374	0	0	Monsul	837	0	0
Brito	4209	5	0	Póvoa de Lanhoso (Nossa Senhora do Amparo)	5402	1	2
Caldelas	5756	2	8	Rendufinho	748	0	0
Costa	3875	0	3	Santo Emilião	934	0	0
Creixomil	8485	5	0	São João de Rei	450	0	0
Fermentões	4889	0	0	Serzedelo	846	0	0
Gonça	919	0	0	Sobradelo da Goma	1031	0	0
Gondar	2522	0	0	Taíde	1926	0	0
Guardizela	2100	0	0	Travassos	798	0	0
Infantas	1554	0	1	Vilela	662	0	0
Longos	1495	0	0	União das freguesias de Águas Santas e Moure	671	1	0
Lordelo	3881	1	0	União das freguesias de Calvos e Frades	795	5	1
Mesão Frio	3947	0	0	União das freguesias de Campos e Louredo	1515	2	0
Moreira de Cónegos	4547	0	0	União das freguesias de Esperança e Brunhais	949	1	0
Nespereira	2392	0	0	União das freguesias de Fonte Arcada e Oliveira	1791	0	0
Pencelo	1106	0	0	União das freguesias de Verim, Friande e Ajude	891	0	0
Pinheiro	1054	0	0	Terras de Bouro	7791	1	0
Polvoreira	3290	0	0	Balança	380	0	0
Ponte	5758	1	1	Campo do Gerês	159	0	0
Ronfe	4104	0	0	Carvalheira	400	0	0
Prazins (Santa Eufémia)	1122	0	0	Covide	394	0	0
Selho (São Cristóvão)	2138	0	0	Gondoriz	330	0	0
Selho (São Jorge)	5204	0	0	Moimenta	731	0	0
Candoso (São Martinho)	1210	0	0	Ribeira	242	0	0
Sande (São Martinho)	2602	0	0	Rio Caldo	962	1	0
São Torcato	3221	0	0	Souto	539	0	0
Serzedelo	3411	1	0	Valdosende	705	0	0
Silveiras	2082	0	0	Vilar da Veiga	1341	0	0
Urgezes	4820	4	0	União das freguesias de Chamoim e Vilar	480	0	0
União das freguesias de Abação e Gémeos	2349	1	0	União das freguesias de Chorense e Monte	674	0	0
União das freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil	3389	1	0	União das freguesias de Cibões e Brufe	454	0	0
União das freguesias de Arosa e Castelões	876	0	0	Vieira do Minho	14829	18	2
União das freguesias de Atães e Rendufe	2279	0	0	Cantelães	780	1	0
União das freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim	2178	0	0	Eira Vedra	727	0	0
União das freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia	1846	0	0	Guilhofrei	1232	1	0
União das freguesias de Candoso São Tiago e Mascotelos	3019	0	0	Louredo	574	1	0
União das freguesias de Conde e Gandarela	2210	0	0	Mosteiro	826	0	0
União das freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo	1360	0	0	Parada do Bouro	603	0	0
União das freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião	7836	3	1	Pinheiro	517	0	0
União das freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite	1673	0	0	Rossas	2034	5	0
União das freguesias de Sande São Lourenço e Balazar	1704	1	1	Salamonde	484	0	0
União das freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente	3273	0	0	Tabuaças	952	3	0
				Vieira do Minho	2430	3	2
				União das freguesias de Anissó e Soutelo	495	0	0
				União das freguesias de Anjos e Vilar do Chão	726	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Caniçada e Soengas	661	0	0	Aboim da Nóbrega e Gondomar	1233	0	0
União das freguesias de Ruivães e Campos	1048	3	0	União das freguesias da Ribeira do Neiva	4188	4	0
União das freguesias de Ventosa e Cova	740	1	0	União das freguesias de Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)	1035	0	0
Vila Nova de Famalicão	118291	29	17	União das freguesias de Escariz (São Mamede) e Escariz (São Martinho)	906	0	0
Bairro	3327	0	1	União das freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós	994	0	0
Brufe	2062	0	0	União das freguesias de Marrancos e Arcozelo	972	1	0
Castelões	1746	0	0	União das freguesias de Oriz (Santa Marinha) e Oriz (São Miguel)	607	0	0
Cruz	1467	0	0	União das freguesias de Pico de Regalados, Gondães e Mós	1459	1	0
Delães	3725	1	0	União das freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide	1472	3	0
Fradelos	3261	0	0	União das freguesias de Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)	787	0	0
Gavião	3362	3	0	União das freguesias do Vade	2056	0	0
Joane	6932	0	0	Vila Verde e Barbudo	6394	2	0
Landim	2777	1	0	Vizela	20684	6	1
Louro	1948	2	0	Santa Eulália	4702	0	0
Lousado	3439	1	1	Infias	1606	4	0
Mogege	1771	0	0	Vizela (Santo Adrião)	2065	0	0
Nine	2611	0	1	União das freguesias de Caldas de Vizela (São Miguel e São João)	9520	2	1
Pedome	2070	0	0	União das freguesias de Tagilde e Vizela (São Paio)	2791	0	0
Pousada de Saramagos	2037	0	0	Bragança	150153	91	27
Requião	2869	0	0	Alfândega da Fé	5800	1	3
Riba de Ave	3206	1	1	Alfândega da Fé	1944	0	0
Ribeirão	7544	0	2	Cerejais	230	0	0
Oliveira (Santa Maria)	3258	0	0	Sambade	599	0	0
Vale (São Martinho)	1846	0	0	Vilar Chão	320	0	0
Oliveira (São Mateus)	2428	0	0	Vilarelhos	287	0	0
Vermoim	2699	0	0	Vilares de Vilarica	282	0	0
Vilarinho das Cambas	1093	0	0	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	442	0	1
União das freguesias de Antas e Abade de Vermoim	5930	2	0	União das freguesias de Eucisia, Gouveia e Valverde	458	1	0
União das freguesias de Armoso (Santa Maria e Santa Eulália) e Sezures	3185	1	0	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	315	0	0
União das freguesias de Avidos e Lagoa	2263	0	0	União das freguesias de Gebelim e Soeima	426	0	0
União das freguesias de Carreira e Bente	2451	0	0	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	296	0	0
União das freguesias de Esmeriz e Cabeçudos	3126	2	1	União das freguesias de Pombal e Vales	201	0	2
União das freguesias de Gondifelos, Cavalões e Outiz	4382	4	0	Bragança	36661	23	7
União das freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei	2819	1	2	Alfaião	228	0	0
União das freguesias de Ruivães e Novais	2877	0	0	Babe	365	0	0
União das freguesias de Seide	1432	0	0	Baçal	570	0	0
União das freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela	4849	1	0	Carragosa	302	0	0
União das freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário	17499	9	8	Castro de Avelãs	324	0	0
Vila Verde	48018	19	1	Coelhoso	514	0	1
Atiães	485	0	0	Donai	426	0	0
Cabanelas	1900	0	0	Espinhosela	341	0	0
Cervães	2138	0	0	França	378	4	0
Couciero	505	1	0	Gimonde	408	0	0
Dossãos	443	0	0	Gondesende	228	4	0
Freiriz	1086	0	0	Gostei	502	0	0
Gême	518	0	0	Grijó de Parada	413	0	0
Lage	2630	1	0	Macedo do Mato	315	0	0
Lanhas	593	0	0	Mós	268	0	0
Loureira	1094	0	0	Nogueira	505	0	0
Moure	1596	0	0	Outeiro	377	0	0
Oleiros	1304	0	0	Parâmio	306	0	0
Parada de Gatim	777	0	0	Pinela	340	0	0
Pico	637	0	0	Quintanilha	291	0	0
Ponte	547	2	0				
Sabariz	431	0	0				
Vila de Prado	4184	2	1				
Prado (São Miguel)	731	0	0				
Soutelo	2004	2	0				
Turiz	1633	0	0				
Valdreu	679	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Quintela de Lampaças	314	1	0	Vale da Porca	358	0	0
Rabal	279	0	0	Vale de Prados	483	1	0
Rebordãos	568	0	0	Vilarinho de Agrochão	273	0	0
Salsas	517	1	0	Vinhas	347	0	0
Samil	955	1	0	União das freguesias de Ala e Vilarinho do Monte	676	0	0
Santa Comba de Rossas	373	0	0	União das freguesias de Bornes e Burga	656	0	0
São Pedro de Sarracenos	380	0	0	União das freguesias de Castelãos e Vilar do Monte	521	0	0
Sendas	244	1	0	União das freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco	796	0	0
Serapicos	357	0	0	União das freguesias de Podence e Santa Combinha	497	0	0
Sortes	341	0	0	União das freguesias de Talhinhos e Bagueixe	535	0	0
Zoio	207	1	0	Miranda do Douro	7933	10	7
União das freguesias de Aveleda e Rio de Onor	475	0	0	Duas Igrejas	753	0	0
União das freguesias de Castrelos e Carrazedo	308	0	0	Genísio	256	0	0
União das freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova	1323	1	0	Malhadas	405	0	0
União das freguesias de Parada e Failde	995	0	0	Miranda do Douro	1912	9	7
União das freguesias de Rebordainhos e Pombares	293	0	0	Palaçoulo	519	0	0
União das freguesias de Rio Frio e Milhão	488	0	0	Picote	327	0	0
União das freguesias de São Julião de Palácios e Deilão	625	0	1	Póvoa	223	0	0
União das freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo	20218	9	5	São Martinho de Angueira	422	0	0
Carrazeda de Ansiães	7066	1	1	Vila Chã de Braciosa	404	0	0
Carrazeda de Ansiães	1549	0	0	União das freguesias de Constantim e Cicouro	264	0	0
Fonte Longa	345	0	0	União das freguesias de Ifanes e Paradela	347	1	0
Linhares	563	0	0	União das freguesias de Sendim e Atenor	1497	0	0
Marzagão	306	0	1	União das freguesias de Silva e Águas Vivas	604	0	0
Parambos	273	0	0	Mirandela	24709	1	3
Pereiros	271	0	0	Abambres	404	0	0
Pinhal do Norte	325	1	0	Abreiro	323	1	0
Pombal	328	0	0	Agueiras	392	0	0
Seixo de Ansiães	349	0	0	Alvites	317	0	0
Vilarinho da Castanheira	603	0	0	Bouça	370	0	0
União das freguesias de Amedo e Zedes	580	0	0	Cabanelas	434	0	0
União das freguesias de Belver e Mogo de Malta	461	0	0	Caravelas	277	0	0
União das freguesias de Castanheiro do Norte e Ribalonga	580	0	0	Carvalhais	1258	0	0
União das freguesias de Lavadreira, Beira Grande e Selores	533	0	0	Cedães	463	0	0
Freixo de Espada à Cinta	3634	25	0	Cobro	195	0	0
Ligares	413	0	0	Fradizela	314	0	0
Poiães	425	0	0	Frechas	1010	0	0
União das freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco	2145	25	0	Lamas de Orelhão	549	0	0
União das freguesias de Lagoaça e Fornos	651	0	0	Mascarenhas	666	0	0
Macedo de Cavaleiros	18878	6	0	Mirandela	10505	0	3
Amendoeira	470	0	0	Múrias	397	0	0
Arcas	407	0	0	Passos	494	0	0
Carrapatas	250	0	0	São Pedro Velho	400	0	0
Chacim	428	1	0	São Salvador	243	0	0
Cortiços	441	0	0	Suçães	735	0	0
Corujas	213	0	0	Torre de Dona Chama	1227	0	0
Ferreira	427	1	0	Vale de Asnes	363	0	0
Grijó	522	1	0	Vale de Gouvinhas	436	0	0
Lagoa	427	0	0	Vale de Salgueiro	435	0	0
Lamalonga	472	0	0	Vale de Telhas	346	0	0
Lamas	337	0	0	União das freguesias de Avantos e Romeu	481	0	0
Lombo	365	0	0	União das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira	576	0	0
Macedo de Cavaleiros	5953	2	0	União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa	460	0	0
Morais	764	0	0	União das freguesias de Franco e Vila Boa	429	0	0
Olmos	300	0	0	União das freguesias de Freixeda e Vila Verde	210	0	0
Peredo	294	0	0	Mogadouro	11216	12	4
Salselas	522	0	0	Azinhoso	397	0	0
Sezulte	352	0	0	Bemposta	778	1	0
Talhas	539	0	0				
Vale Benfeito	253	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Bruçó	229	3	0	União das freguesias de Caçare-			
Brunhoso	349	1	0	lhos e Angueira	410	0	0
Castelo Branco	563	3	2	União das freguesias de Vale de			
Castro Vicente	433	0	0	Frades e Avelanoso.	479	0	0
Meirinhos	346	0	0	Vinhais	11129	2	0
Paradela	207	0	0	Agrochão	323	0	0
Penas Roias	471	0	0	Candedo	406	0	0
Peredo da Bemposta.	236	1	0	Celas.	336	1	0
Saldanha	207	0	0	Edral.	301	0	0
São Martinho do Peso	540	0	0	Edrosa	199	0	0
Tó	206	0	1	Ervedosa.	517	0	0
Travanca.	205	0	0	Paçó	261	0	0
Urrós	420	0	0	Penhas Juntas	338	0	0
Vale da Madre	176	0	0	Rebordelo.	730	0	0
Vila de Ala	326	0	0	Santalha	370	0	0
União das freguesias de Brunho-				Tuizelo	503	0	0
zinho, Castanheira e Sanhoane	370	0	1	Vale das Fontes	460	0	0
União das freguesias de Moga-				Vila Boa de Ousilhão	192	0	0
douro, Valverde, Vale de Porco	3687	3	0	Vila Verde.	263	0	0
e Vilar de Rei				Vilar de Ossos	315	0	0
União das freguesias de Remondes	576	0	0	Vilar de Peregrinos.	217	0	0
e Soutelo.				Vilar Seco de Lomba	316	0	0
União das freguesias de Vilarinho				Vinhais	2233	0	0
dos Galegos e Ventozelo	494	0	0	União das freguesias de Curopos			
Torre de Moncorvo.	9326	7	0	e Vale de Janeiro	438	0	0
Açoreira	463	0	0	União das freguesias de Moimenta			
Cabeça Boa	426	0	0	e Montouto	341	0	0
Carviçais	874	2	0	União das freguesias de Nunes e			
Castedo.	244	1	0	Ousilhão	302	0	0
Horta da Vilarça	401	0	0	União das freguesias de Quirás e			
Larinho.	485	2	0	Pinheiro Novo	440	0	0
Lousa	514	0	0	União das freguesias de Sobreiro			
Mós	255	0	0	de Baixo e Alvaredos.	552	0	0
Torre de Moncorvo.	2656	1	0	União das freguesias de Soeira,			
União das freguesias de Adeganha				Fresulf e Mofreita.	275	1	0
e Cardanha	758	0	0	União das freguesias de Travanca			
União das freguesias de Felgar e				e Santa Cruz.	167	0	0
Souto da Velha	1194	1	0	União das freguesias de Vilar de			
União das freguesias de Felgueiras				Lomba e São Jomil.	334	0	0
e Maçores.	550	0	0	Castelo Branco	185209	81	38
União das freguesias de Urros e				Belmonte	6632	7	3
Peredo dos Castelhanos	506	0	0	Caria.	1994	2	0
Vila Flor.	7472	2	0	Inguais	688	0	0
Benlhevai	208	0	0	Maçainhas	350	1	0
Freixiel.	762	0	0	União das freguesias de Belmonte			
Roios	178	0	0	e Colmeal da Torre.	3600	4	3
Samões	389	1	0	Castelo Branco	51138	19	14
Sampaio	195	0	0	Alcains	4527	0	0
Santa Comba de Vilarça	442	0	0	Almaceda	789	0	0
Seixo de Manhoses	518	0	0	Benquerenças	610	2	0
Trindade	174	1	0	Castelo Branco.	30624	13	14
Vale Frechoso.	200	0	0	Lardosa	900	0	0
União das freguesias de Assares e				Lourçal do Campo	631	0	0
Lodões	300	0	0	Malpica do Tejo	527	1	0
União das freguesias de Cadoso				Monforte da Beira	342	0	0
e Carvalho de Egas.	374	0	0	Salgueiro do Campo.	814	0	0
União das freguesias de Valtorno				Santo André das Tojeiras	836	1	0
e Mourão	512	0	0	São Vicente da Beira	1331	0	0
União das freguesias de Vila Flor				Sarzedas	1398	0	0
e Nabo	2408	0	0	Tinalhas	603	0	0
União das freguesias de Vilas Boas				União das freguesias de Cebolais			
e Vilarinho das Azenhas.	812	0	0	de Cima e Retaxo	1822	0	0
Vimioso	6329	1	2	União das freguesias de Escalos			
Argozelo.	984	0	0	de Baixo e Mata.	1230	0	0
Carção	635	0	0	União das freguesias de Escalos			
Matela	408	0	0	de Cima e Lousa.	1593	0	0
Pinelo	289	0	0	União das freguesias de Freixial e			
Santulhão	658	1	1	Juncal do Campo	816	0	0
Vilar Seco.	212	0	0	União das freguesias de Ninho do			
Vimioso	1347	0	1	Açor e Sobral do Campo	832	0	0
União das freguesias de Algozo,				União das freguesias de Póvoa de			
Campo de Víboras e Uva.	907	0	0	Rio de Moinhos e Cafede. . . .	913	2	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Covilhã	49532	8	2	União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	816	2	0
Aldeia de São Francisco de Assis	594	0	0	União das freguesias de Zebreira e Segura	1127	0	0
Boidobra	2659	0	0	Oleiros	5509	0	1
Cortes do Meio	931	1	0	Álvaro	225	0	0
Dominguizo	1029	0	0	Cambas	331	0	0
Erada	821	0	0	Isna	208	0	0
Ferro	1514	0	0	Madeirã	164	0	0
Orjais	779	0	0	Mosteiro	325	0	0
Paul	1583	0	0	Orvalho	557	0	0
Peraboa	1025	0	0	Sarnadas de São Simão	248	0	0
São Jorge da Beira	778	1	0	Sobral	186	0	1
Sobral de São Miguel	519	2	0	Estreito-Vilar Barroco	1069	0	0
Tortosendo	5009	0	0	Oleiros-Amieira	2196	0	0
Unhais da Serra	1255	0	0	Penamacor	5515	1	0
Verdelhos	723	0	0	Aranhas	337	1	0
União das freguesias de Barco e Coutada	1133	1	0	Benquerença	590	0	0
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	3953	1	0	Meimão	357	0	0
União das freguesias de Casegas e Ourondo	1092	0	0	Meimosa	420	0	0
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	17596	1	1	Penamacor	1309	0	0
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	1492	0	0	Salvador	426	0	0
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	4227	1	1	Vale da Senhora da Póvoa	267	0	0
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	820	0	0	União das freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires	1126	0	0
Fundão	28711	18	3	União das freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta	683	0	0
Alcaide	631	0	0	Proença-a-Nova	7905	5	3
Alcaria	1085	2	1	Montes da Senhora	688	2	2
Alcongosta	485	0	0	São Pedro do Esteval	534	0	1
Alpedrinha	984	0	0	União das freguesias de Proença-a-Nova e Peral	4613	3	0
Barroca	660	0	0	União das freguesias de Sobreira Formosa e Alvito da Beira	2070	0	0
Bogas de Cima	501	1	0	Sertã	14727	6	3
Capinha	581	2	0	Cabeçudo	867	0	0
Castelejo	789	0	0	Carvalhal	496	1	0
Castelo Novo	327	0	0	Castelo	1008	0	0
Fatela	546	6	0	Pedrógão Pequeno	709	1	0
Lavacolhos	272	0	0	Sertã	5324	2	3
Orca	682	0	0	Troviscal	905	1	0
Pêro Viseu	766	1	0	Várzea dos Cavaleiros	859	0	0
Silvares	1116	1	2	União das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	3388	1	0
Soalheira	959	0	0	União das freguesias de Cumeada e Marmeleiro	692	0	0
Souto da Casa	887	0	0	União das freguesias de Ermida e Figueiredo	479	0	0
Telhado	617	0	0	Vila de Rei	2947	5	0
Enxames	513	0	0	Fundada	574	2	0
Três Povos	1127	0	0	São João do Peso	151	1	0
União das freguesias de Janeiro de Cima e Bogas de Baixo	654	0	0	Vila de Rei	2222	2	0
União das freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanês e Aldeia Nova do Cabo	11761	5	0	Vila Velha de Ródão	3061	9	2
União das freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo	1265	0	0	Fratel	547	0	1
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	1503	0	0	Perais	464	0	0
Idanha-a-Nova	9532	3	7	Sarnadas de Ródão	489	1	0
Aldeia de Santa Margarida	290	0	0	Vila Velha de Ródão	1561	8	1
Ladoeiro	1271	0	1	Coimbra	394294	393	94
Medelim	249	0	0	Arganil	11152	56	3
Oledo	377	0	0	Arganil	3495	2	1
Penha Garcia	763	0	2	Benfeita	382	8	0
Proença-a-Velha	215	0	0	Celavisa	187	4	0
Rosmaninhal	656	0	0	Folques	308	0	0
São Miguel de Acha	616	0	0	Piódão	185	2	0
Toulões	249	0	0	Pomares	443	3	0
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	2169	1	4	Pombeiro da Beira	972	0	0
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	734	0	0	São Martinho da Cortiça	1363	3	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Sarzedo.....	612	0	0	Figueira da Foz.....	58703	32	15
Secarias.....	373	8	1	Alqueidão.....	1649	0	0
União das freguesias de Cepos e Teixeira.....	257	4	1	Maiorca.....	2567	0	0
União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra.....	399	0	0	Marinha das Ondas.....	2849	1	1
União das freguesias de Côja e Barril de Alva.....	1602	7	0	Tavarede.....	8356	2	1
União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.....	574	15	0	Vila Verde.....	2674	0	0
Cantanhede.....	36690	8	5	São Pedro.....	2768	1	0
Anã.....	2395	1	0	Bom Sucesso.....	2211	0	0
Cadima.....	3018	0	0	Moinhos da Gândara.....	1362	0	0
Cordinhã.....	1098	0	0	Alhadas.....	4342	4	1
Febres.....	3825	1	0	Buarcos.....	18008	14	8
Murtede.....	1429	0	0	Ferreira-a-Nova.....	2492	0	0
Ourentã.....	1280	0	0	Lavos.....	3571	3	0
Tocha.....	3752	0	0	Paão.....	2787	1	4
São Caetano.....	806	0	1	Quiaios.....	3067	6	0
Sanguinheira.....	1851	0	0	Góis.....	3813	25	2
União das freguesias de Canta- nhede e Pocariça.....	8155	5	1	Alvares.....	685	5	2
União das freguesias de Covões e Camarneira.....	3507	0	3	Góis.....	1904	4	0
União das freguesias de Portunhos e Outil.....	1931	1	0	Vila Nova do Ceira.....	863	3	0
União das freguesias de Sepins e Bolho.....	2077	0	0	União das freguesias de Cadafaz e Colmeal.....	361	13	0
União das freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima.....	1566	0	0	Lousã.....	15172	32	4
Coimbra.....	129037	76	50	Serpins.....	1493	8	0
Almalaguês.....	2803	0	3	Gândaras.....	1145	0	0
Brasfemes.....	1774	1	1	União das freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio.....	1228	7	1
Ceira.....	3480	0	0	União das freguesias de Lousã e Vilarinho.....	11306	17	3
Cernache.....	3525	0	1	Mira.....	13223	3	0
Santo António dos Olivais.....	35126	34	7	Mira.....	7438	1	0
São João do Campo.....	1870	0	0	Seixo.....	1524	0	0
São Silvestre.....	2688	5	0	Carapelhos.....	854	0	0
Torres do Mondego.....	2110	0	1	Praia de Mira.....	3407	2	0
União das freguesias de Antuzede e Vil de Matos.....	2799	3	0	Miranda do Corvo.....	11255	15	0
União das freguesias de Assafarge e Antanol.....	4503	2	0	Lamas.....	754	6	0
União das freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Alme- dina e São Bartolomeu).....	13572	11	11	Miranda do Corvo.....	6293	4	0
União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades.....	15603	1	4	Vila Nova.....	936	0	0
União das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.....	10764	14	20	União das freguesias de Semide e Rio Vide.....	3272	5	0
União das freguesias de São Mar- tinho de Árvore e Lamarosa.....	2766	0	0	Montemor-o-Velho.....	22861	10	1
União das freguesias de São Mar- tinho do Bispo e Ribeira de Frades.....	14089	2	1	Arazede.....	5225	1	0
União das freguesias de Souselas e Botão.....	4347	0	0	Carapinheira.....	2562	0	0
União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.....	3740	3	1	Liceia.....	1131	0	0
União das Freguesias de Trouxe- mil e Torre de Vilela.....	3478	0	0	Meãs do Campo.....	1541	1	1
Condeixa-a-Nova.....	13946	2	1	Pereira.....	2702	2	0
Anobra.....	1063	0	1	Santo Varão.....	1601	2	0
Ega.....	2451	0	0	Seixo de Gatões.....	1207	0	0
Furadouro.....	188	0	0	Tentúgal.....	1821	0	0
Zambujal.....	384	0	0	Ereira.....	588	0	0
União das freguesias de Condeixa- a-Velha e Condeixa-a-Nova.....	6462	2	0	União das freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca.....	1394	4	0
União das freguesias de Sebal e Belide.....	2530	0	0	União das freguesias de Monte- mor-o-Velho e Gatões.....	3089	0	0
União das freguesias de Vila Seca e Bem da Fé.....	868	0	0	Oliveira do Hospital.....	18931	41	4
				Aldeia das Dez.....	494	5	0
				Alvoco das Várzeas.....	274	0	0
				Avô.....	482	4	0
				Bobadela.....	590	1	0
				Lagares.....	1304	2	0
				Lourosa.....	506	0	0
				Meruge.....	503	2	0
				Nogueira do Cravo.....	2042	6	0
				São Gião.....	488	0	0
				Seixo da Beira.....	1590	3	0
				Travanca de Lagos.....	1082	0	0
				União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.....	1376	12	1
				União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa.....	1206	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Grammaços	5094	0	3	Évora	143122	167	90
União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira	1089	2	0	Alandroal	5122	8	0
União das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira	811	4	0	Santiago Maior	2009	1	0
Pampilhosa da Serra	4188	4	1	Capelins (Santo António)	486	2	0
Cabril	252	0	0	Terena (São Pedro)	679	3	0
Dornelas do Zêzere	584	0	0	União das freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	1948	2	0
Janeiro de Baixo	680	0	0	Arraiolos	6238	2	0
Pampilhosa da Serra	1195	0	1	Arraiolos	2828	1	0
Pessegueiro	174	3	0	Igrejinha	759	1	0
Unhais-o-Velho	553	1	0	Vimeiro	1324	0	0
Fajão-Vidual	315	0	0	União das freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro	838	0	0
Portela do Fojo-Machio	435	0	0	União das freguesias de São Gregório e Santa Justa	489	0	0
Penacova	14863	8	3	Borba	6327	3	0
Carvalho	891	0	0	Borba (Matriz)	3102	3	0
Figueira de Lervão	2552	0	0	Orada	689	0	0
Lorvão	3648	0	0	Rio de Moinhos	1830	0	0
Penacova	3122	5	1	Borba (São Bartolomeu)	706	0	0
Sazes do Lorvão	734	1	0	Estremoz	12397	8	1
União das freguesias de Friúmes e Paradelas	810	0	0	Arcos	980	0	0
União das freguesias de Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego	1103	0	2	Glória	449	1	0
União das freguesias de São Pedro de Alva e São Paio de Mondego	2003	2	0	Évora Monte (Santa Maria)	518	0	0
Penela	5289	8	0	São Domingos de Ana Loura	323	2	0
Cumeeira	1002	0	0	Veios	920	0	0
Espinhel	695	1	0	União das freguesias de Estremoz (Santa Maria e Santo André)	7419	4	1
Podentes	450	0	0	União das freguesias de São Bento do Cortiço e Santo Estêvão	674	1	0
União das freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3142	7	0	União das freguesias de São Lourenço de Mamporção e São Bento de Ana Loura	494	0	0
Soure	18183	9	2	União das freguesias do Ameixial (Santa Vitória e São Bento)	620	0	0
Alfarelos	1144	0	0	Évora	47802	56	71
Figueiró do Campo	1358	1	0	Nossa Senhora da Graça do Divor	393	1	0
Granja do Ulmeiro	1605	0	0	Nossa Senhora de Machede	891	2	0
Samuel	1208	0	0	São Bento do Mato	1015	1	0
Soure	7539	0	1	São Miguel de Machede	686	1	0
Tapéus	359	0	0	Torre de Coelheiros	619	1	1
Vila Nova de Anços	986	0	1	Canaviais	2620	2	0
Vinha da Rainha	1491	6	0	União das freguesias de Bacele e Senhora da Saúde	15517	17	48
União das freguesias de Degraças e Pombalinho	1384	0	0	União das freguesias de Évora (São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)	5030	7	2
União das freguesias de Gesteira e Brunhós	1109	2	0	União das freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras	17996	16	20
Tábua	10678	55	2	União das freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe	958	7	0
Candosa	679	10	2	União das freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro	1112	1	0
Carapinha	344	0	0	União das freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora da Boa Fé	965	0	0
Midões	1568	9	0	Montemor-o-Novo	14965	8	0
Mouronho	752	1	0	Cabrela	546	0	0
Póvoa de Midões	553	6	0	Santiago do Escoural	1156	0	0
São João da Boa Vista	430	2	0	São Cristóvão	542	0	0
Tábua	2834	1	0	Ciborro	661	0	0
União das freguesias de Ázere e Covelo	859	5	0	Foros de Vale de Figueira	950	0	0
União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha	1223	12	0	União das freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre	1381	0	0
União das freguesias de Espariz e Sinde	943	0	0	União das freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras	9729	8	0
União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	493	9	0				
Vila Nova de Poiares	6310	9	1				
Arrifana	1344	4	0				
Lavegadas	228	0	0				
Poiares (Santo André)	3521	3	1				
São Miguel de Poiares	1217	2	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Mora.....	4610	0	3	Faro.....	55709	178	130
Brotas.....	416	0	0	Santa Bárbara de Nexe.....	3016	71	8
Cabeção.....	1057	0	0	Montenegro.....	6494	21	21
Mora.....	2282	0	3	União das freguesias de Conceição e Estoi.....	6562	42	19
Pavia.....	855	0	0	União das freguesias de Faro (Sé e São Pedro).....	39637	44	82
Mourão.....	2382	3	0	Lagoa.....	18114	316	78
Granja.....	610	1	0	Ferragudo.....	1676	64	1
Luz.....	296	0	0	Porches.....	1631	38	18
Mourão.....	1476	2	0	União das freguesias de Estômbar e Parchal.....	7038	26	20
Portel.....	5605	4	2	União das freguesias de Lagoa e Carvoeiro.....	7769	188	39
Monte do Trigo.....	1065	0	1	Lagos.....	23136	653	28
Portel.....	2270	1	1	Luz.....	2150	99	4
Santana.....	467	0	0	Odiáxere.....	2131	42	0
Vera Cruz.....	341	0	0	União das freguesias de Bensafrim e Barão de São João.....	1632	212	9
União das freguesias de Amieira e Alqueva.....	670	3	0	União das freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria).....	17223	300	15
União das freguesias de São Bartolomeu do Outeiro e Oriola.....	792	0	0	Loulé.....	56425	925	496
Redondo.....	6014	61	8	Almancil.....	7340	278	128
Monteito.....	1121	0	0	Alte.....	1730	65	0
Redondo.....	4893	61	8	Ameixial.....	463	3	0
Reguengos de Monsaraz.....	9210	4	1	Boliqueime.....	3813	91	18
Corval.....	1158	0	0	Quarteira.....	17735	169	300
Monsaraz.....	705	2	0	Salir.....	2512	39	1
Reguengos de Monsaraz.....	5990	2	1	Loulé (São Clemente).....	14391	84	27
União das freguesias de Campo e Campinho.....	1357	0	0	Loulé (São Sebastião).....	6141	98	18
Vendas Novas.....	10307	7	0	União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim.....	2300	98	4
Vendas Novas.....	9659	6	0	Monchique.....	5034	96	0
Landeira.....	648	1	0	Alferce.....	334	14	0
Viana do Alentejo.....	4876	0	1	Marmelete.....	674	19	0
Alcáçovas.....	1744	0	0	Monchique.....	4026	63	0
Viana do Alentejo.....	2401	0	1	Olhão.....	37434	172	66
Aguiar.....	731	0	0	Olhão.....	12959	11	15
Vila Viçosa.....	7267	3	3	Pechão.....	2806	23	1
Bencatel.....	1480	0	0	Quelfes.....	13723	35	43
Ciladas.....	938	0	0	União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta.....	7946	103	7
Pardais.....	477	0	0	Portimão.....	46117	303	228
Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu.....	4372	3	3	Alvor.....	4660	69	6
Faro.....	368219	5003	2034	Mexilhoeira Grande.....	3109	49	0
Albufeira.....	31935	465	754	Portimão.....	38348	185	222
Guia.....	3054	61	16	São Brás de Alportel.....	8866	145	10
Paderne.....	2658	40	8	São Brás de Alportel.....	8866	145	10
Ferreiras.....	4876	32	20	Silves.....	29859	566	122
Albufeira e Olhos de Água.....	21347	332	710	Armação de Pêra.....	4292	60	48
Alcoutim.....	2779	13	5	São Bartolomeu de Messines.....	6921	222	38
Giões.....	233	1	0	São Marcos da Serra.....	1141	27	1
Martim Longo.....	991	6	4	Silves.....	9070	89	10
Vaqueiros.....	510	0	1	União das freguesias de Alcantarilha e Pêra.....	3804	81	10
União das freguesias de Alcoutim e Pereiro.....	1045	6	0	União das freguesias de Algoz e Tunes.....	4631	87	15
Aljezur.....	4158	198	6	Tavira.....	22031	635	64
Aljezur.....	2177	165	5	Cachopo.....	704	0	0
Bordeira.....	325	16	0	Santa Catarina da Fonte do Bispo.....	1480	87	0
Odeceixe.....	780	2	0	Santa Luzia.....	1287	5	2
Rogil.....	876	15	1	União das freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira.....	2223	67	4
Castro Marim.....	5858	76	3	União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão.....	3805	166	9
Azinhal.....	480	2	0	União das freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago).....	12532	310	49
Castro Marim.....	2842	28	1				
Odeleite.....	727	0	0				
Altura.....	1809	46	2				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Vila do Bispo	3985	178	12	Figueira de Castelo Rodrigo	6105	1	2
Barão de São Miguel	248	21	0	Castelo Rodrigo	188	0	0
Budens	1052	105	1	Escalhão	785	0	1
Sagres	1552	12	1	Figueira de Castelo Rodrigo ...	2255	1	1
Vila do Bispo e Raposeira	1133	40	10	Mata de Lobos	397	0	0
Vila Real de Santo António	16779	84	32	Vermiosa	409	0	0
Vila Nova de Cacela	3314	19	2	União das freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de			
Vila Real de Santo António	10308	46	11	Amargo	531	0	0
Monte Gordo	3157	19	19	União das freguesias de Almofala e Escarigo	313	0	0
Guarda	167173	89	28	União das freguesias de Cinco Vilas e Reigada	392	0	0
Aguiar da Beira	6626	0	2	União das freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Mar- tins e Penha de Águia	554	0	0
Carapito	496	0	0	União das freguesias do Colmeal e Vilar Torpim	281	0	0
Cortiçada	487	0	0	Fornos de Algodres	5314	2	4
Dornelas	720	0	0	Algodres	379	0	0
Eirado	301	0	0	Casal Vasco	236	0	0
Forninhos	263	0	0	Figueiró da Granja	432	0	0
Pena Verde	902	0	0	Fornos de Algodres	1489	0	3
Pinheiro	378	0	0	Infias	228	0	0
União das freguesias de Aguiar da Beira e Coruche	1920	0	2	Maceira	265	0	0
União das freguesias de Sequeiros e Gradiz	569	0	0	Matança	279	1	0
União das freguesias de Souto de Aguiar da Beira e Valverde ..	590	0	0	Muxagata	294	0	0
Almeida	7842	8	0	Queiriz	314	0	1
Almeida	1223	0	0	União das freguesias de Cortiço e Vila Chã	236	0	0
Castelo Bom	212	2	0	União das freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão	794	1	0
Freineda	244	0	0	União das freguesias de Sobral Pichorro e Fuinhas	368	0	0
Freixo	187	0	0	Gouveia	14917	20	2
Malhada Sorda	409	0	0	Arcozelo	705	0	0
Nave de Haver	573	0	0	Cativelos	922	1	0
São Pedro de Rio Seco	199	0	0	Folgosinho	589	0	0
Vale da Mula	234	0	0	Nespereira	765	0	0
Vilar Formoso	2105	3	0	Paços da Serra	624	1	0
União das freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira	397	0	0	Ribamondegó	337	1	0
União das freguesias de Azinhal, Peva e Valverde	331	0	0	São Paio	923	8	1
União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela	330	1	0	Vila Cortês da Serra	290	0	0
União das freguesias de Junça e Naves	282	0	0	Vila Franca da Serra	298	0	0
União das freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova	314	1	0	Vila Nova de Tazem	1903	0	0
União das freguesias de Malpar- tida e Vale de Coelho	270	1	0	União das freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra	503	0	0
União das freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha	532	0	0	União das freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra ...	447	0	0
Celorico da Beira	8623	8	7	União das freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião) ...	3520	0	1
Baraçal	272	2	0	União das freguesias de Melo e Nabais	1015	6	0
Carrapichana	292	0	0	União das freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó	1139	2	0
Forno Telheiro	693	0	0	União das freguesias de Rio Torto e Lagarinhos	937	1	0
Lajeosa do Mondego	710	0	0	Guarda	39914	11	4
Linhares	336	0	0	Aldeia do Bispo	196	0	0
Maçal do Chão	195	0	0	Aldeia Viçosa	390	0	0
Mesquitela	301	0	0	Alvendre	229	0	0
Minhocal	228	0	0	Arrifana	510	0	0
Prados	311	0	0	Avelãs da Ribeira	191	0	0
Ratoeira	327	0	2	Benespera	399	0	0
Vale de Azares	457	0	0	Casal de Cinza	569	0	0
Casas do Soeiro	508	0	2	Castanheira	464	0	0
União das freguesias de Açores e Velosa	583	0	0	Cavadoude	279	0	0
União das freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego	2447	6	3	Codessseiro	229	0	0
União das freguesias de Cortiço da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais	587	0	0	Faia	207	0	0
União das freguesias de Rapa e Cadafaz	376	0	0	Famalicão	627	0	0
				Fernão Joanes	347	0	0
				Gonçalo Bocas	231	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
João Antão	189	1	0	Sabugal	14927	16	2
Maçainhas	1086	0	0	Águas Belas	267	0	0
Marmeleiro	555	0	0	Aldeia do Bispo	290	0	0
Meios	194	0	0	Aldeia da Ponte	389	0	0
Panoias de Cima	596	0	0	Aldeia Velha	481	0	0
Pega	289	0	0	Alfaiates	435	2	0
Pêra do Moço	812	0	0	Baraçal	221	0	0
Porto da Carne	327	0	0	Bendada	648	0	0
Ramela	231	0	0	Bismula	257	0	0
Santana da Azinha	457	0	0	Casteleiro	397	0	0
Sobral da Serra	275	0	0	Cerdeira	229	0	0
Vale de Estrela	414	0	0	Fóios	357	0	0
Valhelhas	451	0	0	Malcata	434	0	0
Vela	424	0	0	Nave	329	1	0
Videmonte	500	0	0	Quadrizais	652	0	0
Vila Cortês do Mondego	273	0	0	Quintas de São Bartolomeu	290	0	0
Vila Fernando	567	0	0	Rapoula do Côa	251	0	0
Vila Franca do Deão	190	0	0	Rebolosa	284	0	0
Vila Garcia	324	0	0	Rendo	382	0	0
Gonçalo	1189	0	0	Sortelha	518	0	0
Guarda	22841	5	4	Souto	1260	1	0
Jarmelo São Miguel	353	0	0	Vale de Espinho	563	1	0
Jarmelo São Pedro	325	0	0	Vila Boa	358	0	0
União de freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo	172	0	0	Vila do Touro	232	0	0
União de freguesias de Corujeira e Trinta	663	0	0	União das freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos	480	0	0
União de freguesias de Mizarela, Pêro Soares e Vila Soeiro	309	3	0	União das freguesias de Lajeosa e Forcalhos	336	0	0
União de freguesias de Pousade e Albardo	334	1	0	União das freguesias de Pousafolhos do Bispo, Pena Lobo e Lomba	554	0	0
União de freguesias de Rochoso e Monte Margarida	356	1	0	União das freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas	341	0	0
Adão	350	0	0	União das freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António	2796	9	2
Manteigas	3672	0	3	União das freguesias de Santo Es- têvão e Moita	516	2	0
Sameiro	430	0	0	União das freguesias de Seixo do Côa e Vale Longo	380	0	0
Manteigas (Santa Maria)	1554	0	2	Seia	24542	20	1
Manteigas (São Pedro)	1369	0	1	Alvoco da Serra	564	2	0
Vale de Amoreira	319	0	0	Girabolhos	461	0	0
Meda	5889	0	0	Loriga	1088	0	0
Aveloso	272	0	0	Paranhos	1504	0	0
Barreira	232	0	0	Pinhanços	704	0	0
Coriscada	233	0	0	Sabugueiro	411	0	0
Longroiva	366	0	0	Sandomil	894	0	0
Marialva	330	0	0	Santa Comba	805	0	0
Poço do Canto	511	0	0	Santiago	1120	0	0
Rabaçal	327	0	0	Sazes da Beira	313	0	0
Ranhados	362	0	0	Teixeira	211	0	0
União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa	2423	0	0	Travancinha	451	0	0
União das freguesias de Prova e Casteirão	414	0	0	Valezim	317	0	0
União das freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela	419	0	0	Vila Cova à Coelheira	406	0	0
Pinhel	10196	2	0	União das freguesias de Carrago- zela e Várzea de Meruge	569	0	1
Ervedosa	205	0	0	União das freguesias de Sameice e Santa Eulália	642	9	0
Freixedas	1009	0	0	União das freguesias de Santa Ma- rinha e São Martinho	1686	0	0
Lamegal	319	0	0	União das freguesias de Seia, São Romão e Lapa dos Dinheiros	8896	9	0
Lameiras	341	0	0	União das freguesias de Torroze- lo e Folhadosa	812	0	0
Manigoto	224	0	0	União das freguesias de Tourais e Lajes	1859	0	0
Pala	679	0	0	União das freguesias de Vide e Cabeça	829	0	0
Pinhel	3167	0	0	Trancoso	10359	0	0
Pinzio	439	0	0	Aldeia Nova	344	0	0
Souro Pires	617	0	0	Castanheira	211	0	0
Vascoveiro	222	0	0	Cogula	193	0	0
Agregação das freguesias Sul de Pinhel	476	0	0	Cótimos	208	0	0
Alverca da Beira/Bouça Cova	645	0	0	Fiães	293	0	0
Terras de Massueime	318	0	0	Granja	212	0	0
Valbom/Bogalhal	310	0	0				
Alto do Palurdo	323	1	0				
Vale do Côa	266	0	0				
Vale do Massueime	348	0	0				
União das freguesias de Atalaia e Safurdão	288	1	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Guilheiro	239	0	0	Batalha	14190	0	1
Moimentinha	211	0	0	Batalha	7280	0	1
Moreira de Rei	620	0	0	Reguengo do Fetal	2065	0	0
Palhais	219	0	0	São Mamede	3489	0	0
Póvoa do Concelho	334	0	0	Golpilheira	1356	0	0
Reboleiro	239	0	0	Bombarral	11838	12	6
Rio de Mel	313	0	0	Carvalhal	2465	1	1
Tamanhos	305	0	0	Roliça	2391	4	2
Valdujo	240	0	0	Pó	699	0	0
União das freguesias de Freches e Torres	681	0	0	União das freguesias do Bombarral e Vale Covo	6283	7	3
União das freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho	557	0	0	Caldas da Rainha	45459	135	11
União das freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior	3190	0	0	A dos Francos	1510	4	0
União das freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia	333	0	0	Alvorninha	2627	6	0
União das freguesias de Vila Franca das Naves e Feital	1006	0	0	Carvalhal Benfeito	1149	6	0
União das freguesias de Vilares e Carniças	411	0	0	Foz do Arelho	1242	54	5
Vila Nova de Foz Côa	8247	1	1	Landal	1046	0	0
Almendra	457	1	0	Nadadouro	1586	1	1
Castelo Melhor	317	0	0	Salir de Matos	2325	9	1
Cedovim	371	0	0	Santa Catarina	2826	3	0
Chãs	313	0	0	Vidais	1010	2	0
Custóias	299	0	0	União das freguesias de Caldas da Rainha — Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	15838	21	3
Horta	303	0	0	União das freguesias de Caldas da Rainha — Santo Onofre e Serra do Bouro	10504	11	1
Muxagata	386	0	0	União das freguesias de Tornada e Salir do Porto	3796	18	0
Numão	302	0	0	Castanheira de Pêra	2898	0	0
Santa Comba	380	0	1	União das freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral	2898	0	0
Sebadelhe	325	0	0	Figueiró dos Vinhos	6122	2	0
Seixas	382	0	0	Aguda	1140	0	0
Touça	268	0	0	Arega	922	0	0
Freixo de Numão	651	0	0	Campelo	243	0	0
Vila Nova de Foz Côa	3493	0	0	União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas	3817	2	0
Leiria	426057	365	181	Leiria	113241	59	98
Alcobaça	49297	31	24	Amor	4153	1	0
Alfeizerão	3437	2	2	Arrabal	2521	0	0
Bárrio	1390	1	0	Caranguejeira	4587	0	0
Benedita	7286	0	3	Coimbrão	1805	3	0
Cela	2911	4	1	Maceira	8707	1	2
Évora de Alcobaça	3889	1	1	Milagres	2973	0	0
Maiorga	1780	1	5	Regueira de Pontes	1952	1	0
São Martinho do Porto	2501	13	0	Bajouca	1924	1	0
Turquel	3766	0	0	Bidoeira de Cima	2154	0	0
Vimeiro	1706	1	0	União das freguesias de Colmeias e Memória	4515	4	1
Aljubarrota	5647	2	5	União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	27428	31	73
União das freguesias de Alcobaça e Vestiaria	6168	6	7	União das freguesias de Marrazes e Barosa	20252	9	12
União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes	2946	0	0	União das freguesias de Monte Real e Carvide	5225	1	1
União das freguesias de Pataias e Martingança	5870	0	0	União das freguesias de Monte Redondo e Carreira	5191	1	5
Alvaiázere	6934	4	1	União das freguesias de Parceiros e Azoia	5985	2	0
Almoster	665	0	0	União das freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça	4444	1	3
Maçãs de Dona Maria	1770	2	0	União das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista	3973	0	1
Pelmá	913	0	0	União das freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa	5452	3	0
Alvaiázere	1808	0	1	Marinha Grande	33514	23	14
Pussos São Pedro	1778	2	0	Marinha Grande	26927	12	3
Ansião	12148	5	0	Vieira de Leiria	5356	11	11
Alvorger	1073	1	0	Moita	1231	0	0
Avelar	1950	2	0				
Chão de Couce	1873	2	0				
Pousaflores	1012	0	0				
Santiago da Guarda	2964	0	0				
Ansião	3276	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Nazaré	14426	13	4	União das freguesias de Carregado e Cadafais	9857	2	273
Famalicão	1476	5	0	União das freguesias de Ribafria e Pereiro de Palhacana	1332	0	0
Nazaré	10119	8	3	Arruda dos Vinhos	10406	10	1
Valado dos Frades	2831	0	1	Arranhó	1993	2	0
Óbidos	10536	38	10	Arruda dos Vinhos	6680	8	0
A dos Negros	1340	1	0	Cardosas	644	0	1
Amoreira	931	13	1	Santiago dos Velhos	1089	0	0
Olho Marinho	1156	1	1	Azambuja	17590	2	2
Vau	849	11	2	Alcoentre	2428	0	0
Gaeiras	1984	2	0	Aveiras de Baixo	1127	1	0
Usseira	876	3	5	Aveiras de Cima	3976	0	1
Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa	3400	7	1	Azambuja	6422	0	0
Pedrógão Grande	3567	16	0	Vale do Paraíso	826	1	0
Graça	786	4	0	Vila Nova da Rainha	744	0	1
Pedrógão Grande	2220	3	0	União das freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa	2067	0	0
Vila Facaia	561	9	0	Cadaval	12506	11	2
Peniche	25344	5	5	Alguber	732	1	0
Atouguia da Baleia	8020	1	1	Peral	837	0	0
Serra d'El-Rei	1257	1	0	Vermelha	1157	2	0
Ferrel	2525	0	0	Vilar	1578	3	0
Peniche	13542	3	4	União das freguesias do Cadaval e Pêro Moniz	3129	1	0
Pombal	54901	19	5	União das freguesias de Lamas e Cercal	3251	1	0
Abiul	3062	0	0	União das freguesias de Painho e Figueiros	1822	3	2
Almagreira	3444	1	0	Cascais	172238	451	490
Carnide	1849	0	0	Alcabideche	32536	47	72
Carriço	3467	0	1	São Domingos de Rana	45641	53	196
Louriçal	4714	4	0	União das freguesias de Carcavelos e Parede	38173	101	114
Pelargia	2133	1	1	União das freguesias de Cascais e Estoril	55888	250	108
Pombal	16009	6	1	Lisboa	503811	1508	1372
Redinha	2142	0	1	Ajuda	14346	29	52
Vermoil	2946	3	0	Alcântara	12690	25	18
Vila Câ	1641	0	0	Beato	11489	10	5
Meirinhas	1576	1	0	Benfica	34399	27	45
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	6304	1	1	Campolide	13569	26	28
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	5614	2	0	Carnide	16432	15	104
Porto de Mós	21642	3	2	Lumiar	37578	42	69
Alqueidão da Serra	1785	0	0	Marvila	35454	5	165
Calvaria de Cima	2042	0	1	Olivais	31998	22	22
Juncal	2841	1	1	São Domingos de Benfica	29872	47	28
Mira de Aire	3422	0	0	Alvalade	30052	121	86
Pedreiras	2291	0	0	Areeiro	20009	37	21
São Bento	845	1	0	Arroios	29423	220	66
Serro Ventoso	886	0	0	Avenidas Novas	21469	99	75
Porto de Mós — São João Baptista e São Pedro	5329	1	0	Belém	14738	57	18
União das freguesias de Alvados e Alcaria	778	0	0	Campo de Ourique	21200	96	98
União das freguesias de Arrimal e Mendiga	1423	0	0	Estrela	17883	62	31
Lisboa	1900178	2908	8807	Misericórdia	12921	114	105
Alenquer	34380	12	276	Parque das Nações	15600	13	52
Carnota	1446	0	0	Penha de França	25835	62	25
Meca	1483	0	0	Santa Clara	18745	26	126
Olhalvo	1657	0	0	Santa Maria Maior	12170	175	33
Ota	1025	0	0	Santo António	12164	133	75
Ventosa	1840	0	0	São Vicente	13775	45	25
Vila Verde dos Francos	1015	3	0	Loures	164966	92	1002
União das freguesias de Abrigada e Cabanas de Torres	3645	3	0	Bucelas	3858	5	7
União das freguesias de Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha	2510	1	0	Fanhões	2253	3	0
União das freguesias de Alenquer (Santo Estêvão e Triana)	8570	3	3	Loures	23012	16	137
				Lousa	2592	1	1
				União das freguesias de Moscardave e Portela	19699	21	41

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Sacavém e Prior Velho.	19467	5	144	Sobral de Monte Agraço.	8060	2	3
União das freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela.	36740	19	62	Santo Quintino.	3028	1	1
União das freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal.	6453	3	126	Sapataria.	2284	1	1
União das freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas.	23839	8	119	Sobral de Monte Agraço.	2748	0	1
União das freguesias de Camarate, Unhos e Apelação.	27053	11	365	Torres Vedras.	66958	31	4
Lourinhã.	22930	13	5	Freiria.	2150	1	0
Moita dos Ferreiros.	1661	3	0	Ponte do Rol.	1987	1	0
Reguengo Grande.	1433	1	2	Ramalhal.	2876	0	0
Santa Bárbara.	1581	0	0	São Pedro da Cadeira.	4073	0	0
Vimeiro.	1258	2	0	Silveira.	7281	3	1
Ribamar.	1829	0	1	Turcifal.	2642	0	0
União das freguesias de Lourinhã e Atalaia.	10656	5	2	Ventosa.	4476	3	0
União das freguesias de Miragaia e Marteleira.	3163	1	0	União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira.	8621	5	0
União das freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo.	1349	1	0	União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça.	3162	0	0
Mafra.	60218	38	72	União das freguesias de Carvoeira e Carmões.	2092	1	0
Carvoeira.	1782	1	12	União das freguesias de Dois Portos e Runa.	2575	3	1
Encarnação.	3584	0	0	União das freguesias de Maxial e Monte Redondo.	3088	3	0
Ericeira.	8206	10	1	União das freguesias de Torres Vedras (São Pedro, Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matações.	21935	11	2
Mafra.	14254	11	56	Vila Franca de Xira.	110181	35	247
Milharado.	5381	1	1	Vialonga.	16202	0	95
Santo Isidoro.	3292	0	0	Vila Franca de Xira.	15609	7	18
União das freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira.	3449	0	0	União das freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz.	10402	10	12
União das freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário.	2927	2	1	União das freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.	28845	6	54
União das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros.	3479	5	0	União das freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras.	6579	5	10
União das freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça.	6321	2	0	União das freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa.	32544	7	58
União das freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.	7543	6	1	Amadora.	144387	84	1832
Oeiras.	145698	305	1422	Alfragide.	12916	15	147
Barcarena.	11356	11	30	Águas Livres.	31391	20	785
Porto Salvo.	12055	9	374	Encosta do Sol.	23114	10	225
União das freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo.	41727	132	175	Falagueira-Venda Nova.	19531	12	394
União das freguesias de Carnaxide e Queijas.	29356	27	384	Mina de Água.	34901	14	233
União das freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias.	51204	126	459	Venteira.	22534	13	48
Sintra.	303132	260	1710	Odivelas.	122717	54	367
Algueirão-Mem Martins.	52276	42	273	Odivelas.	51130	5	51
Colares.	6393	27	2	União das freguesias de Pontinha e Famões.	29047	15	83
Rio de Mouro.	37555	25	256	União das freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto.	15994	17	206
Casal de Cambra.	9444	8	80	União das freguesias de Ramada e Caneças.	26546	17	27
União das freguesias de Aqualva e Mira-Sintra.	34650	14	156	Portalegre.	103184	115	22
União das freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.	13959	6	10	Alter do Chão.	3041	2	2
União das freguesias do Cacém e São Marcos.	29346	8	254	Alter do Chão.	1975	1	1
União das freguesias de Massamá e Monte Abraão.	40686	46	297	Chancelaria.	430	1	0
União das freguesias de Queluz e Belas.	42395	41	360	Seda.	325	0	0
União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem.	12758	9	5	Cunheira.	311	0	1
União das freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).	23670	34	17	Arronches.	2742	5	3
				Assunção.	1649	4	3
				Esperança.	725	1	0
				Mosteiros.	368	0	0
				Avis.	3800	1	0
				Aldeia Velha.	249	0	0
				Avis.	1499	0	0
				Ervedal.	485	0	0
				Figueira e Barros.	249	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Alcórrego e Maranhão	409	0	0	Ponte de Sor	14830	5	3
União das freguesias de Benavila e Valongo	909	1	0	Galveias	1155	1	0
Campo Maior	7527	10	2	Montargil	2028	3	0
Nossa Senhora da Expectação . .	3445	6	2	Foros de Arrão	883	0	0
Nossa Senhora da Graça dos Degolados	527	0	0	Longomel	1101	0	0
São João Baptista	3555	4	0	União das freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor	9663	1	3
Castelo de Vide	2960	20	3	Portalegre	21600	9	1
Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	510	0	0	Alagoa	569	1	0
Santa Maria da Devesa	1462	13	2	Alegrete	1527	2	0
Santiago Maior	323	0	1	Fortios	1606	2	0
São João Baptista	665	7	0	Urrea	1654	0	0
Crato	3297	0	0	União das freguesias da Sé e São Lourenço	13713	1	0
Aldeia da Mata	331	0	0	União das freguesias de Reguengo e São Julião	919	3	0
Gáfete	792	0	0	União das freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras	1612	0	1
Monte da Pedra	258	0	0	Sousel	4334	0	0
União das freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso	1916	0	0	Cano	1137	0	0
Elvas	19912	25	8	Casa Branca	1061	0	0
Santa Eulália	1078	0	0	Santo Amaro	535	0	0
São Brás e São Lourenço	1427	2	3	Sousel	1601	0	0
São Vicente e Ventosa	682	10	0	Porto	1588239	621	494
Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	8274	5	3	Amarante	54098	17	5
Caia, São Pedro e Alcáçova	5457	8	2	Ansiães	733	0	0
União das freguesias de Barbacena e Vila Fernando	833	0	0	Candemil	874	0	0
União das freguesias de Terrugem e Vila Boim	2161	0	0	Fregim	2286	1	0
Fronteira	2883	11	0	Fridão	749	0	0
Cabeço de Vide	858	0	0	Gondar	1671	1	0
Fronteira	1779	11	0	Jazente	639	2	2
São Saturnino	246	0	0	Lomba	825	4	0
Gavião	3750	1	0	Louredo	631	0	0
Belver	676	1	0	Lufrei	1771	0	0
Comenda	794	0	0	Mancelos	3124	2	1
Margem	768	0	0	Padronelo	848	0	0
União das freguesias de Gavião e Atalaia	1512	0	0	Rebordelo	311	0	0
Marvão	3014	24	0	Salvador do Monte	1022	0	0
Beirã	423	5	0	Gouveia (São Simão)	678	0	0
Santa Maria de Marvão	380	9	0	Telões	4011	0	0
Santo António das Areias	993	6	0	Travanca	1944	0	0
São Salvador da Aramenha	1218	4	0	Vila Caiz	2755	1	0
Monforte	2812	1	0	Vila Chã do Marão	998	0	0
Assumar	537	1	0	União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea	1927	2	0
Monforte	1133	0	0	União das freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão	10967	4	1
Santo Aleixo	589	0	0	União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalhal de Rei	992	0	0
Vaiamonte	553	0	0	União das freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)	3915	0	0
Nisa	6682	1	0	União das freguesias de Freixo de Cima e de Baixo	3434	0	0
Alpalhão	1142	0	0	União das freguesias de Olo e Canadelo	633	0	0
Montalvão	406	0	0	União das freguesias de Real, Ataíde e Oliveira	4594	0	1
Santana	351	0	0	União das freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa	1766	0	0
São Matias	302	0	0	Baião	18303	1	3
Tolosa	847	0	0	Frende	637	0	0
União das freguesias de Arez e Amieira do Tejo	469	1	0	Gestaço	1210	0	0
União das freguesias de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão	3165	0	0	Gove	1765	0	2
				Grilo	537	0	0
				Loivos do Monte	364	0	0
				Santa Marinha do Zêzere	2425	0	0
				Valadares	818	0	0
				Viarez	390	0	0
				União das freguesias de Ancede e Ribadouro	2380	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Baião (Santa Leocádia) e Mesquinhata	739	0	0	União das freguesias de Nespeira e Casais	2989	0	0
União das freguesias de Campelo e Ovil	3381	0	1	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	5118	1	0
União das freguesias de Loivos da Ribeira e Tresouras	763	0	0	Maia	112262	47	29
União das freguesias de Santa Cruz do Douro e São Tomé de Covelas	1763	1	0	Águas Santas	22241	5	3
União das freguesias de Teixeira e Teixeiró	1131	0	0	Folgosa	2864	4	2
Felgueiras	51703	5	5	Milheirós	3999	0	0
Aião	675	0	0	Moreira	10565	4	5
Airões	2387	0	0	São Pedro Fins	1670	0	0
Friande	1450	0	0	Vila Nova da Telha	5031	6	0
Idães	2327	0	1	Pedrouços	10035	3	3
Jugueiros	1171	0	0	Castêlo da Maia	15389	13	9
Penacova	959	0	0	Cidade da Maia	33760	12	7
Pinheiro	938	0	0	Nogueira e Silva Escura	6708	0	0
Pombeiro de Ribavizela	2000	0	0	Marco de Canaveses	46786	6	4
Refontoura	1823	0	0	Banho e Carvalhosa	1253	0	0
Regilde	1114	0	0	Constance	1392	0	0
Revinhade	595	0	0	Soalhães	3138	0	0
Sendim	1504	0	0	Sobretâmega	1012	0	0
União das freguesias de Macieira da Lixa e Caramos	3497	1	1	Tabuado	1174	0	0
União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure	15931	2	2	Vila Boa do Bispo	2767	0	0
União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande	2992	2	1	Alpendorada, Várzea e Torrão	7196	0	0
União das freguesias de Torrados e Sousa	3045	0	0	Avessadas e Rosém	1384	0	0
União das freguesias de Unhão e Lordelo	1093	0	0	Bem Viver	3438	0	0
União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim	5629	0	0	Livração	1879	0	0
União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)	1069	0	0	Marco	9535	5	4
União das freguesias de Vila Verde e Santão	1504	0	0	Paredes de Viadores e Manhuncelos	1488	0	0
Gondomar	144356	36	26	Penhalonga e Paços de Gaiolo	2551	0	0
Lomba	1432	0	0	Sande e São Lourenço	2552	0	0
Rio Tinto	44021	5	8	Várzea, Aliviada e Folhada	2612	1	0
Baguim do Monte (Rio Tinto)	12116	9	3	Vila Boa de Quires e Maureles	3415	0	0
União das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	33401	4	9	Matosinhos	150292	47	26
União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo	6816	0	0	União das freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões	37059	10	4
União das freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	41535	17	6	União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira	43679	22	11
União das freguesias de Melres e Medas	5035	1	0	União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	25517	5	4
Lousada	40069	3	5	União das freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	44037	10	7
Aveleda	1570	1	1	Paços de Ferreira	47140	6	5
Caíde de Rei	2327	0	1	Carvalhosa	3778	0	0
Lodares	1650	0	0	Eiriz	1850	0	0
Macieira	1345	0	0	Ferreira	3586	1	0
Meinedo	3486	0	0	Figueiró	2047	0	0
Nevogilde	2168	0	0	Freamunde	6508	0	2
Sousela	1511	1	0	Meixomil	3037	2	0
Torno	2310	0	1	Penamaior	3193	1	0
Vilar do Torno e Alentém	1215	0	0	Raimonda	2171	0	0
União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)	1888	0	0	Seroa	2980	0	1
União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	6008	0	1	Frazão Arreigada	5335	0	0
União das freguesias de Figueiras e Covas	1709	0	0	Paços de Ferreira	7852	2	2
União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	4775	0	1	Sanfins Lamoso Codessos	4803	0	0
				Paredes	72374	13	0
				Aguiar de Sousa	1369	0	0
				Astromil	818	0	0
				Baltar	4102	1	0
				Beire	1762	0	0
				Cete	2520	0	0
				Cristelo	1546	0	0
				Duas Igrejas	3073	0	0
				Gandra	5684	1	0
				Lordelo	8495	1	0
				Louredo	1177	0	0
				Parada de Todeia	1504	0	0
				Rebordosa	7545	2	0
				Recarei	3891	0	0
				Sobreira	3607	0	0
				Sobrosa	2311	2	0
				Vandoma	1983	1	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Vilela	4231	0	0	União das freguesias de Lamelas e Guimarei	1484	0	0
Paredes	16756	5	0	União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães	19203	13	4
Penafiel	62453	8	3	Valongo	81190	13	21
Abragão	2243	2	0	Alfena	12803	3	2
Boelhe	1479	0	0	Ermesinde	34509	1	6
Bustelo	1431	1	1	Valongo	19948	9	12
Cabeça Santa	2156	0	0	União das freguesias de Campo e Sobrado	13930	0	1
Canelas	1387	0	0	Vila do Conde	69549	57	12
Capela	878	1	0	Árvore	4559	1	0
Castelões	1320	0	0	Aveleda	1154	0	0
Croca	1585	0	0	Azurara	1825	1	0
Duas Igrejas	2047	0	1	Fajozes	1164	0	0
Eja	948	1	0	Gião	1504	0	0
Fonte Arcada	1315	0	0	Guilhabreu	2057	1	0
Galegos	2258	0	0	Junqueira	1895	1	0
Irivo	1829	0	0	Labruge	2430	1	0
Oldrões	1638	0	0	Macieira da Maia	1968	0	0
Paço de Sousa	3330	0	0	Mindelo	3231	35	7
Perozelo	1150	0	0	Modivas	1563	0	0
Rans	1533	0	0	Vila Chã	2811	2	1
Rio de Moinhos	2608	1	0	Vila do Conde	25111	7	0
Recezinhos (São Mamede)	1358	0	0	Vilar de Pinheiro	2183	1	0
Recezinhos (São Martinho)	1633	0	0	União das freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	2495	1	1
Sebolido	815	0	0	União das freguesias de Fornelo e Vairão	2322	0	0
Valpedre	1259	0	0	União das freguesias de Malta e Canidelo	1966	5	0
Rio Mau	1222	0	0	União das freguesias de Retorta e Tougues	1768	1	1
Penafiel	13468	1	0	União das freguesias de Rio Mau e Arcos	2447	0	0
Luzim e Vila Cova	1444	0	1	União das freguesias de Touguinha e Touguinhó	2879	0	1
Guilhufe e Urrô	3463	0	0	União das freguesias de Vilar e Mosteiró	2217	0	1
Lagares e Figueira	2308	0	0	Vila Nova de Gaia	261282	115	125
Termas de São Vicente	4348	1	0	Arcozelo	12525	9	4
Porto	218743	211	196	Avintes	9983	0	0
Bonfim	23282	23	25	Canelas	11265	3	1
Campanhã	30150	0	22	Canidelo	23393	23	36
Paranhos	41480	26	98	Madalena	8768	4	2
Ramalde	32939	27	12	Oliveira do Douro	19915	8	3
União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	25997	57	6	São Félix da Marinha	10920	3	0
União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	40022	51	23	Vilar de Andorinho	14678	1	3
União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	24873	27	10	União das freguesias de Grijó e Sermonde	10174	1	0
Póvoa de Varzim	60075	13	17	União das freguesias de Gulpilhares e Valadares	18750	11	5
Balazar	2310	0	0	União das freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso	45647	43	60
Estela	2444	0	0	União das freguesias de Pedroso e Seixezelo	17792	2	4
Laundos	2061	0	0	União das freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma	15502	3	3
Rates	2246	0	0	União das freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada	29881	3	4
União das freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso	12466	1	6	União das freguesias de Serzedo e Perosinho	12089	1	0
União das freguesias de Aguçadoura e Navais	5708	0	0	Trofa	33422	6	5
União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai	32840	12	11	Covelas	1318	0	0
Santo Tirso	64142	17	7	Muro	1628	0	0
Agrela	1384	0	0	União das freguesias de Alvarelhos e Guidões	4135	1	0
Água Longa	1932	0	0	União das freguesias de Bougado (São Martinho e Santiago)	18615	1	4
Aves	7801	1	0	União das freguesias de Coronado (São Romão e São Mamede)	7726	4	1
Monte Córdova	3409	0	0				
Rebordões	3122	0	0				
Reguenga	1437	0	1				
Roriz	3398	0	1				
Negrelos (São Tomé)	3535	1	0				
Vilarinho	3356	0	0				
União das freguesias de Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira	6165	1	0				
União das freguesias de Campo (São Martinho), São Salvador do Campo e Negrelos (São Mamede)	6041	1	1				
União das freguesias de Carreira e Refojos de Riba de Ave	1875	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Santarém	397594	304	83	Branca	1321	2	0
Abrantes	34890	7	6	Biscainho	889	0	0
Bemposta	1696	0	0	Santana do Mato	1018	0	0
Martinchel	622	3	0	União das freguesias de Coruche, Fajarda e Erra	10267	3	0
Mouriscas	1535	0	4	Entroncamento	17218	5	6
Pego	2180	1	0	São João Baptista	6888	3	6
Rio de Moinhos	1140	0	0	Nossa Senhora de Fátima	10330	2	0
Tramagal	3086	0	0	Ferreira do Zêzere	7823	31	1
Fontes	607	0	0	Águas Belas	1082	5	0
Carvalhal	751	0	0	Beco	829	11	0
União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	14611	1	1	Chãos	552	0	0
União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	880	1	0	Ferreira do Zêzere	2069	5	0
União das freguesias de Alvega e Concavada	1941	0	0	Igreja Nova do Sobral	615	0	0
União das freguesias de São Fa- cundo e Vale das Mós	1377	0	0	Nossa Senhora do Pranto	960	4	0
União das freguesias de São Mi- guel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	4464	1	1	União das freguesias de Areias e Pias	1716	6	1
Alcanena	12783	14	5	Golegã	5150	1	0
Bugalhos	998	0	0	Azinhaga	1375	1	0
Minde	2923	2	0	Golegã	3313	0	0
Moitas Venda	947	2	0	Pombalinho	462	0	0
Monsanto	857	1	0	Mação	6823	4	0
Serra de Santo António	779	0	0	Amêndoa	539	0	0
União das freguesias de Alcanena e Vila Moreira	4558	9	4	Cardigos	1008	2	0
União das freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro	1721	0	1	Carvoeiro	579	0	0
Almeirim	20055	5	8	Envendos	940	0	0
Almeirim	10749	3	5	Ortiga	534	1	0
Benfica do Ribatejo	2709	1	1	União das freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira	3223	1	0
Fazendas de Almeirim	6086	1	2	Rio Maior	18179	2	2
Raposa	511	0	0	Alcobertas	1637	0	0
Alpiarça	6507	6	3	Arrouquelas	497	0	0
Alpiarça	6507	6	3	Fráguas	845	0	0
Benavente	22961	15	11	Rio Maior	10240	0	1
Benavente	7492	3	1	Asseiceira	832	0	0
Samora Correia	13315	7	3	São Sebastião	460	1	1
Santo Estêvão	1537	5	7	União das freguesias de Azambu- jeira e Malaqueijo	743	0	0
Barrosa	617	0	0	União das freguesias de Marme- leira e Assentiz	756	0	0
Cartaxo	20894	15	1	União das freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões	983	0	0
Pontével	3919	5	0	União das freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João	1186	1	0
Valada	722	1	0	Salvaterra de Magos	18880	14	1
Vila Chã de Ourique	2390	1	0	Marinhais	5300	4	0
Vale da Pedra	1495	1	0	Muge	1081	0	0
União das freguesias do Cartaxo e Vale da Pinta	10737	7	1	União das freguesias de Glória do Ribatejo e Granho	3697	2	0
União das freguesias de Ereira e Lapa	1631	0	0	União das freguesias de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra	8802	8	1
Chamusca	8688	4	1	Santarém	53171	34	0
Ulme	1099	0	0	Abitureiras	850	1	0
Vale de Cavalos	898	3	0	Abrã	987	0	0
Carregueira	1747	0	0	Alcanede	4157	1	0
União das freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande	3701	1	0	Alcanhões	1288	0	0
União das freguesias de Parreira e Chouto	1243	0	1	Almoster	1546	3	0
Constância	3462	3	2	Amiais de Baixo	1610	0	0
Constância	807	2	0	Arneiro das Milhariças	788	2	0
Montalvo	1085	0	1	Moçarria	993	0	0
Santa Margarida da Coutada	1570	1	1	Pernes	1498	1	0
Coruche	17515	10	2	Póvoa da Isenta	873	0	0
Couço	2496	3	0	Vale de Santarém	2553	1	0
São José da Lamarosa	1524	2	2	Gançaria	497	0	0
				União das freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém	2292	2	0
				União das freguesias de Azoia de Cima e Tremês	2263	0	0
				União das freguesias de Casével e Vaqueiros	1048	3	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Romeira e Várzea	2174	3	0	Setúbal.	724058	588	2464
União das freguesias de Santarém (Marvila), Santa Iria da Ribeira de Santarém, Santarém (São Salvador) e Santarém (São Nicolau)	25348	16	0	Alcácer do Sal	11219	5	0
União das freguesias de São Vicente do Paul e Vale de Figueira	2406	1	0	Torrão	1994	0	0
Sardoal	3478	2	4	São Martinho	409	0	0
Alcaravela	819	2	1	Comporta	1062	0	0
Santiago de Montalegre	269	0	0	União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana ...	7754	5	0
Sardoal	2051	0	3	Alcochete	13898	11	7
Valhascos	339	0	0	Alcochete	9719	10	5
Tomar	37061	68	2	Samouco	2611	0	2
Asseiceira	2742	2	0	São Francisco	1568	1	0
Carregueiros	1062	1	0	Almada	148909	119	571
Olalhas	1400	9	0	Costa da Caparica	11348	8	43
Paialvo	2264	0	0	União das freguesias de Almada, Covada Piedade, Pragale e Cacilhas	46749	38	150
São Pedro de Tomar	2764	22	0	União das freguesias de Caparica e Trafaria	21810	9	196
Sabacheira	988	1	0	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	34934	49	29
União das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira	1320	1	0	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	34068	15	153
União das freguesias de Casais e Alviobeira	2734	1	1	Barreiro	70254	20	100
União das freguesias de Madalena e Beselga	3432	4	0	Santo António da Charneca	9892	1	15
União das freguesias de Serra e Junceira	1832	15	0	União das freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	37627	9	31
União das freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais	16523	12	1	União das freguesias de Barreiro e Lavradio	19625	4	49
Torres Novas	32473	17	6	União das freguesias de Palhais e Coima	3110	6	5
Assentiz	2669	1	0	Grândola	12411	45	6
Chancelaria	1582	0	0	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádio	637	0	0
Pedrogão	1917	0	1	Melides	1461	10	0
Riachos	4568	0	0	Carvalhal	1096	5	0
Zibreira	905	0	0	União das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra ...	9217	30	6
Meia Via	1384	0	0	Moita	58994	22	309
União das freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel	2609	2	0	Alhos Vedros	13066	1	11
União das freguesias de Olaia e Paço	2250	6	0	Moita	15719	12	12
União das freguesias de Torres Novas (Santa Maria, Salvador e Santiago)	6909	4	2	União das freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira ...	28257	8	286
União das freguesias de Torres Novas (São Pedro), Lapas e Ribeira Branca	7680	4	3	União das freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos ...	1952	1	0
Vila Nova da Barquinha	6441	3	6	Montijo	41369	17	43
Atalaia	1505	0	0	Canha	1316	0	0
Praia do Ribatejo	1558	2	3	Sarilhos Grandes	2558	1	0
Tancos	230	0	0	União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia ...	4041	1	0
Vila Nova da Barquinha	3148	1	3	União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	30357	14	43
Ourém	43142	44	16	União das freguesias de Pegões	3097	1	0
Alburitel	1050	0	0	Palmela	51507	62	41
Atouguia	2321	1	1	Palmela	14406	12	3
Caxarias	2164	0	0	Pinhal Novo	20929	19	26
Espite	1289	1	0	Quinta do Anjo	9331	12	9
Fátima	9592	35	12	União das freguesias de Poceirão e Marateca	6841	19	3
Nossa Senhora das Misericórdias	4488	0	0	Santiago do Cacém	25241	18	9
Seiça	1940	1	0	Abela	804	0	0
Urqueira	1896	1	0	Alvalade	1800	1	1
Nossa Senhora da Piedade	6271	3	2	Cercal	3050	2	0
União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	3911	0	0	Ermidas-Sado	1778	0	0
União das freguesias de Gonde-maria e Olival	3265	1	1	Santo André	9063	4	5
União das freguesias de Matas e Cercal	1864	0	0				
União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	3091	1	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
São Francisco da Serra	697	6	0	União das freguesias de Portela e Extremo	618	0	0
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	6722	5	3	União das freguesias de São Jorge e Ermelo	1141	0	0
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	1327	0	0	União das freguesias de Souto e Tabaco	1068	0	0
Seixal	133562	106	1039	União das freguesias de Távora (Santa Maria e São Vicente)	1101	0	0
Amora	41583	45	624	União das freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá	728	0	0
Corroios	40711	20	117	Caminha	17023	29	5
Fernão Ferro	13477	28	54	Âncora	1150	1	0
União das freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires	37791	13	244	Argela	389	0	0
Sesimbra	41483	47	36	Dem	380	0	0
Sesimbra (Castelo)	15783	18	12	Lanhelas	1011	0	0
Sesimbra (Santiago)	5178	1	1	Riba de Âncora	768	0	0
Quinta do Conde	20522	28	23	Seixas	1450	6	0
Setúbal	103293	95	194	Vila Praia de Âncora	4993	13	3
Setúbal (São Sebastião)	44339	17	124	Vilar de Mouros	759	3	0
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra Sado	4735	4	0	Vile	297	0	0
Sado	4814	0	4	União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)	232	0	0
União das freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão)	14874	31	29	União das freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho	2516	2	2
União das freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	34531	43	37	União das freguesias de Gondar e Orbacém	471	2	0
Sines	11918	21	109	União das freguesias de Moledo e Cristelo	1614	2	0
Sines	10998	14	109	União das freguesias de Venade e Azevedo	993	0	0
Porto Covo	920	7	0	Melgaço	11959	1	1
Viana do Castelo	256113	232	45	Alvaredo	616	0	0
Arcos de Valdevez	28923	3	0	Cousso	495	0	0
Aboim das Choças	392	0	0	Cristoval	726	1	0
Aguiã	853	0	0	Fiães	372	0	0
Azere	329	0	0	Gave	391	0	0
Cabana Maior	463	0	0	Paderne	1472	0	0
Cabreiro	683	0	0	Penso	593	0	0
Cendufe	410	0	0	São Paio	836	0	0
Couto	848	2	0	União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	1070	0	0
Gavieira	612	0	0	União das freguesias de Chaviães e Paços	1020	0	0
Gondoriz	1351	0	0	União das freguesias de Parada do Monte e Cubalhão	1091	0	0
Miranda	595	1	0	União das freguesias de Prado e Remoães	618	0	1
Monte Redondo	339	0	0	União das freguesias de Vila e Roussas	2659	0	0
Oliveira	368	0	0	Monção	20979	20	0
Paçô	1078	0	0	Abedim	270	0	0
Padroso	355	0	0	Barbeita	1065	0	0
Prozelo	1006	0	0	Barroças e Taías	377	4	0
Rio Frio	1103	0	0	Bela	722	1	0
Rio de Moinhos	642	0	0	Cambeses	496	0	0
Sabadim	631	0	0	Lara	319	0	0
Jolda (São Paio)	417	0	0	Longos Vales	1125	0	0
Senharei	411	0	0	Merufe	1244	0	0
Sistelo	375	0	0	Moreira	714	0	0
Soajo	1498	0	0	Pias	908	1	0
Vale	997	0	0	Pinheiros	330	0	0
União das freguesias de Alvora e Loureda	632	0	0	Podame	349	0	0
União das freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Gela	1827	0	0	Portela	281	0	0
União das freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada	2583	0	0	Riba de Mouro	1387	1	0
União das freguesias de Eiras e Mei	560	0	0	Segude	427	0	0
União das freguesias de Grade e Carralcova	611	0	0	Tangil	917	0	0
União das freguesias de Guilhadeses e Santar	1196	0	0	Trute	393	0	0
União das freguesias de Jolda (Madalena) e Rio Cabrão	604	0	0	União das freguesias de Anhões e Luzio	381	0	0
União das freguesias de Padreiro (Salvador e Santa Cristina)	498	0	0	União das freguesias de Ceivães e Badim	802	0	0
				União das freguesias de Mazedo e Cortes	2937	6	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Messes- gães, Valadares e Sá	797	0	0	Labruja	449	0	0
União das freguesias de Monção e Troviscoso	3551	3	0	Poiães	761	0	0
União das freguesias de Sago, Lor- delo e Parada	596	1	0	Refóios do Lima	2412	0	0
União das freguesias de Troporiz e Lapela	591	3	0	Ribeira	1747	0	0
Paredes de Coura	9665	4	0	Sá	384	0	0
Agualonga	321	0	0	Santa Comba	534	0	0
Castanheira	628	0	0	Santa Cruz do Lima	482	0	0
Coura	441	0	0	Rebordões (Santa Maria)	1008	0	0
Cunha	511	0	0	Seara	618	0	0
Infesta	493	0	0	Serdedelo	509	0	0
Mozelos	333	1	0	Rebordões (Souto)	1143	0	0
Padornelo	452	0	0	Vitorino das Donas	992	1	1
Parada	322	0	0	Arca e Ponte de Lima	3487	1	2
Romarigães	270	0	0	Ardegão, Freixo e Mato	1830	1	0
Rubiães	571	1	0	Associação de freguesias do Vale do Neiva	1254	2	0
Vascões	262	0	0	Bárrio e Cepões	932	0	0
União das freguesias de Bico e Cristelo	866	0	0	Cabaços e Fojo Lobal	1147	0	0
União das freguesias de Cossou- rado e Linhares	600	0	0	Cabração e Moreira do Lima	1069	0	0
União das freguesias de Formariz e Ferreira	1110	0	0	Fornelos e Queijada	1742	5	0
União das freguesias de Insalde e Porreiras	556	0	0	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte Navió e Vitorino dos Piães	449	0	0
União das freguesias de Paredes de Coura e Resende	1929	2	0	1813	1	0	
Ponte da Barca	14498	5	4	Valença	13791	46	2
Azias	491	0	0	Boivão	319	0	0
Boivães	339	0	0	Cerdal	1732	6	0
Bravães	660	0	0	Fontoura	688	1	0
Britelo	733	0	0	Friestas	583	0	0
Cuide de Vila Verde	410	0	0	Ganfei	1188	12	2
Lavradas	1024	0	0	São Pedro da Torre	1267	2	0
Lindoso	677	0	0	Verdoejo	583	0	0
Nogueira	495	0	0	União das freguesias de Gandra e Taíão	1407	0	0
Oleiros	570	0	0	União das freguesias de Gondomil e Sanfins	579	0	0
Sampriz	519	0	0	União das freguesias de São Julião e Silva	629	1	0
Vade (São Pedro)	357	2	0	União das freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão	4816	24	0
Vade (São Tomé)	361	0	0	Viana do Castelo	87187	62	23
União das freguesias de Crasto, Ruivos e Grovelas	1082	0	0	Afife	1594	4	1
União das freguesias de Entre Am- bos-os-Rios, Ermida e Germil	853	0	0	Alvarães	2916	1	0
União das freguesias de Ponte da Barca, Vila Nova de Muía e Paço Vedro de Magalhães	4484	1	4	Amonde	313	0	0
União das freguesias de Touvedo (São Lourenço e Salvador)	536	2	0	Anha	2472	2	0
União das freguesias de Vila Chã (São João Baptista e Santiago)	907	0	0	Areosa	4456	3	1
Ponte de Lima	43095	27	7	Carreço	1675	1	0
Anais	1097	0	1	Castelo do Neiva	3431	2	0
São Pedro d’Arcos	679	1	0	Darque	7366	11	2
Arcozelo	3397	1	0	Freixieiro de Soutelo	469	0	0
Beiral do Lima	809	0	0	Lanheses	1704	0	0
Bertiandos	407	0	0	Montaria	628	0	0
Boalhosa	306	0	0	Mujães	1558	0	0
Brandara	425	2	0	São Romão de Neiva	1289	0	0
Calheiros	929	1	0	Outeiro	1260	0	0
Calvelo	775	0	0	Perre	2758	0	0
Correlhã	2678	1	3	Santa Marta de Portuzelo	3673	3	0
Estorãos	523	2	0	Vila Franca	1767	1	0
Facha	1379	2	0	Vila de Punhe	2418	2	0
Feitosa	1049	0	0	Chafé	3115	2	0
Fontão	1066	1	0	União das freguesias de Barroselas e Carvoeiro	5087	1	0
Friastelas	647	0	0	União das freguesias de Cardielos e Serreleis	2110	2	0
Gandra	1147	2	0	União das freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leo- cádia e Moreira) e Deão	3640	1	0
Gemieira	559	3	0	União das freguesias de Mazarefes e Vila Fria	2808	0	2
Gondufe	461	0	0	União das freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	1598	2	2
				União das freguesias de Subpor- tela, Deocriste e Portela Susã	2506	0	0
				União das freguesias de Torre e Vila Mou	1284	1	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	23292	23	15	São Pedro de Agostém	1584	0	0
Vila Nova de Cerveira	8993	35	3	São Vicente	349	0	0
Cornes	481	1	0	Tronco	347	1	0
Covas	652	20	2	Vale de Anta	1388	0	1
Gondarém	981	0	0	Vila Verde da Raia	942	0	0
Loivo	885	8	0	Vilar de Nantes	1916	2	0
Mentrestido	290	0	0	Vilarelho da Raia	771	0	0
Sapardos	389	0	0	Vilas Boas	240	0	0
Sopo	638	0	0	Vilela Seca	382	0	0
União das freguesias de Campos e Vila Meã	1444	2	0	Vilela do Tâmega	456	0	0
União das freguesias de Candemil e Gondar	390	4	1	Santa Maria Maior	11908	2	0
União das freguesias de Reboreda e Nogueira	966	0	0	Planalto de Monforte (União das freguesias de Oucidres e Bobadela)	465	0	0
União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	1877	0	0	União das freguesias da Madalena e Samaiões	3433	1	1
Vila Real	231870	65	31	União das freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela	1042	0	0
Alijó	13062	6	0	União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia	824	1	0
Alijó	2494	1	0	União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações	1004	1	0
Favaio	1129	0	0	União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge	3567	5	2
Pegarinhos	607	0	0	União das freguesias de Soutelo e Seara Velha	694	0	0
Pinhão	678	1	0	União das freguesias de Travancas e Roriz	793	0	0
Sanfins do Douro	1590	0	0	Vidago (União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras)	2166	0	0
Santa Eugénia	401	0	0	Mesão Frio	4256	0	0
São Mamede de Ribatua	776	0	0	Barqueiros	653	0	0
Vila Chã	624	1	0	Cidadelhe	176	0	0
Vila Verde	774	1	0	Oliveira	410	0	0
Vilar de Maçada	1036	0	0	Vila Marim	1246	0	0
União das freguesias de Carlão e Amieiro	981	0	0	Mesão Frio (Santo André)	1771	0	0
União das freguesias de Castedo e Cotas	629	0	0	Mondim de Basto	8619	2	0
União das freguesias de Pópulo e Ribalonga	746	0	0	Atei	1358	0	0
União das freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	597	2	0	Bilhó	741	0	0
Boticas	7825	0	0	Mondim de Basto	3228	2	0
Beça	1151	0	0	Vilar de Ferreiros	1441	0	0
Covas do Barroso	344	0	0	União das freguesias de Campanhó e Paradança	988	0	0
Dornelas	622	0	0	União das freguesias de Ermelo e Pardelhas	863	0	0
Pinho	571	0	0	Montalegre	15219	8	5
Sapiãos	686	0	0	Cabril	654	0	0
Alturas do Barroso e Cerdedo	791	0	0	Cervos	437	1	0
Ardãos e Bobadela	906	0	0	Chã	1108	0	0
Boticas e Granja	1650	0	0	Covelo do Gerês	205	0	0
Codossoso, Currose Fiães do Tâmega	478	0	0	Ferral	468	0	0
Vilar e Viveiro	626	0	0	Gralhas	300	0	0
Chaves	45925	16	4	Morgade	344	0	0
Águas Frias	941	0	0	Negrões	303	0	0
Anelhe	542	0	0	Outeiro	216	0	0
Bustelo	608	1	0	Pitões das Júnias	306	0	0
Cimo de Vila da Castanheira	638	0	0	Reigoso	298	0	0
Curalha	560	0	0	Salto	1817	5	3
Ervededo	954	2	0	Santo André	325	0	0
Faiões	825	0	0	Sarraquinhos	475	0	0
Lama de Arcos	456	0	0	Solveira	304	0	0
Mairos	389	0	0	Tourém	189	0	0
Moreiras	337	0	0	Vila da Ponte	319	0	0
Nogueira da Montanha	835	0	0	União das freguesias de Cambeses do Rio, Donões e Mourilhe	655	0	0
Oura	682	0	0	União das freguesias de Meixedo e Padornelos	638	0	0
Outeiro Seco	899	0	0	União das freguesias de Montalegre e Padroso	2169	0	2
Paradela	310	0	0	União das freguesias de Paradela, Contim e Fiães	635	0	0
Redondelo	634	0	0	União das freguesias de Sezelhe e Covelães	483	0	0
Sanfins	371	0	0	União das freguesias de Venda Nova e Pondras	597	2	0
Santa Leocádia	483	0	0				
Santo António de Monforte	530	0	0				
Santo Estêvão	660	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas	1097	0	0	Friões	927	0	0
União das freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide	877	0	0	Padrela e Tazem	526	0	0
Murça	7100	3	1	Possacos	577	0	0
Candedo	1179	0	0	Rio Torto	477	0	0
Fiolhoso	805	0	0	Santa Maria de Emeres	448	1	0
Jou	851	0	0	Santa Valha	524	0	0
Murça	2065	2	0	Santiago da Ribeira de Alhariz	975	0	0
Valongo de Milhais	451	0	0	São João da Corveira	930	0	0
União das freguesias de Carva e Vilares	691	1	0	São Pedro de Veiga de Lila	393	0	0
União das freguesias de Noura e Palheiros	1058	0	1	Serapicos	365	0	0
Peso da Régua	16784	3	4	Vales	375	0	0
Fontelas	761	1	0	Vassal	586	0	0
Loureiro	1189	0	0	Veiga de Lila	320	0	0
Sedielos	1208	0	0	Vilarandelo	1081	0	1
Vilarinho dos Freires	1011	0	0	Carrizado de Montenegro e Curros	2198	0	0
União das freguesias de Galafura e Covelinhas	1064	1	0	Lebução, Fiães e Nozelos	1029	2	0
União das freguesias de Moura Morta e Vinhós	985	0	1	Sonim e Barreiros	606	0	0
União das freguesias de Peso da Régua e Godim	9030	1	2	Tinhela e Alvarelhos	484	0	0
União das freguesias de Poiães e Canelas	1536	0	1	Valpaços e Sanfins	4981	2	1
Ribeira de Pena	8815	2	0	Vila Pouca de Aguiar	17241	8	1
Alvadia	326	0	0	Alfarela de Jales	610	0	0
Canedo	735	0	0	Bornes de Aguiar	2503	1	0
Santa Marinha	993	0	0	Bragado	799	0	0
União das freguesias de Cerva e Limões	2949	0	0	Capeludos	705	0	0
União das freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega	3812	2	0	Soutelo de Aguiar	897	1	0
Sabrosa	6908	0	2	Telões	1861	0	0
Celeirós	236	0	0	Tresminas	668	0	0
Covas do Douro	504	0	0	Valoura	528	1	0
Gouvinhas	317	0	0	Vila Pouca de Aguiar	3497	2	1
Parada de Pinhão	360	0	0	Vreia de Bornes	904	0	0
Paços	787	0	0	Vreia de Jales	1307	0	0
Sabrosa	1105	0	0	Sabroso de Aguiar	847	3	0
São Lourenço de Ribapinhão	498	0	0	Alvão	1530	0	0
Souto Maior	524	0	0	União das freguesias de Pensalvos e Parada de Monteiros	585	0	0
Torre do Pinhão	451	0	2	Vila Real	50869	12	8
Vilarinho de São Romão	326	0	0	Abaças	1273	0	0
União das freguesias de Prove-sende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro	598	0	0	Andrães	1704	2	0
União das freguesias de São Martinho de Antas e Paradela de Guiães	1202	0	0	Arroios	984	0	0
Santa Marta de Penaguião	8112	0	4	Campeã	1929	0	0
Alvações do Corgo	521	0	0	Folhadela	2067	2	0
Cumieira	1300	0	0	Guiães	736	1	0
Fontes	1129	0	0	Lordelo	2617	0	0
Medrões	545	0	0	Mateus	2658	0	0
Sever	942	0	0	Mondrões	1061	0	0
União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	2845	0	4	Parada de Cunhos	1731	0	1
União das freguesias de Louredo e Fornelos	830	0	0	Torgueda	1723	1	0
Valpaços	21135	5	2	Vila Marim	1849	0	0
Água Revés e Crasto	457	0	0	União das freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã	2956	3	1
Algeriz	711	0	0	União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo	2762	0	0
Bouçoães	630	0	0	União das freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras	2004	0	1
Canaveses	304	0	0	União das freguesias de Mouços e Lames	3587	0	1
Ervões	841	0	0	União das freguesias de Nogueira e Ermida	1113	0	0
Fornos do Pinhal	390	0	0	União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova	1087	0	0
				União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes	1589	1	0
				União das freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)	15439	2	4
				Visu	377902	134	53
				Armamar	6367	3	0
				Aldeias	347	0	0
				Cimbres	290	0	0
				Folgosa	454	0	0
				Fontelo	624	0	0
				Queimada	286	0	0
				Queimadela	273	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Santa Cruz	174	0	0	União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca	753	0	0
São Cosmado	725	0	0	União das freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões	1098	0	0
São Martinho das Chãs	637	1	0	União das freguesias de Parada do Bispo e Valdigem	1124	0	0
Vacalar	207	0	0	Mangualde	20257	9	3
Armamar	1334	0	0	Abrunhosa-a-Velha	545	0	0
União das freguesias de Aricera e Goujoim	245	0	0	Alcafache	945	1	0
União das freguesias de São Ro- mão e Santiago	334	0	0	Cunha Baixa	1051	0	1
União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião	437	2	0	Espinho	1118	0	0
Carregal do Sal	10023	6	1	Fornos de Maceira Dão	1538	0	0
Beijós	1033	1	0	Freixiosa	313	0	0
Cabanas de Viriato	1546	0	0	Quintela de Azurara	546	0	0
Oliveira do Conde	3129	3	1	São João da Fresta	257	0	0
Parada	952	0	0	União das freguesias de Man- gualde, Mesquitela e Cunha Alta	10012	8	1
União das freguesias de Currelos, Papizios e Sobral	3363	2	0	União das freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato	941	0	0
Castro Daire	16415	1	2	União das freguesias de Santiago de Cassurães e Póvoa de Cervães	1448	0	0
Almofala	324	0	0	União das freguesias de Tavares (Chãs, Várzea e Travanca)	1543	0	1
Cabril	424	0	0	Moimenta da Beira	11488	2	0
Castro Daire	4430	0	0	Alvite	1382	0	0
Cujó	376	0	0	Arcozelos	603	0	0
Gosende	432	0	0	Baldos	217	0	0
Mões	2110	1	0	Cabaços	466	0	0
Moledo	1594	0	0	Caria	631	0	0
Monteiras	565	0	0	Castelo	341	0	0
Pepim	369	0	0	Leomil	1034	0	0
Pinheiro	902	0	0	Moimenta da Beira	2768	0	0
São Joaninho	379	0	0	Passô	420	0	0
União das freguesias de Mamou- ros, Alva e Ribolhos	1510	0	0	Rua	694	2	0
União das freguesias de Mezio e Moura Morta	569	0	0	Sarzedo	172	0	0
União das freguesias de Parada de Ester e Ester	956	0	2	Sever	602	0	0
União das freguesias de Picão e Ermda	629	0	0	Vilar	480	0	0
União das freguesias de Reriz e Gafanhão	846	0	0	União das freguesias de Paradinha e Nagosa	269	0	0
Cinfães	18186	4	2	União das freguesias de Pêra Ve- lha, Aldeia de Nacomba e Ariz	635	0	0
Cinfães	2910	2	0	União das freguesias de Peva e Segões	774	0	0
Espadanedo	1159	1	0	Mortágua	9964	9	2
Ferreiros de Tendais	628	0	0	Cercosa	385	0	0
Fornelos	631	0	0	Espinho	1268	0	0
Moimenta	380	0	0	Marmeleira	522	1	2
Nespereira	1870	0	0	Pala	1030	3	0
Oliveira do Douro	1356	0	1	Sobral	2459	1	0
Santiago de Piães	1621	0	0	Trezói	429	0	0
São Cristóvão de Nogueira	1713	0	1	União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça	3871	4	0
Souselo	2716	0	0	Nelas	13765	4	4
Tarouquela	1057	0	0	Canas de Senhorim	3265	1	0
Tendais	729	0	0	Nelas	4285	1	1
Travanca	768	0	0	Senhorim	1335	0	0
União das freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires	648	1	0	Vilar Seco	752	0	0
Lamego	25791	2	3	Lapa do Lobo	783	0	1
Avões	580	0	0	União das freguesias de Carvalhal Redondo e Agueira	1580	0	0
Britiande	931	1	1	União das freguesias de Santar e Moreira	1765	2	2
Cambres	1990	0	0	Oliveira de Frades	9354	7	4
Ferreirim	975	0	0	Arcozelo das Maias	1380	0	1
Ferreiros de Avões	487	0	0	Pinheiro	1154	1	0
Figueira	390	0	0	Ribeiradio	940	0	0
Lalim	818	0	0	São João da Serra	537	0	0
Lazarim	522	0	0	São Vicente de Lafões	699	0	0
Penajóia	1040	0	0	União das freguesias de Arca e Varzielas	702	1	0
Penude	1598	0	0				
Samodães	189	0	0				
Sande	864	0	0				
Várzea de Abrunhais	420	0	0				
Vila Nova de Souto d'El-Rei	722	0	0				
Lamego (Almacave e Sé)	11290	1	2				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
União das freguesias de Destriz e Reigoso	661	0	0	São Pedro do Sul	17130	8	4
União das freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães	3281	5	3	Bordonhos	473	0	0
Penalva do Castelo	8743	1	4	Figueiredo de Alva	969	0	0
Castelo de Penalva	1034	0	0	Manhouce	766	0	0
Esmolfe	537	0	0	Pindelo dos Milagres	867	0	0
Germil	426	0	1	Pinho	847	0	0
Ínsua	2063	0	2	São Félix	402	0	1
Lusinde	263	0	0	Serrazes	1027	0	0
Pindo	1954	0	0	Sul	1115	1	0
Real	282	0	0	Valadares	880	1	0
Sezures	954	0	0	Vila Maior	988	0	0
Trancozelos	300	0	0	União das freguesias de Carvalhais e Candal	1605	0	0
União das freguesias de Antas e Matela	515	0	0	União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões	1524	3	2
União das freguesias de Vila Cova do Covelo/Mareco	415	1	1	União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio	371	0	0
Penedono	3589	0	0	União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões	5296	3	1
Beselga	421	0	0	Sátão	13961	2	2
Castainço	195	0	0	Avelal	452	0	0
Penela da Beira	423	0	0	Ferreira de Aves	2924	0	0
Póvoa de Penela	387	0	0	Mioma	1281	0	0
Souto	325	0	0	Rio de Moinhos	1140	0	1
União das freguesias de Antas e Ourozinho	536	0	0	São Miguel de Vila Boa	1419	0	0
União das freguesias de Penedono e Granja	1302	0	0	Sátão	4073	1	0
Resende	11132	3	1	Silva de Cima	573	1	0
Barrô	930	1	0	União das freguesias de Águas Boas e Forles	308	0	0
Cárquere	782	0	0	União das freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa	1791	0	1
Paus	533	0	0	Sernancelhe	6603	7	1
Resende	2809	1	0	Arnas	319	0	0
São Cipriano	689	0	0	Carregal	624	0	1
São João de Fontoura	841	0	0	Chosendo	393	2	0
São Martinho de Mouros	1848	0	0	Cunha	405	0	0
União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos	1258	1	0	Faia	174	0	0
União das freguesias de Felgueiras e Feirão	376	0	1	Granjal	330	0	0
União das freguesias de Freigil e Miomães	668	0	0	Lamosa	205	0	0
União das freguesias de Ovadas e Panchorra	398	0	0	Quintela	352	0	0
Santa Comba Dão	11438	21	0	Vila da Ponte	510	2	0
Pinheiro de Ázere	895	16	0	União das freguesias de Ferreirim e Macieira	695	0	0
São Joaninho	1092	0	0	União das freguesias de Fonte Arcada e Escurquela	461	0	0
São João de Areias	2048	5	0	União das freguesias de Penso e Freixinho	420	0	0
União das freguesias de Ova e Vimieiro	1702	0	0	União das freguesias de Sernancelhe e Sarzeda	1715	3	0
União das freguesias de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro	4324	0	0	Tabuaço	6080	4	0
União das freguesias de Treixedo e Nagozela	1377	0	0	Adorigo	352	0	0
São João da Pesqueira	7556	1	0	Arcos	242	0	0
Castanheiro do Sul	428	0	0	Chavães	421	0	0
Ervedosa do Douro	1243	0	0	Desejosa	155	0	0
Nagozelo do Douro	399	0	0	Granja do Tado	193	0	0
Paredes da Beira	639	0	0	Longa	353	0	0
Riadades	537	0	0	Sendim	842	0	0
Soutelo do Douro	434	0	0	Tabuaço	1482	4	0
Vale de Figueira	515	0	0	Valença do Douro	364	0	0
Valongo dos Azeites	240	0	0	União das freguesias de Barcos e Santa Leocádia	663	0	0
União das freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões	1975	0	0	União das freguesias de Paradelas e Granjinha	182	0	0
União das freguesias de Trevões e Espinhosa	675	1	0	União das freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira	328	0	0
União das freguesias de Vilarouco e Pereiros	471	0	0	União das freguesias de Távora e Pereiro	503	0	0
				Tarouca	8028	1	1
				Mondim da Beira	675	0	0
				Salzedas	839	0	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
São João de Tarouca	660	0	0	Vouzela	10065	3	4
Várzea da Serra	345	0	0	Alcofra	996	0	0
União das freguesias de Gouveães e Ucanha	840	1	0	Campia	1497	1	0
União das freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira	580	0	0	Fornelo do Monte	270	0	0
União das freguesias de Tarouca e Dálvares	4089	0	1	Queirã	1418	1	1
Tondela	28982	9	3	São Miguel do Mato	975	0	2
Campo de Besteiros	1379	0	0	Ventosa	784	0	0
Canas de Santa Maria	1745	1	0	União das freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas	1378	0	0
Castelões	1628	2	0	União das freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas	1053	1	1
Dardavaz	891	0	0	União das freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues	1694	0	0
Ferreiros do Dão	459	0	0	Região Autónoma dos Açores . . .	226334	162	39
Guardão	1355	0	0	Ilha de Santa Maria	5316	13	0
Lajeosa do Dão	1981	0	0	Vila do Porto	5316	13	0
Lobão da Beira	1068	1	0	Almagreira	526	0	0
Molelos	2597	4	0	Santa Bárbara	512	1	0
Parada de Gonta	979	0	0	Santo Espírito	696	5	0
Santiago de Besteiros	1299	0	0	São Pedro	691	6	0
Tonda	1044	0	0	Vila do Porto	2891	1	0
União das freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo	1619	1	0	Ilha de São Miguel	125484	62	16
União das freguesias de Caparrosa e Silvares	903	0	0	Lagoa (R.A.A)	12543	9	0
União das freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha	1433	0	0	Água de Pau	2819	5	0
União das freguesias de São João do Monte e Mosteirinho	1075	0	0	Cabouco	1553	0	0
União das freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa	1488	0	0	Lagoa (Nossa Senhora do Rosário)	4723	2	0
União das freguesias de Tondela e Nandufe	4639	0	2	Lagoa (Santa Cruz)	3079	2	0
União das freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas	1400	0	1	Ribeira Chã	369	0	0
Vila Nova de Paiva	6904	0	0	Nordeste	4838	4	0
Pendilhe	585	0	0	Achada	470	0	0
Queiriga	1207	0	0	Achadinha	483	0	0
Touro	1324	0	0	Lomba da Fazenda	870	0	0
Vila Cova à Coelheira	1290	0	0	Nordeste	1206	3	0
União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	2498	0	0	Salga	508	0	0
Viseu	96081	27	12	Santana	408	1	0
Abraveses	7996	6	2	Algarvia	307	0	0
Bodiosa	3441	0	0	Santo António de Nordestinho	303	0	0
Calde	1983	0	0	São Pedro de Nordestinho	283	0	0
Campo	5025	1	1	Ponta Delgada	63988	29	11
Cavernães	1491	0	2	Arrifes	6427	0	1
Cota	1496	1	0	Candelária	992	0	1
Fragosela	2353	0	0	Capelas	3682	2	0
Lordosa	2364	0	0	Covoada	1174	0	0
Silgueiros	3701	0	0	Fajã de Baixo	4551	1	1
Mundão	2157	1	0	Fajã de Cima	3049	0	0
Orgens	3335	2	0	Fenais da Luz	1789	0	0
Povolide	1807	0	0	Feteiras	1374	0	0
Ranhados	4067	3	0	Ginetes	1102	10	0
Ribafeita	1580	1	0	Mosteiros	1092	5	0
Rio de Loba	8004	2	0	Ponta Delgada (São Sebastião)	4210	3	0
Santos Evos	1630	0	0	Ponta Delgada (São José)	5876	1	0
São João de Lourosa	4326	0	0	Ponta Delgada (São Pedro)	7733	4	2
São Pedro de France	1489	2	0	Relva	2569	0	1
União das freguesias de Barreiros e Cepões	2058	1	0	Remédios	872	0	0
União das freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	2685	0	0	Rosto do Cão (Livramento)	3786	1	1
União das freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima	1653	0	0	Rosto do Cão (São Roque)	4392	0	1
União das freguesias de Fail e Vila Chã de Sá	2591	0	0	Santa Bárbara	753	0	0
União das freguesias de Repeses e São Salvador	5065	0	1	Santo António	1732	0	0
União das freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	1942	0	0	São Vicente Ferreira	2038	1	0
União das freguesias de Viseu	21842	7	6	Sete Cidades	706	1	0
				Ajuda da Bretanha	678	0	0
				Pilar da Bretanha	581	0	0
				Santa Clara	2830	0	3
				Povoação	6381	3	1
				Água Retorta	428	0	0
				Faial da Terra	425	0	0
				Furnas	1547	1	0

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Nossa Senhora dos Remédios . . .	1106	0	1	Ribeira Seca (R.A. Açores)	964	0	0
Povoação	2058	2	0	Santo Antão (R.A. Açores)	733	0	0
Ribeira Quente	817	0	0	Topo (Nossa Senhora do Rosário) (R.A. Açores)	492	0	0
Ribeira Grande	27301	11	2	Velas	5033	3	2
Calhetas	772	1	0	Manadas (Santa Bárbara) (R.A. Açores)	378	2	0
Fenais da Ajuda	1004	0	0	Norte Grande (Neves) (R.A. Açores)	570	0	0
Lomba da Maia	1046	0	0	Rosais (R.A. Açores)	675	0	0
Lomba de São Pedro	303	0	0	Santo Amaro (R.A. Açores)	816	1	0
Maia	1828	2	0	Uzelina (São Mateus) (R.A. Açores)	796	0	1
Pico da Pedra	2367	1	0	Velas (São Jorge) (R.A. Açores)	1798	0	1
Porto Formoso	1148	1	0	Ilha do Pico	13354	24	3
Rabo de Peixe	6919	3	2	Lajes do Pico	4528	11	1
Ribeira Grande (Conceição) . . .	2098	0	0	Calheta de Nesquim	348	1	0
Ribeira Grande (Matriz)	3491	2	0	Lajes do Pico	1668	1	1
Ribeira Seca	2485	1	0	Piedade	789	5	0
Ribeirinha	2143	0	0	Ribeiras	893	2	0
Santa Bárbara	1137	0	0	Ribeirinha	394	2	0
São Brás	560	0	0	São João	436	0	0
Vila Franca do Campo	10433	6	2	Madalena	5621	4	2
Água de Alto	1601	1	0	Bandeiras	545	0	0
Ponta Garça	3213	0	1	Candelária	798	0	0
Ribeira das Tainhas	647	0	0	Criação Velha	722	1	2
Vila Franca do Campo (São Miguel)	2666	2	1	Madalena	2356	1	0
Vila Franca do Campo (São Pedro)	1379	2	0	São Caetano	496	2	0
Ribeira Seca	927	1	0	São Mateus	704	0	0
Ilha Terceira	52307	11	11	São Roque do Pico	3205	9	0
Angra do Heroísmo	33009	9	11	Prainha	535	7	0
Altare	841	0	0	Santa Luzia	401	0	0
Angra (Nossa Senhora da Conceição)	3912	1	3	Santo Amaro	283	0	0
Angra (Santa Luzia)	2389	1	0	Santo António	719	2	0
Angra (São Pedro)	3366	1	2	São Roque do Pico	1267	0	0
Angra (Sé)	1140	2	0	Ilha do Faial	13121	21	1
Cinco Ribeiras	623	0	3	Horta	13121	21	1
Doze Ribeiras	484	0	0	Capelo	470	3	1
Feteira	1115	0	0	Castelo Branco	1138	4	0
Porto Judeu	2360	0	0	Cedros	818	7	0
Posto Santo	917	0	0	Feteira	1546	0	0
Raminho	545	0	0	Flamengos	1358	0	0
Ribeirinha	2400	0	3	Horta (Angústias)	2240	1	0
Santa Bárbara	1198	0	0	Horta (Conceição)	1054	0	0
São Bartolomeu de Regatos . . .	1740	1	0	Horta (Matriz)	2203	3	0
São Bento	1801	0	0	Pedro Miguel	624	2	0
São Mateus da Calheta	3324	0	0	Praia do Almoxarife	707	0	0
Serreta	369	0	0	Praia do Norte	220	1	0
Terra Chã	2539	3	0	Ribeirinha	386	0	0
Vila de São Sebastião	1946	0	0	Salão	357	0	0
Vila da Praia da Vitória	19298	2	0	Ilha das Flores	3220	23	4
Agualva	1359	0	0	Lajes das Flores	1290	18	3
Biscoitos	1397	0	0	Fajã Grande	195	4	0
Cabo da Praia	630	0	0	Fajãzinha	74	4	0
Fonte do Bastardo	1105	0	0	Fazenda	235	0	0
Fontinhas	1417	0	0	Lajedo	97	2	0
Lajes	3204	0	0	Lajes das Flores	508	4	3
Praia da Vitória (Santa Cruz) . . .	6284	1	0	Lomba	146	4	0
Quatro Ribeiras	419	1	0	Mosteiro	35	0	0
São Brás	987	0	0	Santa Cruz das Flores	1930	5	1
Vila Nova	1582	0	0	Caveira	68	0	0
Porto Martins	914	0	0	Cedros	119	2	0
Ilha da Graciosa	4458	3	0	Ponta Delgada	321	0	0
Santa Cruz da Graciosa	4458	3	0	Santa Cruz das Flores	1422	3	1
Guadalupe (R.A. Açores)	1180	3	0	Ilha do Corvo	352	2	2
Luz (R.A. Açores)	760	0	0	Corvo	352	2	2
Praia (São Mateus) (R.A. Açores)	808	0	0	Corvo	352	2	2
Santa Cruz da Graciosa (R.A. Açores)	1710	0	0				
Ilha de São Jorge	8722	3	2				
Calheta (R.A.A.)	3689	0	0				
Calheta (R.A. Açores)	1274	0	0				
Norte Pequeno (R.A. Açores) . . .	226	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Região Autónoma da Madeira . . .	257764	283	107	Ilha de Porto Santo	5663	37	2
Ilha da Madeira	252101	246	105	Porto Santo	5663	37	2
Calheta (R.A.M.)	12523	31	2	Porto Santo	5663	37	2
Arco da Calheta	3256	8	0	Europa e Fora da Europa	259882		
Calheta (R.A.Madeira)	3436	11	2	Europa	99164		
Estreito da Calheta	1706	8	0	Alemanha	15365		
Fajã da Ovelha	1091	0	0	Berlim	204		
Jardim do Mar	225	2	0	Dusseldorf	2983		
Paul do Mar	874	1	0	Estugarda	2784		
Ponta do Pargo	1152	1	0	Frankfurt	1603		
Prazeres	783	0	0	Hamburgo	4613		
Câmara de Lobos	32433	1	7	Osnabruck	3178		
Câmara de Lobos	15626	0	3	Áustria	109		
Curral das Freiras	2078	0	2	Viena	109		
Estreito de Câmara de Lobos	9585	1	2	Bélgica	2355		
Quinta Grande	1949	0	0	Bruxelas	2355		
Jardim da Serra	3195	0	0	Bulgária	11		
Funchal	106393	130	32	Sófia	11		
Imaculado Coração de Maria	6252	12	1	República Checa	15		
Monte	6330	13	1	Praga	15		
Funchal (Santa Luzia)	5719	6	0	Dinamarca	138		
Funchal (Santa Maria Maior)	13234	10	1	Copenhague	138		
Santo António	24736	13	3	Espanha	4476		
São Gonçalo	6020	20	5	Barcelona	886		
São Martinho	24910	27	6	Madrid	1094		
Funchal (São Pedro)	7466	12	9	Vigo	2100		
São Roque	8750	3	0	Sevilha	396		
Funchal (Sé)	2976	14	6	Finlândia	85		
Machico	20998	12	3	Helsínquia	85		
Água de Pena	2274	4	0	França	59725		
Canical	3582	0	0	Bordéus	4796		
Machico	11226	6	3	Estrasburgo	2768		
Porto da Cruz	2574	2	0	Lyon	14346		
Santo António da Serra	1342	0	0	Marselha	615		
Ponta do Sol	9816	4	1	Paris	33363		
Canhas	4309	1	0	Toulouse	3837		
Madalena do Mar	640	0	0	Grécia	54		
Ponta do Sol	4867	3	1	Atenas	54		
Porto Moniz	3425	1	1	Holanda	1217		
Achadas da Cruz	253	0	0	Haia	1217		
Porto Moniz	2037	1	0	Hungria	23		
Ribeira da Janela	347	0	0	Budapeste	23		
Seixal	788	0	1	Irlanda	54		
Ribeira Brava	14133	10	16	Dublin	54		
Campanário	4604	4	5	Itália	681		
Ribeira Brava	7136	4	11	Roma	681		
Serra de Água	1180	0	0	Sérvia	2		
Tábua	1213	2	0	Belgrado	2		
Santa Cruz	37518	51	41	Luxemburgo	1733		
Camacha	6615	5	1	Luxemburgo	1733		
Canico	19155	36	30	Noruega	118		
Gaula	3723	8	8	Oslo	118		
Santa Cruz	7127	2	2	Polónia	110		
Santo António da Serra	898	0	0	Varsóvia	110		
Santana	8423	4	1				
Arco de São Jorge	451	0	0				
Faial	1770	3	0				
Santana	3552	0	0				
São Jorge	1640	0	1				
São Roque do Faial	679	1	0				
Ilha	331	0	0				
São Vicente	6439	2	1				
Boa Ventura	1504	0	0				
Ponta Delgada	1371	2	1				
São Vicente	3564	0	0				

	Nacionais	UE	ER		Nacionais	UE	ER
Reino Unido	1375			Tunísia	1		
Londres	1061			Tunes	1		
Manchester	314			República Democrática do Congo	105		
Roménia	10			Kinshasa	105		
Bucareste	10			Zimbabwe	335		
Suécia	286			Harare	335		
Estocolmo	286			Guiné-Bissau	135		
Rússia	6			Bissau	135		
Moscovo	6			Libia	11		
Andorra	875			Tripoli	11		
Andorra	875			Namíbia	251		
Suíça	10317			Windhoek	251		
Berna	1050			América	134994		
Genebra	7212			Argentina	1288		
Zurique	2055			Buenos Aires	1288		
Ucrânia	1			Brasil	94431		
Kiev	1			Belém do Pará	3427		
Eslováquia	4			Belo Horizonte	643		
Bratislava	4			Brasília	161		
Croácia	1			Curitiba	4960		
Zagrebe	1			Porto Alegre	353		
Eslovénia	11			Recife	1137		
Liubliana	11			Rio de Janeiro	17017		
Turquia	2			Salvador (Baía)	634		
Ankara	2			S. Paulo	65725		
Chipre	5			Fortaleza	374		
Nicósia	5			Canadá	11719		
Fora da Europa	160718			Montreal	1408		
África	11159			Otava	465		
África do Sul	7053			Toronto	9080		
Cape Town	1266			Vancouver	766		
Joanesburgo	5076			Colômbia	208		
Pretória	711			Bogotá	208		
Angola	704			Cuba	1		
Luanda	461			Havana	1		
Benguela	243			Estados Unidos da América	11290		
Cabo Verde	552			Boston	662		
Praia	552			Newark	3954		
Egipto	4			New Bedford	4209		
Cairo	4			New York	954		
Marrocos	21			Providence	972		
Rabat	21			São Francisco	244		
Moçambique	1754			Washington	295		
Maputo	1369			México	23		
Beira	385			México	23		
Nigéria	1			Peru	19		
Abuja	1			Lima	19		
São Tomé e Príncipe	213			Uruguai	621		
São Tomé	213			Montevidéu	621		
Senegal	19			Venezuela	15370		
Dacar	19			Caracas	7117		
				Valência	8253		
				Chile	24		
				Santiago do Chile	24		
				Ásia e Oceânia	14565		
				Arábia Saudita	20		
				Riyadh	20		

	Nacionais	UE	ER
China	11027		
Pequim	11		
Macau	10969		
Xangai	47		
Índia	1648		
Nova Delhi	13		
Goa	1635		
Irão	2		
Teerão	2		
Japão	53		
Tóquio	53		
Paquistão	12		
Islamabad	12		
Tailândia	6		
Banguecoque	6		
Austrália	1564		
Camberra	33		
Sidney	1531		
Indonésia	3		
Jacarta	3		
Israel	17		
Tel-Aviv	17		
Singapura	18		
Singapura	18		
Coreia	7		
Seul	7		
Timor	181		
Dili	181		
Emirados Árabes Unidos	7		
Abu Dhabi	7		

207603416

Guarda Nacional Republicana

Unidade Nacional de Trânsito

Despacho n.º 3374/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me foi conferida pelo n.º 3 do Despacho n.º 496 /2014, do Exmo. Tenente-general Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2014, subdelego no Comandante do Destacamento de Ação de Conjunto do Porto, Capitão de infantaria, Nuno Filipe da Silva Lopes a competência para assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

Projeto de lista de classificação final

Nome	Prova escrita conhecimentos	Exames psicológicos	Entrevista profissional de seleção	Exame médico	Classificação final
Maria de Fátima Dantas de Carvalho Soares Coelho	18,80	j)	17,00	j)	18,08
José Domingos Gomes Maia	19,40	j)	16,00	j)	18,04
António José Magalhães Albuquerque	14,60	20,00	19,00	j)	17,20
António Pedro Faria de Melo e Silva	16,60	j)	17,67	j)	17,03
Carlos Manuel Mendes Lopes Loureiro	15,20	20,00	15,33	Apto	16,35

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo do poder de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 13 de janeiro de 2014.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos praticados, no âmbito das matérias ora delegadas, até à sua publicação no *Diário da República*.

24 de janeiro de 2014. — O Comandante da Unidade Nacional de Trânsito, *João Manuel da Mota Pedrosa*, coronel.

207643171

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 3165/2014

1 — Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º, conjugado com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento de oito postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, aberto pelo aviso n.º 13248/2013, de 17 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 31 de outubro de 2013, que a lista de ordenação final, devidamente homologada por despacho da secretária-geral de 20 de fevereiro de 2014, se encontra afixada no hall e no 5.º piso da Secretaria-Geral deste Ministério, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respetiva página eletrónica, em www.sg.min-economia.pt.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, do despacho de homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar.

24 de fevereiro de 2014. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

207645301

Despacho n.º 3375/2014

Considerando que a técnica superior Raquel Abreu Gomes Pereira se encontra a exercer funções nesta Secretaria-Geral, desde 1 de abril de 2013, em regime de mobilidade interna na categoria, determino a consolidação da referida mobilidade no mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória e 15.º nível, a que corresponde a remuneração de € 1201,48, posição e nível idênticos aos que detinha na situação de origem, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

24 de fevereiro de 2014. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

207644232

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Aviso n.º 3166/2014

Considerando as alterações introduzidas ao projeto de lista de classificação final, na sequência das respostas às alegações dos candidatos que exerceram o direito de participação, determino a substituição do projeto de lista de classificação final, anexo ao Aviso n.º 15828/2013, publicado no *Diário da República* n.º 253, 2.ª série, de 31 de dezembro de 2013, referente ao concurso interno de ingresso para preenchimento de 23 lugares na categoria de inspetor da carreira de inspeção superior do quadro de pessoal da ex-IGAE, aberto pelo Despacho n.º 1641/2009 e a consequente republicação do projeto de lista de classificação final relativo ao supra mencionado concurso nos seguintes termos:

Nome	Prova escrita conhecimentos	Exames psicológicos	Entrevista profissional de seleção	Exame médico	Classificação final
Domingos Manuel Mendes Gomes	17,00	j)	15,33	j)	16,33
Gil Firmino Sanfins Couto	15,20	j)	18,00	j)	16,32
Francisco Mário de Carvalho Araújo Fernandes	18,20	j)	13,00	j)	16,12
Carlos Abel Almendra Frias Vieira	14,00	16,00	17,67	Apto	15,59
Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes	14,00	16,00	17,33	Apto	15,49
Abel Filipe Colaço Vieira da Cruz	14,60	j)	16,67	j)	15,43
Ricardo Jorge da Cruz Aguiar	15,20	j)	15,67	j)	15,39
Idalina Maria Carvalho da Cunha	15,20	j)	15,33	j)	15,25
António da Silva Coelho	15,40	j)	15,00	j)	15,24
Fernando Augusto David Borges de Almeida	14,00	j)	17,00	j)	15,20
Sérgio António Ribeiro	13,40	16,00	16,67	Apto	15,01
Fernando José do Carmo Oliveira da Silva	15,40	j)	14,33	j)	14,97
Adelino dos Santos Almeida	13,40	j)	16,67	J)	14,71
Ricardo Nuno da Silva Lopes Cardoso	13,40	16,00	15,33	Apto	14,59
Maria do Carmo Melim Bernardino	13,20	j)	16,67	j)	14,59
José Belmiro Alves	11,00	16,00	18,33	Apto	14,41
Horácio Martins Pascoal	11,60	20,00	14,33	Apto	14,38
Ana Maria da Silva Roque Caetano	11,00	20,00	15,00	j)	14,31
José António Luzano de Quadros Flores	12,80	16,00	14,33	Apto	14,01
David Renato Carvalho Pedro do Vale	10,40	16,00	17,33	Apto	13,82
Laura Rita Cabral Lopes	12,30	16,00	14,33	Apto	13,78
Arsénio Óscar dos Reis Inácio	12,20	20,00	10,67	Apto	13,53
Francisco Miguel Marreco Gouveia	13,40	j)	13,67	j)	13,51
Arménio Teixeira de Carvalho	14,10	16,00	9,67	Apto	13,18
Lúcia Cristina Henriques dos Santos	11,70	j)	15,33	j)	13,15
António José Vargas Gatinho	14,00	12,00	12,67	Apto	13,13
José Luís dos Santos Brito	12,80	j)	13,33	j)	13,01
Sérgio Paulo Vieira Duarte	14,60	12,00	11,33	Apto	12,99
Licínio Cardoso Vaz	11,60	16,00	12,67	Apto	12,94
Maria de Fátima Garcia Duarte	11,80	16,00	12,33	Apto	12,93
Licínio Paulo Duarte Silva	10,40	j)	16,67	j)	12,91
Pedro Miguel Guerreiro Magrinho	10,40	20,00	11,33	Apto	12,90
Ana Margarida Narciso Mendes Pereira	9,50	16,00	15,67	Apto	12,90
Luís Miguel de Almeida Barata Pindêlo	12,00	j)	13,67	j)	12,67
Paulo Manuel Mesquita Leite	11,70	j)	14,00	j)	12,62
Rui Manuel Ribeiro Carneiro Pereira	12,40	16,00	10,33	j)	12,59
Luís Manuel Marques Pires da Silva	11,30	j)	14,33	j)	12,51
José Venâncio Brísido	10,40	j)	15,33	j)	12,37
Manuel Filipe da Silva Miranda	11,00	12,00	14,67	Apto	12,36
Ilídio José Gomes Loução	12,20	12,00	12,67	Apto	12,30
José Miguel Leitão Portela Correia de Faria	14,00	j)	9,67	j)	12,27
Natália Rodrigues Correia	9,90	16,00	13,00	Apto	12,26
Fernando Manuel Castanheira de Brito	9,80	12,00	15,67	Apto	12,11
Paulo Abel de Almeida João	9,80	16,00	12,67	Apto	12,11
Sérgio Nuno de Matos Branco	12,20	12,00	9,67	Apto	11,38
Mário Augusto Pinto Vieira	11,10	12,00	10,67	Apto	11,18
Maria Cristina Marques Rodrigues Borralho Capela	10,60	j)	11,00	j)	10,76
Luís Miguel Mourão dos Santos	10,60	12,00	10,00	Apto	10,74
Alexandre Rodrigues da Cruz Marques	10,10	12,00	9,67	Apto	10,41

Nome	Classificação final	Observações
Abel Alves Mota	Excluído	b)
Alfredo Ramada Barros	Excluído	d), e)e f)
Amarildo do Rosário Machado Settas	Excluído	e)e f)
Ana Maria Mendes de Oliveira	Excluído	h)
Ana Palmira Gaspar Albino de Campos Cruz	Excluído	i)
Ana Paula Falhas Pinto Silva	Excluído	i)
Anabela da Silva Ramôa	Excluído	i)
Anabela Dias Teixeira Pereira	Excluído	i)
Anabela Soares Cavadas Chau	Excluído	i)
António Eusébio Pereira Cardoso Martins	Excluído	d), e)e f)
António José Pinto Cerqueira Torres Veiga	Excluído	i)
António José Vieira Faria	Excluído	d), e)e f)
António Manuel Caiado Gonçalves	Excluído	h)
António Rafael Oliveira Gemas	Excluído	h)
António Teixeira Vieira	Excluído	d), e)e f)
Artur Jorge Duarte Dias	Excluído	a)

Nome	Classificação final	Observações
Carla Andreia Lima Ferreira	Excluído	i)
Carlos Lopes Pereira	Excluído	g)
Carlos Manuel Cardoso Pereira	Excluído	i)
Carlos Manuel de Sousa Cupertino	Excluído	g)
Cláudia Sofia Mónica Martins Lopes	Excluído	h)
Cristina Maria Praça Ribeiro	Excluído	i)
David Fernandes Pereira	Excluído	h)
Dinis Manuel Sobral Batista	Excluído	i)
Elsa Cristina da Silva Silvestre Cabrita Trindade	Excluído	i)
Eugénia Maria da Silva Martins	Excluído	h)
Fernanda dos Santos Camacho Rodrigues	Excluído	h)
Fernando António Nabeiro de Araújo	Excluído	h)
Fernando Martins Cardoso	Excluído	d), e)e f)
Fernando Miguel Santiago de Carvalho	Excluído	h)
Filipe João de Araújo Pereira	Excluído	h)
Filipe Manuel Pires Lourenço	Excluído	h)
Flora Susana Malheiro Gomes	Excluído	i)

Nome	Classificação final	Observações
Hugo Joaquim Mora de Oliveira Martins	Excluído	i)
Ilda da Conceição Pedras Rosado	Excluído	h)
Isildo José Gomes Paulo	Excluído	h)
Jaime Barroso Martins	Excluído	i)
Jorge Leonel da Silva Andrade Ferreira	Excluído	i)
José dos Santos Dias Ludovino	Excluído	i)
José Manuel Janela Fonseca	Excluído	c)
José Pedro Mendes Alves	Excluído	a)
Lúcia Maria Oliveira da Costa	Excluído	h)
Lucília Fernanda Pinto Monteiro	Excluído	a)
Luis Filipe dos Santos Caixinha	Excluído	h)
Luísa Maria Antunes Pinto Diogo	Excluído	i)
Marcos José Guerreiro Rodrigues	Excluído	i)
Margarida Maria Botelho da Fonseca	Excluído	i)
Maria de Fátima Andrade Carreira	Excluído	h)
Maria João Lima Mendonça Prada	Excluído	h)
Maria João Rosa de Carvalho Ramos	Excluído	d), e) e f)
Maria Lúcia Alves Afonso	Excluído	i)
Maria Paula da Costa Andrade Ferreira	Excluído	h)
Maria Selinda de Lima Brandão e Fernandes	Excluído	i)
Mário Virgílio dos Santos Fernando	Excluído	h)
Marta Luísa Carranca Neves	Excluído	i)
Nelson Ricardo Rodrigues Delgado Tomás	Excluído	h)
Nuno Manuel Figueira Corchado	Excluído	i)
Nuno Manuel Tôco Dias	Excluído	i)
Paula Cristina Ribeiro Félix Borges	Excluído	i)
Paulo Alexandre da Silva Eufásio	Excluído	h)
Paulo Jorge Beja Sardo de Sousa Patrício	Excluído	i)
Paulo Jorge Carrilho Moreira	Excluído	g)
Pedro Filipe Noronha de Resende Horta	Excluído	h)
Pedro Jorge da Silva	Excluído	i)
Pedro Miguel Cordeiro Casaca	Excluído	i)
Pedro Vasco Costa Lopes	Excluído	a)
Raul Manuel Atracado Pereira Teodoro	Excluído	h)
Renato João Filipe Mendonça	Excluído	i)
Ricardo Alexandre Ministro e Machado Lourenço	Excluído	h)
Ricardo António Pereira Liquito	Excluído	i)
Ricardo Jorge Carvalho Nunes e Silva	Excluído	h)
Rodrigo Manuel Cabral Fernandes	Excluído	h)
Rosa Joaquina Veladas Santana Piteira	Excluído	i)
Rui dos Santos Marques	Excluído	i)
Rui Fernando Amaro de Mendonça	Excluído	i)
Rui Fernando Esteves Ribeiro	Excluído	i)
Rui Manuel de Almeida Gaspar	Excluído	h)
Sandra Cristina de Freitas Henriques	Excluído	i)
Sandra Cristina Machado Meira Dias	Excluído	i)
Sandra Cristina Maciel Matos da Rosa e Paço	Excluído	i)
Sandra Cristina Silva Henriques Lopes	Excluído	h)
Sandra Eugénia Carvalho dos Santos Pinheiro Pereira	Excluído	i)
Sérgio António Pereira e Silva	Excluído	d), e) e f)
Sérgio Jorge de Almeida Rodrigues Fonseca	Excluído	a)
Sérgio Paulo Almeida Lamas	Excluído	d), e) e f)
Sílvia Carina de Almeida Neves	Excluído	h)
Sónia Cristina Magalhães Matos	Excluído	h)
Sónia Maria Pereira Pinto de Carvalho	Excluído	i)
Susana Margarida da Silva Conde	Excluído	i)
Teresa Maria Saraiva Ramos de Almeida	Excluído	h)
Vasco Jorge Oliveira de Pinho	Excluído	i)
Victor Manuel de Oliveira Azevedo	Excluído	i)
Victor Manuel Aires Taveira	Excluído	h)

a) Veio ao processo apresentar desistência do concurso;

b) Aposentado na fase subsequente à aplicação do método da Prova de Conhecimentos;

c) Falecimento;

d) Não compareceu à aplicação do método Exame Psicológico de Seleção;

e) Não compareceu à aplicação do método Entrevista Profissional de Seleção;

f) Não compareceu à aplicação do método Exame Médico de Seleção;

g) Classificação de Não Apto na aplicação do método Exame Médico de Seleção;

h) Classificação inferior a 9,5 valores na Prova de Conhecimentos Gerais;

i) Por não ter comparecido à Prova de Conhecimentos Gerais;

j) Dispensa conforme Ponto 10 do Despacho n.º 1641/2009, de 14 de janeiro.

Os candidatos, podem, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dizer por escrito, o que se lhes oferecer, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados.

O processo relativo ao presente concurso, poderá ser consultado no edifício sede da ASAE, no Departamento de Administração e Logística (DAL), Divisão de Apoio à Gestão – Secção de Recursos Humanos, 1.º piso, sito na Rua Rodrigo da Fonseca, 73, 1269-274 Lisboa, e no horário das 9:00 horas às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

O projeto de lista de classificação final dos candidatos e a ata que define os respetivos critérios, serão ainda disponibilizados na página eletrónica da ASAE, em www.asae.pt e afixados na Sede e Unidades Regionais.

17 de fevereiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

207642791

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura

Despacho normativo n.º 4/2014

O despacho normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro, estabeleceu as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio de 2014-2016.

A operacionalização do PAN veio, contudo, suscitar algumas dúvidas de interpretação que importa clarificar, com vista a uma melhor compreensão deste regime por todos os seus destinatários, aproveitando-se, ainda, para introduzir alguns ajustamentos no que respeita aos procedimentos de controlo administrativo e no local.

Neste contexto e a fim de assegurar a plena execução do programa, justifica-se prorrogar o prazo para a apresentação de candidaturas na campanha de 2014.

Assim, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e do Regulamento (CE) n.º 917/2004, da Comissão, de 29 de abril, determino o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro

Os artigos 3.º e 17.º do Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º

[...]

1 — [...]

2 — [...]

3 — [...]

4 — As entidades gestoras referidas na alínea c) do n.º 1 podem inscrever na candidatura à medida 2 os apicultores com apiários localizados na respetiva zona controlada, independentemente de serem seus associados.

5 — [...]

6 — [...]

Artigo 17.º

[...]

1 — [...]

2 — As entidades avaliadoras realizam controlos administrativos à totalidade dos pedidos de ajuda, cabendo, no caso da medida 1-C, estes controlos ao IFAP, I.P.

3 — As DRAP realizam controlos no local e comunicam ao IFAP, I.P. o resultado dos mesmos no prazo de 20 dias úteis após a tomada de conhecimento da apresentação dos pedidos de pagamento intermédios ou de 10 dias úteis no caso do pedido final.

4 — [...].»

Artigo 2.º

Alteração aos anexos do Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro

Os anexos I, II, III, IV, V, VI e VII do Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«ANEXO I

[...]

Medidas	Condições de acesso
1-A	1 — Apresentar candidatura à medida 2, exceto nas Regiões Autónomas (RA) dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha, bem como nas candidaturas apresentadas por uniões ou federações de apicultores; 2 — Apresentar comprovativo das habilitações académicas do técnico a contratar, o qual deve ser detentor de bacharelato ou licenciatura, ou qualquer outro grau de ensino superior em ciências agrárias ou veterinárias, tecnologias agroalimentares ou ciências biológicas, devendo estas duas últimas incluir uma componente curricular específica no domínio da apicultura e produção apícola.
1-B	[...]
1-C	[...]
2	1 — Apresentar candidatura à medida 1-A, exceto no caso de serviços oficiais das RA dos Açores e da Madeira; 2 — [...]
3	1 — Apresentar candidatura às medidas 1-A e 2, exceto, no que respeita à medida 2, RA dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha; 2 — [...] 3 — Apresentar descritivo da tipologia de investimento e aquisição e fundamentação quanto à necessidade e coerência técnica do investimento proposto.
4	[...]
5	Apresentar candidatura às medidas 1-A e 2, exceto, no que respeita à medida 2, nas RA dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha.
6	[...]

ANEXO II

[...]

Medidas	Obrigações dos beneficiários
1-A	1 — Obrigações das organizações de produtores, associações e cooperativas: a) Realizar, no mínimo, duas ações de divulgação ou demonstração, com a duração mínima de 4 horas cada uma e a participação mínima de 50% dos apicultores inscritos na candidatura, no total das sessões, e conservar os respetivos comprovativos (programa, folha de presenças com identificação nominal dos apicultores nos termos previstos na candidatura, nomeadamente o número de apicultor, folhas de avaliação da ação e bibliografia distribuída), devendo as alterações ao programa, dia e/ou local da ação em causa ser comunicadas com a antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data prevista para a sua realização; b) [...]; c) [...]; d) [...]; e) [...]; f) [...]; g) [...]. 2 — [...].
1-B	[...]
1-C	[...]
2	1 — Adquirir medicamento para tratamento da varroose, devidamente homologado e em quantidade suficiente para dois tratamentos anuais, bem como a sua distribuição aos apicultores que tenham sido inscritos na medida 1-A; 2 — Realizar as análises anatomopatológicas de abelhas, de acordo com o Programa Sanitário Apícola, nos laboratórios reconhecidos pela DGAV;

Medidas	Obrigações dos beneficiários
	3 — [...]
3	[...]
4	[...]
5	[...]
6	[...]

ANEXO III

[...]

Medidas	Despesas elegíveis
1-A	Despesas com o técnico: - Limitado a 2 técnicos por candidatura, no caso de entidades gestoras de zonas controladas ou beneficiários da medida 6; - Limitado a 1 técnico por candidatura nas restantes situações.
1-B	1 — [...] 2 — Despesas de investimento na adaptação das infraestruturas existentes para efeitos de licenciamento ou manutenção do mesmo.
1-C	1 — [...] 2 — [...] 3 — [...] 4 — [...] 5 — [...]
2	1 — [...]; 2 — Realização de análises anatomopatológicas de abelhas constantes da lista de análises elegíveis divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
3	Aquisição de equipamento destinado às operações de transporte de colmeias, constante da lista de equipamento elegível divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
4	Realização de análises aos produtos da colmeia, constantes da lista de análises elegíveis divulgada no sítio da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
5	Aquisição de rainhas às entidades reconhecidas pela DGAV, constantes de lista divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
6	1 — [...] 2 — [...]

ANEXO IV

[...]

Medidas	Critérios de hierarquização das candidaturas
1-A	Critérios de prioridade: 1. ^a — [...]; 2. ^a — Assegurar a contratação de um técnico por candidatura; 3. ^a — [...] Critérios de ordenação dos beneficiários: [...] Critérios de desempate: [...]

Medidas	Critérios de hierarquização das candidaturas
1-B	[...]
1-C	[...]
2	[...]
3	[...]
4	[...]
5	[...]
6	[...]

ANEXO V

Dotação orçamental global do PAN 2014-2016

[...]

ANEXO VI

[...]

Medidas	Nível e limites das ajudas																							
1-A	Montante da ajuda:																							
	— [...]																							
	— Montante base de 23 323,27 €/técnico/ano.																							
	Nível e limites da ajuda:																							
	— [...]																							
	— Outros beneficiários: ao montante base é aplicada a seguinte comparticipação:																							
	<table><tr><td>N.º apicultores \ N.º de colmeias por beneficiário</td><td>200 ≤ a < 2250 (**)</td><td>2250 ≤ a < 45 0</td><td>4500 ≤ a < 9000</td><td>≥ 00</td></tr><tr><td>20 (*) ≤ a < 45</td><td>50 %</td><td>—</td><td>50 %</td><td>75 %</td></tr><tr><td>45 ≤ a < 90</td><td>75 %</td><td>50 %</td><td>75 %</td><td>100 %</td></tr><tr><td>≥ 90</td><td>100 %</td><td>75 %</td><td>100 %</td><td>100 %</td></tr></table>					N.º apicultores \ N.º de colmeias por beneficiário	200 ≤ a < 2250 (**)	2250 ≤ a < 45 0	4500 ≤ a < 9000	≥ 00	20 (*) ≤ a < 45	50 %	—	50 %	75 %	45 ≤ a < 90	75 %	50 %	75 %	100 %	≥ 90	100 %	75 %	100 %
N.º apicultores \ N.º de colmeias por beneficiário	200 ≤ a < 2250 (**)	2250 ≤ a < 45 0	4500 ≤ a < 9000	≥ 00																				
20 (*) ≤ a < 45	50 %	—	50 %	75 %																				
45 ≤ a < 90	75 %	50 %	75 %	100 %																				
≥ 90	100 %	75 %	100 %	100 %																				
(*) No caso das Regiões Autónomas (RA) dos Açores e da Madeira, o número mínimo é de 15 apicultores.																								
(**) Aplicável apenas às RA dos Açores e da Madeira.																								
Entidades gestoras de zona controlada:																								
Os montantes unitários são reduzidos em 10%, quando, no ano anterior, a execução material da candidatura à medida 2 tenha sido inferior a qualquer um dos seguintes limites:																								
— Distribuição de fármaco: em quantidade suficiente para dois tratamentos a 60% das colmeias instaladas na zona controlada;																								
— Realização de análises: o número de análises previsto na candidatura.																								
1-B	[...]																							
1-C	[...]																							
2	1 — [...]:																							
	— [...]																							
	Nível e limites da ajuda: montante forfetário de 8 €/colmeia/ano																							
	— Serviços oficiais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira: 100%																							
	— Outros beneficiários: 75%																							
	2 — [...]																							

Medidas	Nível e limites das ajudas
	<p>3 — Entidades gestoras de zona controlada:</p> <p>Os montantes unitários são reduzidos em 10%, quando, no ano anterior, a execução material da candidatura à presente medida tenha sido inferior a qualquer um dos seguintes limites:</p> <p>— Distribuição de fármaco: em quantidade suficiente para dois tratamentos a 60% das colmeias instaladas na zona controlada;</p> <p>— Realização de análises: o número de análises previsto na candidatura.</p>
3	[...]
4	[...]
5	[...]
6	[...]

ANEXO VII

[...]

Medidas	Reduções e exclusões
1-A	A não comunicação, até 10 dias úteis antes da data prevista, de alteração ao programa, dia e/ou local da realização de uma ação de divulgação, conduz à não elegibilidade do evento. [...]
1-B	[...]
1-C	[...]
2	[...]
3	[...]:
4	[...]
5	[...]
6	<p>Se se verificarem desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <p>— Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado;</p> <p>— Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada;</p> <p>— Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda;</p>

Artigo 3.º

Republicação

São republicados em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, os anexos do Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro.

Artigo 4.º

Período adicional de candidaturas

Para a campanha de 2014, é aberto novo período para apresentação de candidaturas ou alteração das já apresentadas em janeiro, com a duração de 10 dias úteis a contar da data de entrada em vigor do presente despacho.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

24 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Agricultura, *José Diogo Santiago de Albuquerque*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 3.º)

Republicação dos anexos do Despacho Normativo n.º 1/2014, de 3 de janeiro

ANEXO I

Condições de acesso

(a que se refere o artigo 4.º)

Medidas	Condições de acesso
1-A	1 — Apresentar candidatura à medida 2, exceto nas Regiões Autónomas (RA) dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha, bem como nas candidaturas apresentadas por uniões ou federações de apicultores; 2 — Apresentar comprovativo das habilitações académicas do técnico a contratar, o qual deve ser detentor de bacharelato ou licenciatura, ou qualquer outro grau de ensino superior em ciências agrárias ou veterinárias, tecnologias agroalimentares ou ciências biológicas, devendo estas duas últimas incluir uma componente curricular específica no domínio da apicultura e produção apícola.
1-B	Apresentar projeto de adaptação de instalações existentes para efeitos de licenciamento ou sua manutenção, que demonstre a coerência técnica, económica e financeira do investimento.
1-C	1 — Representar, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 50% do efetivo apícola nacional; 2 — Apresentar programa de promoção no mercado nacional que indique, nomeadamente, os objetivos do projeto, a estratégia, os temas, as mensagens a transmitir, o público-alvo, as ações a realizar e o orçamento discriminado por ação, ano e total.
2	1 — Apresentar candidatura à medida 1-A, exceto no caso de serviços oficiais das RA dos Açores e da Madeira; 2 — Apresentar plano de intervenção sanitário em conformidade com o Programa Sanitário Apícola elaborado pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ou pelas entidades competentes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e publicitado nos respetivos sítios da Internet.
3	1 — Apresentar candidatura às medidas 1-A e 2, exceto, no que respeita à medida 2, nas RA dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha; 2 — Inscrever na candidatura número superior a 25 apiários transumantes, exceto quando o beneficiário seja entidade gestora de zona controlada; 3 — Apresentar descritivo da tipologia de investimento e aquisição e fundamentação quanto à necessidade e coerência técnica do investimento proposto.
4	Deter estabelecimento de extração e processamento de mel, exceto nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
5	Apresentar candidatura às medidas 1-A e 2, exceto no que respeita à medida 2, nas RA dos Açores e da Madeira, sempre que a DGAV ou a entidade competente dessa RA reconhecer a não existência de varroa nas colmeias implantadas em determinada ilha.
6	Apresentar os seguintes documentos: a) Projeto de investigação; b) Protocolo de parceria entre o beneficiário e os executores do projeto; c) Plano financeiro do projeto; d) Programa de divulgação.

ANEXO II

Obrigações dos beneficiários

(a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º)

Medidas	Obrigações dos beneficiários
1-A	1 — Obrigações das organizações de produtores, associações e cooperativas: a) Realizar, no mínimo, duas ações de divulgação ou demonstração, com a duração mínima de 4 horas cada uma e a participação mínima de 50% dos apicultores inscritos na candidatura, no total das sessões, e conservar os respetivos comprovativos (programa, folha de presenças com identificação nominal dos apicultores nos termos previstos na candidatura, nomeadamente o número de apicultor, folhas de avaliação da ação e bibliografia distribuída), devendo as alterações ao programa, dia e/ou local da ação em causa ser comunicadas com a antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data prevista para a sua realização; b) Prestar assistência técnica a todos os apicultores associados inscritos na candidatura, designadamente na adoção de procedimentos de registo das operações no apiário; c) Elaborar ficha de visita ao apiário e registar no sistema informático; d) Assegurar a formação contínua do técnico ou técnicos contratados, com a participação em ações de formação (nomeadamente em colóquios e seminários) e conservar os respetivos certificados de presença;

Medidas	Obrigações dos beneficiários
	<p>e) Efetuar, no mínimo uma vez por campanha, visitas aos estabelecimentos de extração e de processamento de mel e às Unidades de Produção Primária (UPP) com mais de 150 colmeias inscritos na candidatura, e registar as respetivas fichas de visita no sistema informático;</p> <p>f) Acompanhar, nos estabelecimentos de extração e de processamento de mel existentes e a criar nas organizações de produtores (vulgarmente designados por melarias coletivas), a implementação de boas práticas de higiene e do sistema HACCP. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle APPCC), ou em inglês Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP);</p> <p>g) Apresentar relatórios trimestrais contendo a descrição e quantificação das atividades desenvolvidas, bem como a justificação dos desvios verificados relativamente às atividades previstas na candidatura.</p> <p>2 — Obrigações das uniões ou federações:</p> <p>a) Coordenar e identificar as necessidades de formação dos técnicos das organizações de apicultores, assegurando a realização, no mínimo, de duas ações de formação e de divulgação, com a duração mínima de quatro horas cada uma e a participação mínima de 50% dos técnicos contratados;</p> <p>b) Elaborar um relatório anual de atividades, por entidade, que inclua todas as medidas previstas na candidatura;</p> <p>c) Apresentar relatório de avaliação da campanha anterior e sugestões de melhorias para a campanha seguinte.</p>
1-B	Manter o equipamento e as infraestruturas funcionais durante o prazo de 5 anos a contar da data de pagamento das ajudas.
1-C	<p>1 — Afetar uma conta bancária específica para a receção das ajudas e pagamento das despesas relacionadas com a execução da medida;</p> <p>2 — Comunicar ao IFAP, I.P., com a antecedência de 10 dias úteis relativamente data inicialmente indicada, as alterações à data ou local da realização da ação em causa.</p>
2	<p>1 — Adquirir medicamento para tratamento da varroose, devidamente homologado e em quantidade suficiente para dois tratamentos anuais, bem como a sua distribuição aos apicultores que tenham sido inscritos na medida 1 -A;</p> <p>2 — Realizar as análises anatomopatológicas de abelhas de acordo com o Programa Sanitário Apícola, nos laboratórios reconhecidos pela DGAV;</p> <p>3 — Apresentar relatório anual antes da apresentação pedido final de ajuda.</p>
3	<p>1 — Manter o equipamento funcional durante 5 anos a contar da data de pagamento das ajudas;</p> <p>2 — Obter um orçamento, no mínimo, de 3 fornecedores, e conservar os respetivos comprovativos (pedidos de orçamento e orçamentos), bem como a justificação da escolha do fornecedor.</p>
4	Realizar análises aos produtos da colmeia nos laboratórios reconhecidos pela DGAV.
5	Adquirir rainhas a entidades reconhecidas pela DGAV.
6	<p>1 — Divulgar os resultados do projeto;</p> <p>2 — Disponibilizar os resultados do projeto nos sítios da Internet do beneficiário das entidades participantes.</p>

ANEXO III

Despesas elegíveis

(a que se refere o artigo 6.º)

Medidas	Despesas elegíveis
1-A	<p>Despesas com o técnico:</p> <p>— Limitado a 2 técnicos por candidatura, no caso de entidades gestoras de zonas controladas ou beneficiários da medida 6;</p> <p>— Limitado a 1 técnico por candidatura nas restantes situações.</p>
1-B	<p>1 — Aquisição de equipamento constante da lista de equipamentos elegíveis divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P., antes do início do período de apresentação das candidaturas;</p> <p>2 — Despesas de investimento na adaptação das infraestruturas existentes para feitos de licenciamento ou manutenção do mesmo.</p>
1-C	<p>1 — Aquisição de serviços especializados em informação e tecnologias de informação;</p> <p>2 — Aquisição de serviços de relações públicas e promoção;</p> <p>3 — Aquisição de serviços de conceção e elaboração de suportes de comunicação;</p> <p>4 — Aquisição de espaço publicitário em meios de comunicação;</p> <p>5 — Deslocações e estadias dos técnicos envolvidos nas ações da medida.</p>
2	<p>1 — Aquisição de fármaco homologado para tratamento da varroose;</p> <p>2 — Realização de análises anatomopatológicas de abelhas constantes da lista de análises elegíveis divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.</p>

Medidas	Despesas elegíveis
3	Aquisição de equipamento destinado às operações de transporte de colmeias, constante da lista de equipamento elegível divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
4	Realização de análises aos produtos da colmeia, constantes da lista de análises elegíveis divulgada no sítio da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
5	Aquisição de rainhas às entidades reconhecidas pela DGAV, constantes de lista divulgada nos sítios da Internet do GPP, da DGAV e do IFAP, I.P.
6	1 — Atividades científicas e de investigação a desenvolver no âmbito da execução de projetos de investigação aplicada aprovados pelo INIAV; 2 — Divulgação e demonstração de resultados dos projetos.

ANEXO IV

Critérios de hierarquização das candidaturas

(a que se referem o n.º 3 do artigo 9.º e o n.º 2 do artigo 11.º)

Medidas	Critérios de hierarquização das candidaturas
1-A	<p>Critérios de prioridade:</p> <p>1.ª — Assegurar a contratação de dois técnicos na Região Autónoma (RA) dos Açores e de um técnico na RA da Madeira;</p> <p>2.ª — Assegurar a contratação de um técnico por candidatura;</p> <p>3.ª — Assegurar a contratação do 2.º técnico previsto nas candidaturas.</p> <p>Critérios de ordenação dos beneficiários:</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Entidades gestoras de zonas controladas que revistam a forma de organização de produtores (OP) reconhecida para o setor do mel;</p> <p>2.º — Entidades gestoras de zonas controladas que revistam a forma de associação ou cooperativa;</p> <p>3.º — OP reconhecidas para o setor do mel;</p> <p>4.º — Associações e cooperativas;</p> <p>5.º — Uniões ou federações.</p> <p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior relação entre colmeias x apiários x apicultores e o efetivo total, calculada através da seguinte fórmula:</p> $\frac{\text{colmeias} \times \text{apiários} \times \text{apicultores}}{\text{efetivo total}}$ <p>2.º — Maior número de colmeias dos associados inscritos nas candidaturas;</p> <p>3.º — Maior número de apicultores associados inscritos na candidatura.</p>
1-B	<p>Critérios de ordenação dos beneficiários:</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Organização de produtores reconhecidas para o setor do mel;</p> <p>2.º — Associações e cooperativas.</p> <p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior número de apicultores inscritos com transumância indicada na declaração de existências;</p> <p>2.º — Menor investimento.</p>
1-C	As candidaturas são hierarquizadas, por ordem decrescente da classificação obtida, com base na aplicação da tabela de classificação definida anualmente pelo IFAP, I.P., e publicitada no respetivo sítio da Internet antes do início do período de apresentação das candidaturas.
2	<p>Critérios de ordenação dos beneficiários:</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Entidades gestoras de zonas controladas que revistam a forma de organização de produtores (OP) reconhecida para o setor do mel;</p> <p>2.º — Entidades gestoras de zonas controladas que revistam a forma de associação e ou cooperativa;</p> <p>3.º — OP reconhecidas para o setor do mel;</p> <p>4.º — Associações e cooperativas e serviços oficiais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.</p>

Medidas	Critérios de hierarquização das candidaturas
	<p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior relação entre colmeias x apiários x apicultores e o efetivo total, calculada através da seguinte fórmula:</p> $\frac{\text{colmeias} \times \text{apiários} \times \text{apicultores}}{\text{efetivo total}}$ <p>2.º — Maior número de colmeias;</p> <p>3.º — Maior número de apicultores.</p>
3	<p>Critérios de ordenação do beneficiário</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Entidades gestoras de zonas controladas que revistam a forma de organização de produtores (OP) reconhecida para o setor do mel;</p> <p>2.º — Entidades gestoras de zonas controladas não previstas no ponto anterior;</p> <p>3.º — OP reconhecidas para o setor do mel com número superior a 25 apiários transumantes (verificado pela declaração das existências dos apiários inscritos);</p> <p>4.º — Associações e cooperativas com número superior a 25 apiários transumantes (verificado pela declaração das existências dos apiários inscritos).</p> <p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior número de colmeias transumantes;</p> <p>2.º — Maior número de apiários transumantes;</p> <p>3.º — Maior número apicultores transumantes.</p>
4	<p>Critérios de ordenação dos beneficiários:</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Organização de produtores (OP) reconhecidas para o setor do mel detentoras de estabelecimentos de extração e processamento de mel;</p> <p>2.º — Associações e cooperativas detentoras de estabelecimentos de extração e processamento de mel;</p> <p>3.º — OP reconhecidas para o setor do mel, associações e cooperativas, localizadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;</p> <p>4.º — OP reconhecidas para o setor do mel detentoras de Unidades de Produção Primárias (UPP);</p> <p>5.º — Associações e cooperativas detentoras de UPP.</p> <p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior relação entre colmeias x apiários x apicultores e o efetivo total, calculada através da seguinte fórmula:</p> $\frac{\text{colmeias} \times \text{apiários} \times \text{apicultores}}{\text{efetivo total}}$ <p>2.º — Maior número de colmeias dos associados inscritos nas candidaturas;</p> <p>3.º — Maior número de apicultores associados inscritos na candidatura.</p>
5	<p>Critérios de ordenação dos beneficiários:</p> <p>As candidaturas são hierarquizadas em função da natureza do beneficiário, pela seguinte ordem:</p> <p>1.º — Entidades gestoras de zona controlada que revistam a forma de organização de produtores (OP) reconhecida para o setor do mel;</p> <p>2.º — Entidades gestoras de zona controlada que revistam a forma de associação ou cooperativa;</p> <p>3.º — OP reconhecidas para o setor do mel;</p> <p>4.º — Associações e cooperativas.</p> <p>Critérios de desempate:</p> <p>1.º — Maior relação entre colmeias x apiários x apicultores e o efetivo total, calculada através da seguinte fórmula:</p> $\frac{\text{colmeias} \times \text{apiários} \times \text{apicultores}}{\text{efetivo total}}$ <p>2.º — Maior número de colmeias dos associados inscritos nas candidaturas;</p> <p>3.º — Maior número de apicultores associados inscritos na candidatura.</p>
6	<p>1 — As candidaturas à medida 6 são hierarquizadas pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV, I.P.), em função da respetiva “valia global do projeto” (VGP), calculada através da seguinte fórmula (arredondamento à centésima):</p> $VGP = 0,25 PA + 0,20 P + 0,15 I + 0,15 M + 0,15 E + 0,10 O$ <p>2 — Na fórmula prevista no número anterior:</p> <p>a) <i>PA</i>, valoriza a continuidade dada a temas do programa apícola nacional do triénio anterior;</p> <p>b) <i>P</i>, valoriza a inserção nas prioridades definidas para Ambiente Integrado de Desenvolvimento (IDE) em apicultura pelo INIAV, I.P.;</p> <p>c) <i>I</i>, valoriza a interligação entre equipas e objetivos de investigação de outros projetos;</p> <p>d) <i>M</i>, valoriza a produção de documentação para divulgação aos apicultores;</p> <p>e) <i>E</i>, valoriza o mérito científico e originalidade da equipa e a inclusão de jovens cientistas;</p> <p>f) <i>O</i>, valoriza a executabilidade e adequação orçamental do projeto;</p> <p>3 — Cada fator definido nas alíneas a) a f) do número anterior é pontuado de um a cinco, de acordo com a grelha de pontuação definida para cada coeficiente;</p> <p>4 — As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente até ao limite orçamental definido no anexo v do presente despacho.</p>

ANEXO V

Dotação orçamental global do PAN 2014-2016

(a que se refere o artigo 10.º)

Medida	2014	2015	2016
1-A	735 000	735 000	735 000
1-B	170 000	170 000	170 000
1-C	40 000	40 000	40 000
<i>Total 1</i>	945 000	945 000	945 000
2	1 200 000	1 200 000	1 200 000
3	80 000	80 000	80 000
4	70 000	70 000	70 000
5	50 000	50 000	50 000
6	119 044	119 498	116 496
<i>Total</i>	2 444 044	2 444 498	2 441 496

Nota. — Inclui a comparticipação comunitária.

ANEXO VI

Nível e limites das ajudas

(a que se refere o artigo 14.º)

Medidas	Nível e limites das ajudas																							
1-A	Montante da ajuda:																							
	— Montante forfetário atribuído em função do montante base definido e do número de associados inscritos na candidatura e do número das respetivas colmeias (constante da declaração de existências);																							
	— Montante base de 23 323,27 €/técnico/ano.																							
	Nível e limites da ajuda:																							
	— Organizações de produtores reconhecidas para o setor do mel e entidades gestoras de zonas controladas: comparticipação de 100%;																							
	— Outros beneficiários: ao montante base é aplicada a seguinte comparticipação:																							
<table><tr><td>N.º apicultores \ N.º colmeias por beneficiário</td><td>200 ≤ a < 2250 (**)</td><td>2250 ≤ a < 4500</td><td>4500 ≤ a < 9000</td><td>≥ 9000</td></tr><tr><td>20 (*) ≤ a < 45</td><td>50 %</td><td>—</td><td>50 %</td><td>75 %</td></tr><tr><td>45 ≤ a < 90</td><td>75 %</td><td>50 %</td><td>75 %</td><td>100 %</td></tr><tr><td>≥ 90</td><td>100 %</td><td>75 %</td><td>100 %</td><td>100 %</td></tr></table>					N.º apicultores \ N.º colmeias por beneficiário	200 ≤ a < 2250 (**)	2250 ≤ a < 4500	4500 ≤ a < 9000	≥ 9000	20 (*) ≤ a < 45	50 %	—	50 %	75 %	45 ≤ a < 90	75 %	50 %	75 %	100 %	≥ 90	100 %	75 %	100 %	100 %
N.º apicultores \ N.º colmeias por beneficiário	200 ≤ a < 2250 (**)	2250 ≤ a < 4500	4500 ≤ a < 9000	≥ 9000																				
20 (*) ≤ a < 45	50 %	—	50 %	75 %																				
45 ≤ a < 90	75 %	50 %	75 %	100 %																				
≥ 90	100 %	75 %	100 %	100 %																				
(*) No caso das Regiões Autónomas (RA) dos Açores e da Madeira, o número mínimo é de 15 apicultores.																								
(**) Aplicável apenas às RA dos Açores e da Madeira.																								
Entidades gestoras de zona controlada:																								
Os montantes unitários são reduzidos em 10%, quando, no ano anterior, a execução material da candidatura à medida 2 tenha sido inferior a qualquer um dos seguintes limites:																								
— Distribuição de fármaco: em quantidade suficiente para dois tratamentos a 60% das colmeias instaladas na zona controlada;																								
— Realização de análises: o número de análises previsto na candidatura.																								
1-B	1 — Despesa elegível: equipamentos.																							
	Nível e limites da ajuda:																							
	— Organizações de produtores reconhecidas para o setor do mel: 75% da despesa elegível executada;																							
	— Outros beneficiários: 50% da despesa elegível executada.																							
	2 — Despesa elegível: investimentos em infraestruturas existentes.																							
Nível e limites da ajuda:																								
— 40% da despesa elegível executada;																								
— Candidatura plurianual — limite máximo de 50 000 beneficiário/triênio;																								
— Candidatura anual — limite máximo de 15 000 beneficiário/ano.																								
1-C	1 — Despesas elegíveis:																							
	— Aquisição de serviços especializados em informação e tecnologias de informação;																							
	— Aquisição de serviços de relações públicas e promoção;																							

Medidas	Nível e limites das ajudas
	<ul style="list-style-type: none"> — Aquisição de serviços de conceção e elaboração de suportes de comunicação; — Aquisição de espaço publicitário em meios de comunicação. <p>Nível e limites da ajuda:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Taxa de comparticipação de 70% das despesas elegíveis executadas; — Limite máximo de 40 000€/ano. <p>2 — Despesas elegíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Deslocações e estadias dos técnicos. <p>Nível e limites da ajuda: 4% da despesa elegível/ano.</p>
2	<p>1 — Despesa elegível:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Aquisição de fármaco homologado para tratamento da varroose. <p>Nível e limites da ajuda: montante forfetário de 8 €/colmeia/ano</p> <ul style="list-style-type: none"> — Serviços oficiais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira: 100% — Outros beneficiários: 75% <p>2 — Despesa elegível:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Análises anatomopatológicas de abelhas. <p>Nível e limites da ajuda: 8 €/análise.</p> <ul style="list-style-type: none"> — Entidades gestoras de zona controlada: comparticipação de 90%, limitada a uma análise até 75% dos apiários; — Outros beneficiários: comparticipação de 50%, limitada a uma análise até 10% dos apiários; — Serviços oficiais das Regiões Autónomas: comparticipação de 50%, limitada a uma análise por apicultor. <p>3 — Entidades gestoras de zona controlada:</p> <p>Os montantes unitários são reduzidos em 10%, quando, no ano anterior, a execução material da candidatura à presente medida tenha sido inferior a qualquer um dos seguintes limites:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Distribuição de fármaco: em quantidade suficiente para dois tratamentos a 60% das colmeias instaladas na zona controlada; — Realização de análises: o número de análises previsto na candidatura.
3	<p>Nível e limites da ajuda:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Comparticipação de 75% nos custos de aquisição de equipamento elegível; — Limite máximo de 25 000 €/beneficiário.
4	<p>Nível e limites da ajuda: Comparticipação de 75% nos custos com a realização das análises.</p> <p>Limite máximo elegível:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Organização de produtores reconhecida para o setor do mel: 5.000 €; — Cooperativas e associações: 2500 €.
5	<p>Nível e limites da ajuda</p> <ul style="list-style-type: none"> — Comparticipação de 75% nos custos de aquisição de rainhas. — Número máximo anual de rainhas objeto de ajuda, por beneficiário, é calculado através da seguinte fórmula (apenas são contabilizados os apicultores com 50 ou mais colmeias): $\frac{\text{Número de colmeias detidas pelos apicultores inscritos na candidatura}}{2}$ <ul style="list-style-type: none"> — Limite máximo elegível: 10 € por rainha.
6	<p>Nível e limites da ajuda:</p> <ul style="list-style-type: none"> — 50 000 €/projeto/ano; — A componente divulgação e demonstração dos resultados do projeto não pode exceder 20% do respetivo orçamento.

ANEXO VII

Reduções e exclusões

(a que se refere o artigo 19.º)

Medidas	Reduções e exclusões
1-A	A não comunicação, até 10 dias úteis antes da data prevista, de alteração ao programa, dia e/ou local da realização de uma ação de divulgação, conduz à não elegibilidade do evento.

Medidas	Reduções e exclusões
	<p>Desvios na realização das ações de divulgação ou nas ações de assistência técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Superiores a 5% e inferiores ou iguais a 15% das ações previstas, redução de metade do desvio verificado; — Superiores a 15% e inferiores ou iguais a 30% das ações previstas, redução da ajuda na percentagem equivalente ao desvio verificado; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
1-B	<p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
1-C	<p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda;
2	<p>Fármaco:</p> <p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado. — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda. <p>Análises:</p> <p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamentos e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 20%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 20% e iguais ou inferiores a 70% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 70%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
3	<p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
4	<p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 20%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 20% e iguais ou inferiores a 70% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 70%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
5	<p>Se se verificar desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda.
6	<p>Se se verificarem desvios entre os montantes dos pedidos de pagamento e os montantes apurados:</p> <ul style="list-style-type: none"> — Inferiores a 5%, o montante a pagar corresponde ao montante apurado; — Superiores a 5% e iguais ou inferiores a 30% do montante previsto, o montante apurado é reduzido de uma percentagem igual à diferença verificada; — Superiores a 30%, não há lugar ao pagamento da ajuda.

207650753

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 3376/2014**

Nos termos e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 109.º do Código

dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 278/2009, de 2 de outubro, 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64 B/2011, de 30 de dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e no uso dos poderes que me foram delegados, com faculdade de subdelegação, através do Despacho n.º 301/2014 do Primeiro-Ministro, assinado em 27 de dezembro de 2013 e publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, subdelego no Secretário de Estado

da Saúde, licenciado Manuel Ferreira Teixeira, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os atos a realizar decorrentes da autorização referida no n.º 1 do Despacho 301/2014 do Primeiro-Ministro, relativa à celebração de um Acordo de Cooperação para a prestação de serviços de cuidados de saúde na área da Medicina Física e Reabilitação, em regime de complementaridade com os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, para o ano de 2014, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão.

O presente despacho produz efeitos desde 28 de dezembro de 2013, data de produção de efeitos do Despacho n.º 301/2014 do Primeiro-Ministro, assinado em 27 de dezembro de 2013 e pu-

blicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014.

20 de fevereiro de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

207640855

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 3167/2014

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se pública a lista nominativa do pessoal que cessou funções, por motivo de rescisão por mútuo acordo, ao abrigo da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho.

Nomes	Serviço	Data de produção de efeitos do acordo de cessação do contrato em funções públicas	Carreira/categoria
Adriana Jesus Pequeno Mendes	ARSLVT, IP/ACES Lezíria	31-12-2013	Assistente Operacional.
Ana Filipa Branco Figueiredo	ARSLVT, IP/Unidade Alcoologia	31-12-2013	Assistente Operacional.
Ana Isabel Silva Henriques	ARSLVT, IP/UD/Centro das Taipas	31-12-2013	Assistente Técnico.
Ana Margarida Gomes Silva Pereira	ARSLVT, IP/ACES Oeste Norte	31-12-2013	Assistente Operacional.
Ana Maria espírito Santo Santos e Alves	ARSLVT, IP/ACES Lisboa Norte	31-12-2013	Assistente Operacional.
Ana Paula da Silva Duarte Galo	ARSLVT, IP/ACES Almada-Seixal	31-12-2013	Assistente Técnico.
Aníbal Jorge Agostinho Teixeira do Carmo	ARSLVT, IP/ACES Sintra	31-12-2013	Assistente Técnico.
António Maria Agudo Rodrigues	ARSLVT, IP/ACES Médio Tejo	31-12-2013	Assistente Técnico.
Belmira Maria Murraças Januária	ARSLVT, IP/ACES Oeste Norte	28-01-2014	Assistente Operacional.
Bruno Miguel Mariz Teixeira	ARSLVT, IP/ACES Sintra	31-12-2013	Assistente Técnico.
Cassilda Maria Pereira do Rego	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Operacional.
Célia Cristina Nunes Silva	ARSLVT, IP/ACES Médio Tejo	31-12-2013	Assistente Operacional.
Cristina Margarida de Almeida Correia	ARSLVT, IP/ACES Almada-Seixal	31-12-2013	Assistente Operacional.
Elisabete Rute Santos	ARSLVT, IP/CRI Lisboa Ocidental	31-12-2013	Assistente Técnico.
Ermelinda Campos Araújo	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Técnico.
Eugénia Vitória Carvalho Batista	ARSLVT, IP/ACES Estuário do Tejo	28-01-2014	Assistente Operacional.
Graciosa Maria da Silva Lemos Perdigão	ARSLVT, IP/ACES Amadora	31-12-2013	Assistente Técnico.
Inês Borges Cabral Pereira Bastos	ARSLVT, IP/UD/Centro das Taipas	31-12-2013	Assistente Operacional.
Isilda Pires Damásio	ARSLVT, IP/ACES Médio Tejo	31-12-2013	Assistente Técnico.
João Carlos Pinheiro Porteiro	ARSLVT, IP/ACES Lisboa Central	31-12-2013	Assistente Técnico.
João Miliciano Lopes	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Técnico.
José António Rodrigues Gomes	ARSLVT, IP/ACES Oeste Sul	31-12-2013	Assistente Técnico.
José Luis de Carvalho Mendes	ARSLVT, IP/ACES Arco Ribeirinho	31-12-2013	Assistente Operacional.
José Manuel Casimiro Peres	ARSLVT, IP/ACES Oeste Sul	31-12-2013	Assistente Técnico.
Luisa Paula Teixeira Gouveia	ARSLVT, IP/ACES Cascais	31-12-2013	Assistente Operacional.
Maria Antónia Nobre Morgado Esteves	ARSLVT, IP/ACES Oeste Norte	31-12-2013	Assistente Operacional.
Maria Antónia Soares Serrano	ARSLVT, IP/ACES Arco Ribeirinho	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria Celeste Rosa Antunes	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Operacional.
Maria de Fátima Santos Aguiar Almeida	ARSLVT, IP/ACES Almada-Seixal	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria Fátima Mesquita	ARSLVT, IP/ACES Cascais	06-01-2014	Assistente Técnico.
Maria Guiomar Glória Alexandre	ARSLVT, IP/ACES Lisboa Ocid-Oeiras	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria Helena Perestrelo da Favila Vieira	ARSLVT, IP/Unidade Alcoologia	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria Inês Rodrigues Silva Santos	ARSLVT, IP/ACES Cascais	09-01-2014	Assistente Técnico.
Maria Isolina de Jesus Antunes	ARSLVT, IP/ACES Estuário do Tejo	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria João Raimundo Maia	ARSLVT, IP/ACES Médio Tejo	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria José Aldonso Cerejeira	ARSLVT, IP/ACES Cascais	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria José Marques Ribeiro	ARSLVT, IP/ACES Arrábida	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria José Nunes Gonçalves	ARSLVT, IP/ACES Arrábida	31-12-2013	Assistente Técnico.
Maria Luisa Pinheiro Ribeiro Madeira	ARSLVT, IP/ACES Lezíria	31-12-2013	Assistente Operacional.
Maria Manuela Gonçalves Vieira	ARSLVT, IP/ACES Arrábida	31-12-2013	Assistente Técnico.
Nuno Alexandre Chuva Lourenço de Matos	ARSLVT, IP/ACES Cascais	31-12-2013	Assistente Técnico.
Nuno Miguel Lopes Silva de Matos	ARSLVT, IP/ACES Arrábida	31-12-2013	Assistente Técnico.
Patrícia Alexandra Franco Sousa Silvestre	ARSLVT, IP/ACES Almada-Seixal	31-12-2013	Assistente Técnico.
Patrícia Maria da Silva Cândido Félix	ARSLVT, IP/ACES Oeste Sul	31-12-2013	Assistente Técnico.
Rosa Maria Mendonça da Silva Nascimento	ARSLVT, IP/ACES Lisboa Norte	31-12-2013	Assistente Operacional.
Sandra Isabel Ferreira Gonçalves Rodrigues	ARSLVT, IP/ACES Estuário do Tejo	31-12-2013	Assistente Operacional.
Sandra Manuela Barradas Carriço	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Operacional.
Sónia Cecília Salgado Mariano	ARSLVT, IP/ACES Loures-Odivelas	31-12-2013	Assistente Técnico.

14 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207640425

Declaração de retificação n.º 225/2014

Por ter saído com inexactidão o aviso (extrato) n.º 1750/2014, respeitante aos procedimentos simplificados de seleção a nível regional conducentes ao recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, das áreas hospitalares e medicina geral e familiar, da carreira médica e

carreira especial médica, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2014, retifica-se o mesmo, nomeadamente: Onde se lê:

«[...]»

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho acima enunciados, terminando com o seu preenchimento, sendo que, nos termos do n.º 2 do artigo 22.º-C do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro, aditado através do n.º 2 do artigo 71.º da lei do Orçamento de Estado para 2014, publicada através da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, os médicos colocados encontram-se obrigados à permanência mínima de três anos de ocupação do posto de trabalho do mapa de pessoal do serviço ou organismo pelo qual tenha optado.

Referência A — Anatomia Patológica

[...]
1.ª vogal efetiva: Dra. Maria Matilde Parente Vale Silva Gonçalves, Assistente de Anatomia Patológica, do Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.ª vogal efetiva: Dr. José Marcelino Vilchez Fraga, Assistente de Anatomia Patológica do Hospital Distrital de Santarém, EPE;

[...]

Referência B — Anestesiologia

[...]
1.º vogal efetivo: Dr. João Moreira Martins Silva, Assistente Graduado Sênior de Anestesiologia, do Hospital Garcia de Orta, EPE, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

[...]

Referência Q — Neurologia

Presidente: Prof. Doutor Miguel José Carvalho Viana Baptista, Assistente Graduado de Neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE;

1.ª vogal efetiva: Dra. Maria Isabel Silva Carmo Cipriano, Assistente Graduada de Neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal efetiva: Dra. Sofia Lopes Calado, Assistente de Neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE;

1.ª vogal suplente: Dr. Paulo Mourão Fialho Bugalho, Assistente de Neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal suplente: Dra. Elmira Conceição Barbosa Medeiros, Assistente Graduada de Neurologia, do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos.

[...]

Referência W — Pedopsiquiatria

Presidente: Dr. Luís Manuel Facco Simões Ferreira, Assistente Graduado Sênior de Pedopsiquiatria do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE;

[...]

1.º vogal suplente: Dr. Augusto José Pereira Carreira, Assistente Graduado de Pedopsiquiatria do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

[...]

Referência Z — Radiologia

Presidente: Dra. Francelina Maria Marques Fernandes Oliveira, Assistente Graduada Sênior de Radiologia, do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE;

1.º vogal efetivo: Dr. José António Lopes Pereira, Assistente Graduado Sênior de Radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal efetiva: Dra. Ângela Cristina Dias Videira Correia, Assistente Graduada Sênior de Radiologia do Centro Hospitalar do Oeste;

1.º vogal suplente: Dr. Tiago Francisco Ferreira Almada Quadros Saldanha, Assistente Graduado Sênior de Radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

2.º vogal suplente: Dr. José Constantino Onofre Durães, Assistente Graduado Sênior de Radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos.

[...]

Anexo I

Áreas Profissionais de Especialização	ARSLVT/Entidades Hospitalares/ Institutos	Vagas
[...] Medicina Geral e Familiar . . .	Agrupamento Centros Saúde Loures-Odivelas	2
[...]		1

[...]

deve ler-se:

«[...]

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação dos postos de trabalho enunciados, terminando com o seu preenchimento.

Referência A — Anatomia Patológica

[...]

1.ª vogal efetiva: Dra. Maria Matilde Parente Vale Silva Gonçalves, assistente graduada de anatomia patológica, do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º vogal efetivo: Dr. José Marcelino Vilchez Fraga, assistente de anatomia patológica do Centro Hospitalar do Barreiro Montijo, E. P. E.;

[...]

Referência B — Anestesiologia

[...]

1.º vogal efetivo: Dr. Rui Marques Costa, assistente graduado de anestesiologia, do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

[...]

Referência Q — Neurologia

Presidente: Prof. Doutor Miguel José Carvalho Viana Baptista, assistente graduado de neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.;

1.º vogal efetivo: Prof. Doutor José Manuel Morão Cabral Ferro, assistente graduado sênior de neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal efetiva: Dra. Maria Isabel Silva Carmo Cipriano, assistente graduada de neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.;

1.ª vogal suplente: Dra. Sofia Lopes Calado, assistente de neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal suplente: Dr. Paulo Mourão Fialho Bugalho, assistente de neurologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos.

[...]

Referência W — Pedopsiquiatria

Presidente: Dr. Augusto José Pereira Carreira, assistente graduado sênior de pedopsiquiatria do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.;

[...]

1.º vogal suplente: Dr. Pedro Caldeira da Silva, assistente graduado sênior de pedopsiquiatria do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

[...]

Referência Z — Radiologia

Presidente: Dra. Francelina Maria Marques Fernandes Oliveira, assistente graduada sênior de radiologia, do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.;

1.ª vogal efetiva: Dr.ª Isabel Maria dos Santos de Figueiredo Luís Miranda de Távora, assistente graduada sénior de radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.ª vogal efetiva: Dr.ª Ângela Cristina Dias Videira Correia, assistente graduada sénior de radiologia do Centro Hospitalar do Oeste;

1.º vogal suplente: Dr. José António Lopes Pereira, assistente graduado sénior de radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos;

2.º vogal suplente: Dr. Tiago Francisco Ferreira Almada Quadros Saldanha, assistente graduado sénior de radiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., que substituirá qualquer dos vogais efetivos nas suas faltas e impedimentos.

[...]

ANEXO I

Áreas profissionais de especialização	ARSLVT/entidades hospitalares/institutos	Vagas
[...] Medicina Geral e Familiar . . .	Agrupamento Centros Saúde Cascais.	1
[...] Medicina Geral e Familiar . . .	Agrupamento Centros Saúde Loures-Odivelas.	1
[...]		10

[...]

As candidaturas entregues na Sede desta ARS, nos termos do ponto n.º 10, do aviso de abertura em apreço, publicado no *Diário da República* no dia 6 de fevereiro, são aceites e consideradas para os devidos efeitos, não sendo portanto necessária a sua substituição ou apresentação de nova candidatura, em resultado da presente declaração de retificação.

14 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Pedro Emanuel Ventura Alexandre*.

207645642

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 3168/2014

Findo o prazo de recrutamento de pessoal médico, com a especialidade de psiquiatria, que concluiu o respetivo internato médico na 1.ª época de 2013, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 04 de setembro de 2013, aviso n.º 10969/2013, torna-se pública a lista de classificação final, homologada em 14/02/2014, pelo Presidente do Conselho Diretivo, da ARS Alentejo:

Lista de Classificação Final

João Paulo de Sousa Campos Mendes — 19,52 valores

Guída Maria Baptista Marcelino da Ponte — a)

Hélder Miguel Dias Lourenço — a)

João Luís Vitor Marques — a)

José Miguel Lanceiro Ramos — a)

Raquel Cristina Soares Pedrosa — a)

a) Candidato excluído por falta de comparência à entrevista

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a mencionada lista é afixada na sede da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., sita no Largo do Paraíso, 1, em Évora, e publicitada na página eletrónica deste Instituto, em www.arsalentejo.min-saude.pt.

Da homologação da lista de classificação final pode ser interposto recurso nos termos do Código do Procedimento Administrativo, devendo o mesmo ser apresentado ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ARS do Alentejo, I. P.

21 de fevereiro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

207643536

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 607/2014

Nos termos do previsto nos artigos 18.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, o Conselho Diretivo desta ARS Algarve, I. P., tendo por base a proposta do Senhor Diretor Executivo do ACES Barlavento, deliberou em reunião de 14.08.13, designar a Assistente de Medicina Geral e Familiar, Dr.ª Ester Maria Coutinho Albuquerque Castro Coelho, como Presidente do Conselho Clínico e da Saúde do ACES Barlavento, com efeitos a 15 de agosto de 2013, por um período de três anos, atendendo a que a profissional detém o perfil e as qualificações adequadas ao exercício do referido cargo.

19 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *António Luís de Matos Marques Esteves*.

207642094

Deliberação (extrato) n.º 608/2014

Nos termos do previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, o Conselho Diretivo desta ARS Algarve, IP, tendo por base a proposta do Senhor Diretor Executivo do ACES Barlavento, deliberou em reunião de 12.02.14, designar o Enfermeiro António Manuel Delgado Vila Nova como vogal do Conselho Clínico e da Saúde do ACES Barlavento, por um período de três anos, considerando que detém o perfil e as qualificações adequadas ao exercício das funções inerentes ao respetivo cargo, com efeitos a 13.02.2014.

21 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *António Luís de Matos Marques Esteves*.

207642467

Despacho (extrato) n.º 3377/2014

Por despacho do Senhor Diretor Executivo do Agrupamento do Centros de Saúde do Algarve I — Central, da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. José Carlos Queimado, de 13-02-14, no âmbito das suas competências subdelegadas pelo Conselho Diretivo desta ARS Algarve, IP, foi autorizada a Maria Rosa Flores Santos Silva, Médica do mapa de pessoal da mesma ARS/ACES Central, a prestação do trabalho em regime de jornada contínua de 6 horas diárias num horário semanal de 35 horas, nos termos da cláusula 38.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009, de 13.10, até 5 de dezembro de 2014 e com efeitos à data do despacho autorizador.

21 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *António Luís de Matos Marques Esteves*.

207642175

Despacho (extrato) n.º 3378/2014

Por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo datado de 19.02.2014, e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Isabel Maria Guido Lacerda da Silva, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração de contrato de contrato em funções públicas por tempo indeterminado com esta Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, para o desempenho de funções na carreira/categoria de técnica superior de Saúde, ramo de Psicologia, no mapa de pessoal dos ACES Sotavento, sendo que o tempo de duração do período experimental será contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de fevereiro de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *António Luís de Matos Marques Esteves*.

207642531

Direção-Geral da Saúde

Aviso n.º 3169/2014

Relativamente ao procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de Saúde Pública) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 13727/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12/11/2013, torna-se público que o procedimento concursal ficou deserto por inexistência candidatos que completem o

procedimento, o que impossibilita a realização da lista de ordenação final dos candidatos, nos termos previstos no artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com a redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207641179

Aviso n.º 3170/2014

Relativamente ao procedimento concursal comum de recrutamento para dois postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de informação, monitorização e análise em saúde) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo aviso n.º 14396/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227 de 22 de novembro de 2013, torna-se público que o procedimento concursal ficou deserto por inexistência candidatos que completem o procedimento, o que impossibilita a realização da lista de ordenação final dos candidatos, nos termos previstos no artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com a redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207641243

Aviso n.º 3171/2014

Relativamente ao procedimento concursal comum de recrutamento para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de gestão financeira e de projetos) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 13729/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12/11/2013, torna-se público que o procedimento concursal ficou deserto por inexistência candidatos que completem o procedimento, o que impossibilita a realização da lista de ordenação final dos candidatos, nos termos previstos no artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com a redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207641251

Aviso n.º 3172/2014

Relativamente ao procedimento concursal comum de recrutamento para dois postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (área de infeção VIH/SIDA) para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, aberto pelo Aviso n.º 14505/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 25/11/2013, torna-se público que o procedimento concursal ficou deserto por inexistência candidatos que completem o procedimento, o que impossibilita a realização da lista de ordenação final dos candidatos, nos termos previstos no artigo 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com a redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207641268

Despacho n.º 3379/2014

Nos termos dos n.ºs 7, 8 e 9 do artigo 4.º do Dec. Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, a Assistente Graduada Sênior da carreira especial médica — Área de Saúde Pública, Dr.ª Maria Inácia Rosa, cessa as funções que vinha exercendo como Delegada de Saúde Adjunta da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E., e é nomeada com efeitos a 1 de janeiro de 2014, Delegada de Saúde da mesma Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E., sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte.

23 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207645594

Despacho n.º 3380/2014

Nos termos e para o efeito do disposto no n.º 2 do artigo n.º 5.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 291/09, de 12 de outubro, nomeio a Junta Médica de Recurso de Avaliação do Grau de Incapacidade de deficientes civis para a Área Geográfica da Região de Saúde do Norte, com a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Maria Neto de Miranda Araújo — Delegada de Saúde Regional do Norte

Vogais:

Dr.ª Maria Clotilde Moutinho da Silva — Delegada de Saúde Adjunta do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VI — Porto Oriental

Dr.ª Graça Maria Barbosa de Costa Cruz Alves — Delegada de Saúde Regional Adjunta do Norte

Dr. João Manuel Barros Figueiredo Cruz — Delegado de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado I — Braga

Dr. Rui Manuel Gomes dos Santos — Delegado de Saúde Adjunto do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III — Maia/Valongo

O presente despacho produz efeitos desde 01 de fevereiro de 2014

6 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Saúde, *Francisco George*.

207641308

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior

Despacho n.º 3381/2014

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, diploma que aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, os Presidentes dos Institutos Politécnicos são eleitos pelos respetivos conselhos gerais nos termos estabelecidos pelos estatutos de cada instituição e segundo o procedimento previsto no respetivo regulamento eleitoral;

Considerando que, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, compete ao ministro com a tutela do ensino superior homologar a eleição do reitor ou presidente das instituições de ensino superior públicas;

Considerando o disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, bem como nos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, homologados pelo Despacho Normativo n.º 58/2008, de 28 de outubro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 216, de 06 de novembro;

Considerando que o Conselho Geral do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em reunião de 30 de janeiro de 2014, procedeu à eleição do Professor Doutor Carlos Manuel Leitão Maia, a qual recolheu a maioria absoluta de votos expressos;

Considerando o parecer da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência no sentido de que, em face dos elementos constantes do respetivo processo eleitoral, estão satisfeitos os requisitos previstos na Lei e nos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco para a homologação da referida eleição;

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 6 do artigo 86.º, ambos da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, homologo a eleição para Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco do Professor Doutor Carlos Manuel Leitão Maia.

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*.

207641592

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho (extrato) n.º 3382/2014

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 13 de fevereiro de 2014, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna na categoria da assistente operacional Maria de Fátima Madeira Amaral no Agrupamento de Escolas da Boa Água, concelho de Sesimbra, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, mantendo o posicionamento remuneratório entre a 1.ª e a 2.ª posição, com produção de efeitos à data do despacho.

21 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral da Administração Escolar, *Mário Agostinho Pereira*.

207645772

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes****Aviso (extrato) n.º 3173/2014**

Para efeitos do disposto na alínea *d*), do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), torna-se público que a Assistente Técnica Maria da Conceição Marques Lopes, cessou a relação jurídica de emprego público em 30 de janeiro de 2014, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo previsto na Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho.

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão Administrativa Provisória, *Alcino José Brás Herminio*.

207646655

Agrupamento de Escolas da Apelação, Loures**Despacho n.º 3383/2014****Despacho de Delegação de Competências na Vice-Presidente do Conselho Administrativo**

Félix Manuel Bolaños Pereira de Matos, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas da

Apelação, Loures, nos termos do disposto do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelega, sem possibilidade de subdelegação, na Vice-presidente do conselho Administrativo, Ana Maria Gil Santos Cabrita, a competência para a assinatura de contratos e autorização de despesas de aquisição de bens e serviços, bem como o respetivo pagamento.

A presente delegação considera ratificados todos os atos praticados no âmbito dos poderes delegados.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Administrativo, *Félix Manuel Bolaños Pereira de Matos*.

207644305

Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage, Setúbal**Aviso (extrato) n.º 3174/2014**

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente e não docente deste estabelecimento de ensino cuja relação jurídica de emprego público cessou no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

Nome	Categoria	Escalão/ Índice	Posição/ Nível remuneratório	Motivo	Cessação de funções
Mariana Francisca Borges Ramos	As.Op	...	5.ª/5	Aposentação	28-02-2013
Maria Teresa Costa Almeida Coelho Dangerfield	P.Q.A.	3.º/205	...	Aposentação	30-06-2013
Maria Helena Medeiros da Costa	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	31-08-2013
Margarida Maria Amaro Teixeira Rodrigues	P.Q.A.	9.º/340	...	Rescisão	31-08-2013
Ana Maria Santana Costa	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	30-09-2013
José Luís Silva Góis	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	30-09-2013
Celso Simões Pato	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	31-10-2013
Florbelá Conceição Mira Quarenta Gomes	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	31-10-2013
Maria Gertrudes Colaço Fialho	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	31-10-2013
Maria Rosário Aguiar	P.Q.A.	9.º/340	...	Aposentação	31-10-2013
Rosa Maria da Silva Martins Cruz Correia	As.Op	...	4.ª e 5.ª/4 e 5	Rescisão mutuo acordo	31-12-2013

24 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Anabela Ferreira Gonçalves*.

207641738

Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso, Vila Franca de Xira**Aviso (extrato) n.º 3175/2014****Cessação da relação jurídica de emprego público da assistente operacional**

Para os devidos e legais efeitos, em cumprimento do estipulado na alínea *d*), do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que este Agrupamento de Escolas cessou a relação jurídica de emprego público a 31/12/2013 com efeito a 1 de janeiro de 2014, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo previsto na Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de julho, que mantinha com a trabalhadora a seguir identificada:

Fernanda Maria Silva Macedo Guerreiro, assistente operacional, nível remuneratório entre 1 e 2, posição remuneratória entre a 1.ª e a 2.ª

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Carlos Jorge Pimenta dos Reis*.

207642256

Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras, Oeiras**Aviso n.º 3176/2014**

Por despacho do Diretor do Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras, Oeiras, faz saber que, no uso das competências que lhe foram delegadas

no n.º 1.1. do Despacho n.º 7533/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106 de 31 de maio, foram homologados os contratos de trabalho em funções públicas, referente ao ano letivo 2012/2013, dos docentes abaixo indicados:

Nome	Grupo de docência	Início de contrato
António Miguel Serra Penteado	110	01-09-2012
Bruno Matias Ribau	510	01-09-2012
Eunice Marina Veloso de Oliveira Balesemão	110	01-02-2013
Helder Remi dos Santos Gandarez	910	11-10-2012
Luísa Maria da Silva Pinto	110	01-09-2012
Marília Isabel Carvalho Poeiras	350	15-10-2012
Marisa Miguel Assis Fuentes	110	28-12-2012
Paula Alexandra Simões Rodrigues da Fonseca	220	01-09-2012
Paula Cristina Gonçalves Mendes Esteves	260	01-09-2012
Sónia Cristina Trindade Panasco	230	18-04-2013
Susana Maria de Carvalho Mota Afonso Fonseca	110	25-09-2012
Vanda Filipa Oliveira Vitoriano Garcia Manana	110	01-09-2012
Vera Lúcia Pinto Monteiro	210	31-10-2012

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Carlos Manuel Calhanas Figueira*.

207644987

Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, Leiria

Aviso n.º 3177/2014

Abertura de procedimento concursal prévio à eleição de Diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que, se encontra aberto concurso para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, Leiria, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho:

1.1 — Docentes de carreira do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar.

1.2 — Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar, os docentes que preencham uma das seguintes condições:

- a) Sejam detentores, com aproveitamento, de um curso de formação especializada em Administração Escolar ou Administração Educacional;
- b) Sejam possuidores do grau de mestre ou de doutor nas áreas referidas na alínea anterior;
- c) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos seguintes cargos:

Diretor, Subdiretor ou Adjunto de Diretor, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho;

Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Executivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, alterado, por ratificação parlamentar, pela Lei n.º 24/99, de 22 de abril;

Diretor Executivo ou Adjunto do Diretor Executivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio;

Membro do Conselho Diretivo e ou Executivo, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro;

d) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como Diretor ou Diretor Pedagógico de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

e) Possuam currículo relevante na área da gestão e administração escolar, tal como considerado, em votação secreta, pela maioria dos membros da comissão de avaliação.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento (<http://www.aedsequeira.com/>), e nos seus Serviços Administrativos, dirigido à Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola sede do Agrupamento, Escola Secundária de Domingos Sequeira, Largo Dr. Serafim Lopes Pereira, 2400-250 LEIRIA, nos dias úteis das 8:30 às 16:30, exceto às quartas-feiras que é das 8:30 às 13:00, ou remetido por correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

2.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa, nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, respetiva validade e serviço emissor, número fiscal de contribuinte, residência, código postal, telefone/telemóvel e e-mail;
- b) Habilitações literárias e situação profissional;
- c) Identificação do lugar a que se candidata, referenciando a data de publicação do respetivo aviso no *Diário da República*.
- d) Lista da documentação que acompanha a candidatura

2.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem, respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada sob pena de não ser considerada;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, onde estejam identificados os problemas, a definição da missão e metas, a definição das grandes linhas de orientação da ação, a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato, definidos os objetivos e as estratégias e estabelecida a programação das atividades que se propõem realizar no mandato;

c) Declaração autenticada do serviço de origem onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizada;

f) Fotocópia do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão e do número Fiscal de Contribuinte.

2.3 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos que considerem relevantes para apreciação do seu mérito, desde que, devidamente comprovados.

2.4 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas onde decorre o procedimento.

3 — O método de seleção é o que se encontra definido no artigo 5.º do regulamento do procedimento concursal para o cargo de diretor para o Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, Leiria, disponível na página eletrónica do Agrupamento em <http://www.aedsequeira.com/> e nos serviços administrativos, a saber:

a) Análise do *curriculum vitae* do candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;

b) Análise do Projeto de Intervenção:

i) Conhecimento da realidade do agrupamento a que se candidata;

ii) Análise do projeto de intervenção no agrupamento designadamente apreciação da coerência e relevância dos problemas que identifica e a adequação das estratégias e procedimentos apontados para a sua concretização;

iii) Missão que define, metas que propõe, as grandes linhas de orientação que traça para o agrupamento, bem como explicitação do plano estratégico a realizar durante o mandato;

iv) Conhecimentos na área de gestão administrativa e financeira;

c) Análise do resultado da entrevista individual do candidato, designadamente:

i) Motivações profissionais;

ii) Explicitação dos elementos e objetivos constantes do projeto de intervenção e sua fundamentação;

iii) Apreciação da experiência profissional do candidato.

4 — Os Regulamentos Internos, Projetos Educativos e Planos Anuais de Atividades encontram-se disponíveis para consulta nos serviços administrativos da escola sede do agrupamento, nos dias úteis, das 8:30 às 16:30, exceto às quartas-feiras que é das 8:30 às 13:00, e na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira.

5 — No prazo máximo de dez dias úteis, após a data limite de apresentação das candidaturas, as listas dos candidatos admitidos e excluídos serão divulgadas no átrio da escola sede do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira, Leiria, sendo igualmente, no mesmo prazo divulgadas na página eletrónica do Agrupamento, <http://www.aedsequeira.com/> constituindo esta a forma de notificação dos candidatos.

6 — O resultado da eleição será submetido à homologação pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direção de Serviços da Região Centro (DGEstE), no prazo previsto na lei, sendo o candidato eleito posteriormente notificado.

7 — O teor do presente aviso não dispensa a leitura do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

8 — Enquadramento Legal — Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e Código de Procedimento Administrativo (CPA).

19 de fevereiro de 2014. — A Presidente do Conselho Geral Transitório, *Anabela Fernandes da Graça*.

207642207

Agrupamento de Escolas Dr. Flávio Gonçalves, Póvoa de Varzim

Aviso n.º 3178/2014

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, depois de homologada por meu despacho de 19 de fevereiro de 2014, se encontra afixada em local visível e público das instalações da escola sede e disponibilizada na página eletrónica deste Agrupamento a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de 2 postos na categoria e carreira de assistente operacional,

na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, aberto pelo Aviso n.º 626/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 14 de janeiro de 2014.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Maria das Dores Morim Milhazes Laranja de Freitas*.

207640774

Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro

Despacho n.º 3384/2014

Por despacho do diretor do Agrupamento de Escolas de Eixo, nomeio de acordo com a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, a Assistente Operacional, Sara Patrícia Fernandes Oliveira Lemos, em situação de mobilidade interna para o exercício de funções de Encarregada Operacional, a partir do dia 17 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Tiago Manuel Morais Lourenço*.

207644062

Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, Rio Maior

Aviso (extrato) n.º 3179/2014

No cumprimento do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, declaro que foi deliberada a recondução do Professor Alexandre José Rodrigues Canadas como Diretor do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, em reunião extraordinária do Conselho Geral, no dia 20 de junho de 2013, para o quadriénio de 2013/2017.

5 de setembro de 2013. — A Presidente do Conselho Geral, *Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo*.

207638596

Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva, Cantanhede

Aviso n.º 3180/2014

Para cumprimento do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março, torna-se público que se encontra afixada no placard da sala de funcionários a lista de antiguidade do pessoal não docente deste agrupamento, reportada a 31 de dezembro de 2013. Os funcionários dispõem de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso, para reclamação junto do dirigente máximo do serviço.

24 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Fátima Maria Vaz Gomes de Jesus Simões*.

207643877

Aviso n.º 3181/2014

Por despacho da Diretora, no uso das competências que lhe foram delegadas através do Despacho n.º 4776/2012, da Diretora Regional de Educação do Centro, publicado no *Diário da República*, n.º 68, 2.ª série, de 4 de abril de 2012, foram homologados os contratos de serviço docente referentes ao ano letivo 2012/2013.

Nome	Grupo	Data do contrato
Maria de Fátima Antunes Martins Castilho . . .	100	12/10/2012
Rita Catarina Matias Nunes	100	14/11/2012
Patrícia Sofia Almeida Ferreira Loureiro	110	25/10/2012
Patrícia Filipa Santos	110	18/10/2012
Paula Alexandra dos Santos Dinis Leal	110	06/02/2012
Mónica Judite Pereira Leite Oliveira	200	08/03/2012
Manuela José Marques Perestrelo	210	14/09/2012
Maria do Rosário Cruz Sarabando Carvalhais	210	13/09/2012
Ana Maria Zagalo das Neves	290	01/09/2012
Susana Maria Cavaleiro Meira	400	01/09/2012
João Carlos Pereira Neves Almeida	240	15/10/2012
Ângela Maria Ribeiro Oliveira Jesus	910	18/10/2012
Rosa Maria Ramos Abreu Gaspar	910	06/11/2012

24 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Fátima Maria Vaz Gomes de Jesus Simões*.

207644808

Aviso n.º 3182/2014

Dando cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27/2, faz-se público que cessaram funções, por rescisão por mútuo acordo, nos termos da Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de julho, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, as seguintes trabalhadoras:

Maria do Rosário Oliveira Pereira.
Cristina Maria Catarino Cruz.

24 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Fátima Maria Vaz Gomes de Jesus Simões*.

207644751

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, Peso da Régua

Aviso n.º 3183/2014

Pela Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo — Peso da Régua, corre termos um processo disciplinar mandado instaurar pela Diretora da Escola, Dr.ª Maria Manuela Martins Lopes, em que é arguida a docente contratada, Sónia Albuquerque Oliveira, ausente em parte incerta.

Nos termos do n.º 2 do artigo 49.º do *Estatuto Disciplinar*, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, fica o arguido citado para, no prazo de 30 dias, apresentar resposta escrita à nota de culpa que se encontra à sua disposição nesta Escola, podendo, nesse mesmo prazo, consultar o processo durante as horas normais de expediente.

24 de fevereiro de 2014. — A Instrutora, *Maria Judite Castro Sousa Pereira*.

207645383

Agrupamento de Escolas Vale Aveiras, Azambuja

Aviso n.º 3184/2014

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, faz-se público que se encontra afixada na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo de Aveiras de Cima a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento.

Os docentes terão 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso, para eventual reclamação ao dirigente máximo do serviço.

25/02/2014. — A Diretora, *Maria Teresa Duarte Valente*.

207647846

Aviso n.º 3185/2014

Por despacho de 31 de agosto de 2013, da diretora do Agrupamento de Escolas Vale Aveiras, foi nomeada adjunta da Diretora do Agrupamento, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril a professora do quadro de nomeação definitiva Elsa Maria Ruivo Grilo Fidalgo, com efeitos a 31 de agosto de 2013.

25 de fevereiro de 2014. — A Diretora, *Maria Teresa Duarte Valente*.

207647887

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

Despacho n.º 3385/2014

A Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março, regula a criação, a organização e o funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) e define os respetivos âmbitos de intervenção e atribuições.

O Despacho n.º 6904/2013, de 14 de maio, publicado no *Diário da República* n.º 102 (2.ª série), de 28 de maio, definiu os critérios de seleção das entidades promotoras de CQEP, tendo em vista a constituição de uma rede ajustada às necessidades do país que, em simultâneo, otimize

os recursos existentes e assegure o integral cumprimento das funções legalmente atribuídas aos CQEP.

Concluído o processo de candidatura, aberto pelo Aviso n.º 7674/2013, de 4 de junho, publicado no *Diário da República* n.º 102 (2.ª série), de 28 de maio, e publicados os respetivos resultados, importa agora autorizar o funcionamento dos CQEP aprovados, nos termos previstos nos números 1 e 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março. Assim, determina-se o seguinte:

1 — É autorizado o funcionamento do CQEP promovido pela Fundação Odemira — Escola Profissional de Odemira, na NUT III do Alentejo Litoral, com o âmbito de atividade estabelecido nas alíneas a) e b) do

artigo 2.º da Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março, e com as atribuições estabelecidas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da mesma portaria e nos termos definidos no Anexo I ao presente despacho.

2 — O território e o âmbito de intervenção, bem como as atribuições do CQEP a que se refere o número anterior, poderão a todo o tempo e por razões que se prendam com necessidades supervenientes, devidamente comprovadas, ser alargados, mediante autorização prévia da ANQEP, I. P. e desde que estejam reunidas as condições legais e logísticas para o efeito.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, I. P., *Gonçalo Xufre Silva*.

ANEXO I

Âmbito e atribuições

(Portaria n.º 135-A/2013, de 28 de março, artigos 2.º e 3.º)

Âmbito	Atribuições	Informação, orientação e encaminhamento de jovens (art.º 3.º, n.º 1, alínea a))	Informação, orientação e encaminhamento de adultos (art.º 3.º, n.º 1, alínea b))	Desenvolvimento de ações de informação e divulgação (art.º 3.º, n.º 1, alínea c))	RVCC Escolar (art.º 3.º, n.º 1, alínea d))	RVCC profissional e de dupla certificação (art.º 3.º, n.º 1, alínea d)) (AEF)	Implementação de dispositivos de informação, orientação e divulgação [antecipação de necessidades de qualificação e ajustamento entre a oferta e a procura (art.º 3.º, n.º 1, alínea e))]	Estabelecimento de parcerias [identificação de necessidades de qualificação e organização de ofertas formativas (art.º 3.º, n.º 1, alínea f))]
Informação, orientação e encaminhamento (art.º 2.º, alínea a))		A	A	A				
Desenvolvimento de processos de RVCC (art.º 2.º, alínea b))					A	A AEF: 481, 521, 522, 582, 621, 622 e 811		
Integração de pessoas com deficiência e incapacidade (art.º 2.º, alínea c))					NA	NA		
Apoio à ANQEP na definição de critérios de rede e na monitorização das ofertas (art.º 2.º, alínea d))							NA	NA

A – Autorizado

NA – Não autorizado

AEF – Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005, de 16 de março)

207645683

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Deliberação n.º 609/2014

Na sequência da designação, em regime de substituição, para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo da licenciada Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira, que alterou os pressupostos em que assentou a distribuição, pelos respetivos membros, das áreas de intervenção deste organismo, tornou-se necessário proceder a uma redistribuição dessas áreas de atuação, que se efetuou pela deliberação n.º 27/14, de 28 de janeiro, do Conselho Diretivo deste Instituto, amplamente publicitada pela sua Intranet.

Assim, e tendo presente a orgânica do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro, que define a missão e as atribuições deste Instituto, bem como a organização interna dos seus serviços, constante dos Estatutos aprovados em anexo à Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, no contexto descrito e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com o disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo delibera delegar na Vogal acima identificada, com a faculdade de subdelegação, no âmbito das áreas

de intervenção do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, os poderes necessários para:

1 — Decidir e gerir todos os processos e assuntos que versem sobre as matérias da responsabilidade deste Serviço, referidas no artigo 11.º dos Estatutos do ISS, I. P.; superintender, coordenar e praticar todos os atos necessários ao bom funcionamento do mesmo, emitindo as orientações e instruções que tiver por adequadas à sua prossecução; designadamente, em matéria de autorização de despesas e pagamentos; regularização de movimentos financeiros com entidades externas; constituição e reposição de fundos de manuseio; planos de recuperação de dívidas; gestão, controlo e execução do orçamento global anual; indicadores de gestão e de performance; vistos, contas e orçamentos das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas; bem como para aprovar o correspondente plano de ação anual e o relatório de atividades.

2 — No tocante ao pessoal que se encontra afeto ao mesmo serviço são-lhe ainda delegados os poderes necessários para:

2.1 — Decidir os pedidos de justificação de faltas;

2.2 — Decidir sobre os meios de prova dos motivos justificativos das faltas ao serviço invocados pelos referidos trabalhadores;

2.3 — Decidir os pedidos de tratamento ambulatorial e de consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

2.4 — Autorizar a realização de trabalho extraordinário, de trabalho noturno, de trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório e complementar, e em dia feriado, desde que respeitados os pressupostos e os limites legais aplicáveis;

2.5 — Fixar os horários mais adequados ao funcionamento dos serviços e adotar as modalidades de horário previsto na lei e nos regulamentos aplicáveis;

2.6 — Aprovar os mapas de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como o gozo de férias e a sua acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

2.7 — Autorizar férias antes da aprovação do mapa de férias e o seu gozo interpolado, bem como a concessão do período complementar de férias nos termos da lei aplicável;

2.8 — Afetar o pessoal na área de intervenção do mesmo serviço;

2.9 — Autorizar as deslocações em serviço, bem como o processamento das ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo sobre a matéria;

2.10 — Autorizar o uso de automóvel próprio e de automóvel de aluguer, nos termos da legislação aplicável;

2.11 — Conceder licenças sem vencimento ou sem retribuição por períodos de tempo não superiores a 30 dias e autorizar o regresso antecipado à atividade.

3 — A presente deliberação produz efeitos imediatos e, por força dela e do disposto no n.º 1 do artigo 137.º do CPA, ficam desde já ratificados todos os atos praticados pela mencionada dirigente no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

18 de fevereiro de 2014. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Mariana Ribeiro Ferreira*.

207644516

Deliberação n.º 610/2014

Na sequência da designação, em regime de substituição, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do licenciado Paulo Jorge Antunes Ferreira, torna-se necessário proceder à necessária delegação de competências.

Atendendo ainda à designação de novo Vogal do CD, que alterou os pressupostos em que assentou a distribuição, pelos respetivos membros, das áreas de intervenção deste organismo, tornou-se necessário proceder a uma redistribuição dessas áreas de atuação, que se efetuou pela deliberação n.º 27/14, de 28 de janeiro, do Conselho Diretivo deste Instituto, amplamente publicitada pela sua Intranet.

Assim, e tendo presente a orgânica do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro, que define a missão e as atribuições deste Instituto, bem como a organização interna dos seus serviços, constante dos Estatutos aprovados em anexo à Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, no contexto descrito e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o disposto no n.º 6 do artigo 21.º da lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo delibera delegar no Vice-presidente, licenciado Paulo Jorge Antunes Ferreira, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para:

1 — No âmbito do Departamento de Prestações e Contribuições (DPC), decidir todos os processos e assuntos que versem sobre as matérias da responsabilidade deste Serviço, referidas no artigo 5.º dos Estatutos do ISS, I. P.; superintender, coordenar e dirigir a atividade do serviço, praticando todos os atos e emitindo as instruções e orientações que entender por necessárias e convenientes à boa prossecução das suas finalidades e objetivos que se destinem, designadamente, a uniformizar e melhorar procedimentos, circuitos e maneiras de agir, quer ao nível dos próprios serviços quer a nível nacional, bem como a divulgar medidas e diretivas específicas no âmbito das competências da respetiva área e aprovar os correspondentes plano de ação anual e relatório de atividades.

2 — Mais delega no Vice-presidente os poderes necessários para, no âmbito do Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais (DPRP), decidir todos os processos e assuntos que versem sobre as matérias da respetiva responsabilidade, referidas no artigo 9.º dos Estatutos do ISS, I. P., que não sejam da esfera da competência própria deste Serviço; superintender, coordenar e dirigir a respetiva atividade, praticando todos os atos e emitindo as instruções e orientações que entender por necessárias e convenientes à boa prossecução das suas finalidades e objetivos que se destinem, designadamente, a uniformizar e melhorar procedimentos, circuitos e maneiras de agir, quer ao nível dos próprios serviços quer a nível nacional, bem como a divulgar medidas e diretivas específicas no âmbito das competências da respetiva área e aprovar os correspondentes plano de ação anual e relatório de atividades.

3 — No que concerne ao Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC), o Conselho Diretivo delega no referido dirigente os poderes necessários para decidir todos os processos e assuntos que

versem sobre as matérias da respetiva responsabilidade, referidas no artigo 16.º dos Estatutos do ISS, I. P., superintender, coordenar e dirigir a respetiva atividade, praticando todos os atos e emitindo as instruções e orientações que entender por necessárias e convenientes à boa prossecução das suas finalidades e objetivos que se destinem, designadamente, a uniformizar e melhorar procedimentos, circuitos e maneiras de agir, quer ao nível dos próprios serviços quer a nível nacional, bem como a divulgar medidas e diretivas específicas no âmbito das competências da respetiva área e aprovar os correspondentes plano de ação anual e relatório de atividades.

4 — Em relação ao pessoal que se encontra afeto aos serviços que estão sob a sua dependência funcional e hierárquica são ainda delegados no mesmo dirigente, ao abrigo do bloco normativo citado, os poderes necessários para:

4.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

4.2 — Decidir sobre os meios de prova dos motivos justificativos das faltas ao serviço invocados pelos trabalhadores do ISS, I. P.;

4.3 — Despachar os pedidos de tratamento ambulatorio e de consultas ou exames complementares de diagnóstico;

4.4 — Autorizar a realização de trabalho extraordinário, de trabalho noturno, de trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório e complementar, e em dia feriado, desde que respeitados os pressupostos e os limites legais aplicáveis;

4.5 — Fixar os horários mais adequados ao funcionamento dos serviços e adotar as modalidades de horário previstas na lei e nos regulamentos aplicáveis;

4.6 — Aprovar os mapas de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como o gozo parcial de férias e a sua acumulação parcial com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

4.7 — Autorizar férias antes da aprovação do mapa de férias, o seu gozo interpolado, bem como a concessão do período complementar de férias, nos termos da lei aplicável;

4.8 — Afetar o pessoal na área de intervenção dos respetivos serviços;

4.9 — Autorizar as deslocações em serviço, bem como o processamento das ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar, desde que, precedendo o prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo sobre a matéria;

4.10 — Autorizar o uso de automóvel próprio e de automóvel de aluguer, nos termos da lei;

4.11 — Conceder licenças sem vencimento ou sem retribuição por períodos de tempo não superiores a 30 dias e autorizar o regresso antecipado à atividade.

5 — Em relação a todos os serviços do ISS, I. P., em cujas áreas de intervenção se insira a representação deste Instituto em juízo, delibera ainda o Conselho Diretivo delegar no Vice-presidente a competência para constituir mandatários forenses com poderes de representação geral e especial, neles incluindo os necessários para confessar, desistir e transigir, com a faculdade de substabelecer, nos processos judiciais que correm pelos mencionados serviços.

6 — A presente deliberação produz efeitos imediatos e, por força dela e do disposto no n.º 1 do artigo 137.º do CPA, ficam desde já ratificados todos os atos praticados pelo mencionado dirigente no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

18 de fevereiro de 2014. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Mariana Ribeiro Ferreira*.

207644476

Deliberação n.º 611/2014

Nos termos do disposto conjuntamente no n.º 1, do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), e no n.º 3, do artigo 17.º da Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, que aprova os Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., (ISS, I. P.), o Conselho Diretivo delibera delegar nos diretores de segurança social dos Centros Distritais de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, respetivamente, licenciados Rui Miguel Rocha da Cruz, Helena Maria Fernandes Branquinho Morgado Barreto, Rui Miguel Meira Barreira, Martinho Eduardo Nascimento, António de Melo Bernardo, Ramiro Ferreira Miranda, Sónia Cristina Silva dos Ramos, Ofélia Isabel André da Conceição Ramos, Jacinto Dias, Maria do Céu Costa Bogalho Mendes, Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás, João Carlos Vintém Laranjo, Tiago de Sampaio e Melo Marques Leite, Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva, José Eduardo Esteves, José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo, Armando Telmo Antunes Ferreira e na Diretora Adjunta de Segurança Social do Centro Distrital do Porto,

licenciada Ana Cristina Sobral Marques Venâncio, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para, no âmbito geográfico de atuação dos respetivos serviços, praticar os seguintes atos:

1 — Em matéria de gestão em geral, de gestão financeira e contabilidade e de administração e património, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo sobre a matéria:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, incluindo a dirigida aos tribunais, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

1.2 — Apresentar queixas-crime em nome e no interesse do ISS, I. P., relativamente a factos ocorridos na área de intervenção própria do respetivo centro distrital;

1.3 — Submeter à homologação do Conselho Diretivo os planos e relatórios anuais de atividades, no quadro do Plano de Atividades do ISS, I. P., e proceder à respetiva avaliação;

1.4 — Assegurar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, das instalações e equipamentos que estejam afetos aos respetivos serviços, em articulação com os competentes serviços centrais;

1.5 — Autorizar a realização de despesas com a locação, aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas necessárias para o funcionamento dos serviços do centro distrital até ao limite de €25.000,00;

1.6 — Determinar a realização de inquéritos obrigatórios na sequência de acidentes de viação e nomear os respetivos instrutores;

1.7 — Autorizar a requisição de guias de transporte;

1.8 — Autorizar a realização de despesas de transporte, de reparação de viaturas e com a aquisição de peças, combustíveis e lubrificantes até ao limite, em cada caso, de €2.000,00;

1.9 — Autorizar as despesas com fundos fixos até ao limite máximo que lhes for fixado pelo Conselho Diretivo;

1.10 — Autorizar o abate de material de utilização permanente afeto ao respetivo centro distrital cujo valor patrimonial não exceda o valor de €99.760,00;

1.11 — Autorizar o pagamento das multas, preparos e custas judiciais nos processos e ações judiciais em que a representação do ISS, I. P. seja assegurada pelo centro distrital;

1.12 — Autorizar o pagamento das multas, preparos e custas judiciais nos processos e ações judiciais em que a representação do ISS, I. P. seja assegurada pelo centro distrital;

1.13 — Efetuar recebimentos e pagamentos, em conformidade com as autorizações e orientações recebidas dos serviços centrais;

1.14 — Assegurar as ligações com as instituições de crédito, previamente autorizadas.

2 — Em matéria de recursos humanos e de atendimento, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os pressupostos, os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

2.1 — Propor os horários mais adequados ao funcionamento dos serviços;

2.2 — Assegurar a gestão interna do seu pessoal, nomeadamente, coordenar e controlar o processo de avaliação de desempenho de acordo com as regras e princípios definidos pela legislação em vigor e as orientações do Conselho Diretivo;

2.3 — Autorizar a mobilidade do pessoal afeto à área de intervenção dos respetivos serviços;

2.4 — Conceder licenças sem vencimento ou sem remuneração por períodos de tempo não superiores a 30 dias e autorizar o regresso antecipado à atividade no âmbito destas licenças;

2.5 — Aprovar os mapas de férias e autorizar as respetivas alterações, bem como a acumulação com as férias do ano seguinte;

2.6 — Autorizar férias antes da aprovação do mapa anual de férias, bem como o gozo interpolado de férias, nos termos da lei aplicável;

2.7 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;

2.8 — Decidir sobre os meios de prova dos motivos justificativos das faltas ao serviço invocados pelos trabalhadores;

2.9 — Autorizar a realização de trabalho extraordinário, de trabalho noturno, de trabalho em dia de descanso semanal, obrigatório e complementar, e em dia feriado, com exceção do pessoal dirigente e de chefia, desde que respeitados os limites legais aplicáveis;

2.10 — Autorizar a realização de estágios curriculares ou académicos e assinar os acordos individuais de estágio, de acordo com as orientações internas na matéria;

2.11 — Requerer a fiscalização da doença e a realização de juntas médicas, consoante os casos e a lei aplicável;

2.12 — Despachar os pedidos de tratamento ambulatorio e de dispensa para consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;

2.13 — Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, bem como as ajudas de custo e o reembolso de despesas de transporte a que haja lugar;

2.14 — Qualificar os acidentes de trabalho dos trabalhadores do respetivo centro distrital;

2.15 — Decidir as reclamações do atendimento de acordo com os imperativos legais e regulamentares, e bem assim identificar e implementar as ações de melhoria corretiva ou preventiva que resultem dessas mesmas reclamações;

2.16 — Promover, nos termos das orientações do Conselho Diretivo, a modernização dos serviços, a qualidade e uniformidade de atendimento e relacionamento com o público, bem como a adequada circulação da informação.

3 — Em matéria de segurança social, relativa a contribuições e prestações do sistema de segurança social e seus subsistemas, de estabelecimentos de apoio social e de ação social, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os pressupostos, os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

3.1 — Decidir sobre os processos de inscrição de pessoas singulares e de pessoas coletivas ou equiparadas no sistema público de segurança social, para efeitos de enquadramento nos regimes de segurança social, vinculação e relação contributiva dos beneficiários e contribuintes da segurança social;

3.2 — Decidir sobre as bases de incidência e taxas contributivas a aplicar em matéria de regimes de segurança social;

3.3 — Decidir sobre os processos de incentivos ao emprego e quaisquer outros com reflexo na isenção ou redução de taxas contributivas ou dispensa do pagamento de contribuições à segurança social, bem como processos de situações de pré-reforma ou similares;

3.4 — Despachar os processos de trabalhadores deslocados do estrangeiro no âmbito da aplicação de regulamentos e convenções internacionais;

3.5 — Validar o registo de remunerações e demais dados e elementos constantes das declarações de remunerações, designadamente no que respeita a equivalências e bonificações do tempo de serviço;

3.6 — Decidir sobre os processos de seguro social voluntário, de pagamentos retroativos de contribuições prescritas e de bonificações, contagem de tempo de serviço e acréscimo às carreiras contributivas dos beneficiários, nos termos legais aplicáveis;

3.7 — Requerer, sempre que o contribuinte apresente uma situação contributiva devedora e sejam identificados bens em seu nome, a constituição de hipotecas legais a fim de garantir a cobrança coerciva das dívidas à segurança social e praticar os atos prévios e acessórios indispensáveis a essa constituição, à exceção das que se inserem no âmbito do processo executivo fiscal;

3.8 — Autorizar, através da celebração de acordos de regularização voluntária previstos nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de setembro, o pagamento diferido de contribuições e quotas em dívida relativas a um período máximo de três meses e que não tenham sido objeto de participação para efeitos de cobrança coerciva;

3.9 — Autorizar, através da celebração de acordos previstos nos artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de setembro, observados os condicionalismos legais, o pagamento diferido do montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes do incumprimento;

3.10 — Rescindir os acordos de regularização de dívida celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de agosto, que foram autorizados pelos extintos serviços sub-regionais e centros regionais de segurança social, relativamente aos contribuintes cuja sede se situe na área de intervenção do respetivo centro distrital;

3.11 — Proceder à análise da dívida à segurança social e emitir os respetivos extratos, sempre que os interessados o requeiram, designadamente, no âmbito de processos executivos em que sejam parte;

3.12 — Assegurar a execução dos instrumentos internacionais em matéria de segurança social;

3.13 — Proceder à identificação e qualificação das pessoas singulares e coletivas e trabalhadores independentes;

3.14 — Assegurar os procedimentos necessários à adesão e gestão da relação contributiva dos beneficiários do regime público de capitalização;

3.15 — Assegurar o cumprimento das obrigações contributivas das entidades contratantes e trabalhadores independentes;

3.16 — Promover as ações adequadas ao exercício pelos interessados do direito à informação e à reclamação;

3.17 — Reclamar os créditos da segurança social em sede de quaisquer processos jurídicos, nomeadamente, processos de falência e insolvência, de execução e natureza fiscal, cível e laboral e requerer, na qualidade de credor, a declaração de insolvência;

3.18 — Decidir os pedidos de reposição ou restituição de contribuições, quotizações e prestações indevidamente pagas ou recebidas, sem prejuízo das competências que, na matéria, se encontrem conferidas a outros serviços;

3.19 — Analisar e declarar, a pedido dos interessados, a prescrição de dívidas à segurança social em fase pré-executiva;

3.20 — Proceder ao reconhecimento de direitos, à atribuição e pagamento das prestações do sistema de segurança social e dos seus subsistemas, com exceção das que se referem nos artigos 9.º e 20.º dos Estatutos do ISS, I. P., bem como de subsídios, retribuições e comparticipações financeiras;

3.21 — Autorizar o pagamento em prestações mensais de prestações indevidamente recebidas;

3.22 — Autorizar as despesas com transportes em ambulâncias para a realização de exames médicos;

3.23 — Autorizar as comparticipações devidas aos beneficiários pela participação dos médicos nas comissões de recurso e de reavaliação;

3.24 — Autorizar o reembolso de despesas efetuadas com o funcionamento das comissões de recurso;

3.25 — Autorizar as despesas com a realização de relatórios e pareceres médicos no âmbito dos Serviços de Verificação de Incapacidades (SVI);

3.26 — Autorizar a realização de despesas com o transporte de médicos das Comissões de Verificação de Incapacidades Temporárias (CVIT) e das Comissões de Verificação de Incapacidades Permanentes (CVIP);

3.27 — Autorizar as despesas relativas aos elementos auxiliares de diagnóstico e exames médicos necessários à avaliação da incapacidade;

3.28 — Autorizar os apoios complementares aos beneficiários do rendimento social de inserção, nos termos e condições previstas no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 julho;

3.29 — Autorizar os apoios previstos no âmbito da promoção e proteção das crianças e jovens em perigo;

3.30 — Celebrar contratos com amas e famílias de acolhimento para crianças e jovens e para idosos e adultos com deficiência e autorizar os montantes referentes à retribuição, manutenção do acolhido e despesas extraordinárias;

3.31 — Autorizar as despesas de alojamento para pessoas e famílias em situações de desalojamento em caso de emergência social, até um máximo de 7 dias;

3.32 — Autorizar as rendas de casa para pessoas e famílias em situações de desalojamento em caso de emergência social, até um máximo de 3 meses;

3.33 — Autorizar os atos necessários aos cuidados de saúde, viagens e permanências dos utentes fora dos estabelecimentos e de famílias de acolhimento, bem como as despesas inerentes;

3.34 — Decidir sobre a suspensão da licença de funcionamento concedida aos estabelecimentos de apoio social com fins lucrativos;

3.35 — Conceder autorizações provisórias de funcionamento às instituições particulares de solidariedade social (IPSS), quando se verifiquem as condições legalmente previstas;

3.36 — Celebrar acordos de cooperação que não contenham matéria inovadora com as IPSS, bem como desenvolver as ações necessárias ao exercício da ação tutelar pelo ISS, I. P., nos termos da lei;

3.37 — Desenvolver as ações necessárias ao exercício das competências legais em matéria de apoio a menores em risco, de adoção e de apoio aos tribunais nos processos tutelares cíveis;

3.38 — Dar parecer sobre os projetos de registo das IPSS e proceder ao licenciamento das atividades de apoio social, quando legalmente previsto;

3.39 — Promover a criação e dinamização de projetos de incidência comunitária, em articulação com outros serviços e entidades, bem como integrar os conselhos locais de ação social (CLAS) da rede social;

3.40 — Designar os representantes do ISS, I. P., nos núcleos de inserção social (NLI) bem como noutras estruturas locais de ação social;

3.41 — Colaborar na ação inspetiva e fiscalizadora do cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários, das IPSS e de outras entidades privadas que exerçam apoio social;

3.42 — Gerir os estabelecimentos integrados.

4 — Em matéria de contraordenações, no âmbito do previsto no artigo 3.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, que aprovou o novo regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança

social, e da alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, na sua redação atual;

4.1 — Aplicar admoestações, coimas e sanções acessórias pela prática de infrações ao direito da segurança social no âmbito das relações jurídicas de vinculação, contributiva e prestacional, bem como despachar e arquivar os mesmos processos;

4.2 — Aplicar admoestações e coimas pela prática de contraordenações no âmbito dos estabelecimentos de apoio social, bem como despachar e arquivar os mesmos processos, à exceção dos casos em que seja proposta a aplicação conjunta de coima e de sanção acessória, matéria que o Conselho Diretivo reservou à respetiva Presidente.

5 — A presente deliberação produz efeitos imediatos e, por força dela e do disposto no n.º 1 do artigo 137.º do CPA, ficam desde já ratificados todos os atos praticados pelos mencionados dirigentes no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

6 — Ao abrigo da citada disposição legal, ficam igualmente ratificados os atos praticados pelos anteriores diretores de segurança social, licenciados António Maria Santos Sousa, Susana Martins Branco, Manuel Moreira de Sampaio Pimentel Leitão, Paulo Jorge Araújo Vale e Joaquim António Ferreira Seixas, respetivamente, dos Centros Distritais de Aveiro, Lisboa, Porto, Viana do Castelo e Viseu, nas matérias a que se refere a presente delegação de competências.

18 de fevereiro de 2014. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, Mariana Ribeiro Ferreira.

207644532

Despacho n.º 3386/2014

1 — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 14367/2012, de 29 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 6 de novembro de 2012, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na licenciada Susana Judite Pires Mesquita, técnica superior, a exercer funções no Setor de Acompanhamento às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Núcleo de Controlo Previsional da Unidade de Controlo Financeiro do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF) e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho diretivo, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1.1 — Proceder à certificação anual das contas das instituições particulares de solidariedade social (IPSS);

1.2 — Acompanhar e emitir orientações técnicas sobre a análise de contas e orçamentos das IPSS e equiparadas e apoiá-las na elaboração dos orçamentos e contas bem como proceder à sua análise e visto de contas;

1.3 — Propor orientações técnicas em matéria de contas e orçamentos das IPSS e equiparadas;

1.4 — Definir e implementar indicadores de gestão e performance nas suas áreas de intervenção;

1.5 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, incluindo a dirigida aos tribunais, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

2 — O presente despacho produz efeitos à data do exercício de funções e, por força dele e do artigo 137.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, ficam desde já ratificados todos os atos no entanto praticados pela mencionada dirigente no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

23 de janeiro de 2014. — A Diretora do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, Sandra Oliveira.

207645278

Despacho n.º 3387/2014

1 — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 14367/2012, de 29 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, de 6 de novembro de 2012, e nos termos do artigo 36.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no licenciado Armando Manuel Simões Vidal, diretor da Unidade de Controlo Financeiro, do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro (DGCF) e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho diretivo, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

1.1 — Emitir os meios de recebimento e de pagamento;

1.2 — Visar documentos de receita, de despesa e de regularização contabilística de saldos;

1.3 — Registar, controlar e proceder ao pagamento das prestações do sistema público de segurança social e das prestações da segurança social;

1.4 — Proceder à certificação anual das contas das instituições particulares de solidariedade social (IPSS);

1.5 — Acompanhar e emitir orientações técnicas sobre a análise de contas e orçamentos, bem como proceder à sua análise e visto de contas;

1.6 — Movimentar as contas bancárias em conjunto com a assinatura de um membro do conselho diretivo quando estejam em causa valores superiores a € 100 000 e, juntamente com os dirigentes em que tenha sido conferida essa competência, para valores iguais ou inferiores àquela quantia, considerando-se, em ambos os casos, pagamentos individuais;

1.7 — Praticar os atos relacionados com a elaboração, a administração e o controlo da execução do orçamento global anual de receitas e despesas do ISS, I. P., incluindo o relativo a projetos inscritos em PIDDAC, bem como os necessários à alteração e à avaliação final da mesma execução;

1.8 — Registar e controlar os movimentos resultantes da aplicação dos acordos internacionais;

1.9 — Praticar os atos relativos à prestação de contas anuais do ISS, I. P., bem como dos programas em que o mesmo organismo está envolvido;

1.10 — Assinar recibos de qualquer montante;

1.11 — Autorizar o pagamento de despesas cuja realização tenha sido legalmente autorizada;

1.12 — Autorizar o pagamento de rendas relativas a imóveis em que estejam instalados serviços do ISS;

1.13 — Definir e implementar indicadores de gestão e *performance* nas suas áreas de intervenção;

1.14 — Propor orientações técnicas em matéria de contas e orçamentos das IPSS e equiparadas;

1.15 — Assegurar, na componente financeira, a articulação e interlocação com a gestão de fundos e programas europeus;

1.16 — Autorizar as ordens de pagamento no âmbito de fundos e programas europeus e de investimento;

1.17 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços, incluindo a dirigida aos tribunais, com exceção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua nomeação para o exercício de funções e, por força dele e do artigo 137.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, ficam desde já ratificados todos os atos entretanto praticados pelo mencionado dirigente no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

23 de janeiro de 2014. — A Diretora do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, *Sandra Oliveira*.

207645197

Centro Distrital de Évora

Despacho n.º 3388/2014

Subdelegação de competências da diretora do Núcleo de Prestações da Unidade de Prestações e Contribuições, do Centro Distrital de Évora, do Instituto da Segurança Social, I. P., licenciada Helena Margarida Valadas Granadeiro.

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram subdelegadas, através do despacho n.º 2542/2014, de 22 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 17 de fevereiro de 2014, subdelego, sem prejuízo dos poderes de advocação:

1 — Na chefe de equipa de Prestações do Sistema Previdencial, mestre Ana Maria Meira Póvoas, as competências para:

1.1 — Em matéria de gestão em geral;

1.1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da sua área de competência necessária ao normal

funcionamento dos serviços, com exceção da que for dirigida aos tribunais, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

1.2 — Em matéria de gestão de prestações:

1.2.1 — Organizar os processos e decidir sobre a atribuição de prestações de desemprego, incluindo o subsídio social de desemprego, *lay-off*, parentalidade, doença, prestações compensatórias de subsídios de férias e de Natal, todos, nas diversas modalidades que possam assumir, bem como sobre novas prestações, a criar, nos termos legais aplicáveis;

1.2.2 — Elaborar participação das infrações de natureza contraordenacional em matéria de segurança social, bem como das situações que indiciem crime contra a segurança social;

1.2.3 — Autorizar a emissão de declarações ou certidões referentes aos beneficiários e a sua assinatura na respetiva área funcional.

2 — Na chefe de equipa de Outras Prestações, Isabel Maria Carrasquinho Romaneiro, as competências para:

2.1 — Em matéria de gestão em geral:

2.1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da sua área de competência necessária ao normal funcionamento dos serviços, com exceção da que for dirigida aos tribunais, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

2.2 — Em matéria de gestão de prestações:

2.2.1 — Organizar processos visando a atribuição de prestações nas eventualidades de invalidez, velhice, morte, complemento por dependência, reembolso de despesas de funeral e organizar os processos e decidir sobre a atribuição de prestações familiares, todos, nas diversas modalidades que possam assumir, bem como sobre novas prestações, a criar, nos termos legais aplicáveis;

2.2.2 — Organizar processos e autorizar o pagamento em prestações mensais de prestações indevidamente recebidas;

2.2.3 — Gerir as contas correntes dos beneficiários;

2.2.4 — Emitir e assinar extratos de contas correntes dos beneficiários;

2.2.5 — Elaborar participação das infrações de natureza contraordenacional em matéria de segurança social, bem como das situações que indiciem crime contra a segurança social;

2.2.6 — Autorizar a emissão de declarações ou certidões referentes aos beneficiários e a sua assinatura na respetiva área funcional.

3 — No chefe de equipa de Prestações de Solidariedade, José Francisco Constantino Ribeiro, as competências para:

3.1 — Em matéria de gestão em geral:

3.1.1 — Assinar correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da sua área de competência necessária ao normal funcionamento dos serviços, com exceção da que for dirigida aos tribunais, ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;

3.2 — Em matéria de gestão de prestações:

3.2.1 — Organizar processos e decidir sobre a atribuição de prestações nas eventualidades de invalidez, velhice, orfandade, viuvez e complemento por dependência dos regimes não contributivos, organizar os processos e decidir sobre a atribuição de complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, todos, nas diversas modalidades que possam assumir, bem como sobre novas prestações, a criar, nos termos legais aplicáveis;

3.2.2 — Elaborar participação das infrações de natureza contraordenacional em matéria de segurança social, bem como das situações que indiciem crime contra a segurança social;

3.2.3 — Autorizar a emissão de declarações ou certidões referentes aos beneficiários e a sua assinatura na respetiva área funcional.

4 — A presente subdelegação de competências produz efeitos a 14 de novembro de 2012, ficando assim ratificados todos os atos entretanto praticados pelos respetivos destinatários no âmbito das matérias por ela abrangidas, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora do Núcleo de Prestações, *Helena Margarida Valadas Granadeiro*.

207643058



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direção-Geral

Declaração de retificação n.º 226/2014

Por ter saído com inexactidão retifica-se o aviso (extrato) n.º 67/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2014, pelo que onde se lê «Consultora Helena Teresa Pereira da Cruz Fernandes» deve ler-se «Consultora Helena Teresa Ferreira da Cruz Fernandes».

20 de fevereiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Márcia Vala*.
207643293

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Aviso n.º 3186/2014

Recrutamento em regime de mobilidade interna na categoria, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico de informática

1 — Nos termos dos artigos 59.º a 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012 de 31 de dezembro, torna-se público que por meu despacho de 21 de fevereiro de 2014, se encontra aberto procedimento para recrutamento em regime de mobilidade interna na categoria, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira de técnico de informática.

2 — Tipo de oferta: mobilidade interna na categoria.

3 — Carreira/categoria: carreira de técnico de informática.

4 — Número de postos de trabalho: 1 (um).

5 — Habilitação literária: Ensino secundário.

6 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

7 — Posicionamento remuneratório: nos termos da alínea d), do n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de

Estado de 2014), a remuneração é efetuada pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra, acrescida do suplemento de disponibilidade permanente previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de agosto.

8 — Caracterização do posto de trabalho: o conteúdo funcional do posto de trabalho correspondente ao da carreira de técnico de informática, tal como se encontra definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002 de 3 de abril.

8.1 — Atribuição /competência /atividades a exercer: as funções a exercer inserem-se no domínio das competências da Divisão de Planeamento, Organização e Informática, especificamente executar, instalar, desenvolver e modificar programas que utilizem linguagem de Opensource nomeadamente: SQLServer, MYSQL, Construção de Web applications transacionais, Javascript, CSS, PHP, Drupal e outros softwares Opensource.

9 — Local de trabalho — Procuradoria-Geral da República, Rua da Escola Politécnica, n.º 140, 1269-269 Lisboa.

10 — Requisitos do recrutamento: ser detentor de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida e estar integrado na carreira de técnico de informática.

11 — Formalização da candidatura: a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Secretário da Procuradoria-Geral da República, da qual conste a menção expressa do vínculo e da carreira/categoria que possui, escalão e índice detido e o serviço onde exerce funções.

12 — Documentos: a candidatura deverá ser acompanhada *curriculum vitae* devidamente atualizado, datado e assinado, fotocópias dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional, enviada por correio, registado e com aviso de receção, ou entregue pessoalmente, entre as 09h30 e as 17h00, no seguinte endereço: Procuradoria-Geral da República, Rua da Escola Politécnica, n.º 140, 1269-269 Lisboa, até ao termo do prazo fixado.

13 — Seleção dos candidatos: análise curricular, eventualmente complementada com entrevista de seleção.

14 — O presente aviso encontra-se disponível para consulta na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt).

21 de fevereiro de 2014. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*, Procurador da República.
207644776



PARTE E

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Édito n.º 94/2014

Em conformidade com o artigo 11.ºA dos Estatutos desta Caixa, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97 de 29/7, se declara que, para habilitação edital ao subsídio de € 82,83, constituído por Carmen Gonçalves Sousa, sócia desta Caixa n.º 14542, falecida em 19/08/2013 e legado a Artur Cesário Dias da Cunha, desconhecendo-se o

seu paradeiro, correm éditos de trinta dias a contar da data da publicação deste anúncio no “Diário da República” citando o beneficiário referido, ou em caso de falecimento deste, os seus representantes sucessórios ou, não os havendo, outros herdeiros da sócia a deduzirem a sua habilitação naquele prazo, a fim de, apreciados os direitos invocados, se decidir sobre o seu pagamento.

20 de dezembro de 2013. — O Administrador-Delegado, *João Caldeira*.

307638344

ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS**Decisão n.º 1/2014**

Nos termos do Procedimento n.º 4, do Manual de Procedimentos do Acesso às Infraestruturas (MPAI), aprovado pela Diretiva n.º 15/2013, de 3 de setembro, os dois operadores das redes de transporte interligadas definem, coordenadamente, através de procedimento dedicado a cada período de atribuição a capacidade total associada a um ponto virtual (VIP), os procedimentos de atribuição e os respetivos prazos. Podem participar no leilão todos os agentes de mercado que estejam reconhecidos em ambos os países, estando a sua participação sujeita ao compromisso de aceitação das regras do leilão de atribuição de capacidade.

A REN Gasodutos, na qualidade de operador da rede de transporte de gás natural de Portugal continental apresentou à ERSE uma proposta conjunta com a Enagás (operador da rede de transporte de gás natural de Espanha), nos termos do Procedimento n.º 4 do MPAI e artigo 47.º do RARII, uma proposta de “Information Memorandum” com as regras relativas aos mecanismos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação, para 2014-2015, a qual foi colocada a consulta dos interessados pela ERSE.

Foram ouvidos, através de consulta aos diretamente interessados nesta matéria, a Secretaria Geral de Energia, a Direção Geral de Energia e Geologia, todos os comercializadores de gás natural registados junto da Direção Geral de Energia e Geologia, incluindo os comercializadores de último recurso, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 47.º do RARII, conjugadamente com o n.º 3 do artigo 9.º e n.º 5 do artigo 10.º dos Estatutos da ERSE.

Foram recebidos comentários da Direção Geral de Energia e Geologia e por quatro agentes de mercado, aos quais a ERSE elaborou um documento de resposta aos comentários com a necessária justificação. Alguns dos aspetos que mereceram o comentário dos agentes de mercado serão situações a considerar no futuro a quando da aplicação obrigatória do Código de Rede de CAM prevista para 2015. Todavia, não resultaram comentários que tenham justificado alterações ao texto inicialmente proposto. Sublinha-se que até 2015 as entidades reguladoras de Portugal e Espanha, bem como os operadores das redes de transporte interligadas, desenvolverão as atividades necessárias à total implementação do Código de Rede CAM.

Nestes termos, considerando os comentários recebidos, o Conselho de Administração da ERSE, ao abrigo das disposições do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 231/2012, de 26 de outubro, das disposições conjugadas dos artigos 41.º, n.º 5 e 6 e 47.º do RARII, Procedimento n.º 4 do MPAI aprovado pela Diretiva n.º 15/2013, de 3 de setembro, da Diretiva ERSE n.º 3/2014, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 e do n.º 1 e 2 do artigo 31.º dos Estatutos da ERSE, deliberou:

- 1.º Aprovar o “Information Memorandum” relativo aos processos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação de gás natural entre Portugal e Espanha, para o ano de atribuição entre 1 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015.
- 2.º Determinar que a participação no processo de atribuição primária de capacidade, previsto no n.º 1, não está sujeita ao pagamento de um preço de participação.
- 3.º O “Information Memorandum” ora aprovado é publicitado pela ERSE e pela REN Gasodutos, nas respetivas páginas na internet.
- 4.º A presente decisão produz efeitos a partir do dia 1 de março de 2014.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

21 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração,

Prof. Doutor Vítor Santos

Dr. Ascenso Simões

Dr. Alexandre Santos

Diretiva n.º 8/2014

Mecanismos coordenados de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação

Nos termos do Decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho alterados respetivamente pelo Decreto-lei n.º 230/2012 e pelo Decreto-lei n.º 231/2012, ambos de 26 de outubro, cabe ao operador da rede da Rede Nacional de Gás Natural (RNT GN) o desenvolvimento, a exploração e a manutenção da rede de transporte e das suas interligações com outras redes, bem como assegurar a garantia de capacidade da rede a longo prazo. Compete-lhe ainda a gestão técnica que consiste na coordenação sistémica das infraestruturas que constituem o Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), de modo a assegurar o seu funcionamento integrado e harmonizado, bem como assegurar a segurança e a continuidade de abastecimento no curto, médio e longo prazo.

Constituem obrigações do operador da RNTGN promover o funcionamento harmonioso do sistema ibérico de gás natural em conjunto com o operador da rede de transporte interligada, maximizando a capacidade disponível nos pontos de interligação entre sistemas e facilitando o funcionamento do mercado de forma transparente e não discriminatória.

Nos termos dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril na redação do Decreto-Lei n.º 84/2013, de 25 de junho, cabe à ERSE promover a criação de mecanismos operacionais tendentes a permitir uma gestão ótima da rede, promover intercâmbios conjuntos de eletricidade e gás e a atribuição da capacidade transfronteiriça, permitindo um adequado nível de capacidade de interligação, por forma a promover, no mercado ibérico e interno europeu, uma concorrência efetiva e a melhoria da segurança de abastecimento, sem discriminações entre comercializadores dos diferentes Estados membros.

Neste contexto, cabe à ERSE criar as condições necessárias à concretização do mercado interno europeu, na qual se insere a implementação do Código de Rede para os Mecanismos de Atribuição de Capacidade em redes de transporte de gás (doravante designado por Código de Rede CAM), aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 984/2013, de 14 de outubro de 2013, que completa o Regulamento (CE) n.º 715/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho. Este Regulamento Europeu é aplicável, em todos os Estados-membros, a partir de 1 de novembro de 2015.

No XXI Fórum de Madrid que decorreu a 22-23 de março de 2012, Portugal, Espanha e França, partes integrantes da Iniciativa Regional de Gás dos países do Sul (SGRI) estabeleceram no seu plano de trabalho de 2011-2014, a implementação antecipada do Código de Rede CAM, acordando que Portugal em conjunto com Espanha e Espanha em conjunto com França realizariam a atribuição de capacidade transfronteiriça, através dos mecanismos estabelecidos no Código de Rede CAM, designadamente leilões, bem como na definição de produtos normalizados transfronteiriços a oferecer e a atribuir. Assim, nesta primeira fase, estarão disponíveis os produtos de capacidade anuais, trimestrais e mensais, atribuídos mediante leilões. A atribuição de capacidade diária e intra-diária, mediante leilões, será concretizada após 1 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 984/2013, de 14 de outubro.

As iniciativas regionais integram-se na atividade da Agência para a Cooperação de Reguladores de Energia (ACER).

O Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações (RARII) estabelece as condições técnicas e comerciais segundo as quais se processa o acesso às redes de transporte e demais infraestruturas da rede, com conformidade com o estabelecido na sua norma habilitante, artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 231/2012, de 26 de outubro.

O RARII, aprovado pela ERSE através do Regulamento n.º 139-C/2013, de 16 de abril, estabelece os princípios gerais do mecanismo de atribuição coordenada da capacidade nos pontos de interligação da RNTGN. Nos termos estipulados pelo RARII, a atribuição conjunta de capacidade ocorre para um ponto virtual de interligação que agrega as interligações físicas entre Portugal e Espanha, resultando de, no mínimo, um leilão anual de capacidade na interligação, organizado de forma coordenada entre os dois operadores das redes interligadas com a supervisão das entidades reguladoras dos dois países, Portugal e Espanha.

Nos termos do Procedimento n.º 4, do Manual de Procedimentos do Acesso às Infraestruturas (MPAI), aprovado pela Diretiva n.º 15/2013, de 3 de setembro, os dois operadores das redes de transporte interligadas definem, coordenadamente, através de procedimento dedicado a cada período

de atribuição a capacidade total associada a um ponto virtual (VIP), os procedimentos de atribuição e os respetivos prazos. Podem participar no leilão todos os agentes de mercado que estejam reconhecidos em ambos os países, estando a sua participação sujeita ao compromisso de aceitação das regras do leilão de atribuição de capacidade.

A REN Gasodutos, na qualidade de operador da rede de transporte de gás natural de Portugal continental apresentou à ERSE uma proposta conjunta com a Enagás (operador da rede de transporte de gás natural de Espanha), nos termos do Procedimento n.º 4 do MPAI e artigo 47.º do RARII, uma proposta de “Information Memorandum” com as regras relativas aos mecanismos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação, para 2014-2015, a qual foi colocada a consulta dos interessados pela ERSE.

Foram ouvidos, através de consulta aos diretamente interessados nesta matéria, a Secretaria Geral de Energia, a Direção Geral de Energia e Geologia, todos os comercializadores de gás natural registados junto da Direção Geral de Energia e Geologia, incluindo os comercializadores de último recurso, nos termos do disposto nos n.º 3 e 4 do artigo 47.º do RARII, conjugadamente com o n.º 3 do artigo 9.º e n.º 5 do artigo 10.º dos Estatutos da ERSE.

Nestes termos, o Conselho de Administração da ERSE, ao abrigo das disposições do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 231/2012, de 26 de outubro, das disposições conjugadas dos artigos 41.º, n.º 5 e 6 e 47.º do RARII, Procedimento n.º 4 do MPAI aprovado pela Diretiva n.º 15/2013, de 3 de setembro e do n.º 1 e 2 do artigo 31.º dos Estatutos da ERSE, deliberou:

1.º Determinar que os processos de atribuição de capacidade no ponto virtual de interligação de gás natural entre Portugal e Espanha, para o ano de atribuição entre 1 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015 sejam aprovados por decisão do Conselho de Administração da ERSE.

2.º Determinar que a capacidade não harmonizada, referente a produtos mensais e diários, a atribuir até 30 de setembro de 2014, continuará a ser atribuída de acordo com os procedimentos previstos no MPAI, aprovado pela Diretiva n.º 15/2013, de 3 de setembro.

3.º A presente diretiva produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

21 de fevereiro

O Conselho de Administração,

Prof. Doutor Vitor Santos

Dr. Ascenso Simões

Dr. Alexandre Santos

207641292

Regulamento n.º 87/2014

Regulamento Relativo à Tramitação Para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro

A aprovação do regime sancionatório do setor energético pela Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, veio conferir à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) poderes de natureza sancionatória, de forma a assegurar e garantir um exercício efetivo da atividade de regulação dos sectores da eletricidade e do gás natural.

O referido regime sancionatório prevê expressamente a possibilidade de a ERSE, no âmbito da instrução de um processo de contraordenação por infração ao disposto no referido regime, conceder a dispensa de aplicação da coima ou, ponderadas as circunstâncias e o interesse público a proteger, a redução até 50% do montante da coima que seria aplicada, desde que o infrator cumpra cumulativamente as condições previstas no artigo 40.º do mesmo diploma legal.

Nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, a aprovação do procedimento administrativo relativo à tramitação do pedido de dispensa ou redução da coima é da competência da ERSE.

O Regulamento agora aprovado visa, assim, definir o conjunto de regras procedimentais respeitantes à tramitação do pedido de dispensa ou de redução da coima a conceder no âmbito de processos de contraordenação que tenham por objeto infrações a que se refere o Regime Sancionatório do Sector Energético, aprovado pela Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, tomando em consideração os objetivos definidos pelas Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CA, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que, no âmbito do «Terceiro Pacote Energético», estabelecem regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural, bem como os Estatutos da ERSE.

As regras procedimentais relativas ao pedido de dispensa ou de redução de coima pretendem assegurar a legitimidade das partes e a uniformização dos procedimentos, fixando os requisitos e formalidades exigíveis para a tramitação daquele.

Em outubro de 2013, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) submeteu a consulta pública, no quadro dos seus deveres estatutários, uma “Proposta de Regulamento Relativo à Tramitação Para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro”, acompanhada do respetivo “Documento Justificativo”.

No âmbito do processo de consulta, para além do parecer do Conselho Consultivo, a ERSE recebeu comentários e sugestões dos interessados, os quais se encontram publicados na página da ERSE na internet.

O Regulamento agora aprovado decorre do processo de consulta pública e as opções adotadas fundamentam-se no “Documento Justificativo” que acompanhou a proposta regulamentar, bem como no documento de “Discussão e Comentários à Proposta de Regulamento Relativo à Tramitação Para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro”, que se encontram publicados na página da ERSE na internet e que passam a fazer parte integrante da justificação preambular.

Nestes termos, no uso da competência que lhe é atribuída por via dos artigos 9.º e 31.º, n.º 2, alínea c), dos Estatutos da ERSE, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 84/2013, de 25 de junho, em cumprimento do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, e ouvidos os interessados no âmbito do procedimento de consulta pública nos termos do artigo 10.º dos mesmos Estatutos, o Conselho de Administração da ERSE deliberou, na sua reunião de 6 de fevereiro de 2014, aprovar o seguinte Regulamento Relativo à Tramitação Para a Obtenção de Dispensa ou Redução da Coima, nos termos da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro:

Artigo 1.º Objeto

O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o procedimento relativo à tramitação do pedido de dispensa ou de redução da coima no âmbito de processos de contraordenação que tenham por objeto infrações a que se refere o Regime Sancionatório do Sector Energético, aprovado pela Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

Artigo 2.º Pedido de dispensa ou redução da coima

1 - O pedido de dispensa ou de redução da coima previsto na Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, é feito mediante requerimento dirigido à ERSE.

2 - Do requerimento devem constar, sucessiva e individualizadamente, as seguintes informações:

a) Objeto do requerimento, devendo o requerente indicar se apresenta um pedido apenas para efeitos de dispensa de coima ou um pedido para efeitos de dispensa ou de redução de coima;

b) Identificação do requerente, incluindo a qualidade em que apresenta o pedido com referência ao artigo 41.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, os seus contactos e, no caso de pessoas coletivas, a identificação dos titulares do órgão de administração atuais bem como dos que exerceram funções durante o período de duração da infração, com indicação dos seus endereços profissionais e, se necessário, privados;

c) Indicação, completa e precisa, de toda a informação disponível sobre a alegada infração e todas as explicações relevantes relativas aos elementos de prova apresentados com o pedido, que sejam necessárias à reconstituição da situação ou situações infratoras e à reparação dos danos causados, nomeadamente:

- i) atividade e funcionamento do alegado sujeito infrator;
- ii) conteúdo e objetivos da alegada infração;
- iii) âmbito geográfico da ocorrência e sua duração, indicando locais e datas, e
- iv) identificação dos participantes em contactos efetuados no âmbito de tal infração;

d) Identificação e contactos de outras pessoas, empresas ou entidades envolvidas na alegada infração, incluindo a identificação dos atuais titulares do órgão de administração, bem como dos que exerceram funções durante o período de duração da infração, e, se necessário, a indicação dos seus endereços privados;

e) Identificação de outras jurisdições perante as quais tenha sido ou esteja a ser apresentado um pedido de dispensa ou redução da coima relativamente à infração objeto do presente requerimento; e

f) Identificação de quaisquer outras informações relevantes para o pedido de dispensa ou redução da coima.

3 - O requerente deve apresentar, com o requerimento, todos os elementos ou meios de prova que estejam na sua posse ou sob o seu controlo, em especial os que sejam contemporâneos da infração, juntando uma listagem dos mesmos, sem prejuízo de protestar juntar aqueles que considere vir a obter, indicando prazo razoável para o efeito, e da imediata junção ou indicação de todos os demais que venham à sua posse ou conhecimento, respetivamente.

4 - O pedido de dispensa ou redução de coima, realizado mediante requerimento dirigido à ERSE, pode ser apresentado mediante pedido por escrito ou substituído por declarações orais.

5 - O requerimento, quando realizado por escrito, é apresentado na sede da ERSE por um dos seguintes meios:

- a) Envio através de telecópia para o n.º 213033201;
- b) Envio através de correio para a sede da ERSE;
- c) Envio através de correio eletrónico para o endereço erse@erse.pt, com aposição de assinatura eletrónica avançada e validação cronológica; ou
- d) Entrega presencial, nomeadamente em reunião com o serviço instrutor na sede da ERSE.

6 - O requerimento de dispensa ou redução da coima apresentado por escrito considera-se feito na data e hora da receção do pedido na sede da ERSE.

7 - A ERSE fornece um documento comprovativo da receção do requerimento de dispensa ou redução da coima apresentado por escrito, indicando a data e a hora da apresentação do pedido.

8 - O requerimento, quando efetuado por declarações orais, será apresentado em reunião com o serviço instrutor na sede da ERSE.

9 - As declarações orais referidas no número anterior devem conter as informações previstas no n.º 2, ser acompanhadas dos meios de prova a que se refere o n.º 3 e são apresentadas nos seguintes termos:

a) As declarações orais são gravadas na sede da ERSE, com indicação da sua data e hora, sendo a gravação autuada por termo, devidamente assinado por todos os presentes, sendo aplicável, com as devidas adaptações e para os efeitos aí previstos, o disposto nos n.ºs 6 e 7 do presente artigo;

b) No decurso de prazo razoável fixado pela ERSE, não inferior a 10 dias úteis, o requerente verifica a exatidão técnica da gravação que está disponível na sede daquela Entidade e, se necessário, corrige o teor das declarações, considerando-se que a gravação foi aprovada se o requerente não se pronunciar dentro desse prazo;

c) A transcrição das declarações orais, que deve ser completa e exata, é efetuada na sede da ERSE com a utilização dos meios materiais por esta facultados, sendo assinada pelo requerente;

d) A ERSE pode solicitar a cooperação ao nível técnico do requerente no âmbito do disposto nas alíneas anteriores;

e) O não cumprimento do dever previsto na alínea anterior pode ser considerado como violação do dever de cooperação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

Artigo 3.º

Instrução e aperfeiçoamento do pedido de dispensa ou redução de coima

1 - Após a receção do pedido de dispensa ou redução de coima, a ERSE pode, por sua iniciativa ou mediante pedido devidamente fundamentado do requerente, conceder-lhe um prazo razoável, não inferior a 10 dias úteis, para completar o seu requerimento com os elementos que se mostrem em falta, de acordo com o previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º.

2 - Para poder beneficiar do prazo referido no número anterior, do pedido do requerente deve constar, no mínimo, o seu nome e endereço, informações relativas aos participantes na alegada infração e a duração desta, bem como a indicação de eventuais pedidos de dispensa ou redução de coima já apresentados a outras autoridades relativamente à alegada prática infracional, justificando a razão do prazo adicional requerido.

3 - Se o requerente completar o requerimento no período adicional concedido, considera-se o pedido de dispensa ou redução de coima feito na data e hora indicadas no n.º 6 do artigo 2.º.

4 - Se o requerente não completar o seu pedido no prazo concedido, o requerimento é rejeitado e os documentos que tenham sido entretanto entregues são devolvidos ao requerente ou considerados como cooperação prestada à ERSE nos termos e para os efeitos da alínea h) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, caso o requerente assim o solicite no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da ERSE.

Artigo 4.º

Apreciação do pedido de dispensa ou redução de coima

1 - Concluída a fase de instrução do pedido de dispensa ou redução de coima prevista no artigo anterior, a ERSE procede à análise das informações, elementos e meios de prova que instruem aquele, decidindo, de forma fundamentada e condicional, se o requerimento apresentado preenche os requisitos previstos no artigo 40.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, e notificando o requerente da respetiva decisão.

2 - Caso a ERSE verifique, nos termos do número anterior, que a dispensa ou redução de coima não pode ser concedida por não se verificarem as condições previstas no artigo 40.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, o requerente será ainda notificado para, em prazo não inferior a 10 dias úteis, apresentar, por escrito, as suas observações.

3 - Se o requerente apresentar as suas observações dentro do prazo estabelecido pela ERSE e estas não conduzirem a uma alteração da apreciação nos termos no número anterior, o requerente pode ainda, no prazo de 10 dias úteis, retirar o seu pedido e os elementos de prova divulgados para esse efeito ou solicitar à ERSE que os considere para os efeitos da alínea h) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

4 - Caso o pedido apenas tenha por objeto a dispensa de coima e for considerado que esta não pode ser concedida, nos termos do n.º 2, o requerente pode, ainda, no prazo referido no número anterior, solicitar à ERSE que considere o pedido e os elementos de prova divulgados para efeitos de redução da coima.

5 - A ERSE não aprecia nem decide sobre outros pedidos de dispensa ou redução da coima, antes de ter apreciado um pedido existente relativo à mesma alegada infração.

Artigo 5.º

Decisão final

1 - A atribuição definitiva de dispensa ou de redução da coima está dependente do preenchimento de todas as condições previstas no artigo 40.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

2 - A decisão final sobre o pedido de dispensa ou redução da coima é tomada pela ERSE na decisão a que se refere o n.º 3 do artigo 21º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro, sem prejuízo do disposto no n.º 14 do artigo 14.º do mesmo diploma legal.

3 - A cooperação ao longo do processo pelo requerente que não obtenha dispensa ou redução da coima por não preencher os requisitos para a sua obtenção é considerada nos termos e para os efeitos da alínea h) do n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 9/2013, de 28 de janeiro.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, sem prejuízo da sua divulgação pública prévia na página da ERSE na internet.

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

21 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Prof. Doutor Vitor Santos

Dr. Ascenso Simões

Dr. Alexandre Silva Santos

ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E DESIGN**Regulamento n.º 88/2014****Regulamento Disciplinar****Preâmbulo**

De acordo com o n.º 4 do artigo 143.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o presente regulamento tem como finalidades defender as liberdades de aprender e ensinar, garantir a integridade moral e física dos estudantes, docentes, investigadores e restantes funcionários da ESAD, e preservar o normal funcionamento da Escola e seus bens patrimoniais.

CAPÍTULO I**Disposições gerais****Artigo 1.º****Âmbito de aplicação**

1 — O presente regulamento disciplinar é aplicável a todos os estudantes que se encontrem a frequentar qualquer curso, independentemente de conferir grau ou diploma, da Escola Superior de Artes e Design.

2 — Em infração praticada pelo estudante que entretanto tenha abandonado a Escola, o prazo de prescrição considera-se interrompido começando a correr a partir do seu reingresso ou de nova inscrição válida.

Artigo 2.º**Deveres gerais dos estudantes**

Constituem deveres gerais dos estudantes:

- a) Obrigação principal a sua preparação académica em ordem à aquisição de formação no curso em que se matriculou;
- b) Aceitar e cumprir quanto lhes respeita e se encontra determinado nos diferentes Estatutos da ESAD, seus regulamentos, normas, instruções e deliberações dos órgãos académicos e da entidade instituidora;
- c) O dever de tratar com correção e respeito todos os membros da comunidade e demais entidades que frequentem a Escola;
- d) O dever de cuidar os bens da Escola, nomeadamente as instalações, equipamentos e material didático, fazendo uso adequado dos mesmos;
- e) O dever de respeitar as ordens e determinações legítimas que lhe sejam dadas por membros de órgãos de gestão, titulares de cargos dirigentes, bem como por docentes, investigadores, trabalhadores não docentes e não investigadores, no exercício das suas funções;
- f) Respeitar as normas de avaliação de conhecimentos/competências, abstenendo-se de qualquer conduta que possa injustamente beneficiar ou prejudicar qualquer outro estudante, constituindo infração disciplinar grave a obtenção prévia de cópias de enunciados de provas escritas para daí obter benefícios próprios para terceiros, mesmo que não culposa;
- g) O dever de pontualidade e assiduidade no cumprimento dos horários e das suas atividades académicas;
- h) Ser disciplinado nas aulas, contribuindo para que estas decorram com normalidade e eficiência, seguindo as orientações dos docentes relativas ao seu processo de ensino e aprendizagem;
- i) Não utilizar para outros fins os diversos recursos da Escola a serem utilizados para o seu processo de formação;
- j) Não cometer faltas de natureza cívica e académica;
- k) Não apresentar denúncias caluniosas;
- l) Prestar, quando comprovadamente possível, auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade académica, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e moral dos mesmos;
- m) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na comunidade académica de todos os estudantes.

CAPÍTULO II**Infrações e sanções disciplinares****Artigo 3.º****Infração disciplinar**

Considera-se infração disciplinar o comportamento do estudante, por ação ou omissão, ainda que meramente culposos, que viole quaisquer deveres constantes da lei, de estatutos ou de quaisquer regulamentos.

Artigo 4.º**Prescrição do procedimento disciplinar**

1 — O direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve passado um ano sobre a data em que a infração tenha sido cometida.

2 — Prescreve igualmente quando, recebida uma participação, não é mandado instaurar um processo de inquérito ou disciplinar no prazo de 10 dias úteis.

Artigo 5.º**Sanções e sua caracterização**

1 — As sanções aplicáveis aos estudantes são as seguintes:

- a) A advertência;
- b) A multa;
- c) A suspensão temporária de atividades escolares;
- d) A suspensão da avaliação escolar durante um ano;
- e) A interdição da frequência da Escola até cinco anos.

2 — A sanção disciplinar de advertência é sempre escrita.

3 — A sanção disciplinar de multa é fixada numa quantia certa, nunca superior ao valor de uma propina anual.

4 — A sanção disciplinar de suspensão temporária das atividades escolares consiste no afastamento total ou, se as circunstâncias da infração o permitirem, da frequência de aulas de unidades curriculares em que o estudante se encontre inscrito por um período de tempo que varia entre o mínimo de uma semana e o máximo de um ano letivo.

5 — A sanção disciplinar de suspensão da avaliação escolar durante um ano obriga a que o estudante não possa realizar qualquer exame durante o período de suspensão.

6 — A sanção disciplinar de interdição de frequência da instituição consiste no afastamento total do estudante da Escola durante um período que varia entre um ano letivo e dois anos letivos. Cumprida esta sanção disciplinar, será concedido o reingresso, caso o estudante o venha a requerer.

Artigo 6.º**Suspensão das sanções disciplinares**

1 — Com exceção da sanção prevista na alínea a) do ponto 1 do artigo 5.º, as restantes sanções disciplinares podem ser suspensas.

2 — A suspensão da sanção pode ter lugar quando, atendendo à personalidade do estudante e à sua conduta anterior e posterior à infração e às circunstâncias desta, se conclua que a simples censura e ameaça da sanção sejam suficientes.

3 — A suspensão não pode ser inferior a uma semana nem superior a dois anos letivos.

Artigo 7.º**Prescrição das sanções disciplinares**

As sanções disciplinares prescrevem no prazo de seis meses, a contar da data em que estas se tornem in impugnáveis.

Artigo 8.º**Circunstâncias dirimentes**

São circunstâncias dirimentes:

- a) O desconhecimento desculpável do dever violado;
- b) A errada mas desculpável convicção de que o comportamento praticado era lícito;
- c) O cumprimento de uma ordem, mesmo que erradamente interpretada e desde que seja desculpável esse erro de interpretação.

Artigo 9.º**Circunstâncias atenuantes**

São circunstâncias atenuantes:

- a) A confissão espontânea da infração;
- b) O arrependimento genuíno;
- c) O bom comportamento anterior;
- d) O mérito escolar;
- e) A provocação;
- f) As circunstâncias do momento em que foi cometida a infração que diminuam a culpa do estudante;
- g) O perdão do lesado.

Artigo 10.º**Atenuação extraordinária**

A atenuação extraordinária pode conduzir à aplicação de qualquer sanção disciplinar inferior, podendo esta ser suspensa, exceto se tratar duma advertência escrita.

Artigo 11.º

Circunstâncias agravantes

São circunstâncias agravantes, para além das enunciadas no regulamento disciplinar, a prática do ato ilícito sob efeito do álcool, estupefacientes ou outros afins.

CAPÍTULO III

Factos a que são aplicáveis as sanções disciplinares

Artigo 12.º

Advertência

1 — A sanção disciplinar de advertência é aplicável nomeadamente quando:

- a) Se trate de infrações leves e de pouca gravidade;
- b) O estudante já foi administrativamente penalizado, nomeadamente pela anulação de testes ou de exames;
- c) Não existiu qualquer lesão patrimonial ou pessoal ou, havendo-a e não sendo grave, se verificou um perdão do lesado.

2 — A sanção disciplinar de advertência não pode, contudo, ser aplicada:

- a) Havendo reincidência;
- b) Havendo dolo;
- c) Havendo pelo menos uma circunstância agravante.

Artigo 13.º

Multa

Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, a sanção de multa é aplicável nomeadamente quando haja violação dos deveres referidos no artigo 2.º

Artigo 14.º

Suspensão temporária de atividades escolares

A sanção de suspensão temporária de atividades escolares é aplicável nomeadamente quando haja reincidência das violações referidas no artigo 2.º

CAPÍTULO IV

Competência disciplinar

Artigo 15.º

Princípio geral

O poder de punir pertence ao Diretor Pedagógico.

Artigo 16.º

Comunicação

1 — No caso de delegação de poderes, todas as decisões de início de processo disciplinar, de arquivamento e de aplicação de sanção devem ser comunicadas ao Diretor Pedagógico no prazo de 5 dias após a sua prolação.

2 — Em relação às decisões de arquivamento e de aplicação de sanção, deve ser transmitida também a respetiva fundamentação.

CAPÍTULO V

Do processo

Artigo 17.º

Instauração de processo disciplinar

1 — É competente para instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar o Diretor Pedagógico da ESAD.

2 — A entidade com competência disciplinar, se julgar suficientemente provada a autoria de um ilícito disciplinar por infração leve, pode optar por aplicar uma advertência verbal depois de ouvido o estudante participado, não sendo necessária a instauração de processo disciplinar.

Artigo 18.º

Instauração de processo de inquérito

O processo de inquérito deve ser mandado instaurar quando surjam dúvidas ponderosas em relação aos factos ou à autoria das condutas participadas.

Artigo 19.º

Inquérito

Compete ao Diretor Pedagógico ordenar inquéritos tendo em vista o apuramento de factos ou dos seus autores.

Artigo 20.º

Decisão do inquérito

Concluído o inquérito, verificando-se a existência de infrações disciplinares, a entidade que instaurou o procedimento instaura o processo disciplinar a que haja lugar.

Artigo 21.º

Suspensão preventiva

A suspensão preventiva só pode ser aplicada quando existirem fortes probabilidades de vir a ser aplicada a sanção disciplinar e não poderá ultrapassar um semestre letivo.

Artigo 22.º

Instrutor

O instrutor deve ser nomeado, preferencialmente, de entre os docentes que lecionem unidades curriculares do curso em que o participado se encontre inscrito.

Artigo 23.º

Audição da Associação de Estudantes

1 — Sem prejuízo de poderem ser solicitados outros pareceres previstos no regulamento disciplinar, a aplicação da sanção prevista na alínea e) do artigo 5.º, deve ser precedida de parecer da Associação de Estudantes da ESAD.

2 — Compete à entidade competente para aplicar a sanção disciplinar.

3 — O parecer referido no n.º 1 deve ser emitido e entregue no prazo de 10 dias úteis.

Artigo 24.º

Envio do processo para decisão

1 — Após a conclusão do processo disciplinar, com elaboração do relatório final, o processo será remetido pelo instrutor ao Diretor Pedagógico que deve diligenciar pela obtenção dos pareceres previstos no presente regulamento.

2 — Sendo solicitados pareceres a várias entidades, os prazos para a sua emissão são sucessivos, cabendo ao Instrutor determinar a ordem de emissão.

3 — Uma vez emitidos os pareceres ou decorridos os respetivos prazos, o Instrutor deve remeter o processo disciplinar à entidade competente para decisão, no prazo de 10 dias úteis, acompanhado do seu parecer.

Artigo 25.º

Decisão

1 — A decisão final do processo disciplinar deve ser tomada no prazo de 30 dias úteis a contar da receção do processo.

2 — Se a entidade competente para a decisão final decidir solicitar parecer, o prazo de decisão conta-se da sua receção ou do termo do prazo fixado para a sua emissão.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 26.º

Contagem de prazos

1 — Todos os prazos relativos ao processo disciplinar, previstos no presente regulamento são úteis, não correndo em sábados, domingos ou feriados, municipais ou nacionais.

2 — Os prazos previstos no número anterior, incluindo os de prescrição ou caducidade, não correm igualmente durante os períodos de férias escolares.

3 — Entende-se por férias escolares os períodos como tal determinados no calendário escolar.

Artigo 27.º

Notificações

Todas as notificações relativas ao processo podem ser realizadas pessoalmente ou por carta registada com aviso de receção remetida para a morada do estudante constante do seu processo de inscrição.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação no *Diário da República*, aplicando-se aos processos instaurados após a sua entrada em vigor.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *José António de Oliveira Simões*.

207644508

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Despacho (extrato) n.º 3389/2014

Por despacho de 09 de outubro de 2013, da Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, foi autorizada a contratação de Cláudio Faria de Carvalho, assistente convidado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial (30 %), de 25 de novembro de 2013 a 14 de fevereiro de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

207644338

Despacho (extrato) n.º 3390/2014

Por despacho de 09 de outubro de 2013, da Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, foi autorizada a contratação de Ana Cristina Pêrguica Dionísio da Silva, Ana Paula Branquinho Faria, Ana Paula Pinto Coelho, Barbara Jean Dixon, Maria João da Silva Bernardo Ferreira, Mariana Pimentel Gonçalves Mota e Mónica Rute Madureira Rodrigues Boulhosa, assistentes convidados, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e acumulação de funções a tempo parcial (30 %), de 25 de novembro de 2013 a 14 de fevereiro de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

207642637

Despacho (extrato) n.º 3391/2014

Por despacho de 09 de outubro de 2013, da Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, foi autorizada a contratação de Cármen Laurinda Branco Marmelo, assistente convidada, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e acumulação de funções a tempo parcial (30 %), de 10 de dezembro de 2013 a 01 de março de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

207646971

Despacho (extrato) n.º 3392/2014

Por despacho de 09 de outubro de 2013, da Presidente da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, foi autorizada a contratação de Sónia Maria de Almeida Coelho, assistente convidada, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e acumulação de funções a tempo parcial (30 %), de 07 de janeiro de 2014 a 26 de março de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

207647205

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Despacho n.º 3393/2014

Sónia Maria Figueiredo Silva Oliveira, assistente técnica neste Instituto cessou funções, por mútuo acordo, ao abrigo da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Maria Paula dos Santos Almeida, assistente técnica neste Instituto, cessou funções, por mútuo acordo, ao abrigo da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Maria Esperança Francisco Gomes da Cruz, assistente técnica neste Instituto, cessou funções, por mútuo acordo, ao abrigo da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

20 de fevereiro de 2014. — A Administradora do ISCTE-IUL, *Teresa Laureano*.

207642515

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extrato) n.º 3394/2014

Por despacho reitoral de 17 de fevereiro de 2014 e tendo a Mestre Luísa Maria Lobão Veiga Moniz requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no Doutoramento em Educação, Especialidade em Educação e Interculturalidade, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente: Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático da Universidade Aberta, por delegação de competências;

Vogais:

Doutora Maria Alexandra Gomes Machado Leandro, Investigadora Associada no CESNOVA da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutora Lídia da Conceição Grave, Professora Associada da Universidade Aberta (orientadora);

Doutora Maria Luísa Lebres Aires, Professora Associada da Universidade Aberta;

Doutora Glória Maria Lourenço Bastos, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutora Ana Maria Benavente da Silva Nuno, Professora Catedrática do Instituto de Educação da Universidade Lusófona.

21 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.

207641949

Despacho (extrato) n.º 3395/2014

Por despacho reitoral de 17 de fevereiro de 2014 e tendo o Mestre Luís Filipe Firmino Ricardo requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no Doutoramento em Educação, Especialidade em Liderança Educacional, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente: Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático da Universidade Aberta, por delegação de competências;

Vogais:

Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes, Professor Associado com agregação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Adelino Rodrigues da Costa, Professor Catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro;

Doutor Licínio Carlos Viana da Silva Lima, Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho;

Doutora Isolina Rosa Pereira Oliveira, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutora Susana Alexandra Frutuoso Henriques, Professora Auxiliar da Universidade Aberta (orientadora);

Doutora Filipa Isabel Barreto de Seabra Borges, Professora Auxiliar da Universidade Aberta (coorientadora).

21 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.

207641892

Despacho (extrato) n.º 3396/2014

Por despacho reitoral de 17 de fevereiro de 2014 e tendo a Mestre Maria do Rosário da Silva Tique, requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no Ramo de Sociologia, Especialidade em Sociologia das Migrações, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente: Doutor Mário Carlos Fernandes Avelar, Professor Catedrático da Universidade Aberta, por delegação de competências;
Vogais:

Doutor Paulo Alexandre do Nascimento Castro Seixas, Professor Associado com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Doutor Ricardo Nuno Afonso Roque, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Doutora Ana Paula Cruz Beja Orrico Horta, Professora Auxiliar da Universidade Aberta (coorientadora);

Doutora Olga Maria dos Santos Magano, Professora Auxiliar da Universidade Aberta;

Doutor Fernando Luís Lopes Machado, Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Instituto Universitário de Lisboa.

21 de fevereiro de 2014. — Reitor, *Paulo Maria Bastos da Silva Dias*.

207642401

UNIVERSIDADE DO ALGARVE**Contrato (extrato) n.º 127/2014**

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 16 de dezembro de 2013 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Licenciada Ana Inês Dâmaso Tavares, na categoria de assistente convidada, em regime de tempo parcial a 55 %,

Unidade curricular	Área científica	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
		Total	Contacto	
Educação para a Sustentabilidade	DTE	162	TP:45; PL:12; TC:3; OT:20	6
Educação, Saúde e Sexualidade	DTE	162	TP:45; PL: 15; OT:20	6
Linguagem, Cultura e Educação	DTE	162	TP:60; OT:20	6
Pluralidade Linguística e Educação	DTE	162	TP:60; OT:20	6
Desenvolvimento e Aprendizagem Motora	DTE	162	TP:40; PL:20; OT:14	6

7 de fevereiro de 2014. — O Vice-Reitor, *Prof. Doutor Eduardo Anselmo Ferreira da Silva*.

207642329

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**Despacho n.º 3399/2014**

Nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009 de 14 de setembro, sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Letras foi, por Despacho Reitoral de 2 de julho de 2012, aprovada a alteração do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Design de Moda, registado com o número R/B-AD-449/2006.

De acordo com os artigos 77.º e 80.º do referido decreto-lei, a alteração da estrutura curricular e o plano de estudos que a seguir se publicam foi comunicada à Direção-Geral do Ensino Superior em 25 de julho de 2012, para entrar em vigor no ano letivo de 2012/2013.

22 de outubro de 2012. — O Reitor, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz*.

ANEXO**Estrutura curricular e plano de estudos**

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade da Beira Interior
- 2 — Unidade Orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdade de Artes e Letras
- 3 — Curso: Design de Moda
- 4 — Grau ou diploma: Mestre

para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de agosto de 2014, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 100 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

21/02/2014. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

207643771

Despacho (extrato) n.º 3397/2014

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, à Doutora Alexandra Isabel Cabral da Silva Gomes, como professora auxiliar, em regime de exclusividade, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2013, pelo período de cinco anos, a auferir a remuneração mensal ilíquida correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável ao pessoal docente do ensino superior universitário, considerando-se rescindido o contrato anterior.

18 de fevereiro de 2014. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

207642304

UNIVERSIDADE DE AVEIRO**Despacho n.º 3398/2014**

Sob proposta do diretor do Departamento Educação foi pelo Conselho Científico, e ao abrigo do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, publicado no *Diário da República* n.º 121, 1.ª série, de 25 de junho de 2008, aprovada a alteração ao plano de estudos do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (Despacho n.º 15331/2010 de 11/10/2010, retificado pelas Declarações de Retificação n.º 2124/2010 de 20/10/2010, e n.º 293/2011, de 07/02/2011), através da qual o elenco das unidades curriculares de opção, passa a ser o seguinte:

- 5 — Área científica predominante do curso: Design Têxtil e do Vestuário
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120 ECTS
- 7 — Duração normal do curso: 4 semestres
- 8 — Opções, ramos, ou formas de organização de percursos alternativo sem que o curso se estruture (se aplicável): Não aplicável
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º I

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Design Têxtil e Vestuário	DTV	90	20
Ciência e Tecnologia Têxteis	CTT	5	
Ciências Sociais e Humanas	CSH	5	
Design Têxtil e Vestuário/Ciência e Tecnologia Têxteis	DTV/CTT		
<i>Subtotal</i>		100	20
<i>Total</i>		120	

10 — Observações: Não aplicável
11 — Plano de Estudos:

Universidade da Beira Interior

Curso: Design de Moda

Grau: Mestre

Área científica predominante: Design Têxtil e Vestuário

1.º ano/1.º semestre

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Projeto de Design de Moda I	DTV	Semestral	260	T:32;TP:32	10	
Moda na Sociedade Contemporânea	DTV	Semestral	135	T:32;TP:32	5	
Marketing e Comunicação de Moda	CSH	Semestral	135	T:32;TP:32	5	
Fundamentos de Design de Moda	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa1*
Fundamentos de Design Têxtil	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa1*
Design e Desenvolvimento de Malhas	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa1*
Modelagem do Vestuário	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa1*
Fundamentos de Design de Moda	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa2*
Fundamentos de Design Têxtil	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa2*
Atelier de Confeção	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa2*
Design e Desenvolvimento de Tecidos	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa2*

* Deve escolher-se uma unidade curricular Optativa de cada grupo (1 e 2).

1.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Projeto de Design de Moda II	DTV	Semestral	260	TP:32;PL:32	10	
Macrotendências e Investigação	DTV	Semestral	135	T:32;TP:16	5	
CAD de Moda 3D	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:48	5	
Atelier de Vestuário	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa3*
Atelier de Tecelagem e Malhas	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa3*
Atelier de Enobrecimento e Estamparia	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa3*
Tecno Moda	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa4*
Conforto e Usabilidade	CTT	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa4*
Design de Interiores	DTV	Semestral	135	T:16;TP:16;PL:32	5	Optativa4*

*Deve escolher-se uma unidade curricular Optativa de cada grupo (3 e 4).

2.º ano/1.º semestre

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Seminários de Design de Moda	DTV	Semestral	320	OT:32	12	

2.º ano

QUADRO N.º 5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Dissertação/Projeto/Estágio de Design de Moda . . .	DTV	Anual	1280	OT:64	48	

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

3.º

Despacho n.º 3400/2014

Por despacho exarado a 16/01/2014, pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Luís Filipe Martins Menezes, no uso de competência delegada, por Despacho n.º 16/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 2 de janeiro, foi autorizada a contratação do Doutor Delfim José Gomes Ferreira Sardo e celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, com a duração de cinco anos, como Professor Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, para o exercício de funções na Faculdade de Letras desta Universidade, sendo que o início retroage a 07/05/2013, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual e do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

25 de fevereiro de 2014. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Ana de Campos Cruz.

207647635

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Despacho n.º 3401/2014

Pelo Despacho n.º 148/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 5, de 6 de janeiro de 2012, foi alterado o plano de estudos do 1.º ciclo de estudos em Ciências Empresariais, registado pelo Diretor-Geral do Ensino Superior com o número R/B-AD 298/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de junho de 2006.

Para os efeitos do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, e nos termos da decisão de 7 de fevereiro de 2014 do Diretor-Geral do Ensino Superior, o reitor da Universidade Fernando Pessoa faz saber que:

1.º

Alteração do plano de estudos

As áreas científicas e estrutura curricular do 1.º ciclo de estudos em Ciências Empresariais com a alteração do plano de estudos registada pela Direção-Geral do Ensino Superior com o registo da alteração R/A-Ef 2879/2011/AL01, constam do Anexo I e do Anexo II ao presente despacho.

2.º

Aplicação

O plano de estudos entra em vigor no ano letivo de 2013-2014.

Transição curricular

As regras de transição entre o anterior e o novo plano de estudos são fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

20 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Salvato Vila Verde Pires Trigo*.

ANEXO I

Áreas científicas e estrutura curricular

- 1 — Estabelecimento de ensino: Universidade Fernando Pessoa.
- 2 — Unidade orgânica: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- 3 — Curso: Licenciatura em Ciências Empresariais.
- 4 — Grau ou diploma: Licenciado.
- 5 — Área científica predominante do curso: 344 — Contabilidade e fiscalidade.
- 6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessários à obtenção do grau: 180.
- 7 — Duração normal do curso: 6 semestres.
- 8 — Opções, ramos ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura (se aplicável): Não aplicável.
- 9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma:

Área científica (a)	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Contabilidade e fiscalidade.	344-CONT	43	
Economia	314-ECO	24	
Finanças, banca e seguros	343-FIN	23	
Direito	380-DIR	17	
Ciências empresariais	340-CEMP	16	
Enquadramento na organiza- ção/empresa	347-EGE	14	
Gestão e administração	345-GA	13	
Matemática e estatística	460-MAT	12	
Línguas e literaturas estrangeiras	222-LLE	6	
Marketing e publicidade	342-MKT	5	
Desenvolvimento pessoal	090-DP	3	2
Filosofia e ética	226-FET	2	
<i>Total</i>		178	2

(a) definidas de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005 de 16 de março).

ANEXO II

(Despacho n.º 148/2012, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2012 — Alteração com o número de registo: R/A-Ef 2879/2011/AL01, de 7 de fevereiro de 2014)

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Ciências Empresariais

Licenciatura

Semestre 1

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Microeconomia	314-ECO	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Contabilidade geral I	344-CONT	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Fundamentos de matemática	460-MAT	Semestral	150	TP: 45; OT: 9; O: 6	6	
Inglês I	222-LLE	Semestral	75	TP: 22.5; OT: 4.5; O: 3	3	
Gramática da comunicação	090-DP	Semestral	75	TP: 22.5; OT: 4.5; O: 3	3	
Opção *	090-DP	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	2	Opcional.

*A escolher entre Língua estrangeira | Programas e fundos europeus.

Semestre 2

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Macroeconomia	314-ECO	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Contabilidade geral II	344-CONT	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Estatística	460-MAT	Semestral	150	TP: 45; OT: 9; O: 6	6	
Inglês II	222-LLE	Semestral	75	TP: 22.5; OT: 4.5; O: 3	3	
Direito civil	380-DIR	Semestral	125	T: 30; OT: 6; O: 3	5	

Semestre 3

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Gestão financeira I	343-FIN	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Contabilidade de custos I	344-CONT	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Gestão e contabilidade de stocks	347-EGE	Semestral	100	TP: 30; OT: 6; O: 3	4	
Organização e gestão de empresas	347-EGE	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	
Direito comercial	380-DIR	Semestral	125	T: 30; OT: 6; O: 3	5	

Semestre 4

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Gestão financeira II	344-CONT	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Contabilidade de custos II	344-CONT	Semestral	200	TP: 60; OT: 9; O: 6	8	
Economia portuguesa e política europeia	314-ECO	Semestral	100	TP: 30; OT: 6; O: 3	4	
Marketing e comunicação empresarial	342-MKT	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	
Direito fiscal	380-DIR	Semestral	125	T: 30; OT: 6; O: 3	5	

Semestre 5

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Mercados e produtos financeiros	343-FIN	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	
Estratégia empresarial	345-GA	Semestral	150	TP: 45; OT: 9; O: 6	6	
Análise de risco e investimento	343-FIN	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	
Investigação operacional	314-ECO	Semestral	100	TP: 30; OT: 6; O: 3	4	
Gestão de pessoas e competências	347-EGE	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	
Fiscalidade empresarial	343-FIN	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	5	

Semestre 6

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Gestão e controlo orçamental	345-GA	Semestral	175	TP: 60; OT: 9; O: 6	7	
Relato financeiro e prestação de contas	344-CONT	Semestral	125	TP: 30; OT: 6; O: 3	3	
Ética e deontologia	226-FET	Semestral	50	TP: 30; OT: 6; O: 3	2	
Direito de trabalho	380-DIR	Semestral	50	T: 30; OT: 6; O: 3	2	
Estágio e projeto de graduação	340-CEMP	Semestral	400	E: 400	16	

UNIVERSIDADE DE LISBOA**Reitoria****Despacho n.º 3402/2014**

Considerando que nos termos do artigo 46.º, n.º 1, dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), aprovados pelo despacho normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril de 2013, as unidades orgânicas da Universidade procedem à revisão dos seus Estatutos;

Considerando que a Faculdade de Belas-Artes aprovou os respetivos Estatutos submetendo-os ao reitor para homologação;

Tendo sido realizada a sua apreciação nos termos do regime legal aplicável:

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da ULisboa, determino:

1) São homologados os Estatutos da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, os quais vão publicados em anexo ao presente despacho.

2) Este despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

20 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

Estatutos da Faculdade de Belas-Artes**Preâmbulo**

A Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa tem a sua origem na Academia Real de Belas-Artes, fundada em 25 de outubro de 1836 e sediada no edifício do antigo Convento de São Francisco da Cidade. Sucederam-lhe, em 1911, a Escola de Belas-Artes e, em 1950, a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Em 1992 integra a Universidade de Lisboa.

A missão da Faculdade de Belas-Artes é a formação, a investigação e a disseminação do saber nos domínios da arte, da cultura e da ciência que lhe são historicamente reconhecidos bem como nos domínios emergentes da criação contemporânea. A Faculdade de Belas-Artes tem por objetivo contribuir para a inovação e o desenvolvimento do conhecimento artístico e científico nas áreas que lhe são próprias, para a qualificação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento e para o conhecimento avançado num contexto global, preservando e enriquecendo o património artístico, cultural e científico de Portugal.

Nestes termos, a assembleia da Faculdade, no uso dos seus poderes estatutários e em cumprimento do artigo 46.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, aprova os seguintes Estatutos da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa:

TÍTULO I**Princípios fundamentais****Artigo 1.º****Faculdade de Belas-Artes**

1 — A Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa é uma instituição de ensino, investigação, e disseminação de práticas e conhecimentos artísticos, científicos e tecnológicos.

2 — A Faculdade de Belas-Artes é uma pessoa coletiva de direito público, integrada na Universidade de Lisboa, detendo autonomia cultural, científica e pedagógica, bem como autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

3 — A Faculdade de Belas-Artes goza da liberdade de definição da respetiva missão e atribuições, bem como da correspondente organização interna, através da aprovação e revisão dos seus Estatutos.

4 — Dispõe ainda da liberdade de definição e execução de programas de investigação, ensino, formação e desenvolvimento, envolvendo a prestação de serviços à comunidade e a cooperação internacional nas áreas culturais, científicas e tecnológicas, bem como a de propor, criar, alterar, suspender e extinguir cursos, fixar as regras a eles atinentes, e estabelecer as condições, os conteúdos e os métodos de ensino e de avaliação.

5 — As capacidades de gozo e de exercício da Faculdade de Belas-Artes são determinadas e delimitadas pelo disposto na lei, nos Estatutos da Universidade e nos presentes Estatutos.

Artigo 2.º**Atribuições**

Constituem atribuições fundamentais da Faculdade:

a) Ministar formação de nível superior, ao nível da graduação e da pós graduação, organizando cursos conferentes dos graus de licenciado, mestre e doutor;

b) Organizar outros cursos não conferentes de grau e outras atividades de especialização e aprendizagem ao longo da vida;

c) Organizar provas de agregação num ramo de conhecimento ou numa sua especialidade em que pode conferir o grau de doutor, e conceder o respetivo título pela Universidade de Lisboa;

d) Promover e organizar a investigação, incentivando a disseminação da produção artística e científica dos seus membros bem como a valorização social e económica dos resultados obtidos;

e) Colaborar com as unidades orgânicas da Universidade de Lisboa e outras instituições na realização de cursos, projetos de investigação e outras atividades;

f) Proporcionar a realização pessoal e profissional dos seus membros, garantindo a liberdade académica, a livre orientação do ensino e a livre formação e manifestação de doutrinas e opiniões artísticas e científicas;

g) Promover a qualidade de vida e de trabalho dos estudantes, apoiando o associativismo estudantil, a participação na vida académica e nas atividades desportivas e culturais;

h) Participar na definição e execução da política de ensino e de investigação nos domínios artísticos, científicos e pedagógicos;

i) Promover a difusão da cultura e a valorização social e económica do conhecimento artístico, científico e tecnológico;

j) Apostar numa estratégia de internacionalização no contexto europeu, lusófono e mundial, consubstanciada na participação em redes de formação, de investigação e de desenvolvimento e na mobilidade de estudantes, docentes e investigadores.

Artigo 3.º**Autonomia**

1 — No âmbito da autonomia que lhe é reconhecida no n.º 2 do artigo 1.º, a Faculdade goza de liberdade na definição dos seus objetivos e programas de ensino e de investigação.

2 — Nos limites da lei, dos Estatutos e dos regulamentos gerais da Universidade, e ainda destes Estatutos, a Faculdade de Belas-Artes goza de poder regulamentar próprio.

3 — A Faculdade de Belas-Artes pode delegar nas entidades previstas no artigo 5.º a realização de cursos não conferentes de grau, mediante protocolo que defina claramente os termos da delegação, assumindo a responsabilidade e a supervisão científica e pedagógica destes cursos.

Artigo 4.º**Inserção na Universidade**

1 — A Faculdade de Belas-Artes é solidária com as demais unidades da Universidade na complementaridade dos saberes, na abertura interdisciplinar, na investigação científica e humanística, na produção artística e na prestação de serviços à sociedade.

2 — A Faculdade de Belas-Artes participa nos órgãos de governo da Universidade e enquadra a sua ação no âmbito das deliberações por eles tomadas.

Artigo 5.º**Outras entidades**

1 — A Faculdade de Belas-Artes pode, no quadro da sua autonomia, por decisão do Conselho de Escola, constituir ou participar na constituição de pessoas coletivas de direito privado.

2 — A Faculdade de Belas-Artes pode, no quadro da sua autonomia, por decisão do Conselho de Escola, estabelecer consórcios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, e com instituições públicas ou privadas de investigação e de desenvolvimento, nacionais e internacionais.

Artigo 6.º**Avaliação**

A Faculdade de Belas-Artes promove periodicamente, nos termos da lei, a avaliação interna da sua qualidade, em articulação com os dispositivos de avaliação e de garantia de qualidade da Universidade.

TÍTULO II

Organização interna

Artigo 9.º

Estrutura

A Faculdade de Belas-Artes, para cumprimento das suas atribuições, está organizada por:

- a) Áreas;
- b) Centros de investigação e desenvolvimento;
- c) Museu;
- d) Galeria;
- e) Serviços Administrativos.

CAPÍTULO I

Áreas

Artigo 8.º

Composição

- 1 — Da mesma área fazem parte os docentes da especialidade.
- 2 — Cada área tem um conselho de área, um diretor, um coordenador por cada um dos ciclos de estudos conferentes de grau, bem como responsáveis por cursos não conferentes de grau.

Artigo 9.º

Constituição

A criação de uma área é aprovada pelo conselho científico, sob proposta de um número mínimo de cinco professores da Faculdade com grau de doutor ou titulares da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes.

Artigo 10.º

Conselho de área

- 1 — O conselho de área é composto por todos os professores em tempo integral com grau de doutor e titulares da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes da sua área de especialidade.
- 2 — Compete ao conselho de área:
 - a) Eleger o diretor da área, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º;
 - b) Eleger os coordenadores dos ciclos de estudos, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º;
 - c) Aprovar a coordenação de cada unidade curricular;
 - d) Aprovar os programas das unidades curriculares;
 - e) Aprovar a proposta anual de distribuição de serviço docente a submeter ao conselho científico;
 - f) Publicitar as suas deliberações junto dos docentes referidos no n.º 1 do artigo 8.º

Artigo 11.º

Coordenação de área

- 1 — A coordenação de cada área é da competência do respetivo diretor.
- 2 — Compete ao diretor da área:
 - a) Convocar e dirigir as reuniões da comissão executiva;
 - b) Convocar a totalidade dos professores da área quando julgar oportuno;
 - c) Propor a coordenação de cada unidade curricular;
 - d) Apresentar, depois de ouvidos os coordenadores dos ciclos de estudos, a proposta de distribuição do serviço docente a submeter ao conselho científico;
 - e) Submeter a proposta de distribuição do serviço docente aprovada pelo conselho de área ao conselho científico;
 - f) Dar a conhecer aos docentes da área todas as decisões do conselho científico que a afetem diretamente.
- 3 — O diretor da área é eleito por e de entre todos os membros da comissão executiva, por sufrágio secreto e pessoal, no mês de janeiro de cada biénio.
- 4 — O mandato do diretor da área é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a ser eleito após um mandato de alternância.

Artigo 12.º

Coordenação do ciclo de estudos

- 1 — Cada ciclo de estudos conferente de grau tem um coordenador, podendo, quando tal se justifique, ser o mesmo para todos os ciclos de estudos da mesma área.
- 2 — Compete ao coordenador do ciclo de estudos:
 - a) Assegurar o normal funcionamento do ciclo de estudos e zelar pela sua qualidade;
 - b) Reunir, com a frequência mínima de uma vez por ano letivo, os docentes envolvidos no ciclo de estudos;
 - c) Ouvir todos os docentes do ciclo de estudos relativamente à distribuição anual do serviço docente;
 - d) Assegurar a ligação com a coordenação das Áreas e com os serviços académicos;
 - e) Divulgar e promover o ciclo de estudos, em ligação com o presidente da Faculdade e os serviços da Faculdade;
 - f) Propor ao conselho científico alterações aos planos de estudos;
 - g) Propor ao conselho científico as vagas por regime de ingresso;
 - h) Propor ao conselho científico a creditação entre unidades curriculares.

3 — O coordenador do ciclo de estudos é eleito por e de entre todos os membros do conselho de área a que pertence, por sufrágio pessoal e secreto, no mês de janeiro de cada biénio.

4 — O mandato do coordenador do ciclo de estudos é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a ser eleito após um mandato de alternância.

5 — No caso das áreas que apresentem mais do que um curso conferente de grau compete aos respetivos conselhos de área decidir se o coordenador de cada curso é por inerência o coordenador do ciclo de estudos respetivo ou outro docente eleito pelos mesmos conselhos, sabendo que neste caso o seu mandato é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a ser eleito após um mandato de alternância.

6 — Nos cursos partilhados por várias áreas o coordenador é eleito pelo conselho científico, por sufrágio pessoal e secreto, de entre todos os membros dos conselhos das áreas respetivas que se candidatarem, sabendo que o seu mandato é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a ser eleito após um mandato de alternância.

Artigo 13.º

Cursos não conferentes de grau

- 1 — Cada curso não conferente de grau é proposto por iniciativa de um professor ou investigador, titular do grau de doutor ou da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes.
- 2 — O proponente do curso não conferente de grau fica responsável pela sua coordenação e implementação, ficando esta sujeita ao parecer vinculativo do presidente do conselho científico ou, no caso de cursos que decorrem de atividades realizadas pelas unidades de investigação e suas secções, do diretor da unidade ou da respetiva secção de investigação, e à aprovação do presidente da Faculdade.

CAPÍTULO II

Unidades de investigação e desenvolvimento

Artigo 14.º

- 1 — As unidades de investigação e desenvolvimento são entidades dotadas de autonomia científica, que integram docentes ou investigadores da Faculdade de Belas-Artes e ou docentes ou investigadores externos, as quais desenvolvem atividade de investigação e ações junto da comunidade.
- 2 — As unidades de investigação e desenvolvimento são criadas por proposta de qualquer professor da Faculdade com grau de doutor, ou titular da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes, a ser aprovada pelo conselho científico, consultado o presidente da Faculdade.
- 3 — As unidades de investigação e desenvolvimento têm definidas em regulamento próprio, nos termos da lei, dos Estatutos e dos regulamentos aplicáveis, a sua composição e competências.
- 4 — As unidades de investigação e desenvolvimento elaboram e aprovam os seus próprios regulamentos internos, cabendo ao conselho científico a sua homologação.
- 5 — As unidades de investigação e desenvolvimento são coordenadas por um docente ou investigador designado nos termos previstos no respetivo regulamento interno, os quais têm de publicar, no final de cada ano, um relatório das atividades realizadas nesse período.

6 — A representação no conselho científico das unidades de investigação e desenvolvimento será assegurada por docentes ou investigadores com vínculo contratual com a Universidade de Lisboa ou com a Faculdade de Belas-Artes, eleitos nos termos do seu regulamento e nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do anexo II dos presentes Estatutos.

CAPÍTULO III

Museu

Artigo 15.º

1 — O Museu, que inclui os acervos da Faculdade de Belas-Artes, tem a sua atividade centrada na conservação, valorização, investigação e divulgação do património artístico e histórico da Faculdade.

2 — O Museu tem a sua composição e competências definidas em regulamento próprio a aprovar pelo Conselho de Escola.

3 — O responsável pelo Museu tem de apresentar ao Conselho de Escola, no final de cada ano, um relatório das atividades realizadas nesse período.

CAPÍTULO IV

Galeria

Artigo 16.º

1 — A Galeria tem a sua atividade centrada na realização de exposições temporárias.

2 — A Galeria tem a sua composição e competências definidas em regulamento próprio a aprovar pelo Conselho de Escola.

3 — O responsável pela Galeria tem de apresentar ao Conselho de Escola, no final de cada ano, um relatório das atividades realizadas nesse período.

CAPÍTULO V

Serviços Administrativos

Artigo 17.º

1 — Os Serviços Administrativos desenvolvem todas as atividades de apoio ao ensino, à investigação e ao funcionamento geral da Faculdade de Belas-Artes, exercendo as suas competências, designadamente, nas seguintes áreas:

- a) Serviços académicos;
- b) Recursos técnicos e humanos;
- c) Recursos financeiros e patrimoniais;
- d) Apoio à investigação e prospeção de investimentos para projetos;
- e) Apoio à mobilidade e inserção profissional do aluno;
- f) Apoio ao empreendedorismo;
- g) Apoio à avaliação e garantia de qualidade;
- h) Relações externas e comunicação;
- i) Apoio à realização de congressos, conferências, colóquios e palestras;
- j) Apoio à publicação editorial;
- k) Biblioteca e Arquivo;
- l) Museu;
- m) Galeria.

2 — Os Serviços Administrativos são dirigidos pelo diretor executivo.

3 — A organização dos serviços administrativos constará de regulamento interno a ser aprovado pelo presidente da Faculdade sob proposta do diretor executivo e nos termos do anexo I dos presentes Estatutos.

TÍTULO III

Órgãos da Faculdade

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 18.º

Órgãos

1 — São órgãos de governo da Faculdade:

- a) Conselho de Escola;
- b) Presidente da Faculdade;

- c) Conselho Científico;
- d) Conselho Pedagógico;
- e) Conselho de Gestão.

2 — São órgãos consultivos da Faculdade o Conselho Curatorial e o Conselho de Mecenaz.

3 — Por aprovação do Conselho de Escola, podem ser instituídos outros órgãos de natureza consultiva, a serem previstos nos Estatutos.

Artigo 19.º

Eleições

1 — Todas as eleições previstas nos presentes Estatutos são realizadas por sufrágio pessoal e secreto, de acordo com o Regulamento Eleitoral anexo a estes Estatutos e dos quais faz parte integrante.

2 — Para o Conselho de Escola e para o Conselho Pedagógico são eleitos suplentes em número igual a metade, ou superior, dos respetivos titulares, exceto no caso dos representantes dos estudantes em que são eleitos suplentes em número igual, ou superior, ao dos respetivos titulares.

3 — Para o Conselho Científico são eleitos suplentes em número igual, ou superior, a metade dos respetivos titulares.

4 — Perde o mandato o titular:

- a) Que deixe de ter vínculo com a Faculdade ou que deixe de pertencer aos corpos por que tenha sido eleito;
- b) Que falte a mais de um quarto das reuniões ordinárias previstas para o seu mandato;
- c) Que seja condenado em processo disciplinar durante o período do mandato.

5 — A perda do mandato é declarada pelo presidente do órgão, com possibilidade de recurso para o plenário, sem efeito suspensivo.

Artigo 20.º

Destituição

1 — Em situação de gravidade para a vida da Faculdade, o Conselho de Escola convocado especificamente pelo presidente ou a requerimento de um terço dos seus membros, pode deliberar, por maioria de dois terços do número estatutário dos seus membros, a suspensão do presidente da Faculdade e após o devido procedimento administrativo, por idêntica maioria, a sua destituição.

2 — Em situação de gravidade para a vida da Faculdade, o Conselho de Escola, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico podem deliberar, por maioria de dois terços dos seus membros, a destituição dos respetivos presidentes.

Artigo 21.º

Regimentos e participação

1 — Os órgãos colegiais previstos no artigo 18.º devem aprovar um regimento interno próprio, definindo, se for caso disso, os respectivos modos e estruturas de funcionamento.

2 — Todos os titulares de órgãos da Faculdade têm o dever de participar nas reuniões e nas outras atividades dos órgãos a que pertençam.

CAPÍTULO II

Conselho de Escola

Artigo 22.º

Função

O Conselho de Escola é o órgão de governo de decisão estratégica e de fiscalização do cumprimento da lei, dos Estatutos e da missão da Faculdade de Belas-Artes, com funções deliberativas e de supervisão, representando os docentes e investigadores, os estudantes e o pessoal não docente e não investigador da Faculdade.

Artigo 23.º

Composição

Compõem o Conselho de Escola 15 membros, assim distribuídos:

- a) Nove membros, docentes ou investigadores, dos quais seis, ou mais, devem ser titulares do grau de doutor ou da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes;
- b) Quatro estudantes;
- c) Dois membros do pessoal não docente e não investigador.

Artigo 24.º

Duração do mandato

- 1 — O mandato dos membros é de dois anos.
- 2 — O mandato do presidente do Conselho de Escola é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância.

Artigo 25.º

Competência

- 1 — Compete designadamente ao Conselho de Escola:
 - a) Aprovar o seu regimento;
 - b) Eleger o seu presidente de entre os membros docentes ou investigadores;
 - c) Fiscalizar e apreciar o desempenho da Faculdade de Belas-Artes, definindo as linhas gerais de orientação científica, pedagógica, financeira e patrimonial e propondo as iniciativas necessárias ao melhor funcionamento da escola;
 - d) Organizar o procedimento de eleição e eleger o presidente da Faculdade, bem como suspendê-lo e destituí-lo nos casos previstos no artigo 20.º;
 - e) Apreciar os atos do presidente da Faculdade, dos vice-presidentes e do Conselho de Gestão;
 - f) Aprovar alterações aos Estatutos da Faculdade e ao regulamento eleitoral anexo, nos termos do artigo 58.º;
 - g) Pronunciar-se sobre a execução orçamental, os sistemas de controlo e o cumprimento da lei, dos Estatutos e dos demais regulamentos;
 - h) desempenhar as demais funções previstas na lei, nos Estatutos ou nos regulamentos da Universidade.

2 — Compete ao Conselho de Escola, sob proposta do presidente da Faculdade:

- a) Aprovar a criação de pessoas coletivas de direito privado, constituídas nos termos do artigo 5.º;
- b) Aprovar, nos termos do artigo 5.º, o estabelecimento de consórcios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, e com instituições públicas ou privadas de investigação e de desenvolvimento, nacionais e internacionais;
- c) Criar, transformar ou extinguir subunidades orgânicas;
- d) Aprovar o orçamento e o plano de atividades da Faculdade;
- e) Aprovar o relatório anual de atividades e contas;
- f) Aprovar os relatórios anuais dos responsáveis pelo Museu, pela Galeria e demais atividades consagradas no n.º 4 do artigo 33.º;
- g) Pronunciar-se sobre todos os aspetos relativos à definição de uma política estratégica da Faculdade de Belas-Artes nos diferentes domínios da sua organização interna, da sua inserção na Universidade e da sua relação com a cidade, a comunidade em geral e demais instituições;
- h) Aprovar ou alterar a identidade visual da Faculdade de Belas-Artes.

Artigo 26.º

Reuniões

- 1 — O Conselho de Escola reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, a convocação do seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido do presidente da Faculdade ou de um terço dos seus membros.
- 2 — O presidente da Faculdade participa nas reuniões, sem direito a voto.
- 3 — Por decisão do Conselho de Escola podem participar nas reuniões, sem direito a voto, os presidentes dos restantes órgãos de governo da Faculdade, os vice-presidentes da Faculdade, bem como outras personalidades convidadas para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade.

Artigo 27.º

Garantia de qualidade

- 1 — Para coordenar os trabalhos de avaliação interna e de garantia da qualidade previstos na lei constitui-se uma comissão de avaliação interna.
- 2 — Compõem a comissão os seguintes membros:
 - a) O presidente do Conselho de Escola, que preside;
 - b) Dois docentes nomeados pelo Conselho Científico;
 - c) Um estudante designado pelos estudantes membros do Conselho Pedagógico;
 - d) O diretor executivo.

CAPÍTULO III

Presidente da Faculdade

Artigo 28.º

Função

O presidente da Faculdade é o órgão superior de governo e de representação externa da Faculdade.

Artigo 29.º

Eleição

- 1 — O presidente da Faculdade é eleito pelo Conselho de Escola, nos termos do regulamento eleitoral anexo aos presentes Estatutos.
- 2 — O procedimento de eleição inclui necessariamente:
 - a) O anúncio público da abertura de candidaturas;
 - b) A apresentação de candidaturas, com a apresentação de um programa de ação, a indicação dos candidatos a vice-presidentes da Faculdade e a previsível distribuição por estes das funções previstas no n.º 4 do artigo 33.º;
 - c) A audição pública dos candidatos a presidente com apresentação e discussão do seu programa de ação;
 - d) A votação final do Conselho de Escola por voto secreto.

- 3 — Pode ser eleito presidente da Faculdade qualquer professor ou investigador da Faculdade, doutorado ou titular da agregação das antigas escolas superiores de belas-artes, em regime de dedicação exclusiva.
- 4 — Não pode ser eleito presidente da Faculdade quem se encontre na situação de aposentado ou quem incorra noutras inelegibilidades previstas na lei.
- 5 — Não pode ser presidente da Faculdade um membro do Conselho de Escola.

Artigo 30.º

Duração do mandato

O mandato do presidente da Faculdade é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância.

Artigo 31.º

Exercício do cargo

- 1 — O cargo de presidente da Faculdade é exercido em regime de dedicação exclusiva.
- 2 — O presidente da Faculdade fica dispensado da prestação de serviço docente ou de investigação, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poder prestar.

Artigo 32.º

Competência

- 1 — Compete ao presidente da Faculdade:
 - a) Representar a Faculdade de Belas-Artes perante a Universidade de Lisboa, nos seus órgãos próprios, e perante a comunidade;
 - b) Assegurar o bom funcionamento da Faculdade de Belas-Artes, em todas as suas atividades de ensino, de investigação e de prestação de serviços à comunidade;
 - c) Elaborar e apresentar ao Conselho de Escola as opções estratégicas fundamentais para o período do mandato, o orçamento e o plano de atividades, bem como o relatório de atividades e contas;
 - d) Proceder à afetação genérica dos recursos humanos, nomeadamente os respeitantes a docentes e investigadores, sob proposta do Conselho Científico, e no respeito das orientações estratégicas do Conselho de Escola;
 - e) Proceder à afetação dos recursos materiais no respeito das orientações estratégicas do Conselho de Escola;
 - f) Homologar a distribuição do serviço docente, após deliberação do Conselho Científico;
 - g) Propor os valores máximos de novas admissões e de inscrições nos cursos conferentes de grau, ouvidos os Conselhos Científico e Pedagógico;
 - h) Aprovar o regime de prescrições, ouvidos os Conselhos Científico e Pedagógico;
 - i) Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da Faculdade de Belas-Artes e executar as deliberações dos Conselhos de Escola, Científico e Pedagógico, quando vinculativas;

- j) Definir as regras de utilização dos espaços e das instalações;
- k) Aprovar o calendário e horário das atividades letivas, ouvidos o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico;
- l) Designar e exonerar, de acordo com o artigo 33.º, os dois vice-presidentes da Faculdade e neles delegar competências;
- m) Presidir ao Conselho Curatorial;
- n) Designar e exonerar os membros do Conselho de Mecenias;
- o) Instituir prémios escolares;
- p) Garantir a existência de um meio de divulgação de informação institucional onde são publicadas as decisões dos órgãos da Faculdade de Belas-Artes;
- q) Exercer as competências definidas no artigo 42.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa;
- r) Exercer o poder disciplinar de acordo com a lei e que lhe seja delegado pelo reitor;
- s) Exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo reitor.

2 — Relativamente aos serviços da Faculdade de Belas-Artes, compete ao presidente da Faculdade:

- a) Aprovar o regulamento interno dos serviços administrativos;
- b) Orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da Faculdade, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos;
- c) Designar e exonerar, nos termos da lei, o diretor executivo;
- d) Presidir ao Conselho de Gestão;
- e) Assegurar a integração da gestão administrativa da Faculdade na gestão administrativa geral da Universidade, nos termos da lei;
- f) Elaborar o orçamento e o plano de atividades da Faculdade de Belas-Artes e assegurar a sua concretização;
- g) Pronunciar-se sobre a viabilidade e fixar as propinas dos cursos não conferentes de grau, mediante proposta dos seus responsáveis;

3 — Relativamente à gestão de recursos humanos, compete ao presidente da Faculdade:

- a) Orientar e superintender na gestão dos recursos humanos da Faculdade de Belas-Artes;
- b) Concretizar, nos termos da lei, o recrutamento do pessoal docente e de investigação;
- c) Autorizar a abertura de concursos para o pessoal não docente;
- d) Praticar todos os atos previstos na lei relativamente à situação e à carreira do pessoal ao serviço da Faculdade, sem prejuízo das competências do Conselho Científico.

4 — O presidente da Faculdade assume ainda todas as competências que por lei ou pelos Estatutos não sejam atribuídas a outros órgãos da Faculdade.

Artigo 33.º

Apoio à direção

1 — O presidente da Faculdade é coadjuvado por dois vice-presidentes da Faculdade, escolhidos de entre os professores e investigadores da Faculdade titulares do grau de doutor ou da agregação das antigas escolas superiores de belas-artistas, que não sejam membros do Conselho de Escola, por ele livremente nomeados e exonerados.

2 — Nas suas ausências e impedimentos ou quando se verifique a incapacidade temporária do presidente da Faculdade, assume as suas funções o vice-presidente por si designado ou, na falta de indicação, o vice-presidente docente mais antigo na categoria mais elevada.

3 — Caso a situação prevista no n.º 2 se prolongue por mais de 90 dias, o Conselho de Escola deve pronunciar-se acerca da conveniência da eleição de um novo presidente da Faculdade.

4 — Os vice-presidentes da Faculdade apoiam o presidente da Faculdade na sua ação, nomeadamente na coordenação dos acervos e do Museu, da Galeria, dos serviços editoriais da Faculdade, do processo de gestão de coleções da Biblioteca e Arquivo e do processo de organização de congressos, conferências, colóquios e palestras.

5 — Da atividade realizada no âmbito das funções enunciadas no número anterior terá que ser apresentado um relatório anual ao Conselho de Escola.

6 — Em caso de demissão ou exoneração dos vice-presidentes da Faculdade, compete ao presidente da Faculdade a nomeação dos substitutos e respetiva comunicação ao presidente do Conselho de Escola.

CAPÍTULO IV

Conselho Científico

Artigo 34.º

Função

O Conselho Científico é o órgão de gestão científica e cultural da Faculdade.

Artigo 35.º

Composição

1 — O Conselho Científico é composto por:

- a) 13 professores ou investigadores doutorados, ou titulares da agregação das antigas escolas superiores de belas-artistas, em regime de tempo integral.
- b) 2 representantes das unidades de investigação.

2 — O presidente do Conselho Científico é sempre um professor catedrático ou associado.

3 — Os membros a que se refere a alínea a) do n.º 1 são eleitos pelo conjunto dos professores e investigadores de carreira e pelos restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição, nos termos do regulamento eleitoral anexo aos presentes Estatutos.

4 — As listas para a eleição dos membros do Conselho Científico devem preferencialmente assegurar a representação das diferentes áreas e incluir professores auxiliares, associados e catedráticos.

5 — Os membros a que se refere a alínea b) do n.º 1 são eleitos pelas unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei.

6 — Os membros do Conselho Científico não podem ser simultaneamente membros do Conselho Pedagógico.

Artigo 36.º

Duração dos mandatos

1 — O mandato dos membros do Conselho Científico é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância, não podendo ser acumulado com um mandato no Conselho Pedagógico.

2 — O mandato do presidente e dos dois vice-presidentes do Conselho Científico é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância.

Artigo 37.º

Competência

1 — Compete ao Conselho Científico:

- a) Elaborar o seu regimento;
- b) Eleger o seu presidente e os dois vice-presidentes;
- c) Definir os seus modos de organização interna, incluindo obrigatoriamente uma comissão de estudos pós-graduados e uma comissão de equivalências;
- d) Apreciar o plano de atividades científicas da Faculdade;
- e) Aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos a ministrar e propor alterações aos planos de estudos existentes;
- f) Aprovar a criação de áreas e zelar pelo seu bom funcionamento;
- g) Definir a que área(s) pertence cada ciclo de estudos;
- h) Definir a que área pertence cada docente;
- i) Aprovar a criação de centros de investigação e desenvolvimento nos termos do artigo 14.º;
- j) Aprovar o regulamento de distribuição do serviço docente e zelar pelo seu cumprimento;
- k) Deliberar sobre a distribuição do serviço docente;
- l) Promover a publicação e divulgação pública, em cada ano, dos programas das unidades curriculares;
- m) Deliberar sobre processos de creditação académica e experiência profissional, bem como equivalência e reconhecimento de graus académicos, nos termos da lei;
- n) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas, designadamente sobre a concessão do grau de doutor *honoris causa* em Belas-Artes pela Universidade de Lisboa;
- o) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- p) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias internacionais;

g) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, pelos Estatutos ou pelos regulamentos da Universidade.

2 — Relativamente a provas académicas e ao pessoal docente e de investigação, compete ao Conselho Científico:

- a) Designar os orientadores das dissertações de mestrado e de doutoramento e dos estágios de pós-doutoramento;
- b) Propor a constituição dos júris dos exames de mestrado;
- c) Propor a constituição dos júris de doutoramento e das provas para obtenção do título de agregado;
- d) Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação.

3 — Os membros do Conselho Científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes:

- a) A atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
- b) A concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

4 — O Conselho Científico poderá delegar no respetivo presidente ou nas comissões indicadas na alínea c) do n.º 1 as suas competências respeitantes às alíneas l), m) e p) do n.º 1 e às alíneas a) a c) do n.º 2.

Artigo 38.º

Reuniões

1 — O Conselho Científico reúne ordinariamente pelo menos uma vez por bimestre e extraordinariamente a convocação do presidente, por sua iniciativa ou de um terço dos seus membros.

2 — O presidente da Faculdade, o presidente do Conselho Pedagógico e os diretores de área, quando não tenham sido eleitos para o Conselho Científico podem participar nas respetivas reuniões, sem direito de voto.

CAPÍTULO V

Conselho Pedagógico

Artigo 39.º

Função

O Conselho Pedagógico é o órgão de gestão pedagógica da Faculdade.

Artigo 40.º

Composição

1 — O Conselho Pedagógico é composto por um docente representante de cada área e por igual número de estudantes.

2 — Os estudantes que compõem o Conselho Pedagógico não podem ser simultaneamente docentes ou investigadores da Faculdade.

3 — O presidente do Conselho Pedagógico é sempre professor catedrático ou associado.

4 — Os representantes dos docentes são eleitos pelo conjunto dos docentes, nos termos do regulamento eleitoral anexo aos presentes Estatutos.

5 — As listas para a eleição dos membros docentes do Conselho Pedagógico incluem sempre igual número de candidatos efetivos e suplentes oriundos das diferentes áreas.

6 — Os estudantes são eleitos pelo conjunto dos estudantes, nos termos do regulamento eleitoral anexo aos presentes Estatutos.

7 — Os membros docentes do Conselho Pedagógico não podem ser simultaneamente membros do Conselho Científico.

Artigo 41.º

Duração do mandato

1 — O mandato dos membros a que se refere o n.º 4 do artigo anterior é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância.

2 — O mandato dos membros a que se refere o n.º 6 do artigo anterior é de dois anos.

3 — O mandato do presidente do Conselho Pedagógico é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a candidatar-se após um mandato de alternância.

Artigo 42.º

Competência

1 — Compete ao Conselho Pedagógico:

- a) Elaborar o seu regimento;
- b) Eleger os seus presidente e vice-presidente, de entre os membros docentes, para o mandato em curso;
- c) Elaborar os regulamentos pedagógico e de avaliação dos alunos;
- d) Definir os seus modos de organização interna;
- e) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- f) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da Faculdade e a sua análise e divulgação;
- g) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
- h) Apreciar as queixas de âmbito pedagógico, e propor providências;
- i) Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- j) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- k) Pronunciar-se sobre o calendário letivo e os mapas de avaliações;
- l) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, pelos Estatutos ou pelos regulamentos da Universidade.

2 — Os membros do Conselho Pedagógico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes às alíneas g) e h) do número anterior quando os mesmos digam respeito à sua área, devendo neste caso salvaguardar-se a paridade de votação entre docentes e estudantes por sorteio.

Artigo 43.º

Reuniões

1 — O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente a convocação do presidente, por sua iniciativa ou de um terço dos seus membros.

2 — O presidente da Faculdade e o presidente do Conselho Científico, quando não tenham sido eleitos para o Conselho Pedagógico, podem participar nas respetivas reuniões, sem direito de voto.

CAPÍTULO VI

Conselho Curatorial

Artigo 44.º

Natureza

O Conselho Curatorial é um órgão consultivo, centrado no aconselhamento à definição da política editorial da Faculdade de Belas-Artes, da orientação científica e programação da Biblioteca e Arquivo, da promoção e organização de congressos, conferências, colóquios e palestras, da gestão, conservação e divulgação do acervo artístico, bem como da programação do Museu e da Galeria e demais aspetos concernentes à imagem institucional e à comunicação artística e científica da Faculdade de Belas-Artes.

Artigo 45.º

Composição

1 — São, por inerência, membros do Conselho Curatorial:

- a) O presidente da Faculdade, que preside;
- b) Os responsáveis administrativos da Biblioteca e Arquivo, do Museu e da Galeria, do processo editorial e da organização de congressos, conferências, colóquios e palestras.

2 — Compõem ainda o Conselho Curatorial representantes das áreas designados pelo Conselho Científico e que são, sempre que possível, docentes doutorados ou com o título de agregado pelas antigas escolas superiores de belas-artes.

3 — O mandato dos representantes das áreas é de dois anos, renovável uma vez, podendo voltar a ser eleitos após um mandato de alternância.

4 — O mandato dos representantes das áreas não pode ser acumulado com um mandato no Conselho Científico, exceto no período transitório de início ou final de mandato.

5 — Participam nas reuniões, sem direito a voto, os vice-presidentes da Faculdade e, por convocação do presidente, outras personalidades cuja presença seja considerada necessária.

6 — O presidente da Faculdade pode, sempre que necessário, delegar a sua representação num dos vice-presidentes da Faculdade, o qual preside.

7 — O Conselho Curatorial poderá organizar-se em subcomissões especializadas de acordo com o seu regulamento interno.

Artigo 46.º

Competência

Compete ao Conselho Curatorial:

- a) Elaborar o seu regimento;
- b) Dar parecer sobre o regulamento editorial da Faculdade;
- c) Dar parecer sobre o regulamento de gestão de coleções da Biblioteca e Arquivo;
- d) Pronunciar-se sobre a política editorial da Faculdade;
- e) Pronunciar-se sobre a política de gestão de coleções da Biblioteca e Arquivo;
- f) Pronunciar-se sobre o plano de atividades da Biblioteca e Arquivo;
- g) Pronunciar-se sobre a política museológica da Faculdade;
- h) Pronunciar-se sobre a programação do Museu e da Galeria;
- i) Pronunciar-se sobre a promoção e a organização de congressos, conferências, colóquios e palestras;
- j) Pronunciar-se sobre a identidade visual da Faculdade de Belas-Artes e demais aspetos relativos à comunicação artística e científica da instituição.

Artigo 47.º

Reuniões

O Conselho Curatorial reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente a convocação do presidente, por sua iniciativa ou de um terço dos seus membros.

CAPÍTULO VII

Conselho de Gestão

Artigo 48.º

Função

O Conselho de Gestão é o órgão de gestão administrativa e financeira da Faculdade, bem como de gestão dos recursos humanos.

Artigo 49.º

Composição

Compõem o Conselho de Gestão o Presidente da Faculdade, que preside, o diretor executivo e um vogal designado pelo presidente, para o período do seu mandato.

Artigo 50.º

Competência

Compete ao Conselho de Gestão:

- a) Dar parecer sobre os projetos de orçamento;
- b) Fiscalizar a execução do orçamento;
- c) Verificar a legalidade das despesas efetuadas e autorizar a realização do respetivo pagamento;
- d) Encarregar-se dos processamentos legais atinentes à arrecadação da receita da Faculdade;
- e) Fixar as taxas e emolumentos dos serviços prestados pela Faculdade de Belas-Artes;
- f) Promover a elaboração da prestação da conta a submeter ao Tribunal de Contas conforme a legislação em vigor;
- g) Promover a organização e atualização do inventário e cadastro dos bens móveis da Faculdade;

Artigo 51.º

Fiscalização

A gestão patrimonial e financeira da Faculdade é controlada pelo fiscal único da Universidade, nos termos da lei e dos Estatutos.

CAPÍTULO VIII

Conselho de Mecenias

Artigo 52.º

Natureza

O Conselho de Mecenias é um órgão consultivo que apoia a Faculdade na sua ligação com a sociedade civil em projetos e iniciativas de carácter mecenático.

Artigo 53.º

Composição e mandato

1 — O Conselho de Mecenias, designado e presidido pelo presidente da Faculdade, é composto por individualidades, entidades, ou seus representantes, com vocação mecenática e com contributo efetivo para projetos e iniciativas envolvendo a Faculdade.

2 — A duração do mandato dos membros do Conselho de Mecenias é de dois anos.

Artigo 54.º

Competências

Compete ao Conselho de Mecenias:

- a) Colaborar na ligação entre a Faculdade e a comunidade;
- b) Colaborar na dinamização de atividades de interesse para a Faculdade;
- c) Incentivar o mecenato;
- d) Elaborar, aprovar e rever um regulamento interno, caso o considere necessário.

CAPÍTULO IX

Diretor executivo

Artigo 55.º

Diretor executivo

O diretor executivo é livremente nomeado e exonerado pelo presidente da Faculdade.

Artigo 56.º

Competências

1 — Compete ao diretor executivo assegurar a gestão corrente e a coordenação dos serviços da Faculdade, sob a orientação do presidente da Faculdade de Belas-Artes.

2 — O diretor executivo tem as competências que lhe sejam delegadas pelo presidente da Faculdade ou pelo Conselho de Gestão e todas as demais previstas pela lei.

TÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 57.º

Órgãos e áreas

1 — Os órgãos atuais da Faculdade mantêm-se em funções até à conclusão dos mandatos em curso, contando estes para a duração máxima consecutiva imposta pelos presentes Estatutos.

2 — Os atuais coordenadores das áreas e dos ciclos de estudos da Faculdade mantêm-se em funções até janeiro de 2014, contando os mandatos já desempenhados para a duração máxima consecutiva imposta pelos presentes Estatutos.

Artigo 58.º

Alteração dos Estatutos

1 — Os presentes Estatutos e os respetivos anexos podem ser revistos:

- a) Dois anos após a data da sua publicação ou da última revisão, por maioria absoluta dos membros do Conselho de Escola em exercício efetivo de funções;
- b) Em qualquer momento, por deliberação de dois terços dos membros do Conselho de Escola em exercício efetivo de funções.

2 — Podem propor alterações aos Estatutos, bem como aos respetivos anexos:

- a) O presidente da Faculdade;
- b) Qualquer membro do Conselho de Escola.

3 — Os projetos de alteração de Estatutos são submetidos a discussão pública na Faculdade pelo prazo de 30 dias.

Artigo 59.º

Homologação

Os Estatutos, com os respetivos anexos, ou as respetivas alterações são homologados pelo reitor nos termos do artigo 46.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

ANEXO I

Organização e funcionamento dos serviços da Faculdade de Belas-Artes

Artigo 1.º

Cargos dirigentes

A estrutura dirigente da Faculdade de Belas-Artes tem a seguinte composição:

- a) Diretor executivo, equiparado para efeitos remuneratórios a cargo de direção superior de 2.º grau;
- b) Coordenadores de área ou divisão, correspondentes a cargos de direção intermédia de 2.º grau;
- c) Coordenadores de gabinete, de núcleo ou de serviço, correspondentes a cargos de direção intermédia de 3.º grau.

Artigo 2.º

Norma transitória

Durante o primeiro mandato do reitor é aplicável o disposto no artigo 2.º do anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

ANEXO II

Regulamento eleitoral

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece os princípios, as regras e os procedimentos aplicáveis às eleições para os órgãos de governo da Faculdade de Belas-Artes, em conformidade com o disposto nos respetivos Estatutos, de que constitui parte integrante.

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

- 1 — As eleições previstas nos Estatutos da Faculdade de Belas-Artes realizam-se por sufrágio pessoal e secreto.
- 2 — O procedimento eleitoral deve respeitar os princípios gerais de direito eleitoral relevantes em vigor no ordenamento jurídico constitucional português.

Artigo 3.º

Disposições gerais sobre órgãos colegiais

- 1 — Salvo disposição em contrário, os membros dos órgãos colegiais são eleitos por listas plurinominais, dispondo o eleitor de um voto singular de lista.
- 2 — A renúncia ao mandato de membros eleitos é livre, operando-se mediante declaração escrita apresentada pessoalmente ao presidente do órgão e tornando-se efetiva no 10.º dia útil subsequente.

Artigo 4.º

Capacidade eleitoral

- 1 — Gozam em geral de capacidade eleitoral todos os docentes e investigadores da Faculdade de Belas-Artes em efetividade de funções, os estudantes que se encontrem regularmente inscritos num dos ciclos de estudos ministrados pela Faculdade, bem como o pessoal não docente e não investigador em exercício efetivo de funções.
- 2 — Não podem ser eleitas as pessoas que à data da eleição estejam em situação de licença sem vencimento, ou tenham sido alvo de condenação em processo disciplinar nos dois anos anteriores.

Artigo 5.º

Substituições

- 1 — As vagas que ocorram no Conselho de Escola, no Conselho Científico e no Conselho Pedagógico são preenchidas pelas pessoas que figurem seguidamente nas respetivas listas e segundo a ordem nelas indicada.
- 2 — Na impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, procede-se a nova eleição pelo respetivo corpo.
- 3 — Os novos titulares eleitos apenas completam os mandatos.

Artigo 6.º

Presidentes dos órgãos colegiais

Os presidentes dos órgãos colegiais de governo da Faculdade de Belas-Artes, salvo disposição em contrário, são eleitos de entre os respetivos titulares por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 7.º

Regra sobre marcação das eleições

As eleições são marcadas pelo presidente da Faculdade.

CAPÍTULO II

Conselho de Escola

Artigo 8.º

Eleição

- 1 — Os membros do Conselho de Escola são eleitos pelo sistema de representação proporcional e pelo método da média mais alta de Hondt.
- 2 — Os membros do Conselho de Escola a que se refere a alínea a) do artigo 23.º dos Estatutos são eleitos pelo conjunto dos docentes e investigadores.
- 3 — Os membros do Conselho de Escola a que se refere a alínea b) do artigo 23.º dos Estatutos são eleitos pelo conjunto dos estudantes de todos os ciclos de ensino.
- 4 — Os membros do Conselho de Escola a que se refere a alínea c) do artigo 23.º dos Estatutos são eleitos pelo conjunto do pessoal não docente e não investigador.

Artigo 9.º

Cadernos eleitorais

- 1 — Os cadernos eleitorais, um relativo a docentes e a investigadores, um relativo aos estudantes e um relativo a não docentes e não investigadores, são mandados elaborar pelo presidente da Faculdade de Belas-Artes.
- 2 — Os cadernos eleitorais reportam-se à situação existente em 31 de outubro do ano letivo em que venha a ter lugar a eleição do Conselho de Escola, podendo consistir, quanto aos estudantes, na pauta escolar.
- 3 — Os cadernos eleitorais devem ser remetidos à comissão eleitoral, que os publicará na página da internet da Faculdade e os afixará em locais próprios.
- 4 — Dos cadernos eleitorais cabe reclamação, a apresentar à comissão eleitoral no prazo de três dias úteis a contar da data da respetiva publicação, que decidirá no prazo de três dias úteis.
- 5 — Decididas as reclamações, ou não as havendo, os cadernos eleitorais serão considerados definitivos.

Artigo 10.º

Data da eleição

- 1 — As eleições para o Conselho de Escola realizam-se nos últimos 10 dias do mês de novembro do primeiro ano letivo do biénio.
- 2 — A marcação faz-se com a necessária publicidade, com a antecedência mínima de 15 dias e salvaguardando uma margem mínima de 5 dias entre a publicação dos cadernos eleitorais ou das pautas escolares e a data em que têm de ser apresentadas as candidaturas.

Artigo 11.º

Candidaturas

- 1 — Até ao 10.º dia anterior à data das eleições são entregues ao presidente do Conselho de Escola cessante as listas dos candidatos concorrentes à eleição por cada um dos corpos, sendo rejeitadas as que sejam entregues após aquela data.

2 — As candidaturas têm de ser subscritas por um mínimo de 2 % dos elementos que constituem o colégio eleitoral dos estudantes e por um mínimo de 10 % dos que constituem os colégios eleitorais dos docentes e investigadores e dos funcionários não docentes e não investigadores.

3 — Em cada um dos corpos consideram-se como elegíveis os membros do colégio eleitoral constantes do respetivo caderno eleitoral.

4 — Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respetiva declaração de candidatura.

Artigo 12.º

Regularidade das candidaturas

1 — O presidente do Conselho de Escola cessante verifica, no próprio dia da apresentação das candidaturas, a sua regularidade.

2 — No caso de reconhecer deficiências nas candidaturas, o presidente promove, de imediato, a sua correção junto dos próprios candidatos ou dos seus representantes.

3 — São rejeitadas as candidaturas que não corrijam as deficiências até ao dia de início da campanha eleitoral.

Artigo 13.º

Comissão eleitoral

1 — Até à abertura da campanha eleitoral, o presidente do Conselho de Escola cessante nomeia uma comissão eleitoral, constituída por:

- a) Um docente, escolhido de entre os professores ou investigadores da Faculdade, que preside;
- b) Um estudante;
- c) Um funcionário não docente e não investigador.

2 — Os proponentes de cada candidatura, simultaneamente à sua apresentação, identificam um elemento que a representa na comissão eleitoral.

Artigo 14.º

Funções da comissão eleitoral

1 — Compete à comissão eleitoral:

- a) Decidir reclamações e recursos sobre o processo eleitoral, salvo disposição em contrário;
- b) Distribuir os delegados de cada candidatura pelas assembleias de voto e dividir estas em secções quando o número de eleitores o justificar;
- c) De um modo geral, superintender em tudo o que respeita à preparação, à organização e ao funcionamento da votação.

2 — Qualquer candidato pode apresentar ao presidente da comissão eleitoral protesto fundamentado em grave desigualdade de tratamento ou irregularidade cometida durante a campanha eleitoral, devendo aquela julgar a questão de imediato.

Artigo 15.º

Campanha eleitoral

A campanha eleitoral inicia-se no 6.º dia anterior ao da eleição e cessa doze horas antes.

Artigo 16.º

Votação

1 — As assembleias de voto são constituídas por turnos de dois elementos, um presidente e um vogal, como tal designados pelo presidente da Faculdade, a que cada candidatura pode fazer agregar um elemento por ela designado e comunicado com pelo menos 24 horas de antecedência à mesma entidade.

2 — As assembleias de voto abrem às 9 horas e encerram às 18 horas.

3 — As assembleias de voto podem ser divididas em secções.

4 — Não é admitido voto por procuração ou correspondência.

Artigo 17.º

Apuramento

1 — O apuramento efetua-se no próprio dia das eleições.

2 — Após o fecho das urnas procede-se à contagem dos votos, elaborando-se uma ata assinada por todos os membros da mesa, onde são registados os resultados finais.

3 — Qualquer elemento da mesa pode lavrar protesto na ata contra decisões da mesa.

4 — As atas são entregues no próprio dia ao presidente do Conselho de Escola cessante, que decide sobre os protestos lavrados na ata, procede

à afixação dos resultados e comunica-os ao presidente da Faculdade e ao reitor.

CAPÍTULO III

Presidente da Faculdade

Artigo 18.º

Eleição

1 — O presidente da Faculdade é eleito pelo Conselho de Escola, segundo regras e o procedimento referidos nos números seguintes.

2 — A eleição do presidente da Faculdade deve ocorrer durante o mês anterior ao termo do mandato do presidente cessante ou, em caso de vagatura, dentro do prazo máximo de dois meses após a declaração de vagatura do cargo.

3 — O procedimento de eleição do presidente da Faculdade é organizado pelo Conselho de Escola e tem o seu início com o anúncio público da abertura do prazo para apresentação de candidaturas.

4 — O procedimento de eleição envolve necessariamente a audição pública dos candidatos e a discussão dos programas de ação apresentados.

5 — Considera-se eleito presidente da Faculdade o candidato que obtiver maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho de Escola em efetividade de funções.

CAPÍTULO IV

Conselho Científico

Artigo 19.º

Eleição

1 — Os membros do Conselho Científico a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º dos Estatutos são eleitos pelo conjunto dos professores e investigadores de carreira e pelos restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, que sejam titulares do grau de doutor, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição.

2 — Os membros a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º dos Estatutos são eleitos, nos termos de regulamento próprio, pelo conjunto das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei.

3 — As eleições realizam-se simultaneamente com as eleições para o Conselho de Escola.

4 — Aplicam-se às eleições para o Conselho Científico, com as necessárias adaptações, as normas relativas à eleição do Conselho de Escola.

CAPÍTULO V

Conselho Pedagógico

Artigo 20.º

Eleição

1 — As eleições dos membros do Conselho Pedagógico fazem-se entre os professores, os assistentes e os estudantes dos diversos anos dos ciclos de estudo.

2 — Os estudantes mencionados no número anterior são eleitos pelo sistema de representação proporcional e pelo método da média mais alta de Hondt.

3 — As eleições realizam-se simultaneamente com as eleições para o Conselho de Escola.

4 — Aplicam-se às eleições para o Conselho Pedagógico, com as necessárias adaptações, as normas relativas à eleição do Conselho de Escola.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 21.º

Disposições transitórias

Os princípios e as disposições do presente regulamento eleitoral são plenamente aplicáveis às primeiras eleições realizadas após a respetiva entrada em vigor.

Artigo 22.º

Homologação e entrada em vigor

O presente regulamento eleitoral, anexo aos Estatutos da Faculdade, bem como as respetivas alterações são homologados pelo reitor nos termos do artigo 46.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa.

207641138

Faculdade de Ciências**Aviso n.º 3187/2014**

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por falecimento a 29-04-2011, cessou a relação jurídica de emprego público, por contrato de trabalho por tempo indeterminado, da Professora Auxiliar Doutora Maria Teresa Anes Duarte Nogueira, do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

09-02-2012. — O Diretor, *José Manuel Pinto Paixão*.

207647627

Aviso (extrato) n.º 3188/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a assistente técnica Susana Maria das Neves Cabral, do mapa de pessoal não docente e não investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, posicionada entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória da categoria e entre o 9.º e o 10.º nível da tabela remuneratória única, cessou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, regulamentado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

30 de dezembro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207646899

Despacho (extrato) n.º 3403/2014

Em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do artigo 64.º da referida lei, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, por despacho do reitor da Universidade de Lisboa, datado de 26 de dezembro de 2011, após obtida a concordância da trabalhadora e do respetivo serviço de origem, por despacho do diretor-geral da Direção-Geral de Reinserção Social, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria da assistente técnica Isabel Maria Rosa de Jesus Fazendeiro, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção Social para o mapa de pessoal não docente e não investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo sido mantido o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, ou seja, entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória da categoria e entre o nível 5 e 7 da tabela remuneratória única, e celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012.

2 de janeiro de 2012. — O Diretor, *José Manuel Pinto Paixão*.

207647068

Despacho n.º 3404/2014

Considerando os Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicados através do Despacho n.º 4214/2013, no *Diário da República* de 21 de março, e retificados através da Declaração de retificação n.º 411/2013, publicada no *Diário da República* de 02 de abril, o Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através da Deliberação n.º 2292/2010, no *Diário da República* de 10 de dezembro, e de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento das Unidades de Serviço da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através do Despacho n.º 18452/2010, no *Diário da República* de 13 de dezembro, e alterado pelo Despacho n.º 6971/2013, publicado no *Diário da República* de 29 de maio, para a coordenação do Núcleo Financeiro da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património podem ser designados dirigentes intermédios de 2.º, 3.º ou 4.º grau, ou trabalhadores que integrem as referidas subunidades;

Considerando que de acordo com o Despacho n.º 5003/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 19 de março, o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º e 4.º grau é efetuado

de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público, dotados de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções a exercer;

Considerando que a Licenciada Paula Margarida Duarte Santos Marques de Azevedo Montenegro é possuidora de um de currículo profissional revelador de que a mesma detém o conhecimento e a experiência, bem como o perfil adequado ao exercício do cargo de Coordenadora do Núcleo Financeiro da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património;

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi autorizada, por despacho de 30 de maio de 2013, do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, a nomeação, em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de Dirigente Intermédio de 3.º Grau, do Núcleo Financeiro da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património, da Licenciada Paula Margarida Duarte Santos Marques de Azevedo Montenegro, com efeitos à data de 01 de junho de 2013.

Nota curricular**Dados de identificação:**

Nome: Paula Margarida Duarte Santos Marques de Azevedo Montenegro;

Nacionalidade: Portuguesa;

Data de Nascimento: 11 de fevereiro de 1970.

Formação académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Moderna, concluída em 1994;

First Certificate in English, Frequência do curso “Proficiency”/ British Council de Lisboa, concluído em 1990.

Experiência profissional:

Junho 2011 à atualidade: Designada Coordenadora do Núcleo Financeiro da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Janeiro 2009 a maio 2011: técnica superior na Unidade dos Recursos Financeiros e do Património da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Dezembro 2006 a dezembro 2008: técnica superior Principal na Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Fevereiro 2002 a dezembro 2006: técnica superior de 1.ª Classe da Divisão Financeira e Patrimonial da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Junho 1999 a fevereiro 2002: técnica superior de 2.ª Classe da Divisão Financeira e Patrimonial da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Outubro 1995 a junho 1999: Equiparada a técnica superior de 2.ª Classe, com contrato a termo certo, na Divisão Financeira e Patrimonial da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Formação profissional relevante:

Curso “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, ministrado pelo INA, em junho de 2013;

Curso “QUAR, Orçamento e Estratégia”, ministrado pela Companhia Própria — Formação e Consultoria, Lda, em outubro de 2012;

Curso “Contabilidade Analítica”, ministrado pelo INA, em novembro de 2011;

Ação de Formação “O Sistema de Controlo Interno na Administração Pública”, ministrada pelo Dr. António Costa e Silva, Auditor Coordenador do Tribunal de Contas, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em maio de 2010;

Curso “Fiscalidade para Quadros da Administração Pública”, ministrado pelo Centro de Estudos e de Formação Profissional, em junho e julho de 2002.

Diversos cursos de formação e seminários na área da fiscalidade, contabilidade, informática na ótica do utilizador, comunicação assertiva.

Outros cargos e atividades:

Membro suplente da Comissão Paritária da Faculdade de Ciências da U. L.;

Membro do Conselho Fiscal da Associação de Trabalhadores da Faculdade de Ciências da U. L.;

Técnica Oficial de Contas;

Fez parte do grupo de trabalho POC-Educação da Universidade de Lisboa;

Participação em júris de concursos para admissão de pessoal;

Tutora de estágios no âmbito do Programa de Estágios da Universidade de Lisboa.

3 de junho de 2013. — O Diretor, José Manuel Pinto Paixão.
207641405

Despacho n.º 3405/2014

Considerando os Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicados através do Despacho n.º 4214/2013, no *Diário da República* de 21 de março, e retificados através da Declaração de retificação n.º 411/2013, publicada no *Diário da República* de 02 de abril, o Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através da Deliberação n.º 2292/2010, no *Diário da República* de 10 de dezembro, e de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento das Unidades de Serviço da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através do Despacho n.º 18452/2010, no *Diário da República* de 13 de dezembro, e alterado pelo Despacho n.º 6971/2013, publicado no *Diário da República* de 29 de maio, os serviços da Unidade de Informação e Documentação (Biblioteca) são coordenados por um Chefe de Divisão (dirigente intermédio de 2.º grau);

Considerando que o recrutamento de dirigentes intermédios de 2.º grau se efetua de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam, no mínimo, quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que a Licenciada Ana Cristina de Castro Ramos Fraga é possuidora de um de currículo profissional revelador de que a mesma detém o conhecimento e a experiência, bem como o perfil adequado ao exercício do cargo de Chefe de Divisão da Unidade de Informação e Documentação (Biblioteca);

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi autorizada, por despacho de 30 de maio de 2013, do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, a nomeação, em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão da Unidade de Informação e Documentação (Biblioteca), da Licenciada Ana Cristina de Castro Ramos Fraga, com efeitos à data de 01 de junho de 2013.

Nota curricular

Dados de identificação:

Nome: Ana Cristina de Castro Ramos Fraga;

Nacionalidade: Portuguesa;

Data de Nascimento: 31 de outubro de 1958.

Formação académica:

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concluída em 1986;

Pós-Graduação, Curso de Especialização em Ciências Documentais, opção em Documentação e Biblioteca, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concluída em 1992.

Experiência profissional:

Março 1999 à atualidade: técnica superior na Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Setembro 1996 a fevereiro 1999: técnica superior Principal na Divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação (DRPDI) da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente;

Junho 1995 a agosto 1996: técnica superior de 1.ª Classe na Biblioteca do Centro de Informação Técnica para a Indústria (CITI) do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI);

Novembro 1994 a junho 1995: técnica superior de 1.ª Classe na Biblioteca do Centro de Documentação e Informação (CDI) da Direção-Geral dos Serviços de Gestão e Organização (DGESGO) da Secretaria de Estado da Cultura;

Fevereiro 1991 a novembro 1994: técnica superior de 2.ª Classe na Biblioteca do CITI do INETI;

Outubro 1989 a fevereiro 1991: técnica superior Estagiária na Biblioteca do CITI do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI);

Setembro 1986 até outubro 1989: Bolseira na Biblioteca do CITI do LNETI.

3 de junho de 2013. — O Diretor, José Manuel Pinto Paixão.
207641398

Despacho n.º 3406/2014

Considerando os Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicados através do Despacho n.º 4214/2013, no *Diário da República* de 21 de março, e retificados através da Declaração de

retificação n.º 411/2013, publicada no *Diário da República* de 02 de abril, o Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através da Deliberação n.º 2292/2010, no *Diário da República* de 10 de dezembro, e de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento das Unidades de Serviço da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicado através do Despacho n.º 18452/2010, no *Diário da República* de 13 de dezembro, e alterado pelo Despacho n.º 6971/2013, publicado no *Diário da República* de 29 de maio, para a coordenação do Núcleo Patrimonial e de Compras da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património podem ser designados dirigentes intermédios de 2.º, 3.º ou 4.º grau, ou trabalhadores que integrem as referidas subunidades;

Considerando que de acordo com o Despacho n.º 5003/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 19 de março, o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º e 4.º grau é efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público, dotados de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções a exercer;

Considerando que a Licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata é possuidora de um de currículo profissional revelador de que a mesma detém o conhecimento e a experiência, bem como o perfil adequado ao exercício do cargo de Coordenadora do Núcleo Patrimonial e de Compras da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património;

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi autorizada, por despacho de 30 de maio de 2013, do Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, a nomeação, em comissão de serviço, em regime de substituição, no cargo de Dirigente Intermédio de 3.º Grau, do Núcleo Patrimonial e de Compras da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património, da Licenciada Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata, com efeitos à data de 01 de junho de 2013.

Nota curricular

Dados de identificação:

Nome: Guida Maria de Oliveira Carvalheiro da Silva Prata;

Nacionalidade: Portuguesa;

Data de Nascimento: 15 de julho de 1975.

Formação académica:

Licenciatura em Estatística e Investigação Operacional, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, concluída em 1998.

Experiência profissional:

Junho 2011 à atualidade: Designada Coordenadora do Núcleo Patrimonial e de Compras da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Outubro 2007 a maio 2011: técnica superior na Unidade dos Recursos Financeiros e do Património da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Dezembro 2006 a outubro 2007: técnica superior de 1.ª Classe no Conselho Diretivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Dezembro 2003 a dezembro 2006: técnica superior de 2.ª Classe no Conselho Diretivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Setembro 2002 a dezembro 2003: Equiparada a técnica superior de 2.ª Classe, com contrato a termo certo, no Conselho Diretivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Junho 1999 a maio 2002: Equiparada a técnica superior de 2.ª Classe, com contrato a termo certo, no Gabinete de Organização e Planeamento Pedagógico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Dezembro de 1998 a maio de 1999: Colaborou no Gabinete de Organização e Planeamento Pedagógico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Formação profissional relevante:

Curso “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso”, ministrado pelo INA, com a duração de 7 horas, no dia 18 de junho de 2013;

Formação Avançada — A Revisão do Código dos Contratos Públicos pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, ministrado pela Gatewit, com a duração de 4 horas, no dia 21 de setembro de 2012;

Ação de Formação “O Sistema de Controlo Interno na Administração Pública”, ministrada pelo Dr. António Costa e Silva, Auditor Coordenador do Tribunal de Contas, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com a duração de 18 horas, de 24 a 28 de maio de 2010;

Curso “Reorganização, Inovação e Criatividade nos Serviços Públicos”, ministrado pelo INA, com a duração de 30 horas, de 18 a 22 de outubro de 2004;

Ação de Formação para Agentes de Autoavaliação, ministrada pela Fundação das Universidades Portuguesas, de 17 e 19 de fevereiro de 2002; Curso “Planos de Ação e Avaliação de Resultados”, ministrado pela ANFUP, com a duração de 21 horas, de 21 a 27 de novembro de 2000.

Outros cargos e atividades:

Membro de júris de recrutamento e seleção de pessoal, de procedimentos de contratação pública. Tem integrado diversos grupos de trabalho.

3 de junho de 2013. — O Diretor, *José Manuel Pinto Paixão*.
207641413

Despacho n.º 3407/2014

Por despacho de 14 de março de 2013, do Reitor da Universidade de Lisboa:

Autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Francisco Rodrigues Pinto, na categoria de Professor Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, escalão 1, índice 195, do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a partir de 01-10-2013.

O relatório de atividades apresentado pelo docente obteve parecer favorável dos relatores, Professoras Catedráticas Doutora Maria Helena Ferreira da Silva Florêncio e Doutora Ana Maria Jara Ponces da Costa Freire, ambas docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, foi submetido à apreciação do Conselho Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em reunião realizada a 20 de fevereiro de 2013, o processo referente à avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental.

Colocada à votação, a proposta de contratação em funções públicas por tempo indeterminado do Doutor Francisco Rodrigues Pinto foi aprovada por unanimidade.

Todos os elementos relativos à presente contratação encontram-se devidamente registados na Ata n.º 39 da reunião do Conselho Científico, realizada na data atrás referida.

1 de outubro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207645691

Despacho n.º 3408/2014

Por despacho de 12 de junho de 2013, do Reitor da Universidade de Lisboa:

Autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Maria Fernanda Nunes Diamantino, na categoria de Professora Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva, escalão 1, índice 195, do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a partir de 24-12-2013.

O relatório de atividades apresentado pela docente obteve parecer favorável dos relatores, Professores Catedráticos Doutora Maria Teresa dos Santos Hall de Agorreta de Alpuim e Doutor Luís Eduardo Neves Gouveia, ambos docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, foi submetido à apreciação do Conselho Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em reunião realizada a 22 de maio de 2013, o processo referente à avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental.

Colocada à votação, a proposta de contratação em funções públicas por tempo indeterminado da Doutora Maria Fernanda Nunes Diamantino foi aprovada por maioria.

Todos os elementos relativos à presente contratação encontram-se devidamente registados na Ata n.º 42 da reunião do Conselho Científico, realizada na data atrás referida.

23-12-2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.
207645715

Despacho n.º 3409/2014

Por despacho de 12 de junho de 2013, do Reitor da Universidade de Lisboa:

Autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com Paula Cristina Freire Pinto Simões, na categoria de Professora Auxiliar, em regime de dedicação exclusiva,

escalão 1, índice 195, do mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a partir de 23-12-2013.

O relatório de atividades apresentado pela docente obteve parecer favorável dos relatores, Professoras Catedráticas Doutora Maria da Luz da Costa Pereira Mathias e Doutora Maria Manuela Gomes Coelho de Noronha Trancoso, ambas docentes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, foi submetido à apreciação do Conselho Científico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em reunião realizada a 22 de maio de 2013, o processo referente à avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental.

Colocada à votação, a proposta de contratação em funções públicas por tempo indeterminado da Doutora Paula Cristina Freire Pinto Simões foi aprovada por unanimidade.

Todos os elementos relativos à presente contratação encontram-se devidamente registados na Ata n.º 42 da reunião do Conselho Científico, realizada na data atrás referida.

23 de dezembro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207645707

Despacho n.º 3410/2014

Por despacho de 23 de dezembro de 2013, do Subdiretor da Faculdade de Ciências, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca* (em substituição do Diretor, nos termos do Despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 08 de março), proferido por delegação de competências do Reitor da Universidade de Lisboa, através do Despacho n.º 15133/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 20 de novembro, foi autorizada a contratação, mediante a celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Resolutivo Certo, para o mapa de pessoal docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do Doutor Joël Chevrier, na categoria de Professor Catedrático Visitante, em regime de tempo parcial, a 0 % (sem remuneração), a partir de 30 de dezembro de 2013, por dois anos.

30 de dezembro de 2013. — O Subdiretor, *Doutor António Carlos de Sá Fonseca*, em substituição do Diretor, nos termos do despacho n.º 3478/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 8 de março de 2012.

207641502

Faculdade de Farmácia

Contrato (extrato) n.º 128/2014

Por despacho de 14 de março de 2013, do Reitor da Universidade de Lisboa:

Celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a Doutora Maria Teresa de Sampaio Antas Botelho Aires Pereira, para exercer funções de Assistente Convivida, sem remuneração, para o Departamento de Sócio-Farmacácia, com início a 1 de abril de 2013 e termina a 31 de março de 2014. (Isento de fiscalização prévia do T. C.).

24 de fevereiro de 2014. — O Secretário-Coordenador, *Alfredo Ferreira Moita*.

207643488

Faculdade de Medicina

Deliberação n.º 612/2014

Nos termos da lei e do n.º 4, do artigo 30.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), homologados pelo Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, o Conselho de Gestão da Faculdade de Medicina, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, deliberou:

1 — Aprovar a Tabela de Emolumentos para os atos praticados nos Serviços da Faculdade de Medicina que se publica em anexo;

2 — Que a presente tabela de emolumentos seja publicada no *Diário da República*, devendo produzir efeitos à data da sua publicação.

19 de fevereiro de 2014. — O Diretor, *Prof. Doutor José Fernandes e Fernandes*. — O Subdiretor, *Prof. Doutor Miguel Castanho*. — O Secretário-Coordenador, *Mestre Luís Pereira*.

ANEXO

Tabela de emolumentos para os atos praticados nos serviços da Faculdade de Medicina

I — São aplicáveis a todos os cursos da ULisboa, independentemente de onde é requerido o ato, os valores que constam da Parte A da Tabela de emolumentos/Preços para os atos praticados nos Serviços Centrais da Reitoria da ULisboa (Deliberação n.º 87/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de janeiro).

II — São aplicáveis aos cursos geridos nos serviços da Faculdade de Medicina e às atividades realizadas por estes serviços que não estejam contempladas na tabela acima referida, os seguintes valores:

Descrição	Valor (em euros)
1 — Diplomas:	
1.1 — Cursos de doutoramento (componente curricular) . . .	80,00
1.2 — Cursos de mestrado (componente curricular)	80,00
1.3 — Cursos de especialização.	80,00
2 — Admissão a Provas Académicas:	
2.1 — Mestrado	180,00
2.2 — Doutoramento	500,00
2.3 — Doutoramento ao abrigo do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro e 115/2013, de 7 de agosto.	2500,00
2.4 — Agregação	600,00
2.5 — Habilitação para o exercício de atividades de coordenação científica	600,00
3 — Certificados:	
3.1 — De conclusão de grau (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento), de outros cursos não conferentes de grau, de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, de obtenção do título de agregado e das respetivas equivalências legais.	20,00
3.2 — De aptidão, de matrícula, de inscrições, de frequência ou de exame e de conduta académica	10,00
3.3 — De narrativa ou de teor	10,00
3.4 — De cargas horárias e conteúdos programáticos, por unidade curricular, trabalho ou estágio	7,50 (com limite de 150,00)
3.5 — Certidão por fotocópia:	
3.5.1 — Uma só folha	5,00
3.5.2 — Por cada folha que exceda a 1.ª	1,00
4 — Creditação de Conhecimentos e Competências Académicas, Profissionais ou Adquiridas:	
4.1 — Pedido de creditação de conhecimentos e competências até 6 créditos requeridos	40,00
4.2 — Por cada crédito requerido, para além dos 6.	5,00
4.3 — Para pedidos de creditação, por área disciplinar (sem ECTS associados)	20,00
4.4 — Montante máximo de emolumentos devidos pela creditação de conhecimentos e competências, calculado nos termos dos números 4.1, 4.2 e 4.3. (Quando no processo de creditação não for indicado o número de créditos, deverá ser cobrado o valor máximo)	250,00
5 — Candidaturas a ingresso:	
5.1 — Regimes de reingresso, transferência e mudanças de curso.	60,00
5.2 — Outros concursos especiais de acesso	60,00
5.3 — Concurso Especial para Acesso ao Curso de Medicina por Titulares do Grau de Licenciado	150,00
6 — Prática de Atos Fora do Prazo:	
6.1 — Por dia útil.	4,00
6.2 — Montante máximo de emolumentos devidos pela prática de atos fora de prazo	120,00
7 — Outros Atos:	
7.1 — Averbamentos	3,00
7.2 — Melhorias, por unidade curricular.	15,00
7.3 — Revisão de Prova.	15,00

Descrição	Valor (em euros)
7.4 — Pedido de permuta.	20,00
7.5 — Fotocópia.	1,00
8 — Taxa de Urgência:	
Os atos requeridos poderão ser executados, em princípio, no prazo máximo de dois dias, mediante o pagamento de um emolumento de valor igual ao do ato requerido.	
9 — Isenções:	
Sem prejuízo de outros eventuais casos protegidos pela lei, ficam isentos de pagamento de emolumentos:	
9.1 — A emissão de certificados de aptidão, de matrícula, de inscrições, de frequência ou de exame e de conduta académica destinados exclusivamente para fins de IRS, ADSE, segurança social, prestações familiares, militares, passes sociais e bolsas de estudo;	
9.2 — A creditação de unidades curriculares realizadas ao abrigo de programas de mobilidade patrocinados pela ULisboa (ex: ERASMUS; Almeida Garrett).	

207644743

Instituto de Educação

Despacho n.º 3411/2014

Por despacho de 30 de dezembro de 2013 do Diretor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, proferido por delegação de competências, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, em regime de tempo parcial a 0 %, pelo período de um ano, entre este Instituto e a Doutora Teresa Maria de Sousa dos Santos Leite, professora associada convidada, de acordo com o artigo 15.º e o artigo 32.º-A do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, com efeitos a 16 de dezembro de 2013. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

30 de dezembro de 2013. — O Diretor, *Prof. Doutor João Pedro Mendes da Ponte*.

207644613

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extrato) n.º 3189/2014

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 e após autorização conferida por despacho de 10 de janeiro de 2014 da Senhora Diretora-Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARI), foi prorrogada a Mobilidade Interna do Técnico Superior Pedro Gomes Rodrigues, até 31 de dezembro de 2014, a exercer funções docentes no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na categoria de Professor Auxiliar em regime de dedicação exclusiva, sendo remunerado pelo escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

19 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Professor Catedrático Manuel Meirinho*.

207647198

Aviso (extrato) n.º 3190/2014

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 e após a autorização conferida por despacho de 26 de janeiro de 2014 do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras Dr. Paulo Vistas, foi prorrogada a Mobilidade Interna da Técnica Superior Ana Cláudia Gaspar Esgaio, até 31 de dezembro de 2014, a exercer funções docentes no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na categoria de Assistente em regime de dedicação exclusiva, sendo remunerada pelo escalão 1, índice 140 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

19 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Professor Catedrático Manuel Meirinho*.

207647384

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Despacho n.º 3412/2014

Considerando que por despacho reitoral n.º 163/R/2013, datado de 4 de novembro, foi aberto o procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o recrutamento de um posto de trabalho, da carreira e categoria de técnico superior, na área da Biologia, cujo edital n.º 1038/2013 foi publicado no DR n.º 222/2013, 2.ª série, de 15 de novembro;

Considerando que, por despacho reitoral n.º 164/R/2013, datado de 4 de novembro, foi dada a possibilidade de recrutamento de candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente constituída;

Considerando que, nos termos do artigo 53.º, n.º 4 da Lei n.º 12-A/2008, é obrigatória, para este tipo de candidatos, a aplicação do método de avaliação psicológica;

Considerando que, no edital anteriormente mencionado, não estava prevista a aplicação deste método,

Considerando que, nos termos do artigo 38.º, n.º 2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, é possível a cessação do procedimento concursal desde que não se tenha ainda procedido à notificação da lista de ordenação final aos candidatos, no âmbito da audiência dos interessados;

Considerando que os candidatos a este procedimento concursal ainda não foram notificados da lista provisória de classificação final;

Determino, ao abrigo do artigo 38.º, n.º 2 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril a cessação deste procedimento concursal.

13 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carmo*.
207643399

Despacho n.º 3413/2014

Considerando que, pelo despacho reitoral n.º 459/R/2011, datado de 21 de dezembro, foi aberto o procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o recrutamento de um posto de trabalho, da carreira e categoria de técnico superior, nas áreas de informática de gestão ou gestão, cujo aviso n.º 207/2012 foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2011;

Considerando que, pelo despacho reitoral n.º 460/R/2013, datado de 21 de dezembro, foi dada a possibilidade de recrutamento de candidatos sem relação jurídica de emprego público previamente constituída;

Considerando que, nos termos do artigo 53.º, n.º 4, da Lei n.º 12-A/2008, é obrigatória, para este tipo de candidatos, a aplicação do método de avaliação psicológica;

Considerando que, no edital anteriormente mencionado, não estava prevista a aplicação deste método,

Considerando que, nos termos do artigo 38.º, n.º 2, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, é possível a cessação do procedimento concursal desde que não se tenha ainda procedido à notificação da lista de ordenação final aos candidatos, no âmbito da audiência dos interessados;

Considerando que os candidatos a este procedimento concursal ainda não foram notificados da lista provisória de classificação final;

Determino, ao abrigo do artigo 38.º, n.º 2, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a cessação deste procedimento concursal.

13 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carmo*.
207646477

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Edital n.º 186/2014

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de 19/12/2013, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Associado para a Área disciplinar de Ciências da Comunicação (Estudo dos Media e Jornalismo) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem caráter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto, são requisitos para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 41.º:

a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos.

Os candidatos deverão ser detentores do grau de doutor na área de Ciências da Comunicação (especialidade de Estudo dos Media e do Jornalismo) e dominar a língua portuguesa falada e escrita.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no *Campus* de Campolide, 1099 — 085 — Lisboa, ou por via postal, em formulário disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

a) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos exigidos no número I;

b) 8 exemplares do *curriculum* do candidato impressos ou em suporte digital (CD);

c) 8 exemplares do relatório de uma unidade curricular, no âmbito da área disciplinar a que respeita o concurso, impressos ou em suporte digital (CD);

d) 8 exemplares em suporte digital (CD/DVD) dos trabalhos mencionados no *curriculum*; ou

2 exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*, impressos.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas da Reitoria da UNL e *online*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das Unidades Orgânicas desta Universidade.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da U.N.L., devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos nele mencionados.

III — Os critérios, indicadores e ponderações, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, aprovados pelo júri, são os seguintes:

1 — Componente Científica do *curriculum vitae* de cada candidato (60 %):

1.1 — Publicação de Livros e Artigos Científicos em revistas de referência, no âmbito das Ciências da Comunicação, em especial na área do concurso (0 — 15);

1.2 — Coordenação e Participação em Projetos de Investigação nacionais e internacionais, avaliados por entidades competentes, e com impacto relevante na área do concurso (0 — 15);

1.3 — Comunicações apresentadas em Congressos e Colóquios Científicos (0-10);

1.4 — Orientações de teses concluídas (2.ºs Ciclos e 3.ºs Ciclos) e de outras componentes não curriculares dos 2.º ciclos (Relatórios de Estágio e Projeto) (0 — 10);

1.5 — Outra Atividade Científica relevante (Prémios, Bolsas, Integração de Órgãos Científicos, Unidades de Investigação, Órgãos Editoriais, etc.) (0 — 10).

2 — Componente Pedagógica (30 %):

2.1 — Diversidade de unidades curriculares ensinadas nas áreas do concurso (matérias e ciclos de estudos) (0 -10);

2.2 — Qualidade do material pedagógico apresentado (que deve incluir o programa, os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia) e outra atividade pedagógica relevante (0 — 10);

2.3 — Participação em júris académicos de provas (0 — 10).

Os candidatos deverão ter experiência pedagógica no Ensino Superior Universitário, na área disciplinar a que respeita o concurso.

3 — Outras atividades relevantes (10):

3.1 — Participação na Gestão Académica (incluindo a Direção de Unidades de Investigação, Direção de Revistas Científicas e Coordenação de Linhas de Investigação em Unidades de Investigação. (0 — 10).

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais: Doutor José Ignacio Aguaded Gómez, Professor Catedrático da *Facultad de Ciencias de la Educación* da *Universidad de Huelva*.

Doutor Manuel Joaquim Silva Pinto, Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho;

Doutor Jorge Pedro Sousa, Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa;

Doutor *João Mário Lourenço Bagão Grilo*, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor *Francisco Rui Nunes Cádima*, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respetiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número III.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

24 de fevereiro de 2014. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

207642248

Faculdade de Direito

Aviso n.º 3191/2014

A Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa pretende recrutar mediante mobilidade interna, nos termos do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, um(a) técnico(a) superior para exercer funções na área de Planeamento.

A oferta terá as seguintes características:

- 1 — Tipo de oferta: Mobilidade Interna;
- 2 — Carreira/Categoria: Técnica Superior;
- 3 — Remuneração: A prevista no artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

4 — Caracterização do posto de trabalho: Planeamento. Tratamento de toda a informação relevante para: — o planeamento estratégico global da Faculdade (Relatório de Atividades e de Gestão. Plano de Atividades; QUAR; acompanhamento do processo de distribuição do orçamento da Faculdade); — o planeamento do ano letivo (lista de distribuição do serviço docente; calendário escolar, plano curricular e guia informativo; elaboração de horários e mapas de exames; acreditação dos ciclos de estudos e registo dos mesmos (recolha e inserção dos dados na plataforma da A3ES); gestão de instalações letivas; recolha e validações de dados e tratamento gráfico; estatística.

5 — Requisitos de admissão: Licenciatura preferencialmente em Gestão ou Economia e relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

6 — Perfil pretendido:

- a) Conhecimento e experiência em áreas de Planeamento, preferencialmente em Instituições de Ensino Superior;
- b) Domínio avançado, na ótica do utilizador, do ambiente Windows: Excel, Word e Access;
- c) Domínio da língua inglesa (oral e escrita);
- d) Conhecimentos de contabilidade patrimonial e de contabilidade pública;
- e) Experiência na organização e no tratamento de toda a informação relevante para o planeamento estratégico global da Faculdade;
- f) Experiência em indicadores de referência, designadamente os indicadores de gestão destinados à avaliação económico-financeira da atividade desenvolvida pela Faculdade;
- g) Experiência na produção de dados e indicadores para resposta a rankings e inquéritos internacionais, como o U-MAP;
- h) Experiência no apoio do processo de elaboração do plano e do relatório de atividades da Faculdade;
- i) Experiência na realização de estudos com interesse para o planeamento das atividades da Faculdade;

7 — Local de trabalho: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, *Campus* de Campolide, 1099-032 Lisboa;

8 — Formalização de candidaturas: Em requerimento dirigido à Administradora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, a categoria, a posição e nível remuneratórios e o respetivo montante

remuneratório, e ainda do contacto telefónico nas horas de expediente, acompanhado de *curriculum* profissional detalhado, na área de atividade pretendida e fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias.

21 de fevereiro de 2014. — A Administradora, *Teresa Margarida Pires*.

207641162

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Despacho n.º 3414/2014

Considerando que, de acordo com os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro, em conjugação com os Estatutos da Universidade de Lisboa constantes do despacho normativo n.º 5-A/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, e o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e tendo em conta a criação de uma Unidade de Tecnologias de Informação, bem como a dimensão e complexidade das responsabilidades e tarefas da referida unidade, torna-se necessária uma coordenação da atividade em causa, para satisfação das exigências próprias de gestão da função de informática, sem prejuízo das competências próprias da estrutura hierárquica dos serviços.

Assim nos termos do previsto dos artigos 12.º e 14.º do referido Decreto-Lei n.º 07/2001, de 26 de março, e de acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeada a Técnica de Informática Especialista, Rute João da Silva Xavier para as funções de coordenadora técnica de informática com efeitos a 13 de novembro de 2013.

27 de janeiro de 2014. — O Administrador, *David João Varela Xavier*.

207644824

Despacho n.º 3415/2014

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia, designadamente de 1.º grau, é efetuado de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que possuam competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura e o disposto na Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto; Considerando que, de acordo com os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro, o cargo de Diretor de Departamento de Gestão de Património e Recursos Técnicos é equiparado, para todos os efeitos legais, a um cargo de direção intermédia de 1.º grau; De acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeado para o cargo de Diretor de Departamento de Gestão de Património e Recursos Técnicos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, em comissão de serviço e em regime de substituição, o licenciado José Jerónimo Fernandes Marques, com efeitos a 13 de novembro de 2013.

Nota curricular

Informação Pessoal:

Nome completo — José Jerónimo Fernandes Marques
Nacionalidade — Portuguesa
Naturalidade — Tomar

Habilitações literárias:

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de Janeiro de 1987.

Formação profissional:

Estágio de Advocacia realizado em 1988/1989.

Curso de formação profissional “FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública”, realizado em 2006.

Curso de formação profissional “DEGEDOC — Diploma de Especialização em Gestão Documental”, realizado em 2007.

Diversos Cursos de Formação nas áreas de Direito Comunitário, PRODEP, Recursos Humanos;

Despesas Públicas, Tecnologias da informação e Comunicação, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Logística, Gestão Comportamental, Chefia e Liderança, Contratação Pública, Património, entre outras.

Situação Profissional:

Técnico Superior do quadro dos Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa.

Atividade Profissional:

Desde junho de 2005, até à presente data, Diretor de Serviços do Departamento de Logística e Arquivo Geral dos Serviços de Administração e Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa — Despacho n.º 14 784/2005 (2.ª série) publicado no DR, a 5 de julho, acumulando desde março de 2008 por Despacho Reitoral, a Coordenação do Departamento de Gestão Patrimonial dos Serviços de Administração e Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa.

De dezembro de 2008, por Despacho Reitoral e ao abrigo do artigo 29.º e do n.º 3 do artigo 30.º, da Lei n.º 2/2004, na redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e depois de obtida a confirmação dos respetivos pressupostos pela Secretaria Geral do MCTES, promovido na categoria de assessor principal, da mesma carreira, no quadro de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa, com a antiguidade na categoria reportada a 1 de dezembro de 2007 — Despacho n.º 1376/2009 (2.ª série), de 13 de janeiro.

De dezembro de 1999 a junho de 2005, Chefe de Divisão do Departamento de Serviços e Logística dos Serviços de Administração e Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa — Despacho n.º 23380 — 1/99, (2.ª série), publicado no DR, a 30 de novembro e Despacho (extrato) n.º 19 680/2000 (2.ª série), de 30 de setembro.

De julho de 1999, por Despacho Reitoral, nomeado mediante concurso, Técnico Superior de 1.ª classe, do quadro de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa, área de gestão, planeamento e relações públicas.

De maio de 1999 a novembro de 1999, por Despacho Reitoral, designado Coordenador dos Serviços de Apoio, Relações Públicas, Marketing e Manutenção dos Serviços de Administração e Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa.

De dezembro de 1997 a setembro de 2003, em acumulação de funções, nomeado Vice-Presidente da Direção da Companhia de Dança Popular da Universidade Técnica de Lisboa (CODAPTEC).

De janeiro de 1997 a novembro de 1999, Adjunto da Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa, cargo equiparado a Chefe de Divisão, sendo responsável pela área do arquivo e expediente, área da cooperação entre os SASUTL e outros Organismos congéneres, promoção da imagem dos SASUTL e gestão das diferentes atividades do Gabinete, bem como, responsável pela logística e Arquivo da Instituição.

De dezembro de 1995 a dezembro de 1996, por Despacho Reitoral, designado Coordenador responsável pela Divisão Técnica dos Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa, assegurando a coordenação das atividades dos setores de obras, manutenção e artes gráficas.

De fevereiro de 1995 a novembro de 1995, Coordenador responsável pelo controlo e verificação dos processos Administrativo-financeiros das Candidaturas/Ações do PRODEP/FOCO (Ministério da Educação), nomeadamente, no seu tratamento legal e acompanhamento, bem como na orientação e participação no programa informático de nível nacional, designado “FOCO”.

De outubro de 1987 a janeiro de 1995, consultor nas áreas jurídica e comercial de várias Entidades Privadas.

12 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *David João Varella Xavier*.

207644151

Despacho n.º 3416/2014

Considerando que o n.º 1 do artigo 9.º do anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), constantes do Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril de 2013 que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º, 4.º e 5.º grau, é efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público que reúnam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções e que possuam conhecimento e experiência nas áreas para as quais são recrutados; Considerando os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro e o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de

janeiro, alterada por Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e a Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto de acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeado para o cargo de Coordenador do Núcleo de Conservação e Manutenção dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, equiparado a um cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, em comissão de serviço e em regime de substituição, o licenciado Rui Miguel Trindade Figueiredo Conceição, com efeitos a 13 de novembro de 2013.

Nota curricular

Informação Pessoal:

Nome completo — Rui Miguel Trindade Figueiredo Conceição
Nacionalidade — Portuguesa
Naturalidade — Lisboa

Habilitações académicas:

2009 — Licenciatura em Engenharia eletrotécnica, ramo de sistemas de energias, no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

2002 — Bacharelato em Engenharia eletrotécnica, ramo de Sistemas de Energia, no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra

Formação profissional relevante:

2011 — Curso de formação “Código dos Contratos Públicos — O Contrato de Empreitada de Obras Públicas, da formação à execução”, com duração de 35 horas;

2010 — Seminário “As R.T.I.E.B.T. nas Remodelações elétricas de Utilização”, com duração de 07 horas;

2009 — Seminário “As R.T.I.E.B.T. na Ótica do Técnico Responsável pela Execução”, com duração de 04 horas;

2008 — Curso de Formação “Aperfeiçoamento I.T.E.D.”, com duração de 24 horas; Seminário “Instalações de Segurança — Aplicação das Regras Técnicas das Instalações Elétricas”, com duração de 6 horas; Curso de Formação “Projetos de Instalações Elétricas de Baixa Tensão, aplicando as R.T.I.E.B.T.”, com duração de 24 horas;

2007 — Seminário “Regras Técnicas de Instalações Elétricas de Baixa Tensão”, com duração de 4 horas.

Carreira profissional:

Desde dezembro 2010 — Coordenador dos Serviços Técnicos, nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa;

De Setembro de 2010 a novembro de 2010 — Técnico superior na área dos Serviços Técnicos, nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa;

De Setembro de 2002 a agosto de 2010 — Diretor Técnico na empresa Baritel — Sociedade de Eletricidade e Telecomunicações L.ª,

Por conta própria — Técnico responsável pela exploração das instalações elétricas da loja CIN — Corporação Industrial do Norte, S. A., de Évora, em 2008; Técnico responsável pela exploração das instalações elétricas do edifício sede da CIN em Lisboa, entre 2006 e 2008; Execução de diversos projetos de instalações elétricas e de infraestruturas de telecomunicações (I.T.E.D.) para edifícios, urbanizações, agências bancárias, restauração, e outros.

12 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *David João Varella Xavier*.

207644581

Despacho n.º 3417/2014

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia, designadamente de 1.º grau, é efetuado de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que possuam competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura e o disposto na Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto;

Considerando que, de acordo com os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro, o cargo de Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro é equiparado, para todos os efeitos legais, a um cargo de direção intermédia de 1.º grau;

De acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeada para o cargo de Diretora de Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, em comissão de serviço e em regime de substituição, a licenciada Valentina Maria Azinheira Matoso com efeitos a 13 de novembro de 2013.

Nota curricular

Informação Pessoal:

Nome completo — Valentina Maria Azinheira Matoso
Nacionalidade — Portuguesa
Naturalidade — Tomar

Formação Académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa

Formação profissional complementar:

Certificado de Aptidão Profissional para FORMADOR — (EDF 3870/98 DL)

Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Seminário de Alta Direção

Participação em diversas ações de formação, designadamente: Planeamento na Administração Pública, Contabilidade de Gestão, Reforma da Contabilidade Pública, Dimensão dos Serviços Públicos, Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas, POC-Ed e o CIBE nas Universidades, Declaração de Bolonha e a gestão das Universidades, Segurança em Laboratórios e Serviços do Ensino Superior, Reforma da Justiça Administrativa, Estratégias da qualidade em Serviços Públicos

Experiência profissional:

De 2012 a novembro 2013 — Administradora dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, regime de substituição.

De 1997 a 2011 Diretora dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa.

De 1991 a 1995 — Chefe divisão de programação e Gestão da secretaria-geral do Ministério da Educação

De 1990 a 1991 Coordenação do Setor Administrativo-Financeiro da Secretaria-Geral do Ministério da Educação

Outras atividades:

Membro do Grupo de Trabalho do Plano Setorial de Educação, inserido no Plano de Modernização da Administração Pública, por despacho da Secretária-Geral do Ministério da Educação.

Membro da Comissão Verificadora de Contas da Editorial do Ministério da Educação (Desp. 154/SERE/93, de 27 de outubro DR n.º 272 de 93.11.20). Eleita vice-presidente em 96.05.28 (Aviso DR n.º 148 de 96.06.28).

Missão de Cooperação com a República de S. Tomé e Príncipe no âmbito do Projeto V — “Organização e Montagem dos Serviços do Ministério da Educação, Juventude e Desportos (MEJD)”.

Formadora nas áreas:

Gestão Orçamental Pública
Contabilidade de Gestão
Contabilidade Analítica e de Exploração
Contabilidade Orçamental e Patrimonial
Aprovisionamento e Património
Processo de Abonos e Regalias Sociais

12 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *David João Varela Xavier*.

207643852

Despacho n.º 3418/2014

Considerando que o n.º 1 do artigo 9.º do anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), constantes do Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril de 2013 que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º, 4.º e 5.º grau, é efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público que reúnam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções e que possuam conhecimento e experiência nas áreas para as quais são recrutados;

Considerando os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro e o disposto

no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada por Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e a Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto de acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeado para o cargo de Coordenador do Núcleo Administrativo dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, equiparado a um cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, em comissão de serviço e em regime de substituição, o licenciado Nuno Miguel Amaral Jorge, com efeitos a 13 de novembro de 2013.

Nota curricular

Informação Pessoal:

Nome completo — Nuno Miguel Amaral Jorge
Nacionalidade — Portuguesa
Naturalidade — Lisboa

Habilitações académicas:

2006/2007 — Pós Graduação em Direito do Trabalho, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vertente Ciências Jurídicas; 1992/1997 — Licenciatura em Direito, obtida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Ciências Jurídicas.

Formação profissional relevante:

Direito Laboral Público, especialização em SIADAP, RCTFP e LVCR; Direito do Trabalho com especial incidência em Gestão de Recursos Humanos;

Direito de Imigração, vertente laboral e emprego.

Formação Profissional:

Tradução;
Formação em Direito.

Carreira profissional:

Desde fevereiro de 2012 — Coordenador dos Serviços Administrativos, nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa;

De janeiro de 2009 a janeiro de 2012 — Coordenador de Núcleo da Direção de Serviços de Desenvolvimento de Competências Avaliação de Desempenho (SIADAP) — no Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

De junho a dezembro de 2008 — Técnico Superior Jurista no Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico do IEFP, I. P., Direção de Serviços de Desenvolvimento de Competências — Recursos Humanos — Avaliação de Desempenho (SIADAP)

De junho de 2001 a junho de 2008 — Técnico Superior Jurista e Formador Certificado no Instituto do Emprego e Formação Profissional — Departamento de emprego — Imigração.

De 2003 a 2008 — Formador de Direito em diversas ações;

De abril de 1998 a março de 2000 — Advogado estagiário.

12 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *David João Varela Xavier*.

207644395

Despacho n.º 3419/2014

Considerando que o n.º 1 do artigo 9.º do anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), constantes do Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril de 2013 que o recrutamento dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º, 4.º e 5.º grau, é efetuado de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público que reúnam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções e que possuam conhecimento e experiência nas áreas para as quais são recrutados;

Considerando os Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa constantes do Despacho n.º 14601/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro e o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada por Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e a Lei n.º 68/2013 de 29 de agosto de acordo com o despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel da Cruz Serra, de 13 de novembro de 2013, foi nomeada para o cargo de Coordenadora do Núcleo de Alimentação dos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, equiparado a um cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, em comissão de serviço e em regime de substituição, a licenciada Sílvia

do Rosário Carvalheira dos Santos, com efeitos a 13 de novembro de 2013.

Nota curricular

Informação Pessoal:

Nome completo — Sílvia do Rosário Carvalheira dos Santos
Nacionalidade — Portuguesa
Naturalidade — Évora

Habilitações académicas:

2013/2014 — Frequência do Mestrado em Ciências do Consumo Alimentar, Universidade Aberta.

2013 — Pós graduação em Ciências do Consumo Alimentar, Universidade Aberta.

2007 — Licenciatura em Engenharia Química e biológica, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

2004 — Bacharelato em Engenharia Química, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Formação profissional relevante:

2012 — Implementação de Sistemas LEAN aplicados à Administração Pública — INA

2009 — Sistema de gestão da qualidade em organismos de Inspeção — NP EN ISO/IEC 17020, duração de 4 horas;

2008 — Requisitos gerais de competência para laboratórios — NP EN ISO/IEC 17025:2005, duração de 24 horas;

Curso Motivação e Gestão de Equipas, duração de 8 horas;

2007 — Normas de Acreditação ISO 17000 e ISO 45011, com duração de 4 horas;

2005 — Curso de Gestão de Sistemas em Segurança Alimentar (HACCP), duração de 40 horas;

2004 — Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (CAP), duração de 97 horas;

2002 — Certificação de Pessoas — Gestora de Sistemas da Qualidade, de acordo com o modelo da EIOQ, duração de 92 horas;

Curso de Auditor de Qualidade, qualificação como Auditor Interno, duração de 78 horas;

Curso de Formação Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade — ISO 9001:2000, duração de 21 horas.

Carreira profissional:

Desde dezembro de 2010 — Direção Intermédia de 3.º grau dos Serviços de Alimentação, em regime de substituição, nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa.

De julho de 2010 a novembro de 2010 — Técnica superior na área dos Serviços de Alimentação nos Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa.

De junho de 2005 a junho de 2010 — SGSLAB (Laboratório Alimentar e Águas).

De maio de 2000 a maio de 2002 — Amcor flexibles Europe (Embalagens flexíveis para a indústria alimentar) Estágio Profissional na área de Engenharia de materiais.

12 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *David João Varela Xavier*.

207644468

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Declaração de retificação n.º 227/2014

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 17 de fevereiro de 2014, a p. 4831, o despacho (extrato) n.º 2564/2014, retifica-se que onde se lê «em regime de tempo parcial de 15 %» deve ler-se «em regime de acumulação de 15 %».

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Vito Carioca*.

207646525

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Declaração de retificação n.º 228/2014

Para os devidos efeitos se declara que o regulamento n.º 57/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro de 2014, saiu com a seguinte inexatidão, que assim se retifica. Onde

se lê «Porbase, edição eletrónica e multimédia» deve ler-se «Base de Dados e Repositórios Científicos».

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *João Baptista da Costa Carvalho*.

207646177

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho (extrato) n.º 3420/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.02.2014, foi autorizada a rescisão do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com Isabel Cristina Vidal de Almeida Neves, com a categoria de Assistente Convidada em regime de tempo parcial 40 % na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, com efeitos a partir de 14.02.2014.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642775

Despacho (extrato) n.º 3421/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.02.2014, foi autorizada a adenda ao contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de Professora Adjunta Convidada com Sofia Bizarro Nolasco da Silva Narciso em regime de tempo integral no período de 15.02.2014 a 31.08.2014, para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 185 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642653

Despacho (extrato) n.º 3422/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.02.2014, foram autorizados os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com a categoria de Professores Adjuntos Convidados para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 185 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico dos seguintes docentes:

Isabel Cristina Vidal de Almeida Neves, em regime de tempo parcial 40 %, no período de 15.02.2014 a 31.08.2014.

Maria João Monteiro Coelho, em regime de tempo parcial 50 %, no período de 15.02.2014 a 31.08.2014.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642937

Despacho (extrato) n.º 3423/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.02.2014, foi autorizada a adenda ao contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de Assistente Convidada com Maria José Cruz Massa em regime de tempo parcial 25 % no período de 15.02.2014 a 31.08.2014, para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 100 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642564

Despacho (extrato) n.º 3424/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 06.02.2014, foi autorizada a adenda ao contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo na categoria de Professor Adjunto Convidado com Duarte Nuno Alves Martelo em regime de tempo parcial 55 % no período de 01.03.2014 a 31.08.2014, para a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1 índice 185 da tabela do pessoal docente do ensino superior politécnico.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642718

Despacho (extrato) n.º 3425/2014

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 04.02.2014, foi autorizada a rescisão do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com Marta Sofia Pereira da Silva, com a categoria de Assistente Convivida em regime de tempo parcial 15 % na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, com efeitos a partir de 01.03.2014.

21.02.2014. — O Administrador, *Licenciado António José Carvalho Marques*.

207642823

Instituto Superior de Engenharia de Lisboa**Despacho (extrato) n.º 3426/2014**

Por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 17.05.2013, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sem período experimental, com Maria José Pina da Cruz Amorim com a categoria de Professor Adjunto, na sequência de prestação de provas públicas para o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, com efeitos a partir de 16.03.2013, posicionado no escalão 4, índice 225 da tabela do pessoal do ensino superior politécnico.

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente do ISEL, *Prof. Doutor José Carlos Lourenço Quadrado*.

207647424

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE**Aviso n.º 3192/2014**

Por despacho de 10.02.2014 do Presidente do IPP, foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado por um período inicial experimental de cinco anos, com Maria Cristina Almeida Gama Guerra, na categoria de Professor Adjunto, em regime de tempo integral com exclusividade, com efeitos a partir de 26.11.2013.

21 de fevereiro de 2014. — O Administrador, *José Manuel Gomes*.

207644695

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Instituto Superior de Engenharia do Porto****Despacho (extrato) n.º 3427/2014**

Por despacho de 31 de janeiro de 2014 do Presidente do Instituto Superior de Engenharia do Porto, foi autorizada a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para o exercício de funções dos seguintes docentes:

Do Licenciado Alberto Manuel Peixoto Pinto, na categoria de Assistente Convivido, em regime de tempo Parcial — 50 %, auferindo o vencimento correspondente ao índice 100-2/3-50 %, escalão 1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18/11, com início a 1 de março de 2014 cessando a 28 de fevereiro de 2015.

Do Mestre Francisco José Marques Vieira, na categoria de Assistente Convivido, em regime de tempo Parcial — 30 %, auferindo o vencimento correspondente ao índice 100-2/3-30 %, escalão 1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 408/89, de 18/11, com início a 1 de março de 2014 cessando a 28 de fevereiro de 2015.

31 de janeiro de 2014. — O Presidente, *João Manuel Simões da Rocha*.

207648097

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**Despacho n.º 3428/2014**

Nos termos do disposto no artigo 6.º do Regulamento das Provas Especialmente Adequadas a Avaliar a Capacidade dos Maiores de 23 Anos para a Frequência dos Cursos Superiores de Licenciatura do Instituto Politécnico de Santarém, aprovo o calendário geral, a constituição do júri

e a tabela de taxas e emolumentos das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade dos maiores de 23 anos para a frequência dos cursos de licenciatura do Instituto Politécnico de Santarém, para o ano letivo de 2014/2015, que consta dos anexos I, II e III.

24 de fevereiro de 2014. — A Vice-Presidente, *Maria Teresa Pereira Serrano*.

ANEXO I**Prazo de inscrição e calendário geral das provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos de licenciatura do Instituto Politécnico de Santarém dos maiores de 23 anos — ano letivo de 2014/2015.**

De 3 de março a 30 de maio de 2014 — receção de inscrições nos maiores de 23 anos nas escolas do IPS

7 de junho de 2014, às 10h — realização da prova de cultura geral

14 de junho de 2014, às 10h — realização das provas específicas

23 a 27 de junho de 2014 — realização das entrevistas

4 de julho de 2014 — afixação das classificações

18 de julho de 2014 — afixação das classificações finais

ANEXO II**Constituição do júri das provas especialmente destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos de licenciatura do Instituto Politécnico de Santarém dos maiores de 23 anos — ano letivo de 2014/2015.**

Prof.ª Maria Fernanda Pires Ribeiro (Presidente)

Prof.ª Maria José Cambalacho Rosa Mendes Diogo

Prof. Filipe Montez Coelho Madeira

Prof. Hugo Gonçalo Duarte Louro

Prof.ª Maria Teresa Coelho

Prof. Ramiro Fernando Lopes Marques

ANEXO III**Tabela de taxas e emolumentos das provas especialmente destinadas a avaliar a capacidade para a frequência dos cursos de licenciatura do Instituto Politécnico de Santarém dos maiores de 23 anos — ano letivo de 2013/2014.**

Candidatura para a realização das provas — 75,00€ (1)

Candidatura fora do prazo — 125,00€ (2)

Pedido de consulta de provas — 10,00€

Pedido de revisão de provas — 50,00€ (3)

Fotocópia (cada uma) — 0,20€

Certidão do resultado da prova de cultura geral — 5,00€

Certidão do resultado das provas — 7,50€

Certidões não previstas nos números anteriores, por página — 2,00€

Curso de preparação para as provas específicas (por módulo) — 25,00€

(1) Por cada par escola/curso

(2) A realizar na escola em que se inscreveu até às 16.30 horas do dia 6 de junho

(3) A quantia será devolvida em caso de provimento do pedido

207642904

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR**Despacho (extrato) n.º 3429/2014**

Por despacho de 28 de janeiro de 2014 do Presidente do Instituto Politécnico de Tomar

João Carlos Silva de Sousa Lopes — contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo como Assistente Convivido, em regime de tempo parcial (24 %), da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 29 de janeiro de 2014 e término a 30 de maio de 2014, auferindo a remuneração correspondente a 24 % do escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

Marco Paulo Pereira da Silva — contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo como Assistente Convivido, em regime de tempo parcial (36 %), da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 29 de janeiro de 2014 e término a 30 de maio de 2014, auferindo a remuneração correspondente

a 36 % do escalão 1, índice 100, constante do estatuto remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

Jorge Miguel Oliveira Lourenço Ferreira — contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo como Assistente Convocado, em regime de tempo parcial (50 %), da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes do Instituto Politécnico de Tomar, com início a 29 de janeiro de 2014 e término a 30 de junho de 2014, auferindo a remuneração correspondente a 50 % do escalão 1, índice 100, constante do estatuto

remuneratório do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico para esta categoria.

(Contratações isentas de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas.)

28 de janeiro de 2014. — O Presidente, *Doutor Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida*.

207642929



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 3193/2014

Por deliberação de 19.02.2014 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, EPE, foi homologada a lista unitária de ordenação final do Procedimento Concursal Comum para o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Graduado Sênior de Ginecologia/Obstetrícia do mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Algarve, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicitado através do Aviso n.º 13833/2013, no DR, 2.ª série, n.º 220 de 13.11.2013:

Candidatos admitidos:

João José Guegués Silva Dias — 16,77 valores.

Maria Celeste Pires Pereira Santos — 13,81 valores.

Da homologação cabe recurso hierárquico a interpor no prazo de 10 dias úteis para Sua Ex.ª o Ministro da Saúde, nos termos do artigo 67.º, Secção VII da Portaria n.º 177/97 de 11/3, o qual deverá ser entregue no Serviço de Expediente Geral deste Centro Hospitalar ou enviado pelo correio em carta registada com aviso de receção.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Lidia Regala*.

207645983

Deliberação (extrato) n.º 613/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., de 19.02.2014:

Carolina Manuela Madeira Marques, Enfermeira do Mapa de Pessoal deste Hospital, em regime de contrato de trabalho em funções públicas — autorizado o regime horário de tempo parcial de 32 horas semanais, nos termos previstos no Capítulo III, artigo 46.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31/12, para o período de 01.03.2014 a 31.12.2014.

24.02.2014. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Lidia Regala*.

207646111

CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 3194/2014

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que cessaram funções, por rescisão de mútuo acordo, nos termos da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho, com efeitos a 31 de dezembro de 2013, as Assistentes Técnicas Maria de Fátima Simões Batalha e Serafina Oliveira Ventura e os Assistentes Operacionais Maria da Conceição Pinto Pereira, Ana Paula Cruz Anadia, Paulo Alexandre Oliveira Lopes e Maria Teresa Lima Martins.

24/02/2014. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente Monteiro*.

207644387

CENTRO HOSPITALAR BARREIRO MONTIJO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 614/2014

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E. de 21/11/2013, autorizada a licença sem remuneração por 1 ano, ao abrigo dos artigos 234.º e 235.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, à enfermeira do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, Sandra Isabel Rodrigues Pimenta, com efeitos a partir de 08/02/2014.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Silveira Ribeiro*.

207642134

CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.

Despacho (extrato) n.º 3430/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Enfermeira, Susana Margarida de Sá Rodrigues Neves Pereira, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Nephrocare Portugal, S. A.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643528

Despacho (extrato) n.º 3431/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Enfermeira, Maria do Rosário Santos Ferreira Correia, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Clisa — Clínica de Santo António, S. A.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643439

Despacho (extrato) n.º 3432/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Enfermeira, Maria Isabel da Costa Tristão, do mapa

de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Diaverum — Investimentos e Serviços, L.^{da}

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643471

Despacho (extrato) n.º 3433/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a Enfermeira, Mónica de Jesus Gonçalves Costa, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Diaverum — Investimentos e Serviços, L.^{da}

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643309

Despacho (extrato) n.º 3434/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Enfermeiro, João Carlos Barreiros Jóia, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções no British Hospital.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643228

Despacho (extrato) n.º 3435/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a Enfermeira, Maria Helena Alves Costa Parreira, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Médic — Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643382

Despacho (extrato) n.º 3436/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 31 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a Enfermeira, Luísa Maria Pires Tomé, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Associação Luís Pereira da Mora — Casa de Santa Tecla.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207643341

Despacho (extrato) n.º 3437/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 22 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a Assistente Operacional, Celeste Maria Teixeira Cavaco Grilo, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções nos HPP Lusiadas, S. A.

24 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207642986

Despacho (extrato) n.º 3438/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 29 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Enfermeiro, Tiago Cardoso Ribeiro, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Unidade de Longa Duração e Manutenção Saúde Sênior.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207647968

Despacho (extrato) n.º 3439/2014

Por despacho da enfermeira-diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 17 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a enfermeira Carla Cristina Sanchez de Almeida Nunes, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Horizontes Abertos, Unipessoal, L.^{da}

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648907

Despacho (extrato) n.º 3440/2014

Por despacho da diretora clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 17 de dezembro de 2013, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a técnica de diagnóstico e terapêutica de cardiopneumologia Paula Cristina Ferreira Pedro de Sousa Colaço, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na CARDIOPNEUMOTESTE — Sociedade de Diagnóstico Médicos Cardiopneumológicos, L.^{da}

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207647984

Despacho (extrato) n.º 3441/2014

Por despacho da enfermeira-diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 29 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao enfermeiro Paulo Jorge de Carvalho da Conceição, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Nephrocare Portugal, S. A. — Clínica de Hemodiálise do Lumiar.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648283

Despacho (extrato) n.º 3442/2014

Por Despacho da Diretora Clínica, do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 4 de fevereiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada a Técnica de Diagnóstico e Terapêutica de Radiologia, Maria Teresa Simão Marques Cabral, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções no Centro de Tomografia Computorizada de Setúbal.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648007

Despacho (extrato) n.º 3443/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de outubro de 2013, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente Graduado Sênior de Radiologia, Jorge Rodolfo Gil Guedes Cabral de Campos, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções no Hospital Cruz Vermelha e na Sociedade Portuguesa de Ressonância Magnética.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648178

Despacho (extrato) n.º 3444/2014

Por Despacho da Enfermeira Diretora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 29 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Enfermeira, Inês João Ribeiro Ramos Fernandes, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções no Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207647943

Despacho (extrato) n.º 3445/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 15 de novembro de 2013, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente, Luís José Morais Sargento, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Clínica Cardiovascular — Cardioteste.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207646233

Despacho (extrato) n.º 3446/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 15 de novembro de 2013, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada de Pediatria, Maria do Rosário Arriaga da Câmara Stone, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648664

Despacho (extrato) n.º 3447/2014

Por Despacho do Adjunto da Diretora Clínica, Dr. Lucindo Ormonde, do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 17 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada de Psiquiatria, Fátima Akbarali Ismail, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções, em regime de trabalho autónomo.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648372

Despacho (extrato) n.º 3448/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 20 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada ao Assistente Graduado Sênior de Hematologia, João Carlos Ramos Raposo, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções, em regime de trabalho autónomo.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207648437

Despacho (extrato) n.º 3449/2014

Por Despacho da Diretora Clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 20 de janeiro de 2014, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi autorizada à Assistente Graduada de Pediatria, Maria Helena Domingos de Sousa Loreto, do mapa de pessoal do mesmo Centro Hospitalar, a acumulação de funções na Clínica Abinício — Clínica Médica Materno Infantil e na Clínica de São Vicente.

25 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

207646299

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO MINHO, E. P. E.**Despacho (extrato) n.º 3450/2014**

Por despacho do Presidente do Conselho de Administração, datado de 18 de fevereiro de 2014 da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., foi concedida a exoneração do Contrato de Trabalho em Funções Públicas Por Tempo Indeterminado, a seu pedido, à Dr.ª Deolinda da Fonseca Bordalo, Assistente de Medicina Geral e Familiar, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à Administração Pública, com efeitos reportados a 26 de fevereiro de 2014.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Franklim Ribeiro Ramos*.

207645067

**PARTE H****MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PÊRA****Edital n.º 187/2014**

Fernando José Pires Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, ao abrigo da competência prevista na alínea *t*) do n.º 1

do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que em Reunião Ordinária da Câmara Municipal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à discussão pública o Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera, pelo período de 30 dias, a contar da data de publicação no *Diário da República*, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei

n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no artigo 118.º do CPA.

Mais se torna público que o referido projeto poderá ser consultado, todos os dias úteis, na Divisão de Administração Autárquica, Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, durante o horário de expediente, bem como, no site do Município (www.cm-castanheiradepera.pt).

Os eventuais contributos devem ser endereçados ou entregues na Divisão de Administração Autárquica ou através do correio eletrónico www.cm-castanheiradepera.pt.

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Pires Lopes*.

Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação

Preâmbulo

O Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera foi publicado no *Diário da República* n.º 118, 2.ª série, de 21 de junho de 2010. No entanto, desde a sua publicação, ocorreram mudanças legislativas importantes que ainda não foram transpostas para o presente regulamento, pelo que este carece de ser atualizado. De fato, destacam-se as alterações introduzidas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, 30 de março e do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que aprovou o Sistema de Indústria Responsável (SIR).

Simultaneamente, pretende-se introduzir algumas alterações que resultam da experiência de utilização do atual regulamento, procurando-se assim fazer os ajustamentos necessários, revendo aspetos relativos à atualização de conceitos, instrução de processos e de procedimentos.

Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, o preceituado no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação do presente Projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente regulamento é elaborado de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

Artigo 2.º

Âmbito e objeto

1 — O presente regulamento estabelece os princípios e procedimento aplicáveis em termos de urbanização e edificação.

2 — O presente regulamento aplica-se à totalidade do território do Município de Castanheira de Pera, sem prejuízo da legislação em vigor nesta matéria e do disposto nos Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do disposto no presente regulamento, e além dos constantes no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, são consideradas as seguintes definições:

a) Alinhamento: é a delimitação do domínio público relativamente aos prédios urbanos que o marginam, nomeadamente nas situações de confrontação com via pública.

b) Alpendre: é uma cobertura saliente de um edifício constituída por uma única superfície inclinada que pode ser suportada por pilares, colunas ou muros laterais; telheiro.

c) Anexo: edifício destinado a uso complementar do edifício principal, como por exemplo garagem, arrecadação, etc. Não possui título de propriedade autónoma.

d) Área Bruta Privativa (Aa): é a superfície total, expressa em m², medida pelo perímetro exterior e eixos das paredes ou outros elementos separadores do edifício ou da fração, que inclui caves e sótãos privativos com utilização idêntica à do edifício ou da fração.

e) Área Brutas Dependentes (Ab): expressa em m², corresponde às áreas cobertas e fechadas de uso exclusivo, ainda que constituam partes comuns, mesmo que situadas no exterior do edifício ou da fração, cujas utilizações são acessórias relativamente ao uso a que se destina o edifício ou fração, considerando-se, para esse efeito, locais acessórios as garagens, os parqueamentos, as arrecadações, as instalações para animais, os sótão ou caves acessíveis e as varandas desde que não integradas na área bruta privativa, e outros locais privativos de função distinta das anteriores.

f) Área de construção (Ac): expressa em m², corresponde ao somatório das áreas de todos os pisos, acima e abaixo do solo, com exclusão das áreas em sótão e em cave sem pé-direito regulamentar. A área de construção é, em cada piso, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e inclui os espaços de circulação cobertos (átrios, galerias, corredores, caixas de escadas e caixas de elevador) e espaços exteriores cobertos (alpendres, telheiros, varandas e terraços cobertos).

g) Área de implantação (Ai): expressa em m², corresponde à área do solo ocupada pelo edifício. Corresponde à área do solo contida no interior de um polígono fechado que compreende:

O perímetro exterior de contacto do edifício com o solo;

O perímetro exterior das paredes exteriores dos pisos em cave.

h) Cércea: expressa em metros lineares, corresponde à dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa das máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.

i) Cota de soleira: cota altimétrica da soleira da entrada principal do edifício.

j) Edifício: construção, dotada de acesso independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes mearias, que vão de fundações à cobertura, destinada à utilização humana ou outros fins.

k) Equipamentos amovíveis: entende-se por equipamentos amovíveis os referentes a equipamentos de climatização (ar condicionado, painéis solares), bem como, a colocação de antenas parabólicas e de televisão.

l) Equipamento lúdico ou de lazer: edificação, não coberta, de qualquer construção que se incorpore no solo com carácter de permanência, para finalidade lúdica ou de lazer.

m) Fogo: é uma parte ou a totalidade de um edifício, dotada de acesso independente, constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

n) Lote: é um prédio destinado à edificação, constituído ao abrigo de uma operação de loteamento ou de um plano de pormenor com efeitos registais.

o) Parcela: porção de território delimitada física, jurídica ou topologicamente.

p) Piso: é cada um dos planos sobrepostos, cobertos e dotados de pé direito regulamentar em que se divide o edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização. O piso correspondente à cota de soleira é contabilizado no número de pisos acima da cota de soleira e designado piso 1. O primeiro piso abaixo da cota de soleira é designado de Piso -1.

q) Telas finais: peças desenhadas que correspondem, exatamente, à obra executada.

r) Varanda: elemento construído cujo pavimento pode ser uma extensão da laje, para além do plano da fachada do edifício, delimitado por uma guarda, ao qual se acede por uma janela de sacada ou porta.

CAPÍTULO II

Disposições técnicas relativas à edificação e urbanização

Artigo 4.º

Condições gerais de edificabilidade

1 — A aptidão para edificação urbana de qualquer prédio deve cumprir as seguintes condições:

a) Capacidade de edificação, de acordo com o previsto em instrumento de gestão territorial aplicável e demais legislação;

b) Dimensão, configuração e características topográficas e morfológicas aptas ao aproveitamento urbanístico, no respeito das boas condições de funcionalidade, salubridade e acessibilidade.

2 — É permitida a abertura de novos arruamentos em operações de loteamento desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

a) A nova via contribua claramente para a consolidação da malha urbana;

b) A proposta apresentada demonstrar que essa é a solução urbanística mais adequada para o local.

3 — As operações urbanísticas a promover devem:

a) Valorizar a manutenção, recuperação e reabilitação de edifícios existentes;

b) Assegurar uma correta integração urbana, física e paisagística;

c) Ser coesas com o tecido urbano envolvente.

Artigo 5.º

Implantação das construções

1 — A implantação das edificações deverá respeitar os alinhamentos definidos pelas fachadas principais das construções adjacentes e que se encontram implantadas nas parcelas contíguas.

2 — Admitir-se-ão edificações com alinhamentos distintos do enunciado no ponto anterior, em casos devidamente justificados, designadamente na natureza da intervenção ou no carácter arquitetónico da proposta ou quando as edificações confinantes sejam antigas e estejam implantadas à face da via.

Artigo 6.º

Acessos de pessoas com mobilidade condicionada

1 — Todos os edifícios e o espaço público devem ser projetados e executados de forma a garantir o acesso de pessoas com mobilidade condicionada.

2 — No caso de realização de obras de reconstrução, ampliação ou alteração a aplicação das disposições referentes à mobilidade condicionada poderá ser dispensada se os edifícios, pelas suas características, inviabilizarem inequivocamente a implementação de medidas tendentes à melhoria das acessibilidades.

Artigo 7.º

Anexos

1 — Os anexos deverão enquadrar-se, de modo adequado, com a construção principal e no conjunto urbano onde se inserem, não podendo exceder um piso acima da cota de soleira.

2 — Os anexos implantados junto ao limite da parcela devem verificar as seguintes condicionantes:

a) Não podem ter cobertura visitável;

b) A parede de meação não pode exceder uma altura superior a 3,50 m medido a partir da cota de terreno mais alto, caso existam desníveis entre terrenos contíguos;

c) As águas pluviais da cobertura devem ser encaminhadas para o logradouro.

Artigo 8.º

Guardas de Proteção

As guardas em varandas e terraços acessíveis devem ser executadas de modo a garantir a segurança de pessoas e bens.

Artigo 9.º

Muros

1 — Sem prejuízo do disposto em legislação específica, bem como, em disposições constantes de Planos Municipais de Ordenamento do Território ou em loteamentos aprovados, os muros de vedação confinantes com a via pública, não devem, em regra, ter uma altura superior a 1,20 m, a contar da cota do passeio ou, caso este não exista, do arruamento. É permitido o complemento da vedação com sebes, grades ou redes de arame (que não farpado) até uma altura máxima de 2,00 m.

2 — Os muros não confinantes com a via pública poder-se-ão elevar até uma altura máxima de 2,00 m, podendo ser complementados, até uma altura de 2,50 m, mediante utilização de sebes, grades ou redes de arame (que não farpado), desde que salvaguardados os aspetos regulamentares relativos às edificações vizinhas.

3 — Em situações devidamente justificadas, designadamente pela topografia do terreno ou a relação com a envolvente, podem ser aceites soluções distintas das indicadas nos números anteriores.

4 — Não é permitida a utilização de lanços, picos ou outros materiais cortantes ou perfurantes.

5 — Os muros existentes em material natural (pedra) deverão, sempre que possível, ser mantidos.

6 — Deverá ser prevista a localização de terminais de infraestruturas, designadamente contadores de energia elétrica, abastecimento de águas, de gás e outros, como a caixa de correio.

Artigo 10.º

Marquises

1 — É permitida a instalação de marquises em alçados de construções não considerados como principais, sendo aceite uma única tipologia construtiva no conjunto do edificado, em termos de desenho arquitetónico e materiais utilizados.

2 — O pedido de licenciamento referente à instalação de marquises num edifício de habitação coletivo ou edifício misto deve ser instruído, além dos elementos exigidos por lei, com fotocópia da ata de assembleia de condóminos autorizando a realização da referida instalação.

Artigo 11.º

Materiais e cores de revestimento exterior

1 — Sem prejuízo do disposto em alvará de loteamento, os materiais ou cores a aplicar nos elementos que constituem as fachadas e cobertura das edificações devem ser escolhidos de modo a proporcionar a sua adequada integração na envolvente urbana.

2 — As cores a utilizar nas paredes, caixilharias, serralharias e tubos de queda devem ser preferencialmente cores tradicionais, tais como, branco, cinza, creme e outras tonalidades de ocre.

3 — A Câmara Municipal pode solicitar a referência e amostra de materiais e cores a aplicar para uma melhor análise da pretensão do dono da obra.

Artigo 12.º

Colocação de materiais amovíveis

1 — Os equipamentos de climatização deverão ser colocados em locais não visíveis da via pública. Nas situações em que tal não seja possível, deve-se prever uma solução que não afete negativamente a estética do edifício e resguarde a visibilidade do equipamento da via pública.

2 — A colocação de antenas parabólicas e antenas de televisão deve efetuar-se na cobertura da edificação e de modo a produzir o menor impacto visual quer em termos do edifício quer em termos da envolvente.

3 — A instalação de painéis solares deve harmonizar-se com as características arquitetónicas do edifício e do conjunto edificado envolvente.

Artigo 13.º

Salas de condomínio

1 — Os novos edifícios, passíveis de se constituírem em regime de propriedade horizontal, com 10 ou mais frações, devem ser dotados de um espaço comum vocacionado para a realização das assembleias de condóminos e gestão corrente dos espaços comuns.

2 — O espaço mencionado no ponto anterior deve obedecer às seguintes condições:

a) Possuir uma área mínima de 12 m²;

b) Possuir o pé-direito mínimo regulamentar;

c) Constituir um espaço arejado e devidamente iluminado;

d) Constituir espaço independente e de fácil acesso a partir de uma área comum.

3 — O espaço destinado ao fim previsto no presente artigo será obrigatoriamente um espaço comum, não podendo constituir uma fração autónoma nem ser utilizado para outro fim.

Artigo 14.º

Gestão e depósito de resíduos de construção e demolição (RCD)

1 — A gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) deverá respeitar as disposições legais em vigor, nomeadamente, o disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março.

2 — Em todas as operações urbanísticas deve prever-se a existência de um espaço destinado ao depósito e recolha dos resíduos de construção e demolição, devendo este garantir a acessibilidade dos veículos de recolha e não afetar a salubridade e estética do local.

CAPÍTULO III

Procedimento de controlo prévio e situações especiais

SECÇÃO I

Isenção de licença ou admissão de comunicação prévia

Artigo 15.º

Obras erigidas antes de 1 de agosto de 1951

Para as obras de construção, reconstrução, alteração, bem como, para a utilização de prédios construídos antes de 1 de agosto de 1951, os serviços deverão, a requerimento dos interessados, emitir certidões comprovativas de que na data da sua realização não era exigida nem licença de construção nem licença de utilização.

Artigo 16.º

Obras de escassa relevância urbanística

1 — São dispensadas de licença ou admissão de comunicação prévia, pela sua escassa relevância urbanística, as seguintes obras:

- a) As edificações, contíguas ou não, ao edifício principal com altura não superior a 2,2 m ou, em alternativa, à cêrcea do rés-do-chão do edifício principal com área igual ou inferior a 10 m² e que não confinem com a via pública;
- b) A edificação de muros de vedação até 1,80 m de altura que não confinem com a via pública e de muros de suporte de terras até uma altura de 2 m ou que não alterem significativamente a topografia dos terrenos existentes;
- c) A edificação de estufas de jardim com altura inferior a 3 m e área igual ou inferior a 20 m²;
- d) As pequenas obras de arranjo e melhoramento da área envolvente das edificações que não afetem área do domínio público;
- e) A edificação de equipamento lúdico ou de lazer associado a edificação principal com área inferior à desta última;
- f) Os abrigos para animais de estimação, de caça ou de guarda cuja área não seja superior a 4 m² e se localizem no tardo do logradouro de prédios particulares;
- g) A edificação de pérgulas;
- h) Vedações com prumos e rede até uma altura de 2 m;
- i) Jazigos;
- j) A demolição das edificações referidas nas alíneas anteriores;
- k) A construção de rampas destinadas a pessoas com mobilidade condicionada e a eliminação de barreiras arquitetónicas quando localizadas no perímetro das habitações e dentro da parcela integrada em espaço urbano;
- l) A instalação de painéis solares fotovoltaicos ou geradores eólicos associada a edificação principal, para produção de energias renováveis, incluindo microprodução, que não excedam, no primeiro caso, a área de cobertura da edificação e a cêrcea desta em 1 m de altura, e, no segundo, a cêrcea da mesma em 4 m e que o equipamento gerador não tenha um raio superior a 1,5 m, bem como de coletores solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias que não excedam os limites previstos para os painéis solares fotovoltaicos;
- m) A substituição dos materiais de revestimento exterior ou de cobertura ou telhado por outros que, conferindo acabamento exterior idêntico ao original, promovam a eficiência energética.

2 — Não obstante se tratarem de operações não sujeitas a qualquer procedimento de controlo prévio, devem os interessados dar conhecimento à Câmara Municipal, 5 dias antes do início das obras, do tipo de operação que vai ser realizada, nos termos e para cumprimento do previsto no artigo 93.º do RJUE.

Artigo 17.º

Outras obras isentas de licença ou admissão de comunicação prévia

Às obras previstas nas alíneas a) e b) do artigo 6.º do RJUE aplica-se o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 18.º

Legislação aplicável

As operações urbanísticas referidas no artigo anterior encontram-se isentas de controlo prévio, no entanto, tal facto, não as isenta do cumprimento da legislação aplicável em vigor, nomeadamente, o disposto nos planos municipais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, alvarás de loteamento em que se integrem e demais regulamentos específicos.

Artigo 19.º

Instrução de operações de escassa relevância urbanística

1 — A instrução dos pedidos referentes às obras de escassa relevância urbanística referidas no n.º 1 do artigo 11.º do presente regulamento, deve conter os seguintes elementos:

- a) Certidão de registo predial ou fotocópia não certificada referente ao prédio onde se pretende executar as obras, ou documento comprovativo da posse do terreno;
- b) Planta de localização fornecer pelos serviços da Câmara Municipal, com indicação precisa do local;
- c) Extrato da planta de condicionantes e de ordenamento do Plano Diretor Municipal, a fornecer pelos serviços da Câmara Municipal, com indicação precisa do local.

2 — Na situação prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 11.º do presente regulamento, além dos elementos referidos no número anterior, o pedido deve ainda ser instruído com os seguintes elementos:

- a) A localização do equipamento;
- b) A cêrcea e o raio do equipamento;
- c) O nível de ruído produzido pelo equipamento;
- d) Termo de responsabilidade onde o apresentante da notificação declare conhecer e cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis à instalação de geradores eólicos.

3 — Não se aplica o disposto na alínea b) e c) do n.º 1 do presente artigo às obras referidas na alínea i) do n.º 1 do artigo 11.º do presente regulamento.

SECÇÃO II

Do projeto

Artigo 20.º

Projetos em formato digital

1 — Os ficheiros digitais referentes às peças escritas devem ser apresentados em formato Acrobat Reader, enquanto as peças desenhadas devem ser entregues no formato original do software CAD, utilizando o formato dxf.

2 — Os projetos devem ser entregues em suporte físico do tipo CD-ROM.

Artigo 21.º

Cores convencionais

1 — Sempre que a operação urbanística a apreciar compreenda uma alteração devem ser utilizadas cores convencionais para a sua representação, com o seguinte código de cores:

- a) A cor vermelha para os elementos a construir;
- b) A cor amarela para os elementos a demolir;
- c) A cor preta para os elementos a manter;
- d) A cor azul para os elementos a legalizar.

2 — Os pedidos desta natureza devem ainda ser complementados com as peças desenhadas do existente e da solução final.

Artigo 22.º

Estimativa orçamental

1 — A estimativa orçamental a apresentar deve ser elaborada tendo em consideração os valores mínimos a seguir mencionados:

Uso	Valor (em euros)
Habitação Unifamiliar ou Bifamiliar	550,00/m ²
Edifício de Utilização Coletiva	500,00/m ²

Uso	Valor (em euros)
Garagens, Anexos, Arrumos, Sótãos para arrumos, Cave para uso não habitacional.	175,00/m ²
Comércio e Serviços	300,00/m ²
Empreendimentos Turísticos	450,00/m ²
Indústria, armazéns e afins.	225,00/m ²
Muros	45,00/m ²

2 — A estimativa orçamental deve conter a discriminação das áreas totais de construção, por piso, e consoante o uso que se encontra afeto.

Artigo 23.º

Prazos de execução

1 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 53.º do RJUE, o prazo de execução proposto para realização das obras de urbanização, e que se enquadrem num procedimento de comunicação prévia, não poderá ultrapassar os 24 meses.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 53.º e n.º 2 do artigo 58.º ambos do RJUE, para execução das obras sujeitas ao regime de comunicação prévia são fixados os seguintes prazos em função do uso e tipo de obra, sem prejuízo da sua eventual prorrogação nos termos do disposto no RJUE:

- Anexos, garagens, edificações ligeiras, muros ou outras obras equivalentes: máximo de 6 meses;
- Habitação unifamiliar ou bifamiliar: máximo de 24 meses;
- Edifícios de utilização coletiva: máximo de 24 meses;
- Comércio e serviços: máximo de 24 meses;
- Indústria ou armazéns: máximo de 24 meses.

3 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 58.º do RJUE, o prazo de execução de obras de edificação sujeitas ao procedimento de licenciamento devem respeitar os prazos definidos no n.º 2 do presente artigo.

4 — Se o pedido for referente a mais do que um uso, para efeitos do disposto no presente artigo, será considerado o prazo mais elevado dos usos em questão.

5 — Os prazos mencionados no n.º 1 e 2 do presente artigo poderão ser prorrogados de acordo com o disposto no RJUE.

Artigo 24.º

Número de cópias

Os pedidos e respetivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, um em suporte de papel e outro em suporte informático, acrescendo o número de cópias necessárias para a consulta das entidades exteriores ao Município.

Artigo 25.º

Plano de acessibilidades

1 — As operações urbanísticas sujeitas a apresentação de plano de acessibilidades, nos termos da legislação em vigor, devem integrar os seguintes elementos mínimos:

- Memória descritiva e justificativa;
- Peças desenhadas à escala 1/200 ou superior, contendo informação relativa aos percursos acessíveis no espaço exterior, na relação com as edificações envolventes e, quando aplicável, o acesso a partir da entrada do edifício até às várias áreas propostas para o interior do mesmo;
- Os elementos gráficos deverão ser devidamente cotados em toda a sua extensão, com indicação inequívoca das dimensões, da inclinação das rampas propostas, altura das guardas e dimensões das escadas, etc.

2 — O plano de acessibilidades pode integrar o projeto de arquitetura ou constituir um anexo que o acompanha na instrução do processo.

SECÇÃO III

Da instrução

Artigo 26.º

Disposições comuns

1 — Os pedidos relativos às operações urbanísticas obedecem ao disposto no artigo 9.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, salvo as situações especiais, legalmente previstas noutros diplo-

mas legais, e serão instruídos com os elementos constantes da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, ou a que lhe suceder.

2 — A Câmara Municipal pode ainda solicitar a entrega de outros elementos complementares quando se mostrem necessários à correta apreciação da pretensão, em função, nomeadamente, do número de entidades a consultar, da natureza, da localização e complexidade da operação urbanística aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

3 — As plantas a fornecer pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, de modo a fazerem parte integrante do pedido a apresentar, devem ser previamente solicitada junto desta, por e-mail ou mediante apresentação de requerimento, sendo posteriormente fornecidas ao titular do pedido com o carimbo da Câmara Municipal.

4 — Não podem ser aceites peças escritas ou desenhadas que apresentem rasuras ou emendas, salvo quando devidamente ressalvadas.

Artigo 27.º

Saneamento e apreciação liminar

1 — Os pedidos referentes às operações urbanísticas abrangidas pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação serão apreciados, em fase de saneamento e apreciação liminar, uma única vez. A não apresentação da totalidade dos elementos solicitados, no prazo definido para o efeito, culmina com a rejeição liminar e consequente arquivamento do pedido.

2 — Poderá ser solicitada a reapreciação do pedido, no prazo de 18 meses, a contar da data da declaração da rejeição liminar do pedido.

3 — No caso previsto no número anterior, proceder-se-á ao aproveitamento dos documentos válidos constantes do pedido inicial.

Artigo 28.º

Instrução de pedido de emissão de certidão de destaque

Os pedidos de emissão de certidão de destaque de uma parcela devem ser instruídos, em duplicado, com os seguintes elementos:

- Requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara, disponibilizado na Divisão de Administração Autárquica e no site do Município;
- Certidão de registo predial e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória de Registo Predial referente ao prédio objeto da operação de destaque;
- Termo de responsabilidade do técnico acompanhado pela declaração da respetiva associação profissional;
- Planta de localização, a fornecer pelos serviços da Câmara Municipal, com indicação precisa do local;
- Extrato da Planta de Condicionantes e de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, a fornecer pelos serviços da Câmara Municipal, com indicação precisa do local;
- Planta do destaque, à escala 1:200 ou 1:500, desenhada sobre o levantamento topográfico e contendo a seguinte informação:

- Os limites e orientação do prédio alvo da operação de destaque;
- As confrontações do terreno de acordo com a informação que consta do título de propriedade;
- A delimitação da parcela a destacar;
- A indicação da área total do prédio e da parcela a destacar;
- As confrontações das parcelas resultantes da operação de destaque;
- Os arruamento, estradas ou caminhos públicos que confrontam com o prédio.

Artigo 29.º

Instrução de pedidos de informação prévia

O pedido de informação prévia deve ser instruído, além dos elementos constantes da Portaria em vigor, com Certidão de Registo Predial emitida pela Conservatória de Registo Predial, referente ao prédio ou prédios abrangidos.

Artigo 30.º

Instrução de pedidos de licença ou admissão de comunicação prévia

1 — O levantamento topográfico que instrua os pedidos de licença ou admissão de comunicação prévia deverá ser apresentado à escala adequada, e conter a indicação dos limites e orientação do terreno, bem como, as suas confrontações, devendo estas últimas corresponder à informação constante do título de propriedade.

2 — A planta de implantação deve conter a indicação dos seguintes elementos:

- a) O alinhamento dos edifícios e muros cotados ao eixo da via;
- b) A cota de soleira do edifício;
- c) A localização e dimensionamento de edificações anexas;
- d) Das linhas de água que atravessam ou limitam o terreno.

3 — As peças escritas e desenhadas que compõem o projeto devem ser rubricadas pelo seu autor.

Artigo 31.º

Instrução de pedido de prorrogação

1 — A prorrogação dos prazos da licença ou admissão de comunicação prévia devem ser instruídos junto da Câmara Municipal nos 8 dias úteis que antecedem o seu termo.

2 — Os pedidos de prorrogação devem ser instruídos com os seguintes elementos:

- a) Requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara, disponibilizado na Divisão de Administração Autárquica e no site do Município;
- b) Calendarização da obra, com indicação dos trabalhos que falta executar;
- c) Termo de responsabilidade do técnico responsável pela direção técnica da obra, acompanhado do documento comprovativo da inscrição na respetiva associação profissional;
- d) Dados relativos ao titular da Declaração de titularidade de classificação de industrial de construção civil ou do Título de registo da atividade, de modo a proceder-se à sua verificação no site do InCI;
- e) Apólice de seguros de acidentes de trabalho;
- f) Original do título/certidão/documento de admissão de comunicação prévia.

3 — Com o deferimento do pedido de prorrogação, proceder-se-á ao averbamento desta decisão no título ou admissão de comunicação prévia respetivo.

4 — Relativamente ao pedido de prorrogação para acabamentos, o averbamento será efetuado após a comprovação do pagamento das taxas devidas.

Artigo 32.º

Instrução de pedido de renovação

1 — De acordo com o disposto no artigo 72.º do RJUE, o titular de licença ou admissão de comunicação prévia que tenha caducado pode requerer nova licença ou admissão de comunicação prévia.

2 — O pedido de renovação deve ser solicitado no prazo de 18 meses, a contar da data da declaração da caducidade, sendo utilizados no novo processo os elementos válidos que instruíram o processo anterior.

Artigo 33.º

Instrução de pedido de obras inacabadas

O titular de licença ou admissão de comunicação prévia que tenha caducado, mas cuja obra tenha atingido um avançado estado de execução, pode solicitar a concessão de uma licença especial para a sua conclusão ou ser apresentada comunicação prévia para o mesmo efeito.

Artigo 34.º

Instrução de pedido de autorização de utilização ou alteração de utilização

1 — Sempre que, que motivo devidamente justificado, não seja possível proceder à apresentação do termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, a aprovação da autorização de utilização ficará condicionada à realização de vistoria.

2 — Sempre que ocorram situações de alterações ao projeto licenciado, as telas finais podem substituir a apresentação do projeto de alteração caso estas não impliquem um procedimento de licenciamento ou comunicação prévia.

Artigo 35.º

Instrução de pedido de constituição de edifício em propriedade horizontal

1 — O pedido de constituição de edifício em propriedade horizontal pode ser apresentado em simultâneo com o pedido de licenciamento ou de admissão de comunicação prévia.

2 — O pedido de constituição de edifício em propriedade horizontal deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Requerimento;
- b) Certidão de registo predial e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória de Registo Predial;

c) Memória descritiva, contendo a discriminação das frações a constituir (áreas, permilagens ou percentagens e uso a afetar), bem como, a informação relativa às áreas comuns. Se o pedido de constituição de edifício em propriedade horizontal, for apresentado após a realização das obras de edificação deve ser feita menção do número e data do respetivo alvará ou admissão de comunicação prévia;

d) Planta de localização, com indicação precisa do local, a solicitar junto dos serviços municipais;

e) Planta, à escala 1:500, com delimitação das frações a constituir, das áreas e dos usos que lhe estão afetas, assim como, a delimitação das áreas comuns.

3 — A aprovação da constituição de edifício em propriedade horizontal é titulada através de certidão, que será emitida após o pagamento das taxas devidas.

Artigo 36.º

Instrução de pedido de compropriedade ou alteração de número de compartes

De modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual, o pedido solicitando a emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade ou alteração do número de compartes de prédios rústicos deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Requerimento, contendo a identificação dos potenciais compartes;
- b) Certidão de registo predial atualizada;
- c) Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes do Plano Diretor Municipal, assinalando devidamente a área em causa;
- d) Planta de localização assinalando devidamente os limites do prédio.

SECÇÃO IV

Regime específico de legalização

Artigo 37.º

Legalização de obras e edificações existentes

1 — Os pedidos tendentes à legalização de obras e edificação existentes, além do cumprimento das normas previstas na presente secção, devem respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, as decorrentes dos instrumentos de gestão territorial, em vigor à data da conclusão da obra.

2 — Os pedidos mencionados no número anterior devem ser instruídos de acordo com o disposto na Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, ou a que lhe suceder, e ainda, documento que comprove a data de conclusão das obras ou da edificação.

3 — Mediante apreciação caso a caso, poderá ser dispensada a apresentação dos seguintes documentos instrutórios:

a) Os elementos constantes do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, ou a que lhe suceder;

b) Plano de acessibilidades, caso as obras ou edificação sejam anteriores à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto (8 de fevereiro de 2007). Caso as obras ou a edificação sejam posteriores a esta data, pode ser apresentada uma declaração subscrita por técnico para o efeito legalmente habilitado que, justificadamente demonstre a impossibilidade técnica ou a excessiva onerosidade resultante da implementação das disposições constantes do referido decreto-lei;

c) Projeto de instalação de gás: quando o requerente solicite a dispensa do projeto de gás, uma vez que não pretende utilizar essa fonte de energia. Poderá ainda ser dispensada a apresentação do projeto de instalação de gás desde que se comprove que as obras foram efetuadas antes de 1 de março de 1990.

d) Projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações: deve comprovar que a edificação já se encontra dotada de instalação telefónica e de telecomunicações;

e) Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica ou ficha eletrotécnica: deve comprovar que a edificação já se encontra provida de rede elétrica e disso fazer prova;

f) Estudo de comportamento térmico: quando a edificação for anterior à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 40/90, de 6 de fevereiro (1 de janeiro de 1991).

g) Projeto acústico: quando a edificação seja anterior à data de entrada do Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de março (10 de julho de 2002).

Artigo 38.º

Taxas devidas

Aos pedidos de legalização relativos a obras ou edificações existentes aplicam-se as taxas previstas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Castanheira de Pera, com as seguintes especificidades:

- a) Aos pedidos apresentados são aplicadas as taxas previstas de acordo com o tipo de procedimento;
- b) A taxa prevista no número anterior é cobrada após o deferimento do pedido de legalização;
- c) O cálculo da taxa referente à emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia será efetuado tendo em consideração a área de construção da operação urbanística.

SECÇÃO V

Casos Especiais

SUBSECÇÃO I

Consulta pública

Artigo 39.º

Operações de loteamento com consulta pública

1 — Estão sujeitas a consulta pública as operações de loteamento que excedam os seguintes limites:

- a) 2 ha;
- b) 50 fogos;
- c) 10 % da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão.

2 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do presente artigo, entende-se que a população do aglomerado urbano a correspondente à população mencionada nos últimos censos oficiais.

3 — A promoção da consulta pública determina a suspensão do prazo de apreciação.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se não só ao licenciamento de operações de loteamento mas também ao licenciamento de alterações de licença de operações de loteamento.

Artigo 40.º

Procedimento de consulta pública

1 — Nas situações previstas no artigo anterior, a aprovação pela Câmara Municipal do pedido de licenciamento de operações de loteamento é precedida de um período de consulta pública a realizar-se nos termos do disposto nos números seguintes.

2 — Existindo um projeto de decisão, promover-se-á consulta pública, sendo este procedimento divulgado com a antecedência de 5 cinco dias úteis, e decorrendo durante um período de 10 dias úteis.

3 — A consulta pública é publicitada através de aviso a publicar em jornal local e através de edital a disponibilizar nos locais de estilo e na página da Internet do Município.

4 — A consulta tem por objeto o projeto de loteamento, que deve ser acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, bem como dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidas pelas entidades exteriores ao Município, podendo os interessados no prazo previsto no número anterior, consultar o processo e apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões.

SUBSECÇÃO II

Alterações à licença

Artigo 41.º

Alterações às licenças de loteamento não sujeitas a consulta pública

1 — Fora as situações previstas no artigo 32.º do presente regulamento, a alteração de licença de operação de loteamento implica, para o requerente, a obrigação de indicar à Câmara Municipal a identificação de todos os titulares dos lotes constantes do alvará, com comprovativo dessa qualidade emitido pela Conservatória de Registo Predial, bem como, das respetivas moradas, para efeitos da sua notificação para pronúncia.

2 — O gestor do procedimento procederá à notificação, via postal com aviso de receção, de acordo com o previsto no número anterior,

para se pronunciarem sobre a alteração, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro deste prazo, consultar o processo e apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no local indicado na notificação.

3 — O procedimento mencionado no ponto anterior é substituído por edital sempre que o loteamento alvo da proposta de alteração tenha mais de 20 lotes ou no caso de ser impossível a identificação dos interessados por via postal.

4 — No caso de se proceder à publicitação de edital este deve ser afixado nos locais de estilo e no site do Município, bem como, no local da operação de loteamento.

SUBSECÇÃO III

Impacte semelhante a loteamento e impacte relevante

Artigo 42.º

Impacte semelhante a loteamento

1 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 57.º do RJUE, considera-se gerador de impacte semelhante a uma operação de loteamento, a construção, reconstrução, ampliação ou alteração, em área não abrangida por operação de loteamento, de edifícios que sejam ou passem a ser contínuos e funcionalmente ligados entre si, quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) O edifício disponha ou passe a dispor de mais de uma caixa de escada de acesso comum a frações ou unidades independentes, excluindo as escadas de emergência, quando exigidas por lei;
- b) O edifício disponha ou passe a dispor de três ou mais frações ou unidades funcionais, com acesso direto a partir do espaço exterior, quer este tenha natureza privada quer tenha natureza pública;
- c) Que envolvam uma sobrecarga dos níveis de serviço nas infraestruturas e no ambiente, nomeadamente, vias de acesso, tráfego, parqueamento, ruído.

2 — Na situação prevista no número anterior, as operações urbanísticas a promover devem prever a existência de espaços destinados a espaços verdes e de utilização coletiva e as infraestruturas viária, devendo cumprir os parâmetros constantes do plano municipal de ordenamento do território ou, em alternativa, e na sua falta, os valores constantes da portaria em vigor.

Artigo 43.º

Impacte relevante

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, considera-se operação urbanística de impacte relevante, e como tal sujeitas às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento, quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) Toda e qualquer construção que disponha de três ou mais frações ou unidades independentes, excluindo as escadas de emergência, quando exigidas por lei;
- b) As edificações destinadas a comércio ou serviços, com área de construção igual ou superior a 500 m²;
- c) Os empreendimentos turísticos que se integrem numa das seguintes tipologias
 - c.1) estabelecimento hoteleiros;
 - c.2) aldeamentos turísticos;
 - c.3) apartamentos turísticos;
 - c.4) conjuntos turísticos.

CAPÍTULO VI

Compensações urbanísticas

Artigo 44.º

Áreas de cedência destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos

Os projetos de loteamento e os pedidos de licenciamento ou a admissão de comunicação de prévia referente a operações urbanísticas que respeitem a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si que determinem, em termos urbanísticos, impacto semelhante a operação de loteamento, tal como se encontra definido no presente regulamento, devem prever áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos.

Artigo 45.º

Compensações

1 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 44.º e no n.º 5 do artigo 57.º ambos do RJUE, os titulares de operações urbanísticas de loteamento ou com impacte semelhante a loteamento ou ainda com impacte urbanístico relevante estão obrigados ao pagamento de uma compensação a favor do Município de Castanheira de Pera sempre que, e no âmbito das referidas operações urbanísticas, o prédio a lotear já estiver dotado de equipamentos ou espaços verdes e de utilização coletiva e ou não se justificar a localização de quaisquer outros na área de intervenção da operação urbanística.

2 — A compensação mencionada no ponto anterior pode ser paga em espécie, através da cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos.

3 — A Câmara Municipal poderá ainda optar pelo pagamento da compensação em numerário, sendo o cálculo do montante a pagar efetuado de acordo com o disposto no artigo 36.º do presente regulamento.

Artigo 46.º

Cálculo da compensação em numerário nas operações de loteamento e de obras de urbanização

O valor da compensação em numerário a pagar nas operações de loteamento e de obras de urbanização é calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$C = C1 + C2$$

em que:

C — valor, em euros, do montante total da compensação devida;

C1 — valor, em euros, da compensação devida ao município quando não se justifique a cedência, no todo ou em parte, de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, instalação de equipamentos públicos, a estacionamento ou a arruamentos, sendo este valor nulo sempre as áreas efetivamente cedidas sejam superiores às exigíveis nos termos das normas legais e regulamentares em vigor.

O cálculo de *C1* resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$C1 \text{ (€)} = (K1 \times K2 \times A1 \times V)/10$$

em que:

K1 — fator variável em função da localização da operação urbanística:

Vila de Castanheira de Pera — 1
Restante Concelho — 0,80

K2 — fator variável em função do índice de construção da operação urbanística

Índice de construção da operação urbanística	<i>K2</i>
Até 0,25	1
De 0,26 a 0,30	1,2
De 0,31 a 0,35	1,5

A1 — valor, expresso em metros quadrados, correspondente às áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva, bem como, para instalação de equipamentos públicos, calculados nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;

V — valor, expresso em euros, correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, e que é fixado anualmente através da publicação de portaria, para efeito de aplicação do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis.

C2 — valor, em euros, da compensação devida ao Município quando o prédio a lotear já se encontra servido de infraestruturas (arruamentos viários e pedonais, rede de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações).

O cálculo de *C2* resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$C2 = K3 \times K4 \times A2 \times V$$

em que:

K3 = 0,10 × número de fogos e de outras unidades de ocupação previstas para o loteamento e cujas edificações criem servidões e acessibilidades diretas para arruamentos existentes devidamente infraestruturados no todo ou em parte;

K4 = 0,03 + 0,02 × número de infraestruturas existentes nos arruamentos acima referidos, nomeadamente:

Rede pública de saneamento;
Rede pública de águas pluviais;
Rede pública de abastecimento de água;
Rede pública de energia elétrica;
Rede de telefones;
Rede de gás.

A2 — valor, em metros quadrados, que corresponde à superfície determinada pelo comprimento das linhas de confrontação dos arruamentos com o prédio a lotear multiplicado pela sua distância ao eixo desses arruamentos.

V — valor, expresso em euros, correspondente ao custo do metro quadrado de área bruta de construção na área do Município, e que é fixado anualmente através da publicação de portaria, para efeito de aplicação do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis.

Artigo 47.º

Cálculo da compensação em numerário nas operações urbanísticas com impacte urbanístico relevante e com impacte semelhante a loteamento

O disposto no número anterior é igualmente aplicável, com as necessárias adaptações, no cálculo da compensação em numerário nas operações urbanísticas com impacte urbanístico relevante e com impacte semelhante a loteamento.

Artigo 48.º

Cálculo da compensação em espécie

1 — Com vista ao pagamento da compensação em espécie, o titular da operação urbanística deve formalizar essa intenção através da apresentação dos seguintes elementos:

- Requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, dando conhecimento da sua pretensão esclarecendo, nomeadamente, a sua proposta e indicando o valor do ou dos bens imóveis objeto de compensação;
- Extrato da planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal, com indicação precisa do local;
- Levantamento topográfico do bem ou dos bens imóveis devidamente atualizado;
- Certidão de registo predial devidamente atualizada.

2 — Os elementos mencionados nos termos do número anterior são objeto de uma análise e parecer técnico que deve incidir sobre os seguintes aspetos:

- A capacidade de utilização do ou dos bens imóveis objeto da compensação;
- A localização dos bens e a existência de infraestruturas;
- As possíveis utilizações do ou dos bens imóveis

3 — Os bens imóveis objeto de compensação serão avaliados por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística, sendo as respetivas decisões tomadas por maioria dos votos.

4 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor da compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas em numerário.

5 — Se o valor proposto no relatório final da comissão referida no presente artigo não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118.º do RJUE.

CAPÍTULO VII

Licenciamentos especiais

Artigo 49.º

Sistema da indústria responsável

A instalação de estabelecimentos industriais, cuja entidade coordenadora é a Câmara Municipal, em edifício cujo alvará de utilização admita comércio ou serviços ou em prédio urbano destinado a habitação, pode ser autorizada por mera comunicação prévia desde que não haja impacto relevante no equilíbrio urbano e ambiental e cumpra todos os critérios a observar na avaliação da salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental constantes dos artigos seguintes.

Artigo 50.º

Critérios de salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental

1 — De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 18.º do Sistema da Indústria Responsável, pode ser autorizada a instalação de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-A e B do anexo I ao SIR, em edifício cujo alvará de utilização admita comércio ou serviços.

2 — Nas situações previstas no número anterior, a instalação de estabelecimento industrial fica sujeita ao cumprimento dos seguintes critérios de salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental:

a) Tratar-se de estabelecimentos onde se desenvolvem atividades económicas com classificação (CAE) enquadrada na parte 2-A e B do anexo I do SIR;

b) Em edifícios constituídos em regime de propriedade horizontal carece de autorização expressa da totalidade de todos os condóminos;

a) Os efluentes resultantes da atividade desenvolvida deverão apresentar características similares às águas residuais domésticas;

b) Os resíduos resultantes da atividade a desenvolver devem apresentar características semelhantes aos resíduos sólidos urbanos;

c) O ruído resultante da laboração não deve causar incómodos a terceiros, devendo ser garantido o cumprimento do disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral do Ruído;

d) Não perturbar as condições de trânsito e de estacionamento, nomeadamente com operações de cargas e descargas;

e) O estabelecimento industrial a instalar deverá garantir as condições de segurança contra incêndios em edifícios, nos termos do disposto no Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios em vigor.

3 — De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 18.º do Sistema da Indústria Responsável, pode ser autorizada a instalação de estabelecimento industrial a que se refere a parte 2-A do anexo I ao SIR em prédio urbano destinado à habitação.

4 — Nas situações previstas no número anterior, a instalação de estabelecimento industrial fica sujeita ao cumprimento dos seguintes critérios de salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental:

a) Tratar-se de estabelecimento com potência elétrica contratada não superior a 15 kVA e potência térmica não superior a $4 \times 105 \text{ kJ/h}$;

b) A atividade económica deve ser desenvolvida a título individual ou em microempresa até cinco trabalhadores;

c) A atividade económica a desenvolver enquadra-se na classificação (CAE) identificada na parte 2-A do anexo I ao SIR;

d) O valor anual de produção da atividade exercida no estabelecimento deve ser inferior ao limite máximo estabelecido na parte 2-A do anexo I ao SIR;

e) Em edifícios constituídos em regime de propriedade horizontal carece de autorização expressa da totalidade de todos os condóminos;

f) Os efluentes resultantes da atividade desenvolvida deverão apresentar características similares às águas residuais domésticas;

g) Os resíduos resultantes da atividade a desenvolver devem apresentar características semelhantes aos resíduos sólidos urbanos;

h) O ruído resultante da laboração não deve causar incómodos a terceiros, devendo ser garantido o cumprimento do disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral do Ruído;

i) Não perturbar as condições de trânsito e de estacionamento, nomeadamente com operações de cargas e descargas;

j) O estabelecimento industrial a instalar deverá garantir as condições de segurança contra incêndios em edifícios, nos termos do disposto no Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios em vigor.

CAPÍTULO VIII

Ocupação do espaço público

SECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 51.º

Condicionantes da ocupação do espaço público

1 — O licenciamento da ocupação do espaço público deverá garantir a passagem e segurança dos utentes da via pública, bem como assegurar o mínimo de prejuízos estéticos e urbanísticos.

2 — A ocupação do espaço pública implica ainda a verificação das seguintes condicionantes:

a) Exercer-se da forma menos gravosa para o trânsito na via pública, quer de veículos, quer de peões e ser devidamente sinalizada;

b) Serem prontamente acatadas as diretrizes ou instruções que forem determinadas, casualmente, pelos serviços camarários;

c) Ser efetuada a reposição imediata das vias e locais utilizados no seu estado anterior, logo que cumpridos os fins previstos ou terminado o período de validade da licença;

d) Ser efetuada uma reparação integral de todos os danos ou prejuízos causados nos espaços públicos ou decorrentes direta ou indiretamente da sua ocupação ou utilização;

e) O cumprimento do disposto nas alíneas c) e d) do presente artigo é condição para emissão de autorização de utilização ou de receção provisória das obras de urbanização.

Artigo 52.º

Interrupção do trânsito

1 — Quando a ocupação da via pública implicar ocupação da via de circulação deve, sempre que possível, ficar livre uma faixa de rodagem.

2 — Uma vez que a execução dos trabalhos implicar a interrupção do trânsito, os mesmos devem ser efetuados no mais curto de espaço de tempo.

3 — A interrupção do trânsito deverá ser comunicada à entidade policial local pelo dono da obra.

Artigo 53.º

Tapumes

1 — Nos casos em que a execução da obra implique a ocupação da via pública é obrigatória a colocação de tapumes envolvendo toda a área respetiva.

2 — Os tapumes devem ser em material resistente e opaco, de cor uniforme, adequado ao local, e ter uma altura mínima de 2 metros devendo, igualmente, prever a localização de uma porta de acesso ao exterior.

Artigo 54.º

Amassadouros e depósito de entulhos e materiais

1 — Os amassadouros e o depósito de entulhos e materiais e deverão realizar-se no interior dos tapumes.

2 — Os amassadouros não poderão assentar diretamente sobre pavimentos construídos.

3 — Os entulhos provenientes das obras devem ser devidamente acondicionados a fim de serem removidos para local a comunicar aos serviços municipais.

4 — Se das obras resultarem entulhos que tenham que ser lançados do alto, sê-lo-ão por meio de condutas fechadas para contentor adequado ou para a sua viatura de transporte.

5 — Não é permitido vazar entulhos nos contentores de recolha de lixo.

Artigo 55.º

Elevação de materiais

A elevação dos materiais por meio de guinchos, gruas ou outro equipamento deverá efetuar-se em perfeitas condições de funcionamento e segurança.

Artigo 56.º

Andaimes

1 — Os andaimes devem ser fixos ao chão ou às paredes do edifício, devendo ser objeto de cuidados e vigilância, por parte do responsável da obra, nomeadamente, na sua montagem, momento em que as regras de segurança em vigor devem ser respeitadas rigorosamente.

2 — Os andaimes devem ser revestidos, na vertical, a toda a altura, pelo lado de fora e nas cabeceiras, com redes de malha fina que, impeçam a queda de materiais, detritos ou quaisquer utensílios para fora da sua prumada.

Artigo 57.º

Proteção de árvores e mobiliário urbano

As árvores, candeeiros e demais mobiliário urbano que se encontrem junto do espaço público ocupado devem ser protegidos com resguardos de modo a impedir quaisquer danos sobre os mesmos.

Artigo 58.º

Conclusão da ocupação do espaço público

1 — Concluída a ocupação do espaço público deve-se, no prazo máximo de cinco dias úteis, proceder à limpeza do local.

2 — Os estragos ou deteriorações eventualmente causados no espaço público são da responsabilidade do dono da obra, pelo que após a conclusão da operação urbanística deverá promover a sua reparação.

SECÇÃO II

Da instrução

Artigo 59.º

Controlo administrativo

O pedido de ocupação do espaço público deverá ser realizado no momento:

- a) De apresentação dos projetos de especialidades, se se tratar de um procedimento de licenciamento;
- b) De apresentação do pedido inicial, se se tratar de um procedimento de licenciamento, e se proceder à apresentação, em simultâneo, do projeto de arquitetura e especialidades;
- c) De apresentação do pedido inicial, se se tratar de um procedimento de admissão da comunicação prévia;
- d) De comunicação na Câmara Municipal da realização de obras de escassa relevância urbanística.

Artigo 60.º

Instrução do pedido

1 — O pedido de ocupação do espaço público deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Requerimento, em duplicado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com indicação da área a ocupar, período de ocupação, bem como, a natureza dos materiais, equipamentos e estruturas que irão ocupar o espaço público;
- b) Planta de localização, a fornecer pela Câmara Municipal, com indicação precisa do local onde se pretende efetuar a ocupação do espaço público;
- c) Quando esteja prevista a instalação de uma grua, quer seja no espaço público quer no terreno particular, o pedido deve ser instruído juntamente com uma planta de localização da grua, com indicação da sua altura e raio de ação.

2 — Deferido o pedido de ocupação da via pública, o requerente deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, sendo posteriormente emitido o alvará de licença de ocupação do espaço público.

Artigo 61.º

Prorrogação

O prazo de validade da licença de ocupação do espaço público pode ser prorrogado, a requerimento do interessado, desde que se mantenham em vigor as licenças ou admissões de comunicação prévia subjacentes à referida ocupação ou se mantenha a realização de trabalhos de escassa relevância urbanística.

CAPÍTULO IX

Fiscalização

Artigo 62.º

Exercício da atividade de fiscalização

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, a atividade fiscalizadora é exercida pela Fiscalização do Município de Castanheira de Pera.

Artigo 63.º

Ações de fiscalização administrativa

1 — A fiscalização administrativa destina-se a assegurar a conformidade das operações urbanísticas com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e a prevenir os perigos que da sua realização possam resultar para a saúde e segurança das pessoas.

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 95.º e 96.º do RJUE, constituem ações de fiscalização administrativa os seguintes atos:

- a) Esclarecer e divulgar, junto dos munícipes, os regulamentos municipais em vigor;
- b) Zelar pelo cumprimento da lei, regulamentos e execução coerciva de atos administrativos em matéria urbanística;
- c) Realizar vistorias, inspeções ou exames técnicos;

- d) Realizar notificações pessoais;
- e) Verificar a afixação do aviso a publicitar o pedido de licenciamento ou admissão de comunicação prévia;
- f) Verificar a existência de alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia e a afixação do respetivo aviso;
- g) Verificar a existência de livro de obra e sua conformidade com as normas legais;
- h) Verificar as condições de segurança e higiene na obra;
- i) Verificar os alinhamentos das edificações;
- j) Verificar a conformidade da execução da obra com as normas legais e regulamentares e com o projeto aprovado;
- k) Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares em termos de ocupação da via pública;
- l) Verificar o cumprimento do prazo no procedimento de licenciamento e de admissão da comunicação prévia;
- m) Verificar a limpeza do local da obra, após a sua conclusão, e a reposição das infraestruturas e equipamentos públicos deteriorados ou alterados em consequência da execução de obras e ou ocupação da via pública;
- n) Verificar se há ocupação de edifícios ou suas frações autónomas sem autorização de utilização ou em desacordo com o uso fixado no alvará de autorização de utilização;
- o) Instruir processos de embargo administrativo de operações urbanísticas, quando estas estejam a ser realizadas em desconformidade com as normas legais e regulamentares em vigor;
- p) Proceder à notificação do embargo determinado pelo Presidente da Câmara e verificar a suspensão dos trabalhos;
- q) Verificar o cumprimento do prazo fixado pelo Presidente da Câmara para repor a legalidade no âmbito de uma ação de embargo.

Artigo 64.º

Deveres dos intervenientes na execução da obra

Os titulares de licença ou admissão de comunicação prévia, assim como, o técnico responsável pela direção técnica e pela fiscalização da obra são obrigados a autorizar a Fiscalização o acesso à obra, a todas as informações e respetiva documentação.

CAPÍTULO X

Disposições finais

Artigo 65.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidos para decisão aos órgãos competentes, nos termos das disposições legais em vigor.

Artigo 66.º

Norma revogatória

1 — Com a entrada em vigor do presente regulamento considera-se revogado o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Castanheira de Pera publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 118, de 21 de junho de 2010.

2 — Com a entrada em vigor do presente regulamento consideram-se revogados os artigos 50.º a 55.º e a Secção XXIII do Anexo I do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 84, de 30 de abril de 2010.

Artigo 67.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no 1.º dia útil imediato ao da sua publicação no *Diário da República*.

207648072

MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES)

Aviso n.º 3195/2014

João António Ferreira Ponte, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Açores):

Torna público, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada a 21 de fevereiro

de 2014, e nos termos do preceituado no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que se encontra à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, o Plano Municipal de Emergência do concelho de Lagoa-Açores.

O Plano Municipal de Emergência de Lagoa-Açores, Mapas e respetivos Anexos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, nos dias úteis e durante as horas normais de expediente na Sede do Município de Lagoa-Açores, sita ao Largo D. João III, 9560-045 Santa Cruz — Lagoa.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, sendo as mesmas dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *João António Ferreira Ponte*.

207643041

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 3196/2014

Francisco José Malveiro Martins, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve):

Faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 22.º, do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as alterações vigentes, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 11 de fevereiro de 2014, irá decorrer o período de discussão pública relativo ao pedido de informação prévia nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na redação atual, sobre a viabilidade de remodelação de superfície comercial e ampliação de estacionamento de estacionamento, sito no Parchal, da união das freguesias de Estômbar e Parchal a favor de GESTELEC — Gestão e Investimentos Sociedade Unipessoal, L.da, de acordo com o parecer do Departamento Técnico de Obras e Urbanismo.

O período de discussão pública terá início no dia seguinte à data de publicação do presente Aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 22 dias.

Os interessados poderão consultar o pedido em questão, na Secção Administrativa de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na secção administrativa de Obras e Urbanismo, desta Câmara Municipal.

11 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Francisco José Malveiro Martins*.

307640799

MUNICÍPIO DE LAMEGO

Declaração de retificação n.º 229/2014

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 2963/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de fevereiro de 2014, retifica-se que, no primeiro parágrafo, onde se lê «o qual terá início no 5.º dia contado a partir da publicação deste aviso no *Diário da República*» deve ler-se «o qual terá início após o 5.º dia contado a partir da publicação deste aviso no *Diário da República*».

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Francisco Manuel Lopes*.

207644832

MUNICÍPIO DE MACHICO

Aviso (extrato) n.º 3197/2014

Renovação de comissão de serviço de titular de cargo dirigente

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 4 de novembro de 2013, proferido ao abrigo dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi renovada a comissão de serviço de António Joaquim da Silva Ferreira, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística

e Planeamento, por um período de três anos, com efeitos a partir do dia 7 de fevereiro de 2014.

31 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Miguel Nunes Franco*.

307639195

Aviso n.º 3198/2014

Cessação de comissão de serviço de titular de cargo dirigente

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 4 de dezembro de 2013, proferido ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, não será renovada a comissão de serviço de Maria Fátima Gomes Perestrelo, no cargo de Coordenadora da Equipa de Projeto “Gestão Financeira”, a qual cessará na data do seu termo (3 de dezembro de 2013).

31 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Miguel Nunes Franco*.

307639284

MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

Declaração de retificação n.º 230/2014

Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, a Câmara Municipal de Montalegre, na sua reunião realizada a 18 de novembro de 2013, declarou efetuada a correção material e retificação da Revisão ao Plano Diretor Municipal de Montalegre, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 18 de setembro de 2013, aviso n.º 11700/2013, ao abrigo do regime procedimental próprio previsto nas alíneas presentes no n.º 1 do artigo 97.º-A do mesmo diploma legal, dado tratar-se de correções e retificações decorrentes de omissões de publicação/depósito de peças gráficas integrantes do plano de acordo com o respetivo regulamento, designadamente no que respeita ao Anexo — Zonamento Acústico da planta de ordenamento e aos Anexo A: Áreas florestais percorridas por incêndios e Anexo B: Perigosidade de incêndio — Classes alta e muito alta, ambos da planta de condicionantes.

Esta declaração foi comunicada previamente à Assembleia Municipal de Montalegre e também à CCDDR-Norte, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 97.º-A do diploma já anteriormente referido, antes do envio desta para publicação e depósito.

Nos termos do n.º 2 do artigo 97.º-A conjugado com a alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, e para efeitos de eficácia, publica-se a presente declaração e em anexo as peças gráficas do Plano omissas.

15 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel Orlando Fernandes Alves*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_1.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_2.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_3.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_4.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_5.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_6.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_7.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_8.jpg
 22177 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Declaração_Câmara_Municipal_22177_9.jpg
 607643593

MUNICÍPIO DE MOURA

Aviso n.º 3199/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, o júri do procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho de Técnico Superior, cujo aviso foi publicado no *Diário da República* n.º 249, 2.ª série do dia 29 de dezembro de 2011, foi alterado em virtude da vogal suplente Zélia Maria Charraz Parreira, se encontrar em comissão de serviço na Biblioteca Pública de Évora.

Assim, e por despacho de 02 de janeiro de 2014 da Senhora Vereadora, no exercício das competências que lhe foram delegadas, por despacho do Senhor Presidente, em 23 de outubro de 2013, o júri do referido procedimento passa a ter a seguinte composição:

Presidente: Dina Paula Rodrigues Marques, Chefe da Divisão de Ação Social, Saúde e Educação;

Vogais efetivos: Ana Maria Charrama Farinho, Técnica Superior, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Ana Paula Ventinhas Albardeiro Santana, Técnica Superior;

Vogais suplentes: José António Linhas Roxas de Oliveira, Técnico Superior e Sandra Marina Pereira de Figueiredo, Técnica Superior.

30 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, *Rafael Rodrigues*.

307586431

Aviso n.º 3200/2014

Para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que cessaram a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por motivo de aposentação, os trabalhadores deste Município abaixo indicados:

Joaquim João Carapau, Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos), Posição e Nível Intermédio entre 7 — 8;

António Cominho Marques, Assistente Operacional (Cantoneiro), Posição e Nível Intermédio entre 2 — 3.

Com efeitos a contar do dia 01 de fevereiro de 2014.

3 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, *Rafael Rodrigues*.

307592636

Aviso n.º 3201/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com o n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi concluído com sucesso, o período experimental do trabalhador contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, José Francisco Pancadas Caeiro, com a categoria de Coordenador Técnico (Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento), no dia 04 de fevereiro de 2014.

10 de fevereiro de 2014. — A Vereadora, *Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves*.

307612407

Aviso n.º 3202/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11/9, com o n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi concluído com sucesso o período experimental do trabalhador José Manuel Serra da Silva, contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com a categoria de Coordenador Técnico, em 01 de fevereiro de 2013.

11 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Santiago Augusto Ferreira Macias*.

307615689

Aviso n.º 3203/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, nos termos do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11/9, com o n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12/2008, de 27/02, foi concluído com sucesso o período experimental do trabalhador Nelson José Violante Bartolo, contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com a categoria de Técnico Superior (Desporto), em 11 de janeiro de 2014.

12 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Santiago Augusto Ferreira Macias*.

307615745

MUNICÍPIO DE NISA

Aviso n.º 3204/2014

Caducidade de procedimentos concursais

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por terem decorrido 6 meses depois da deliberação da Assembleia Municipal de 21/06/2013

que determinou a abertura dos procedimentos concursais, sem que as respetivas listas de classificação estivessem homologadas, nos termos do n.º 3, do artigo 66.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, caducaram os seguintes procedimentos concursais, abertos por aviso n.º 10151/2013, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 153, de 09 de agosto de 2013:

Procedimento Concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de cinco postos de trabalho de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional — Sapador Florestal (Ref. 02/2013);

Procedimento Concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego em contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional — Motorista de Pesados (Ref. 03/2013).

3 de fevereiro de 2014. — A Presidente da Câmara Municipal de Nisa, *Maria Idalina Alves Trindade*.

307611298

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso n.º 3205/2014

Para efeitos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal, de 30 de janeiro de 2014, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, os seguintes Procedimentos Concurais:

Proc. n.º 1/2014 — Na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 4 postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município:

Proc. n.º 2/2014 — Na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado, tendo em vista o preenchimento de 2 postos de trabalho na Carreira/Categoria de Assistente Operacional, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município:

1 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual redação, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na atual redação, e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e, em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento para a constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC (Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento), nos termos dos artigos 41.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

3 — Local de trabalho: na área do Concelho de Oliveira do Bairro.

4 — Descrição sumária e caracterização dos postos de trabalho: Exerce funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico, designadamente funções de apoio geral, incluindo as de telefonista e operador de reprografia; acompanhamento dos alunos, atendimento e encaminhamento de utentes da escola; apoio e assistência em situação de primeiros socorros; apoio a serviços de ação social escolar; assegurar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

5 — Posicionamento remuneratório: nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sendo a posição remuneratória de referência a seguinte: 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional.

6 — Âmbito do recrutamento:

6.1 — Proc. n.º 1/2014 — Nos termos do disposto nos números 3 a 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), o recrutamento faz-se prioritariamente de entre os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;

6.2 — Proc. n.º 2/2014 — Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR),

o recrutamento faz-se prioritariamente de entre os trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado ou se encontrem em situação de mobilidade especial;

6.3 — Proc. n.º 1/2014 e Proc. n.º 2/2014 — Tendo em conta os princípios de racionalização de recursos, nomeadamente financeiros, e eficiência que devem presidir à atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto nos números anteriores, e ao abrigo do disposto no artigo 6.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 52.º da LVCR, deverá proceder-se ao recrutamento de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 30 de janeiro de 2014.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Ser detentor dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro: ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional; ter 18 anos de idade completos; não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar; possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções; e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — Possuir as seguintes habilitações literárias, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional: Ensino obrigatório.

8 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

9 — Forma e prazo para apresentação das candidaturas:

9.1 — Prazo: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

9.2 — Forma: as candidaturas deverão ser formalizadas através de formulário tipo e obrigatório, disponibilizado na página eletrónica dos Serviços (www.cm-olb.pt), apresentado diretamente no serviço de atendimento integrado desta Autarquia, ou remetido através de correio registado, com aviso de receção, para Município de Oliveira do Bairro, Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro. Não são admitidas candidaturas por via eletrónica (e-mail) ou enviadas por fax.

9.3 — Documentos: o formulário de candidatura deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, de fotocópia legível do certificado de habilitações, fotocópia do cartão de cidadão (ou bilhete de identidade e cartão de contribuinte), de *curriculum vitae* (datado e assinado) e respetivos anexos, bem como de todos os documentos comprovativos que os candidatos julgarem relevantes para a aplicação do método de seleção da Avaliação Curricular. Os detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado devem, ainda, anexar declaração, devidamente atualizada, emitida pelo do serviço a que pertencem, onde conste: a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, a carreira e categoria de que seja titular, a posição remuneratória que detém nessa data, a atividade que executa e o órgão ou serviço onde exerce funções, a avaliação de desempenho do último ano, a descrição das funções e atividades que desenvolve ou que ocupou por último, no caso de trabalhadores em situação de mobilidade especial.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu curriculum, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — Métodos de seleção:

11.1 — Métodos de seleção obrigatórios:

11.1.1 — Proc. n.º 1/2014 — Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica ou Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, consoante a situação em que se encontrem os candidatos. Os candidatos que se encontrem na situação do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade idênticas às publicitadas), desde que não expressem, por escrito no formulário, o afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, realizarão a Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências. Os restantes candidatos realizarão a Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica.

a) Prova de Conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função, expressa numa escala de 0 a 20 valores até às

centésimas, revestindo a forma escrita, com duração de 90 minutos, incidindo sobre as seguintes matérias:

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual redação (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações); Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro (Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas); Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na atual redação (Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas); Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de janeiro, na atual redação (Código do Procedimento Administrativo);

b) Avaliação Psicológica (AP): visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, expressa numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas.

c) Avaliação Curricular (AC): visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, a relevância da experiência adquirida e a formação realizada, o tipo de funções exercidas e a avaliação de desempenho, numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, obtida de acordo com os seguintes subfatores: habilitações literárias, experiência profissional, formação profissional e avaliação de desempenho relativa ao último ano.

d) Entrevista de Avaliação de Competência (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, expressa numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas.

11.1.2 — Proc.º 2/2014 — Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências.

a) Avaliação Curricular (AC): visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente, a habilitação académica ou profissional, a relevância da experiência adquirida e a formação realizada, o tipo de funções exercidas, que se encontrem devidamente comprovadas, numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas, obtida de acordo com os seguintes subfatores: habilitações literárias, experiência profissional e formação profissional.

b) Entrevista de Avaliação de Competência (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, expressa numa escala de 0 a 20 valores, até às centésimas.

11.2 — Métodos de seleção facultativos — Proc. n.º 1/2014 e Proc. n.º 2/2014 — Dado o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos respetivos postos de trabalho, nomeadamente, a experiência e os aspetos comportamentais, será utilizado também um método de seleção facultativo — Entrevista Profissional de Seleção.

11.2.1 — Entrevista Profissional de Seleção (EPS): destina-se a avaliar, de forma objetiva, a experiência profissional, os aspetos comportamentais no relacionamento interpessoal e a capacidade de compreensão e comunicação dos seus conhecimentos, de modo a implementá-los em situações reais, numa escala de 0 a 20 valores, obtida de acordo com os seguintes subfactores: experiência profissional, relacionamento interpessoal e espírito de equipa, capacidade de comunicação e relacionamento, motivação e sentido crítico.

11.3 — A ordenação final dos candidatos que completem os procedimentos será efetuada numa escala de 0 a 20 valores e a respetiva classificação final (CF) resultará da aplicação das seguintes fórmulas:

11.3.1 — Proc. n.º 1/2014 — $CF = (45\% \times PC) + (25\% \times AP) + (30\% \times EPS)$ ou $CF = (45\% \times AC) + (25\% \times EAC) + (30\% \times EPS)$.

11.3.2 — Proc. N.º 2/2014 — $CF = (45\% \times AC) + (25\% \times EAC) + (30\% \times EPS)$.

11.4 — Conforme deliberação da Câmara Municipal, datada de 30 de janeiro de 2014, o primeiro método de seleção será aplicado à totalidade dos candidatos, podendo o método seguinte ser aplicado a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, em número a determinar pelo respetivo júri e a convocar por tranches sucessivas, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico funcional, até satisfação das necessidades.

12 — Serão excluídos os candidatos que não compareçam aos métodos de seleção ou que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, em qualquer método de seleção, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

13 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar e o sistema de valoração final dos métodos, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

15 — Composição do júri, em ambos os procedimentos:

Presidente: Eduarda Margarida Bernardo Cardanha, Dirigente Intermédia de 3.º Grau

1.º Vogal Efetivo: Andreia Cristina Oliveira Pereira, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica

2.º Vogal Efetivo: Hélio Mamede Mieiro Bento Ferreira, Técnico Superior

Vogais suplentes: Joana Raquel Ferreira Vidal Pires e Clélia da Conceição Silva Nogueira, Técnicas Superiores

16 — Nas faltas e impedimentos da Presidente do Júri, será o mesmo substituído pelo 1.º Vogal Efetivo.

17 — Exclusão e notificação de candidatos:

a) De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

b) Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação com indicação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada nos Paços do Município de Oliveira do Bairro e divulgada na página eletrónica do Município (www.cm-olb.pt).

19 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

20 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no formulário de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência.

21 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso deverá ser publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) até ao 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica do Município, a partir da data da publicação no *Diário da República*, e por extrato em jornal de expansão nacional e regional, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data.

19 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Mário João Ferreira da Silva Oliveira*.

307638296

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE

Aviso n.º 3206/2014

Para os devidos efeitos se torna público que, homologuei em 23/01/2014, a conclusão com sucesso do período experimental de Frederico Nuno Oliveira Pais, para a carreira/categoria de Técnico Superior com uma remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 15, na sequência do procedimento concursal para um posto de trabalho de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 16215/2012, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 233, de 3 de dezembro de 2012.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Carlos Silva Santiago*.

307644427

MUNICÍPIO DE SESIMBRA

Aviso n.º 3207/2014

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual

redação torna-se público que, obtida a concordância dos Serviços Municipalizados de Loures, procedeu-se à consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria de Assistente Operacional do trabalhador Adelino Dinis da Silva Anacleto Guerreiro, pertencente ao Mapa de Pessoal daquela entidade para o Mapa de Pessoal do Município de Sesimbra, ao abrigo do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008 de 31/12, 3-B/2010 de 28/04, 34/2010 de 02/09, 55-A/2010 de 31/12 e 64-B/2011 de 30/12.

A referida Consolidação operar-se-á no posicionamento remuneratório detido na entidade de origem (Posição remuneratória 4 e Nível remuneratório 4 da tabela remuneratória única), a que corresponde a remuneração mensal de 635,07€.

Nos termos do n.º 3 do artigo 72.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na atual redação, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com produção de efeitos a partir de 7 de janeiro de 2014 (não sujeito a período experimental).

14 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Augusto Pólvora*.

307628762

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 3208/2014

Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Vereadora da Área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Em cumprimento do disposto na alínea b) n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27.02, publicita-se:

Na sequência do procedimento concursal aberto ao abrigo da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, nos termos do artigo 72.º n.º 1 e do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11.09, conjugado com o artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27.02, com a seguinte trabalhadora: Diana Sofia Oliveira da Rocha, com efeitos ao dia 14.02.2014, com a categoria de Assistente Operacional — Auxiliar Ação Educativa, com vencimento correspondente ao montante de € 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco euros) correspondente à 1.ª posição remuneratória do nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única.

14 de fevereiro de 2014. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

307624144

Aviso n.º 3209/2014

Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, vereadora da área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Para os efeitos previstos na lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com a lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público a cessação da relação jurídica de emprego público-contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com Maria da Conceição Coelho de Passos Alves, com a categoria de Assistente Técnico, no dia 14 de fevereiro de 2014 por motivo de falecimento.

17 de fevereiro de 2014. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

307633468

Aviso n.º 3210/2014

Ana Margarida Rodrigues Ferreira da Silva, Vereadora da Área de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Viana do Castelo:

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de doze de fevereiro do ano dois mil e catorze, foi concedida licença sem remuneração pelo período de um ano, nos termos dos artigos 234.º e 235.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, ao trabalhador Rui Manuel Rocha Cristino Pinheiro, com a categoria de Assistente Operacional, com efeitos ao dia 12.02.2014.

17 de fevereiro de 2014. — A Vereadora de Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

307638588

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO**Aviso n.º 3211/2014****Celebração de Contrato por Tempo Indeterminado**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Miguel Ângelo Ramos Dias, para o exercício de funções de Assistente Técnico (Área de SIG), auferindo a remuneração de 683,13€, correspondente à 1.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 5, com efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

18 de fevereiro de 2014. — A Vereadora do Pelouro, por delegação de competências de 01/11/2013, nos termos do estabelecido no n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 36.º do RJAL, *Rute Maria Dias Maia Nunes da Silva*.

307635939

Aviso n.º 3212/2014**Nomeação dos membros de apoio à presidência**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despachos do senhor Presidente da Câmara Municipal, datados de 24 e 25 de outubro de 2013, foi constituído, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o gabinete de apoio à presidência, com efeitos a partir dos dias 24 e 25 de outubro de 2013, com a seguinte composição:

Chefe de Gabinete: Elsa Cristina de Oliveira Gomes;
Adjunto do Presidente: Armindo Paulo Leal Vicente.

18 de fevereiro de 2014. — A Vereadora do Pelouro, por delegação de competências de 01/11/2013, nos termos do estabelecido no n.º 4 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 36.º do RJAL, *Rute Maria Dias Maia Nunes da Silva*.

307635988

MUNICÍPIO DE VISEU**Aviso n.º 3213/2014****Regresso ao serviço**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 09 de janeiro de 2014, foi autorizado o regresso ao serviço, após licença sem vencimento de longa duração, do trabalhador Carlos Manuel da Silva Nunes, ocupando o posto de trabalho previsto no mapa de pessoal para 2014, na carreira/categoria de Assistente Técnico, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

11 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *Joaquim António Ferreira Seixas*.

307623164

Aviso n.º 3214/2014**Cessação da relação jurídica de emprego público**

Para cumprimento do disposto no n.º 1.º do art.º 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por motivo de denúncia do contrato, cessou a relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, da trabalhadora Cátia Patricia Pereira Lopes, Assistente Técnica/Administrativa, posição 1, nível 5, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

11 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *Joaquim António Ferreira Seixas*.

307623245

Aviso n.º 3215/2014**Renovação da comissão de serviço
no cargo de direção intermédia de 2.º grau**

Para os devidos efeitos torna-se público que por despacho do Presidente da Câmara, datado de 24 de janeiro de 2014, nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptado à Administração Local por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, se procedeu à renovação da comissão de serviço de Alexandra Paula Rodrigues Fonseca e Silva, no cargo de Chefe da Divisão de Consultoria Jurídica e Contencioso, por um período de três anos, com efeitos a partir de 21 de janeiro de 2014.

11 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente, *Joaquim António Ferreira Seixas*.

307628479

FREGUESIA DE SERRO VENTOSO**Aviso n.º 3216/2014****Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de assistente operacional.**

1 — Para efeitos do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que por meu despacho datado de 25/02/2014, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, por deliberação favorável tomada na reunião ordinária da Junta de Freguesia, realizada a 05 de dezembro e na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia realizada a 27 de dezembro de 2013, tomada para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da citada portaria, procedimento concursal com destino ao recrutamento excecional de dois trabalhadores para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Assistente Operacional, previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Freguesia de Serro Ventoso, para exercer funções na área operacional.

2 — Legislação aplicável: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril e Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e demais legislação.

3 — Consulta prévia à entidade centralizada para constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril, encontra-se temporariamente dispensada, de acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

4 — Âmbito do recrutamento — para cumprimento do estabelecido no artigo 39.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e do n.º 4, do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento inicia-se entre trabalhadores colocados em SME, seguindo-se os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Tendo em conta o n.º 6 do artigo 6.º da LVCR, considerando os princípios de racionalização, gestão e eficiência que devem presidir à atividade pública, no caso de impossibilidade de ocupação de todo ou alguns postos de trabalho por aplicação do disposto no parágrafo anterior, se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, conforme o meu despacho de 27/12/2013 e atendendo ao previsto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

5 — Número de postos de trabalho: 2 postos de trabalho a ocupar através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de relação jurídica de emprego público.

6 — Caracterização dos postos de trabalho em função da atribuição, competência ou atividade a cumprir ou a executar, da carreira e categoria:

Ref.ª a) um lugar de Assistente Operacional (Operador de máquinas de movimentação de terras e ou cargas), para desempenhar funções na área

pública, de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção, reparação, conservação e limpeza dos mesmos, nomeadamente conduzir e manobrar de forma segura os equipamentos de trabalho.

Ref.^a b) um lugar de Assistente Operacional (limpeza), para desempenhar funções na área pública, de natureza executiva, de caráter manual, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade elementares. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Procede à limpeza de edifícios, manutenção e conservação dos mesmos.

6.1 — A descrição de funções em referência não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro.

7 — Local de trabalho onde as funções vão ser exercidas: área da Freguesia de Serro Ventoso.

8 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril.

9 — Requisitos de admissão — a preencher até o termo do prazo previsto no presente aviso para entrega das candidaturas, sob pena de exclusão.

9.1 — Os enunciados no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Morada na Freguesia de Serro Ventoso;
- f) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Requisito habilitacional — ref.^a a) escolaridade obrigatória de acordo com a data de nascimento dos candidatos e experiência profissional de operação de máquinas, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

Ref.^a b), escolaridade obrigatória de acordo com a data de nascimento dos candidatos, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

9.3 — Requisitos específicos — não podem ser admitidos candidatos ao procedimento concursal que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação o presente procedimento é publicado.

10 — Posicionamento remuneratório — atento o preceituado no artigo 55.º da LVCR, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objeto de negociação com a Junta de Freguesia de Serro Ventoso. Contudo, no momento presente, a determinação do posicionamento remuneratório destas categorias será conforme o artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, correspondendo para a carreira e categoria de assistente operacional à 1.ª posição remuneratória, de nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, equivalente a 485.00 euros.

11 — Forma e prazo para apresentação de candidaturas: Prazo — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril.

Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, a obter na subunidade orgânica de recursos humanos de utilização obrigatória, ou disponibilidade na página eletrónica da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, em <http://www.freguesia-serroventoso.pt> e entregues pessoalmente nesta unidade orgânica durante o horário normal de funcionamento, ou enviados pelo correio, em carta registada com aviso de receção, consoante nesse caso a data do registo, para Junta de Freguesia de Serro Ventoso,

Avenida Nova, n.º 90, 2480-217 Serro Ventoso, até à data limite fixada no presente aviso.

12 — Do requerimento devem obrigatoriamente constar os seguintes elementos:

a) Identificação do procedimento do concurso a que se candidata, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;

b) Identificação completa do candidato (nome completo, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de contribuinte fiscal, endereço postal, endereço eletrónico e número de telefone).

13 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos: certificado de habilitações literárias (fotocópia), cartão de identificação fiscal (fotocópia), Bilhete de identidade/cartão de cidadão.

No caso de um candidato já deter vínculo de emprego público, deverá ainda apresentar a respetiva declaração comprovativa.

14 — Assiste ao Júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

14.1 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

15 — Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, os candidatos tem acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final do método, desde que solicitem.

16 — Métodos de seleção: os previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril de 2011:

16.1 — Os candidatos que cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, realizarão, na falta de opção pelos métodos de seleção previstos no artigo 53.º, n.º 1 da LVRC, os seguintes métodos de seleção obrigatórios, eliminatórios pela ordem enunciada: Avaliação curricular (AC) e Entrevista de Avaliação das competências (EAC).

16.2 — Os restantes candidatos realizarão os seguintes métodos de seleção obrigatórios, Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica.

16.3 — Cada um dos métodos utilizados é eliminatório pela ordem enunciada e serão excluídos os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9.5 valores, não lhe sendo aplicado o método seguinte.

16.4 — A prova de conhecimentos destina-se a avaliar o nível de conhecimentos académicos e profissionais, e as competências técnicas dos candidatos, necessárias ao exercício da função a concurso.

Ref.^a a e b — a prova de conhecimentos revestirá a forma prática e de simulação considerando parâmetros de avaliação tais como a perceção e compreensão da tarefa, qualidade da realização, celeridade na execução e grau de conhecimentos técnicos demonstrados.

16.5 — Em casos excecionais, designadamente quando o número de candidatos for de tal modo elevado que torna impraticável a utilização dos métodos de seleção referidos, a entidade empregadora pública limitar-se-á a utilizar como único método de seleção obrigatório a avaliação curricular para os trabalhadores referidos no ponto 16.1 e a prova de conhecimentos para os restantes candidatos, ambos, neste caso com uma ponderação de 100 % na valoração final.

17 — A ordenação final (OF) dos candidatos que completem o procedimento é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, efetuada através das seguintes fórmulas, caso sejam aplicados os dois métodos de seleção obrigatórios:

OF = (45 AC + 55 EAC)/100, para os trabalhadores referidos no ponto 16.1

OF = (45 PC + 55 AP)/100, para os restantes trabalhadores.

em que:

OF = Ordenação final;

AC = Avaliação Curricular;

EAC = Entrevista de Avaliação das Competências;

PC = Prova de Conhecimentos; e

AP = Avaliação Psicológica.

18 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do procedimento concursal.

18.1 — Em caso de igualdade de valoração aplicar-se-á o previsto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. Avaliação curricular (AC) e Entrevista de avaliação de competências (EAC).

18.2 — A avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e será aplicada a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + EP + AD}{4}$$

em que:

HA (habilitações literárias);
FP (formação profissional);
EP (experiência profissional);
AD (avaliação de desempenho).

Serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar designadamente: habilitações académicas (HA), formação profissional (FP) e experiência profissional (EP) relacionadas com o exercício da função a concurso e avaliação de desempenho (AD).

Caso o candidato não tenha qualquer relação jurídica de emprego público ou, tendo-a, não tenha sido avaliado por causa não imputável ao próprio, na classificação final não será levado em conta este item. Aplicar-se-á a este método de seleção a fórmula de classificação unitária seguinte:

$$AC = \frac{HAB + FP + EP}{3}$$

18.3 — A Entrevista de avaliação de competências (EAC) visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Para esse efeito será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competência previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise segundo os níveis classificativos de elevado, bom, suficiente, reduzido e insuficiente aos quais correspondem, respetivamente as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

18.4 — A prova de conhecimentos revestirá a forma prática e de simulação considerando parâmetros de avaliação tais como a perceção e compreensão da tarefa, qualidade da realização, celeridade na execução e grau de conhecimentos técnicos demonstrados.

18.5 — A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. A valoração deste método de seleção é a que consta no n.º 3 do artigo 18.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril.

19 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril.

20 — Composição e identificação do Júri: Presidente, Carlos Cordeiro, vogais efetivos: Dulce Custódio e João Marques.

21 — Exclusão e notificação de candidatos: de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) do n.º 3 do artigo 30.º da referida portaria, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento administrativo. A publicação dos resultados obtidos no método de seleção é efetuada através da lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Junta de Freguesia de Serro Ventoso e disponibilizada na página eletrónica.

22 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos será publicitada através da publicação na página eletrónica da Freguesia de Serro Ventoso.

23 — Sistema de quotas de emprego para as pessoas com deficiência: nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 03 de fevereiro, os candidatos com grau de incapacidade igual ou superior a 60% têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

24 — Para efeitos de admissão ao procedimento, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem declarar, no formulário tipo, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo, e mencionar os elementos necessários à adequação do processo de seleção às capacidades de comunicação/expressão.

25 — Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

26 — Em cumprimentos da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a administração pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

25 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Junta, *Carlos Cordeiro*.
307649611



PARTE I

ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO DE ENFERMAGEM EM CHAVES

Declaração de retificação n.º 231/2014

Correção ao regulamento n.º 48/2014

Por sido publicado com inexistência o regulamento n.º 48/2014, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro de 2014, retifica -se que, no preâmbulo, onde se lê «A portaria n.º 401/2007, de 5 de abril, o Decreto -Lei n.º 393-B/99, de 2 de outubro, a Portaria n.º 854-A/99, de 4 de outubro e o Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, definem as regras relativas aos novos regimes de reingresso, mudança de curso e transferência para os estudantes matriculados e inscritos em estabelecimentos e cursos de ensino superior nacionais

ou estrangeiros, bem como do concurso especial de acesso para titulares de cursos superiores» deve ler -se «De acordo com a portaria n.º 401/2007, de 5 de abril, o Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de outubro, e a Portaria n.º 854-A/99, de 4 de outubro, que definem as regras relativas aos regimes de reingresso, mudança de curso e transferência para os estudantes matriculados e inscritos em estabelecimentos e cursos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, bem como do concurso especial de acesso para titulares de cursos superiores, é aprovado regulamento dos regimes de reingresso, mudança de curso, transferência e do concurso especial de acesso para titulares de cursos superiores na Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado.».

25 de fevereiro de 2014. — A Presidente do Conselho de Direção, *Maria Inês Pereira Dias*.

207647351



PARTE J1

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública

Aviso (extrato) n.º 3217/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à reabertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 506_CRESAP_356_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Presidente da Autoridade Antidopagem de Portugal, Presidência do Conselho de Ministros.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

20 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.
207643114

Aviso (extrato) n.º 3218/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à reabertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 510_CRESAP_329_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Subdiretor-Geral dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

20-02-2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642167

Aviso (extrato) n.º 3219/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 469_CRESAP_363_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21-02-2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642264

Aviso (extrato) n.º 3220/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 444_CRESAP_342_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.
207642759

Aviso (extrato) n.º 3221/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 446_CRESAP_344_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21-02-2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642961

Aviso (extrato) n.º 3222/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 441_CRESAP_340_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral da Administração Escolar.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21-02-2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642442

Aviso (extrato) n.º 3223/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 470_CRESAP_364_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642491

Aviso (extrato) n.º 3224/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 468_CRESAP_362_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CReSAP, em www.cresap.pt.

21 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642061

Aviso (extrato) n.º 3225/2014

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, torna-se público que a CReSAP, entidade responsável pelo

procedimento, vai proceder à abertura, pelo prazo de dez dias úteis a contar da presente publicação, do procedimento concursal n.º 443_CRE-SAP_341_12/13 de recrutamento e seleção do cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral da Administração Escolar.

A indicação dos requisitos formais de provimento, de perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP). O aviso integral deste procedimento estará disponível no sítio eletrónico da CRE-SAP, em www.cresap.pt.

21-02-2014. — O Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, *João Abreu de Faria Bilhim*.

207642612

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 3226/2014

Por se ter verificado que os candidatos admitidos ao procedimento para o cargo dirigente do 1.º grau — Diretor do Departamento de Educação e Cultura, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 143 e na Bolsa de Emprego Público, em 26/07/2013 e no Jornal “Diário de Notícias”, em 31/07/2013, não compareceram à

entrevista pública de seleção, o Sr. Presidente da Câmara, por despacho exarado em 2014/02/14, procedeu ao encerramento do mesmo.

19 de fevereiro de 2014. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, *Dr. Fernando Paulo Serra Barreiros*.

307634091

Aviso n.º 3227/2014

Por se ter verificado que o único candidato admitido ao procedimento para o cargo de Coordenador (equiparado a dirigente intermédio do 3.º grau) do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, do Departamento Municipal de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 143 e na Bolsa de Emprego Público, em 26/07/2013 e no Jornal “Diário de Notícias”, em 31/07/2013, apresentou desistência, procede-se ao encerramento do mesmo.

19 de fevereiro de 2014. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, *Dr. Fernando Paulo Serra Barreiros*.

307634472



PARTE J3

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

Acordo coletivo de trabalho n.º 6/2014

Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Direção Regional da Solidariedade Social dos Açores e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

CAPÍTULO I

Âmbito e Vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

1 — O presente Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos os trabalhadores em exercício de funções na Direção Regional da Solidariedade Social, da Secretaria Regional da Solidariedade Social, doravante designada por Entidade Empregadora Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas e filiados no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA).

2 — O Acordo aplica-se ainda a todos os trabalhadores da Entidade Empregadora Pública que durante a vigência do mesmo se venham a filiar no STFPSSRA.

3 — Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 350.º do Anexo I (regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, estima-se que seja abrangido 1 trabalhador.

Cláusula 2.ª

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e vigora pelo prazo de um ano, renovando-se sucessivamente por igual período.

Cláusula 3.ª

Denúncia e sobrevivência

A denúncia e sobrevivência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no RCTFP.

CAPÍTULO II

Duração e Organização do Tempo de Trabalho

Cláusula 4.ª

Período de funcionamento

Entende-se por período de funcionamento o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos e serviços podem exercer a sua atividade.

Cláusula 5.ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

1 — A duração semanal do trabalho é de 35 (trinta e cinco) horas, distribuídas por um período normal de trabalho diário de 7 (sete) horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior, previstos no presente Acordo.

2 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas de trabalho por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho extraordinário.

3 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários de trabalho individualmente acordados.

4 — Tendo em conta a natureza e complexidade das atividades da Entidade Empregadora Pública e os interesses dos trabalhadores legalmente previstos, são possíveis as seguintes modalidades de trabalho:

- a) Horário flexível
- b) Horário rígido
- c) Horário desfasado
- d) Jornada Contínua
- e) Isenção de horário de trabalho

5 — As alterações na organização temporal de trabalho são objeto de negociação com a associação sindical signatária do presente Acordo nos termos da lei.

Cláusula 6.ª

Horário flexível

1 — Horário flexível é a modalidade de horário de trabalho que, fixando um período de presença obrigatória no serviço, permite aos trabalhadores gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 — A sua adoção está sujeita às seguintes regras:

- a) Não pode afetar o regular e eficaz funcionamento dos serviços;
- b) É obrigatório o cumprimento de plataformas fixas da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a quatro horas;
- c) Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho;
- d) O cumprimento da duração do trabalho será aferido mensalmente.

3 — A prestação de serviço pode ser efetuada entre as 8.00 e as 20.00 horas, com dois períodos de presença obrigatória (plataformas fixas), das 10.00 às 12.00 horas e das 14.30 às 16.30 horas, de acordo com o mapa constante do Anexo I do presente Acordo.

4 — A interrupção obrigatória de trabalho diário não pode ser inferior a uma hora, nem superior a duas horas, devendo verificar-se no período compreendido entre as 12.30 e as 14.30 horas.

5 — O cumprimento da duração do trabalho é aferido por referência ao mês, havendo lugar, no final de cada período, a:

- a) À marcação de falta, a justificar, por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
- b) À atribuição de créditos de horas, até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.

6 — Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

7 — Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho devem:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;
- b) Assegurar a realização e a continuidade das tarefas urgentes, de contatos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
- c) Assegurar a realização do trabalho extraordinário diário que seja determinado pelo superior hierárquico, nos termos previstos nos artigos 158.º a 162.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 7.ª

Horário rígido

1 — Horário rígido é aquele que, cumprindo em cada dia e semana, respetivamente, o período normal de trabalho diário e semanal, se reparte diariamente por dois períodos de trabalho, separados por um intervalo de descanso com duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, em que as horas de início e termo de cada período são sempre idênticas e não podem ser unilateralmente alteradas.

2 — O horário rígido decorrerá nos seguintes dois períodos:

- a) Período da manhã — das 8.30 às 12.30 horas;
- b) Período da tarde — das 13.30 às 16.30 horas.

Cláusula 8.ª

Horário desfasado

1 — O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado o período normal de trabalho diário, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinado grupo ou grupos de pessoal, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e saída.

2 — É permitida a prática de horário desfasado nos setores em que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 — A distribuição dos trabalhadores pelos períodos de trabalho aprovados, compete ao respetivo dirigente intermédio e, uma vez fixados, não podem ser unilateralmente alterados.

Cláusula 9.ª

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um intervalo de descanso não superior a trinta minutos que, para todos os efeitos, se considera como tempo de trabalho efetivo, desde que o trabalhador permaneça, nesse período, no espaço habitual de trabalho ou próximo dele.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário, nunca superior a uma hora.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo dirigente máximo do serviço nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;
- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;
- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;
- e) Trabalhador-estudante;
- f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;
- g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

Cláusula 10.ª

Isenção de horário

1 — Os titulares de cargos dirigentes gozam de isenção de horário de trabalho, sem prejuízo da observância do dever geral de assiduidade e do cumprimento do cumprimento da duração semanal de trabalho, nos termos do respetivo estatuto.

2 — Mediante celebração de acordo escrito e demonstrado o interesse e conveniência para o serviço, podem, ainda, gozar de isenção de horário os trabalhadores integrados nas carreiras de Técnico Superior e Coordenador Técnico.

3 — Nos casos previstos no número anterior a isenção de horário só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normas de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 140.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

4 — Ao trabalhador que gozar de isenção de horário não podem ser impostas as horas de início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

5 — As partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.

Cláusula 11.ª

Regimes de trabalho específicos

A requerimento do trabalhador, e por despacho do dirigente máximo do serviço, podem ser fixados horários específicos:

- a) Em todas as situações previstas no âmbito da proteção na parentalidade, conforme regime legal aplicável;
- b) Quando se trata de situação prevista no artigo 8.º-B (trabalhador-estudante) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 12.ª

Trabalho a tempo parcial

1 — Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.

2 — O trabalho a tempo parcial pode ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo entre o trabalhador e a entidade empregadora.

3 — O trabalho a tempo parcial confere direito à remuneração base prevista na lei em proporção do respetivo período normal de trabalho.

4 — Têm preferência na admissão ao trabalho a tempo parcial os trabalhadores com responsabilidades familiares, os trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoa com deficiência ou doença crónica e os trabalhadores que frequentam estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 13.ª

Trabalho extraordinário

1 — Considera-se trabalho extraordinário, todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 — Nos casos de isenção de horário de trabalho considera-se trabalho extraordinário aquele que excede a duração do período normal de trabalho diário ou semanal.

3 — O trabalho extraordinário pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a Entidade Empregadora Pública, carecendo de autorização prévia.

4 — O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho extraordinário salvo, quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

5 — Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador deficiente;
- b) Trabalhadora grávida, puérpera, ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins de linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;
- c) Trabalhador com doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante.

6 — O trabalho extraordinário está sujeito às regras constantes dos artigos 158.º e seguintes do RCTFP e aos seguintes limites:

- a) 150 horas, por ano, não podendo, contudo, o prestado em dias de descanso semanal ou feriado, exceder 5 dias por ano;
- b) 2 horas, por dia normal de trabalho;
- c) Número de horas igual ao período normal de trabalho em dia de descanso semanal ou feriado.

Cláusula 14.ª

Banco de horas

1 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedece ao disposto nos números seguintes.

2 — A necessidade de prestação de trabalho em acréscimo é comunicada pelo empregador ao trabalhador com uma antecedência mínima de dois dias, salvo se outra for acordada ou em caso de força maior.

3 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e 45 semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

4 — A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante a redução equivalente do tempo de trabalho, a utilizar no decurso do mesmo ano civil, devendo o empregador avisar o trabalhador com dois dias de antecedência, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

5 — A utilização da redução do tempo de trabalho para compensar o trabalho prestado em acréscimo pode ser requerida pelo trabalhador ao empregador, por escrito, com uma antecedência mínima de dois dias.

6 — O empregador só pode recusar o pedido de utilização da redução do tempo de trabalho referido no número anterior por motivo de força maior devidamente justificado.

Cláusula 15.ª

Interrupção e intervalos

1 — Nos termos da lei, são consideradas compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) As inerentes à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) As resultantes do consentimento da Entidade Empregadora Pública.

2 — A autorização para as interrupções previstas no número anterior devem ser solicitadas ao superior hierárquico, com a antecedência mínima de 24 horas ou, verificando-se a sua impossibilidade, nas 24 horas seguintes.

CAPÍTULO III

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 16.ª

Princípios gerais

1 — Constitui dever da Entidade Empregadora Pública instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à segurança, saúde e higiene no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 — A Entidade Empregadora Pública garante a organização e o funcionamento dos serviços responsáveis pelo exato cumprimento do disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 — A Entidade Empregadora Pública obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança, da higiene e saúde no trabalho e a manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 17.ª

Deveres específicos da Entidade Empregadora Pública

A Entidade Empregadora Pública compromete-se a:

- a) Manter as instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, de forma que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;
- b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;
- c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;
- d) Fornecer aos trabalhadores as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde.

Cláusula 18.ª

Obrigações dos trabalhadores

1 — Constituem obrigações dos trabalhadores:

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pela Entidade Empregadora Pública;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;
- c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pela Entidade Empregadora Pública, máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
- d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;
- f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.

2 — Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.

3 — Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 — As medidas e atividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Cláusula 19.ª

Comissão paritária

1 — As partes outorgantes constituem uma comissão paritária com competência para interpretar e integrar as disposições deste Acordo.

2 — A comissão paritária é composta por quatro elementos, sendo dois a designar pela entidade empregadora pública e dois a designar pelo sindicato outorgante.

3 — Cada parte representada na comissão pode ser assistida por dois assessores, sem direito a voto.

4 — Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das partes indica à outra e à DROAP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos seus representantes.

5 — As partes podem proceder à substituição dos seus representantes mediante comunicação à outra parte e à DROAP, com antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.

6 — A comissão paritária só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros representantes de cada parte.

7 — As deliberações da comissão paritária tomadas por unanimidade são enviadas à DROAP, para publicação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.

8 — As reuniões da comissão paritária podem ser convocadas por qualquer das partes, com antecedência não inferior a quinze dias, com indicação do dia, hora, agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.

9 — As reuniões da comissão paritária realizam-se nas instalações da entidade empregadora pública.

10 — As despesas emergentes do funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas partes.

11 — As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 20.ª

Participação dos trabalhadores

Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 336.º do Anexo I (Regime) de Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a afixar no interior do serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada, para o efeito reservado pela Entidade Empregadora Pública, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativos à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, mas sem prejuízo, em qualquer dos casos do normal funcionamento do serviço.

Cláusula 21.ª

Divulgação do acordo

A Entidade Empregadora Pública obriga-se a divulgar o presente Acordo a todos os trabalhadores.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 3 da cláusula 6.ª)

Das 8.00 às 10.00 horas — Margem móvel para a entrada — Duas horas.

Das 10.00 às 12.00 horas — Período de presença obrigatória — Duas horas.

Das 12.00 às 14.30 horas — Margem móvel para almoço — Duas horas e meia, com obrigatoriedade de utilização mínima de uma hora e máxima de duas horas e meia.

Das 14.30 às 16.30 horas — Período de presença obrigatória — Duas horas.

Das 16.30 às 20.00 horas — Margem móvel para saída — Três horas e meia.

Angra do Heroísmo, 31 de janeiro de 2014.

Pela Entidade Empregadora Pública:

Sérgio Humberto Rocha de Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, Secretária Regional da Solidariedade Social.

Natércia da Conceição Reis Gaspar, Diretora Regional da Solidariedade Social.

Pela Associação Sindical:

João Alberto Bicudo Decq Motta e António Pedro Inocêncio, na qualidade de mandatários do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Depositado em 17 de fevereiro de 2014, ao abrigo do artigo 356.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, sob o n.º 6/2014, a fls. 7 do Livro n.º 1.

20 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

207645504

Acordo coletivo de trabalho n.º 7/2014

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre o Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes/ serviços diretamente dependentes (Laboratório Regional de Engenharia Civil, serviços centrais de apoio técnico e Delegações de Ilha) e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

CAPÍTULO I

Âmbito e Vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

1 — O presente Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos os trabalhadores em exercício de funções no Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes/serviços diretamente dependentes (Laboratório Regional de Engenharia Civil, serviços centrais de apoio técnico e Delegações de Ilha), doravante designado por Entidade Empregadora Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas e filiados no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, doravante designado STFPSSRA.

2 — O Acordo aplica-se ainda a todos os trabalhadores da Entidade Empregadora Pública que durante a vigência do mesmo se venham a filiar no STFPSSRA.

3 — Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 350.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, estima-se que serão abrangidos por este Acordo 60 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e vigora pelo prazo de um ano, renovando-se sucessivamente por iguais períodos de tempo.

Cláusula 3.ª

Denúncia e sobrevigência

A denúncia e sobrevigência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no RCTFP.

CAPÍTULO II

Duração e Organização do Tempo de Trabalho

Cláusula 4.ª

Período de funcionamento

Entende-se por período de funcionamento o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos ou serviços podem exercer a sua atividade.

Cláusula 5.ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

1 — A duração semanal de trabalho é de 35 (trinta e cinco) horas distribuídas por um período normal de trabalho diário de 7 (sete) horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior, previstos no presente acordo.

2 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho extraordinário.

3 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários individualmente acordados.

4 — Tendo em conta a natureza e a complexidade das atividades da Entidade Empregadora Pública e os interesses dos trabalhadores legalmente previstos, uma ou várias das seguintes modalidades de organização temporal de trabalho:

- a) Horário flexível;
- b) Horário rígido;
- c) Horário desfasado;
- d) Jornada contínua;
- e) Isenção de horário de trabalho.

5 — As alterações na organização temporal de trabalho são objeto de negociação com a associação sindical signatária do presente Acordo nos termos da lei.

Cláusula 6.ª

Horário flexível

1 — Horário flexível é a modalidade de horário de trabalho que, fixando um período de presença obrigatória no serviço, permite aos trabalhadores gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 — A sua adoção está sujeita às seguintes regras:

- a) Não pode afetar o regular e eficaz funcionamento dos serviços;
- b) É obrigatório o cumprimento de plataformas fixas da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a quatro horas;
- c) Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho;
- d) O cumprimento da duração do trabalho será aferido mensalmente.

3 — A interrupção obrigatória de trabalho diário não pode ser inferior a uma hora, nem superior a duas horas.

4 — O cumprimento da duração do trabalho é aferido por referência ao mês, havendo lugar, no final de cada período a:

- a) Marcação de falta a justificar por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
- b) Atribuição de créditos de horas até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.

5 — Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

6 — Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho, devem:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;
- b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
- c) Assegurar a realização do trabalho extraordinário diário que lhe seja determinada pelo superior hierárquico, nos termos previstos nos artigos 158.º a 162.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 7.ª

Horário rígido

Horário rígido é aquele que, cumprindo em cada dia e semana respetivamente o período normal de trabalho diário e semanal, se reparte diariamente por dois períodos de trabalho, separados por um intervalo de descanso com duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, em que as horas de início e termo de cada período são sempre idênticas e não podem ser unilateralmente alteradas.

Cláusula 8.ª

Horário desfasado

1 — O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado o período normal de trabalho diário, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinado grupo ou grupos de pessoal, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e de saída.

2 — É permitida a prática de horário desfasado nos setores em que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência per-

manente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 — A distribuição dos trabalhadores pelos períodos de trabalho aprovados, compete ao respetivo dirigente intermédio e, uma vez fixados, não podem ser unilateralmente alterados.

Cláusula 9.ª

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um intervalo de descanso não superior a trinta minutos que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário, nunca superior a uma hora.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo dirigente máximo do serviço nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;
- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;
- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com o progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;
- e) Trabalhador-estudante;
- f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;
- g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

Cláusula 10.ª

Isenção de horário

1 — Os titulares de cargos dirigentes gozam de isenção de horário de trabalho, sem prejuízo da observância do dever geral de assiduidade e do cumprimento da duração semanal de trabalho, nos termos do respetivo estatuto.

2 — Mediante celebração de acordo escrito e demonstrado o interesse e conveniência para o serviço, podem, ainda, gozar de isenção de horário os trabalhadores integrados nas carreiras e categorias de Técnico Superior, Coordenador Técnico e Encarregado Geral Operacional.

3 — Nos casos previstos no número anterior a isenção de horário só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normais de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 140.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

4 — Ao trabalhador que gozar de isenção de horário não podem ser impostas as horas de início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

5 — As partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.

Cláusula 11.ª

Regimes de trabalho específicos

A requerimento do trabalhador, e por despacho do dirigente máximo do serviço, podem ser fixados horários específicos:

- a) Em todas as situações previstas no âmbito da proteção da parentalidade, conforme regime legal aplicável;
- b) Quando se trate da situação prevista no artigo 8.º-B (trabalhador-estudante) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 12.ª

Trabalho a tempo parcial

1 — Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.

2 — O trabalho a tempo parcial pode ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo entre o trabalhador e a Entidade Empregadora Pública.

3 — O trabalho a tempo parcial confere o direito à remuneração base prevista na lei em proporção do respetivo período normal de trabalho.

4 — Têm preferência na admissão ao trabalho em tempo parcial os trabalhadores com responsabilidades familiares, os trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoa com deficiência ou doença crónica e os trabalhadores que frequentem estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 13.ª

Trabalho extraordinário

1 — Considera-se trabalho extraordinário, todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 — Nos casos de isenção de horário de trabalho considera-se trabalho extraordinário aquele que excede a duração do período normal de trabalho diário ou semanal.

3 — O trabalho extraordinário pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a Entidade Empregadora Pública, carecendo de autorização prévia.

4 — O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho extraordinário salvo, quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

5 — Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador deficiente;
- b) Trabalhadora grávida, puérpera, ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins em linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;
- c) Trabalhador com doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante.

6 — O trabalho extraordinário está sujeito às regras constantes dos artigos 158.º e seguintes do RCTFP e aos seguintes limites:

- a) 150 horas, por ano, não podendo, contudo, o prestado em dia de descanso semanal ou feriado, exceder 5 dias por ano;
- b) 2 horas, por dia normal de trabalho;
- c) Número de horas igual ao período normal de trabalho em dia de descanso semanal ou feriado.

Cláusula 14.ª

Banco de horas

1 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedece ao disposto nos números seguintes.

2 — A necessidade de prestação de trabalho em acréscimo é comunicada pelo empregador ao trabalhador com uma antecedência mínima de dois dias, salvo se outra for acordada ou em caso de força maior.

3 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e 45 semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

4 — A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante a redução equivalente do tempo de trabalho, a utilizar no decurso do mesmo ano civil, devendo o empregador avisar o trabalhador com dois dias de antecedência, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

5 — A utilização da redução do tempo de trabalho para compensar o trabalho prestado em acréscimo pode ser requerida pelo trabalhador ao empregador, por escrito, com uma antecedência mínima de dois dias.

6 — O empregador só pode recusar o pedido de utilização da redução do tempo de trabalho referido no número anterior por motivo de força maior devidamente justificado.

Cláusula 15.ª

Interrupções e intervalos

1 — Nos termos da lei, são consideradas compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) Inerentes à satisfação das necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) Resultantes do consentimento da entidade empregadora pública.

2 — A autorização para as interrupções previstas no número anterior deve ser solicitada ao superior hierárquico no próprio dia em que se verificar a interrupção.

CAPÍTULO III

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 16.ª

Princípios gerais

1 — Constitui dever da Entidade Empregadora Pública instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente

no que diz respeito à segurança, saúde e higiene no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 — A Entidade Empregadora Pública garante a organização e o funcionamento dos serviços responsáveis pelo exato cumprimento no disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 — A Entidade Empregadora Pública obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança, da higiene e saúde no trabalho e manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 17.ª

Deveres específicos da Entidade Empregadora Pública

A Entidade Empregadora Pública compromete-se a:

- a) Manter as instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, de forma que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;
- b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;
- c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;
- d) Fornecer aos trabalhadores, quando solicitado formalmente por estes, as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde.

Cláusula 18.ª

Obrigações dos trabalhadores

1 — Constituem obrigações dos trabalhadores:

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pela Entidade Empregadora Pública;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;
- c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pela Entidade Empregadora Pública máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
- d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;
- f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.

2 — Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.

3 — Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 — As medidas e atividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Cláusula 19.ª

Comissão paritária

1 — As partes outorgantes constituem uma comissão paritária com competência para interpretar e integrar as disposições deste acordo.

2 — A comissão paritária é composta por quatro elementos, sendo dois a designar pela Entidade Empregadora Pública e dois a designar pelos sindicatos outorgantes.

3 — Cada parte representada na comissão pode ser assistida por dois assessores, sem direito a voto.

4 — Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das partes indica à outra e à DROAP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos seus representantes.

5 — As partes podem proceder à substituição dos seus representantes mediante comunicação à outra parte e à DROAP, com antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.

6 — A comissão paritária só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros representantes de cada parte.

7 — As deliberações da comissão paritária tomadas por unanimidade são enviadas à DROAP, para publicitação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.

8 — As reuniões da comissão paritária podem ser convocadas por qualquer das partes, com antecedência não inferior a quinze dias, com indicação do dia, hora e agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.

9 — As reuniões da comissão paritária realizam-se nas instalações dos serviços da Entidade Empregadora Pública.

10 — As despesas emergentes de funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas partes.

11 — As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 20.ª

Participação dos trabalhadores

Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 336.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a afixar no interior do serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada para o efeito reservada pelos serviços da Entidade Empregadora Pública, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativas à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do serviço.

Cláusula 21.ª

Divulgação do Acordo

A Entidade Empregadora Pública obriga-se a divulgar o presente Acordo a todos os trabalhadores.

Angra do Heroísmo, 31 de janeiro de 2014.

Pela Entidade Empregadora Pública:

Sérgio Humberto Rocha de Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

Vitor Manuel Ângelo de Fraga, Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Pela Associação Sindical:

João Alberto Bicudo Decq Motta e António Pedro Inocêncio, na qualidade de mandatários do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Depositado em 18 de fevereiro de 2014, ao abrigo do artigo 356.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, sob o n.º 8/2014, a fls. 7 do Livro n.º 1.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade e Ramos*.

207640944

Acordo coletivo de trabalho n.º 8/2014

Acordo coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Direção Regional do Desporto dos Açores e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Preâmbulo

Faça à convicção de que o ganho motivacional dos trabalhadores compensará a redução dos horários de trabalho nos serviços, o presente acordo visa salvaguardar os direitos dos trabalhadores, bem como estabelecer as modalidades de horário nos serviços da Administração Regional.

CAPÍTULO I

Âmbito e Vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

1 — O presente Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos os trabalhadores em exercício de funções no Serviço de Desporto de São Miguel; Serviço de Desporto da Terceira e Serviço de Desporto do Faial, serviços executivos periféricos da Direção Regional do Desporto, doravante designados por Entidade Empregadora Pública, em regime de contrato de trabalho em funções públicas e filiados no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA).

2 — O Acordo aplica-se ainda a todos os trabalhadores da Entidade Empregadora Pública que durante a vigência do mesmo se venham a filiar no STFPSSRA.

3 — Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 350.º do Anexo I (regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, estima-se que serão abrangidos 12 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e vigora pelo prazo de um ano, renovando-se sucessivamente por iguais períodos.

Cláusula 3.ª

Denúncia e sobrevigência

A denúncia e sobrevigência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no RCTFP.

CAPÍTULO II

Duração e Organização do Tempo de Trabalho

Cláusula 4.ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

1 — A duração semanal de trabalho é de 35 (trinta e cinco) horas, distribuídas, em regra, por um período normal de trabalho diário de 7 (sete) horas, podendo ocorrer de segunda a domingo, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior, previstos no presente Acordo.

2 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho extraordinário.

3 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários individualmente acordados.

4 — Tendo em conta a natureza e a complexidade das atividades da Entidade Empregadora Pública e os interesses dos trabalhadores legalmente previstos, são possíveis as seguintes modalidades de trabalho:

- a) Horário flexível
- b) Horário rígido
- c) Horário desfasado
- d) Jornada contínua
- e) Isenção de horário de trabalho

5 — As alterações na organização temporal de trabalho são objeto de negociação com a associação sindical signatária do presente Acordo nos termos da lei.

Cláusula 5.ª

Horário flexível

1 — Horário flexível é a modalidade de horário de trabalho que, fixando um período de presença obrigatória no serviço, permite aos trabalhadores gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 — A sua adoção está sujeita às seguintes regras:

- a) Não pode afetar o regular e eficaz funcionamento dos serviços;
- b) É obrigatório o cumprimento de plataformas fixas da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a quatro horas;

- c) Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho;
- d) O cumprimento da duração do trabalho será aferido mensalmente

3 — A prestação do serviço será efetuada de acordo com o constante no Regulamento Interno.

4 — A interrupção obrigatória de trabalho diário não pode ser inferior a uma hora, nem superior a duas horas.

5 — O cumprimento da duração do trabalho é aferido por referência ao mês, havendo lugar, no final de cada período, a:

- a) Marcação de falta a justificar por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
- b) Atribuição de créditos de horas até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.

6 — Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

7 — Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível devem:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em caso algum, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;
- b) Assegurar a realização e a continuidade das tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
- c) Assegurar a realização do trabalho extraordinário diário que seja determinado pelo superior hierárquico, nos termos previstos nos artigos 158.º a 162.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

8 — A marcação de faltas prevista na alínea a) do n.º 5 é reportada ao último dia ou dias do período de aferição a que o débito respeita.

9 — A atribuição de créditos prevista na alínea b) do n.º 5 é feita no período seguinte àquele que conferiu ao trabalhador o direito à atribuição dos mesmos.

Cláusula 6.ª

Horário rígido

1 — Horário rígido é aquele que, cumprindo em cada dia e semana respetivamente o período normal de trabalho diário e semanal, se reparte diariamente por dois períodos de trabalho, separados por um intervalo de descanso com duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, em que as horas de início e termo de cada período são sempre idênticas e não podem ser unilateralmente alteradas.

2 — O horário rígido decorrerá de acordo com o constante no Regulamento Interno.

Cláusula 7.ª

Horário desfasado

1 — O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado o período normal de trabalho diário, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinado grupo ou grupos de pessoal, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e de saída.

2 — É permitida a prática de horário desfasado nos sectores em que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 — A distribuição dos trabalhadores pelos períodos de trabalho aprovados, compete ao respetivo dirigente intermédio e, uma vez fixados, não podem ser unilateralmente alterados.

Cláusula 8.ª

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um intervalo de descanso não superior a trinta minutos que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário, nunca superior a uma hora.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo dirigente máximo do serviço nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;

- b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;

- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;

- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com o progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;

- e) Trabalhador-estudante;

- f) No interesse do trabalhador, sempre que circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;

- g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

Cláusula 9.ª

Isenção de horário

1 — Os titulares de cargos dirigentes gozam de isenção de horário de trabalho, sem prejuízo da observância do dever geral de assiduidade e do cumprimento da duração semanal de trabalho, nos termos do respetivo estatuto.

2 — Mediante celebração de acordo escrito e demonstrado o interesse e conveniência para o serviço, podem, ainda, gozar de isenção de horário os trabalhadores integrados nas carreiras e categorias de: Técnico Superior e Coordenador Técnico.

3 — Nos casos previstos no número anterior a isenção de horário só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normais de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 140.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

4 — Ao trabalhador que gozar de isenção de horário não podem ser impostas as horas de início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

5 — As partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.

Cláusula 10.ª

Regimes de trabalho específicos

A requerimento do trabalhador, e por despacho do dirigente máximo do serviço, podem ser fixados horários específicos:

- a) Em todas as situações previstas no âmbito da proteção na parentalidade, conforme regime legal aplicável;
- b) Nas situações relativas ao estatuto de Trabalhador-Estudante, conforme lei geral aplicável.

Cláusula 11.ª

Trabalho a tempo parcial

1 — Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.

2 — O trabalho a tempo parcial pode ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo entre o trabalhador e a entidade empregadora.

3 — O trabalho a tempo parcial confere o direito à remuneração base prevista na lei em proporção do respetivo período normal de trabalho.

4 — Têm preferência na admissão ao trabalho em tempo parcial os trabalhadores com responsabilidades familiares, os trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoa com deficiência ou doença crónica e os trabalhadores que frequentem estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 12.ª

Trabalho extraordinário

1 — Considera-se trabalho extraordinário, todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 — Nos casos de isenção de horário de trabalho, considera-se trabalho extraordinário, aquele que excede a duração do período normal de trabalho diário ou semanal.

3 — O trabalho extraordinário pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se tome indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a Entidade Empregadora Pública, carecendo de autorização prévia.

4 — O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho extraordinário salvo, quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

5 — Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador deficiente;
- b) Trabalhadora grávida, puérpera, ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins em linha reta com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;
- c) Trabalhador com doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante;

6 — O trabalho extraordinário está sujeito às regras constantes dos artigos 158.º e seguintes do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e aos seguintes limites:

- a) 150 horas, por ano;
- b) 2 horas, por dia normal de trabalho;
- c) Número de horas igual ao período normal de trabalho em dia de descanso semanal ou feriado.

Cláusula 13.ª

Banco de horas

1 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedece ao disposto nos números seguintes.

2 — A necessidade de prestação de trabalho em acréscimo é comunicada pelo empregador ao trabalhador com uma antecedência mínima de dois dias, salvo se outra for acordada ou em caso de força maior.

3 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e 45 semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

4 — A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante a redução equivalente do tempo de trabalho, a utilizar no decurso do mesmo ano civil, devendo o empregador avisar o trabalhador com dois dias de antecedência, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

5 — A utilização da redução do tempo de trabalho para compensar o trabalho prestado em acréscimo pode ser requerida pelo trabalhador ao empregador, por escrito, com uma antecedência mínima de dois dias.

6 — O empregador só pode recusar o pedido de utilização da redução do tempo de trabalho referido no número anterior por motivo de força maior devidamente justificado.

Cláusula 14.ª

Interrupções e intervalos

1 — Nos termos da lei, são consideradas compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) Inerentes à satisfação de necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) Resultantes do consentimento da Entidade Empregadora Pública.

2 — As autorizações para as interrupções previstas no número anterior devem ser solicitadas ao superior hierárquico, com a antecedência mínima de 24 horas ou, verificando-se a sua impossibilidade, nas 24 horas seguintes.

CAPÍTULO III

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 15.ª

Princípios gerais

1 — Constitui dever da Entidade Empregadora Pública instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à segurança, saúde e higiene no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 — A Entidade Empregadora Pública garante a organização e o funcionamento dos serviços responsáveis pelo exato cumprimento do disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 — A Entidade Empregadora Pública obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança, da higiene e da saúde no trabalho e manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 16.ª

Deveres específicos da Entidade Empregadora Pública

A Entidade Empregadora Pública compromete-se a:

- a) Manter as instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, de forma que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;
- b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;
- c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;
- d) Fornecer aos trabalhadores as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde.

Cláusula 17.ª

Obrigações dos trabalhadores

1 — Constituem obrigações dos trabalhadores:

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pela Entidade Empregadora Pública;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;
- c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pela Entidade Empregadora Pública máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;
- d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;
- f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.

2 — Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.

3 — Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 — As medidas e atividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Cláusula 18.ª

Comissão paritária

1 — As partes outorgantes constituem uma comissão paritária com competência para interpretar e integrar as disposições deste Acordo.

2 — A comissão paritária é composta por quatro elementos, sendo dois a designar pela entidade empregadora pública e dois a designar pelo sindicato outorgante.

3 — Cada parte representada na comissão pode ser assistida por dois assessores, sem direito a voto.

4 — Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das partes indica à outra e à DROAP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos seus representantes.

5 — As partes podem proceder à substituição dos seus representantes mediante comunicação à outra parte e à DROAP, com antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.

6 — A comissão paritária só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros de representantes de cada parte.

7 — As deliberações da comissão paritária tomadas por unanimidade são enviadas à DROAP, para publicitação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.

8 — As reuniões da comissão paritária podem ser convocadas por qualquer das partes, com antecedência não inferior a quinze dias, com indicação de dia, hora e agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.

9 — Das reuniões da comissão paritária são lavradas atas, assinadas na reunião seguinte pelos presentes.

10 — As reuniões da comissão paritária realizam-se nas instalações do respetivo Serviço de Desporto.

11 — As despesas emergentes de funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas respetivas partes.

12 — As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por e-mail com recibo de entrega de notificação.

Cláusula 19.ª

Participação dos trabalhadores

Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 336 do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a afixar no interior do serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada para o efeito reservada pela Entidade Empregadora Pública, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativas à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do serviço.

Cláusula 20.ª

Divulgação do Acordo

A Entidade Empregadora Pública obriga-se a divulgar o presente Acordo a todos os trabalhadores.

Açores, 6 de fevereiro de 2014.

Pela Entidade Empregadora Pública:

Sérgio Humberto Rocha Ávila; Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

Luiz Manuel Fagundes Duarte, Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

António da Silva Gomes, Diretor Regional do Desporto.

Pela Associação Sindical:

João Alberto Bicudo Decq Motta e *António Pedro Inocêncio*, na qualidade de mandatários do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Depositado em 18 de fevereiro de 2014, ao abrigo do artigo 356.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, sob o n.º 11/2014, a fls. 7 do Livro n.º 1.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

207641016

Acordo coletivo de trabalho n.º 9/2014

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Direção Regional das Comunidades da Região Autónoma dos Açores e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

CAPÍTULO I

Âmbito e Vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

1 — O presente Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos os trabalhadores em exercício de funções na Direção Regional das Comunidades, adiante designado por DRC, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, e filiados no Sindicato dos Trabalhadores em Funções

Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas doravante designado (STFPSSRA).

2 — O Acordo aplica-se ainda a todos os trabalhadores da DRC que durante a vigência do mesmo se venham a filiar no STFPSSRA.

3 — Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 350.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, estima-se que serão abrangidos por este Acordo 2 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e vigora pelo prazo de um ano, renovando-se sucessivamente por iguais períodos.

Cláusula 3.ª

Denúncia e sobrevivência

A denúncia e sobrevivência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no RCTFP.

CAPÍTULO II

Duração e Organização do Tempo de Trabalho

Cláusula 4.ª

Período de funcionamento

Entende-se por período de funcionamento o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos ou serviços podem exercer a sua atividade.

Cláusula 5.ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

1 — A duração semanal de trabalho é de 35 (trinta e cinco) horas distribuídas por um período normal de trabalho diário de 7 (sete) horas, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior, previstos no presente acordo.

2 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho extraordinário.

3 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários individualmente acordados.

4 — Tendo em conta a natureza e a complexidade das atividades da DRC e os interesses dos trabalhadores legalmente previstos, uma ou várias das seguintes modalidades de organização temporal de trabalho:

- a) Horário flexível;
- b) Horário rígido;
- c) Horário desfasado;
- d) Jornada contínua;
- e) Isenção de horário de trabalho.

5 — As alterações na organização temporal de trabalho são objeto de negociação com a associação sindical signatária do presente Acordo nos termos da lei.

Cláusula 6.ª

Horário flexível

1 — Horário flexível é a modalidade de horário de trabalho que, fixando um período de presença obrigatória no serviço, permite aos trabalhadores gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 — A sua adoção está sujeita às seguintes regras:

- a) Não pode afetar o regular e eficaz funcionamento dos serviços;
- b) É obrigatório o cumprimento de plataformas fixas da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a quatro horas;
- c) Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho;
- d) O cumprimento da duração do trabalho será aferido mensalmente.

3 — A interrupção obrigatória de trabalho diário não pode ser inferior a uma hora, nem superior a duas horas.

4 — O cumprimento da duração do trabalho é aferido por referência ao mês, havendo lugar, no final de cada período a:

- a) Marcação de falta a justificar por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;

b) Atribuição de créditos de horas até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.

5 — Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

6 — Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho, devem:

a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;

b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;

c) Assegurar a realização do trabalho extraordinário diário que lhe seja determinada pelo superior hierárquico, nos termos previstos nos artigos 158.º a 162.º do Anexo (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 7.ª

Horário rígido

Horário rígido é aquele que, cumprindo em cada dia e semana respetivamente o período normal de trabalho diário e semanal, se reparte diariamente por dois períodos de trabalho, separados por um intervalo de descanso com duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, em que as horas de início e termo de cada período são sempre idênticas e não podem ser unilateralmente alteradas.

Cláusula 8.ª

Horário desfasado

1 — O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado o período normal de trabalho diário, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinado grupo ou grupos de pessoal, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e de saída.

2 — É permitida a prática de horário desfasado nos setores em que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 — A distribuição dos trabalhadores pelos períodos de trabalho aprovados, compete ao respetivo dirigente intermédio e, uma vez fixados, não podem ser unilateralmente alterados.

Cláusula 9.ª

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um intervalo de descanso não superior a trinta minutos que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário, nunca superior a uma hora.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo dirigente máximo do serviço nos seguintes casos:

a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;

b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;

c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;

d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com o progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;

e) Trabalhador-estudante;

f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;

g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

Cláusula 10.ª

Isenção de horário

1 — Os titulares de cargos dirigentes gozam de isenção de horário de trabalho, sem prejuízo da observância do dever geral de assiduidade e do cumprimento da duração semanal de trabalho, nos termos do respetivo estatuto.

2 — Mediante celebração de acordo escrito e demonstrado o interesse e conveniência para o serviço, podem, ainda, gozar de isenção de horário os trabalhadores integrados nas carreiras e categorias de Técnico Superior e Coordenador Técnico.

3 — Nos casos previstos no número anterior a isenção de horário só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normais de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 140.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

4 — Ao trabalhador que gozar de isenção de horário não podem ser impostas as horas de início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

5 — As partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.

Cláusula 11.ª

Regimes de trabalho específicos

A requerimento do trabalhador, e por despacho do dirigente máximo do serviço, podem ser fixados horários específicos:

a) Em todas as situações previstas no âmbito da proteção da parentalidade, conforme regime legal aplicável;

b) Quando se trate da situação prevista no artigo 8.º-B (trabalhador-estudante) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 12.ª

Trabalho a tempo parcial

1 — Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.

2 — O trabalho a tempo parcial pode ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo entre o trabalhador e a DRC.

3 — O trabalho a tempo parcial confere o direito à remuneração base prevista na lei em proporção do respetivo período normal de trabalho.

4 — Têm preferência na admissão ao trabalho em tempo parcial, os trabalhadores com responsabilidades familiares, os trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoa com deficiência ou doença crónica e os trabalhadores que frequentem estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 13.ª

Trabalho extraordinário

1 — Considera-se trabalho extraordinário, todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 — Nos casos de isenção de horário de trabalho considera-se trabalho extraordinário aquele que excede a duração do período normal de trabalho diário ou semanal.

3 — O trabalho extraordinário pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a DRC, carecendo de autorização prévia.

4 — O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho extraordinário salvo, quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

5 — Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

a) Trabalhador deficiente;

b) Trabalhadora grávida, puérpera, ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins em linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;

c) Trabalhador com doença crónica;

d) Trabalhador-estudante.

6 — O trabalho extraordinário está sujeito às regras constantes dos artigos 158.º e seguintes do RCTFP e aos seguintes limites:

a) 150 horas, por ano, não podendo, contudo, o prestado em dia de descanso semanal ou feriado, exceder 5 dias por ano;

b) 2 horas, por dia normal de trabalho;

c) Número de horas igual ao período normal de trabalho em dia de descanso semanal ou feriado.

Cláusula 14.ª

Banco de horas

1 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedece ao disposto nos números seguintes.

2 — A necessidade de prestação de trabalho em acréscimo é comunicada pelo empregador ao trabalhador com uma antecedência mínima de dois dias, salvo se outra for acordada ou em caso de força maior.

3 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e 45 semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

4 — A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante a redução equivalente do tempo de trabalho, a utilizar no decurso do mesmo ano civil, devendo o empregador avisar o trabalhador com dois dias de antecedência, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

5 — A utilização da redução do tempo de trabalho para compensar o trabalho prestado em acréscimo pode ser requerida pelo trabalhador ao empregador, por escrito, com uma antecedência mínima de dois dias.

6 — O empregador só pode recusar o pedido de utilização da redução do tempo de trabalho referido no número anterior por motivo de força maior devidamente justificado.

Cláusula 15.ª

Interrupções e intervalos

1 — Nos termos da lei, são consideradas compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) Inerentes à satisfação das necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) Resultantes do consentimento da entidade empregadora pública.

2 — A autorização, para as interrupções previstas no número anterior, devem ser solicitadas ao superior hierárquico, com a antecedência mínima de 24 horas ou, verificando-se a sua impossibilidade, nas 24 horas seguintes.

CAPÍTULO III

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 16.ª

Princípios gerais

1 — Constitui dever da Entidade Empregadora Pública instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à segurança, saúde e higiene no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 — A Entidade Empregadora Pública garante a organização e o funcionamento dos serviços responsáveis pelo exato cumprimento no disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 — A Entidade Empregadora Pública obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança, da higiene e saúde no trabalho e manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 17.ª

Deveres específicos da Entidade Empregadora Pública

A Entidade Empregadora Pública compromete-se a:

- a) Manter as instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, de forma que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;
- b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;
- c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;
- d) Fornecer aos trabalhadores as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde.

Cláusula 18.ª

Obrigações dos trabalhadores

1 — Constituem obrigações dos trabalhadores:

- a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pela Entidade Empregadora Pública;
- b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;

c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pela Entidade Empregadora Pública máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;

d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;

e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;

f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.

2 — Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.

3 — Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 — As medidas e atividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposos das respetivas obrigações.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Cláusula 19.ª

Comissão paritária

1 — As partes outorgantes constituem uma comissão paritária com competência para interpretar e integrar as disposições deste acordo.

2 — A comissão paritária é composta por quatro elementos, sendo dois a designar pela entidade empregadora pública e dois a designar pelos sindicatos outorgantes.

3 — Cada parte representada na comissão pode ser assistida por dois assessores, sem direito a voto.

4 — Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das partes indica à outra e à DROAP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos seus representantes.

5 — As partes podem proceder à substituição dos seus representantes mediante comunicação à outra parte e à DROAP, com antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.

6 — A comissão paritária só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros representantes de cada parte.

7 — As deliberações da comissão paritária tomadas por unanimidade são enviadas à DROAP, para publicitação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.

8 — As reuniões da comissão paritária podem ser convocadas por qualquer das partes, com antecedência não inferior a quinze dias, com indicação do dia, hora e agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.

9 — As reuniões da comissão paritária realizam-se nas instalações dos serviços da DRC.

10 — As despesas emergentes de funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas partes.

11 — As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 20.ª

Participação dos trabalhadores

Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 336.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a afixar no interior do serviço ou na página da intranet, em local e área apropriada para o efeito reservada pelos serviços da DRC, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativas à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do serviço.

Cláusula 21.ª

Divulgação do Acordo

A DRC obriga-se a divulgar o presente Acordo a todos os trabalhadores.

Angra do Heroísmo, 5 de fevereiro de 2014.

Pela Entidade Empregadora Pública:

Sérgio Humberto Rocha de Ávila, Vice-Presidente do Governo Regional.

Rodrigo Vasconcelos de Oliveira, Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas.

Paulo César Câmara Teves, Diretor Regional das Comunidades.

Pela Associação Sindical:

João Alberto Bicudo Decq Motta e *António Pedro Inocêncio*, na qualidade de mandatários do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Depositado em 18 de fevereiro de 2014, ao abrigo do artigo 356.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, sob o n.º 10/2014, a fls. 7 do Livro n.º 1.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

207640911

Acordo coletivo de trabalho n.º 10/2014

Acordo coletivo de entidade empregadora pública celebrado entre a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, e o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Âmbito e Vigência

Cláusula 1.ª

Âmbito

1 — O presente Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, abreviadamente designado por Acordo, aplica-se a todos os trabalhadores em exercício de funções na Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, doravante USI da Graciosa em regime de contrato de trabalho em funções públicas, com exceção dos trabalhadores inseridos nas carreiras específicas da saúde, e filiados no Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas doravante designado STFPSSRA.

2 — O Acordo aplica-se ainda a todos os trabalhadores da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa que durante a vigência do mesmo se venham a filiar no STFPSSRA.

3 — Para cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 350.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, estima-se que serão abrangidos por este Acordo 12 trabalhadores.

Cláusula 2.ª

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e vigora pelo prazo de um ano, renovando-se sucessivamente por iguais períodos.

Cláusula 3.ª

Denúncia e sobrevivência

A denúncia e sobrevivência deste Acordo seguem os trâmites legais previstos no RCTFP.

CAPÍTULO II**Duração e Organização do Tempo de Trabalho**

Cláusula 4.ª

Período de funcionamento

Entende-se por período de funcionamento o intervalo de tempo diário durante o qual os órgãos ou serviços podem exercer a sua atividade.

Cláusula 5.ª

Período normal de trabalho e sua organização temporal

1 — A duração semanal de trabalho é de 35 (trinta e cinco) horas distribuídas por um período normal de trabalho diário de 7 (sete) horas, de segunda a domingo, sem prejuízo da existência de regimes legalmente estabelecidos de duração semanal inferior, previstos no presente acordo.

2 — Os trabalhadores não podem prestar mais de cinco horas consecutivas de trabalho e, em qualquer caso, mais do que nove horas por cada dia de trabalho, incluindo nestas a duração do trabalho extraordinário.

3 — A entidade empregadora pública não pode alterar unilateralmente os horários individualmente acordados.

4 — Tendo em conta a natureza e a complexidade das atividades da DROAP e os interesses dos trabalhadores legalmente previstos, podem ser adotados uma ou várias das seguintes modalidades de organização temporal de trabalho:

- a) Horário flexível;
- b) Horário rígido;
- c) Horário desfasado;
- d) Jornada contínua;
- e) Isenção de horário de trabalho;
- f) Turnos.

5 — As alterações na organização temporal de trabalho são objeto de negociação com a associação sindical signatária do presente Acordo nos termos da lei.

Cláusula 6.ª

Horário flexível

1 — Horário flexível é a modalidade de horário de trabalho que, fixando um período de presença obrigatória no serviço, permite aos trabalhadores gerir os seus tempos de trabalho, escolhendo as horas de entrada e de saída.

2 — A sua adoção está sujeita às seguintes regras:

- a) Não pode afetar o regular e eficaz funcionamento dos serviços;
- b) É obrigatório o cumprimento de plataformas fixas da parte da manhã e da parte da tarde, as quais não podem ter, no seu conjunto, duração inferior a quatro horas;
- c) Não podem ser prestadas, por dia, mais de nove horas de trabalho;
- d) O cumprimento da duração do trabalho será aferido mensalmente.

3 — A interrupção obrigatória de trabalho diário não pode ser inferior a uma hora, nem superior a duas horas.

4 — O cumprimento da duração do trabalho é aferido por referência ao mês, havendo lugar, no final de cada período a:

- a) Marcação de falta a justificar por cada período igual ou inferior à duração média diária do trabalho;
- b) Atribuição de créditos de horas até ao máximo de período igual à duração média diária do trabalho.

5 — Relativamente aos trabalhadores portadores de deficiência, o débito de horas apurado no final de cada um dos períodos de aferição pode ser transposto para o período imediatamente seguinte e nele compensado, desde que não ultrapasse o limite de dez horas para o período do mês.

6 — Sem prejuízo do disposto no presente Acordo, os trabalhadores sujeitos ao cumprimento de horário flexível e em contrapartida do direito de gestão individual do horário de trabalho, devem:

- a) Cumprir as tarefas programadas e em curso, dentro dos prazos superiormente fixados, não podendo, em todo o caso, a flexibilidade ditada pelas plataformas móveis originar, em caso algum, inexistência de pessoal que assegure o normal funcionamento dos serviços;
- b) Assegurar a realização e a continuidade de tarefas urgentes, de contactos ou de reuniões de trabalho, mesmo que tal se prolongue para além dos períodos de presença obrigatória;
- c) Assegurar a realização do trabalho extraordinário diário que lhe seja determinada pelo superior hierárquico, nos termos previstos nos artigos 158.º a 162.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 7.ª

Horário rígido

Horário rígido é aquele que, cumprindo em cada dia e semana respetivamente o período normal de trabalho diário e semanal, se reparte diariamente por dois períodos de trabalho, separados por um intervalo de descanso com duração mínima de uma hora e máxima de duas horas, em que as horas de início e termo de cada período são sempre idênticas e não podem ser unilateralmente alteradas.

Cláusula 8.ª

Horário desfasado

1 — O horário desfasado é aquele que, embora mantendo inalterado o período normal de trabalho diário, permite estabelecer serviço a serviço ou para determinado grupo ou grupos de pessoal, e sem possibilidade de opção, horas fixas diferentes de entrada e de saída.

2 — É permitida a prática de horário desfasado nos setores em que, pela natureza das suas funções, seja necessária uma assistência permanente a outros serviços, com períodos de funcionamento muito dilatados.

3 — A distribuição dos trabalhadores pelos períodos de trabalho aprovados, compete ao dirigente máximo do serviço, com faculdade de delegação no dirigente intermédio e, uma vez fixados, não podem ser unilateralmente alterados.

Cláusula 9.ª

Jornada contínua

1 — A jornada contínua consiste na prestação ininterrupta de trabalho, salvo um intervalo de descanso não superior a trinta minutos que, para todos os efeitos, se considera tempo de trabalho.

2 — A jornada contínua deve ocupar, predominantemente, um dos períodos do dia e determinar uma redução do período normal de trabalho diário, nunca superior a uma hora, a fixar no regulamento de horários de trabalho.

3 — A jornada contínua pode ser autorizada pelo dirigente máximo do serviço nos seguintes casos:

- a) Trabalhador progenitor com filhos até à idade de 12 anos, ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica;
- b) Trabalhador adotante, nas mesmas condições dos trabalhadores progenitores;
- c) Trabalhador que, substituindo-se aos progenitores, tenha a seu cargo neto com idade inferior a 12 anos;
- d) Trabalhador adotante, ou tutor, ou pessoa a quem foi deferida a confiança judicial ou administrativa do menor, bem como o cônjuge ou a pessoa em união de facto com qualquer daqueles ou com o progenitor, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o menor;
- e) Trabalhador-estudante;
- f) No interesse do trabalhador, sempre que outras circunstâncias relevantes, devidamente fundamentadas o justifiquem;
- g) No interesse do serviço, quando devidamente fundamentado.

Cláusula 10.ª

Isenção de horário

1 — Os titulares de cargos dirigentes gozam de isenção de horário de trabalho, sem prejuízo da observância do dever geral de assiduidade e do cumprimento da duração semanal de trabalho, nos termos do respetivo estatuto.

2 — Mediante celebração de acordo escrito e demonstrado o interesse e conveniência para o serviço, podem, ainda, gozar de isenção de horário os trabalhadores integrados nas carreiras e categorias de: Técnico Superior, Coordenador Técnico e Encarregado Geral Operacional.

3 — Nos casos previstos no número anterior a isenção de horário só pode revestir a modalidade da observância dos períodos normais de trabalho acordados, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 140.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

4 — Ao trabalhador que gozar de isenção de horário não podem ser impostas as horas de início e do termo do período normal de trabalho diário, bem como os intervalos de descanso.

5 — As partes podem fazer cessar o regime de isenção, nos termos do acordo que o institua.

Cláusula 11.ª

Trabalho por Turnos

O trabalho por turnos é aquele em que, por necessidade do regular e normal funcionamento do serviço, há lugar à prestação de trabalho em períodos diários sucessivos, sendo cada um de duração não inferior à duração média do trabalho.

Cláusula 12.ª

Regimes de trabalho específicos

A requerimento do trabalhador, e por despacho do dirigente máximo do serviço, podem ser fixados horários específicos:

- a) Em todas as situações previstas no âmbito da proteção da parentalidade, conforme regime legal aplicável;
- b) Quando se trate da situação prevista no artigo 8.º-B (trabalhador-estudante) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Cláusula 13.ª

Trabalho a tempo parcial

1 — Considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado a tempo completo.

2 — O trabalho a tempo parcial pode ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal, devendo o número de dias de trabalho ser fixado por acordo entre o trabalhador e a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa.

3 — O trabalho a tempo parcial confere o direito à remuneração base prevista na lei em proporção do respetivo período normal de trabalho.

4 — Têm preferência na admissão ao trabalho em tempo parcial os trabalhadores com responsabilidades familiares, os trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, pessoa com deficiência ou doença crónica e os trabalhadores que frequentem estabelecimentos de ensino médio ou superior.

Cláusula 14.ª

Trabalho extraordinário

1 — Considera-se trabalho extraordinário, todo aquele que é prestado fora do horário de trabalho.

2 — Nos casos de isenção de horário de trabalho considera-se trabalho extraordinário aquele que excede a duração do período normal de trabalho diário ou semanal.

3 — O trabalho extraordinário pode ser prestado quando se destine a fazer face a acréscimos eventuais e transitórios de trabalho, que não justifiquem a admissão de trabalhador, ou em casos de força maior, ou ainda quando se torne indispensável para prevenir ou reparar prejuízos graves para a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, carecendo de autorização prévia.

4 — O trabalhador é obrigado à prestação de trabalho extraordinário salvo, quando havendo motivos atendíveis, expressamente solicite a sua dispensa.

5 — Não estão sujeitos à obrigação estabelecida no número anterior os trabalhadores nas seguintes condições:

- a) Trabalhador deficiente;
- b) Trabalhadora grávida, puerpera, ou lactante e trabalhador com filhos ou descendentes ou afins em linha reta ou adotados com idade inferior a 12 anos ou portadores de deficiência;
- c) Trabalhador com doença crónica;
- d) Trabalhador-estudante.

6 — O trabalho extraordinário está sujeito às regras constantes dos artigos 158.º e seguintes do RCTFP e aos seguintes limites:

- a) 150 horas, por ano;
- b) 2 horas, por dia normal de trabalho.
- c) Número de horas igual ao período normal de trabalho em dia de descanso semanal ou feriado.

Cláusula 15.ª

Banco de horas

1 — Por acordo entre o empregador e o trabalhador, pode ser instituído um regime de banco de horas, em que a organização do tempo de trabalho obedece ao disposto nos números seguintes.

2 — A necessidade de prestação de trabalho em acréscimo é comunicada pelo empregador ao trabalhador com uma antecedência mínima de dois dias, salvo se outra for acordada ou em caso de força maior.

3 — O período normal de trabalho pode ser aumentado até duas horas diárias e 45 semanais, tendo o acréscimo por limite 200 horas por ano.

4 — A compensação do trabalho prestado em acréscimo é feita mediante a redução equivalente do tempo de trabalho, a utilizar no decurso do mesmo ano civil, devendo o empregador avisar o trabalhador com dois dias de antecedência, salvo caso de força maior devidamente comprovado.

5 — A utilização da redução do tempo de trabalho para compensar o trabalho prestado em acréscimo pode ser requerida pelo trabalhador ao empregador, por escrito, com uma antecedência mínima de dois dias.

6 — O empregador só pode recusar o pedido de utilização da redução do tempo de trabalho referido no número anterior por motivo de força maior devidamente justificado.

Cláusula 16.ª

Interrupções e intervalos

1 — Nos termos da lei, são consideradas compreendidas no tempo de trabalho as interrupções ocasionais no período de trabalho diário:

- a) Inerentes à satisfação das necessidades pessoais inadiáveis do trabalhador;
- b) Resultantes do consentimento da entidade empregadora pública.

2 — A autorização, para as interrupções previstas no número anterior, devem ser solicitadas ao superior hierárquico, com a antecedência mínima de 24 horas ou, verificando-se a sua impossibilidade, nas 24 horas seguintes.

CAPÍTULO III

Segurança, higiene e saúde no trabalho

Cláusula 17.ª

Princípios gerais

1 — Constitui dever da Entidade Empregadora Pública instalar os trabalhadores em boas condições nos locais de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à segurança, saúde e higiene no trabalho e prevenção de doenças profissionais.

2 — A Entidade Empregadora Pública garante a organização e o funcionamento dos serviços responsáveis pelo exato cumprimento no disposto no número anterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

3 — A Entidade Empregadora Pública obriga-se a cumprir a legislação em vigor em matéria de prevenção da segurança, da higiene e saúde no trabalho e manter os trabalhadores informados sobre as normas correspondentes.

Cláusula 18.ª

Deveres específicos da Entidade Empregadora Pública

A Entidade Empregadora Pública compromete-se a:

a) Manter as instalações, equipamentos e locais de trabalho em condições de higiene e segurança, conforme as disposições legais em vigor, de forma que os trabalhadores se encontrem protegidos contra riscos de acidentes e doenças profissionais;

b) Instruir os trabalhadores quanto aos riscos que comportam as respetivas ocupações e às precauções a tomar;

c) Promover a colaboração de todo o pessoal na realização e manutenção das melhores condições possíveis de segurança, higiene e saúde;

d) Fornecer aos trabalhadores as normas legais, convencionais e regulamentares sobre prevenção de segurança, higiene e saúde.

Cláusula 19.ª

Obrigações dos trabalhadores

1 — Constituem obrigações dos trabalhadores:

a) Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis e as instruções determinadas com esse fim pela Entidade Empregadora Pública;

b) Zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afetadas pelas suas ações ou omissões no trabalho;

c) Utilizar corretamente, e segundo as instruções transmitidas pela Entidade Empregadora Pública máquinas, aparelhos, instrumentos, substâncias perigosas e outros equipamentos de proteção coletiva e individual, bem como cumprir os procedimentos de trabalho estabelecidos;

d) Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;

e) Comunicar imediatamente ao superior hierárquico as avarias e deficiências por si detetadas que se lhes afigurem suscetíveis de originarem perigo grave e eminente, assim como qualquer defeito verificado nos sistemas de proteção;

f) Em caso de perigo grave e eminente, não sendo possível estabelecer contacto imediato com o superior hierárquico, adotar as medidas e instruções estabelecidas para tal situação.

2 — Os trabalhadores não podem ser prejudicados por causa dos procedimentos adotados na situação referida na alínea f) do número anterior, nomeadamente em virtude de, em caso de perigo grave e eminente que não possa ser evitado, se afastarem do seu posto de trabalho ou de uma área perigosa, ou tomarem medidas para a sua própria segurança ou a de terceiros.

3 — Se a conduta do trabalhador tiver contribuído para originar a situação de perigo, o disposto no número anterior não prejudica a sua responsabilidade, nos termos gerais.

4 — As medidas e atividades relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho não implicam encargos financeiros para os trabalhadores, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar e civil emergente do incumprimento culposo das respetivas obrigações.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Cláusula 20.ª

Comissão paritária

1 — As partes outorgantes constituem uma comissão paritária com competência para interpretar e integrar as disposições deste acordo.

2 — A comissão paritária é composta por quatro elementos, sendo dois a designar pela entidade empregadora pública e dois a designar pelos sindicatos outorgantes.

3 — Cada parte representada na comissão pode ser assistida por dois assessores, sem direito a voto.

4 — Para efeitos da respetiva constituição, cada uma das partes indica à outra e à DROAP, no prazo de 30 dias após a publicação deste Acordo, a identificação dos seus representantes.

5 — As partes podem proceder à substituição dos seus representantes mediante comunicação à outra parte e à DROAP, com antecedência de quinze dias sobre a data em que a substituição produz efeitos.

6 — A comissão paritária só pode deliberar desde que estejam presentes metade dos membros representantes de cada parte.

7 — As deliberações da comissão paritária tomadas por unanimidade são enviadas à DROAP, para publicitação, passando a constituir parte integrante deste Acordo.

8 — As reuniões da comissão paritária podem ser convocadas por qualquer das partes, com antecedência não inferior a quinze dias, com indicação do dia, hora e agenda pormenorizada dos assuntos a serem tratados e respetiva fundamentação.

9 — As reuniões da comissão paritária realizam-se nas instalações dos serviços da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa.

10 — As despesas emergentes de funcionamento da comissão paritária são suportadas pelas partes.

11 — As comunicações e convocatórias previstas nesta cláusula são efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 21.ª

Participação dos trabalhadores

Os delegados sindicais têm direito, nos termos previstos no artigo 336.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a afixar no interior do serviço ou na página da *intranet*, em local e área apropriada para o efeito reservada pelos serviços da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, textos, convocatórias, comunicações ou informações relativas à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores, bem como proceder à sua distribuição, sem prejuízo, em qualquer dos casos, do normal funcionamento do serviço.

Cláusula 22.ª

Divulgação do Acordo

A Unidade de Saúde da Ilha Graciosa obriga-se a divulgar o presente Acordo a todos os trabalhadores.

Angra do Heroísmo, 31 de janeiro de 2014.

Pela Entidade Empregadora Pública:

Sérgio Humberto Rocha de Ávila; Vice-Presidente do Governo Regional.

Luís Mendes Cabral, Secretário Regional da Saúde.

Carla Alexandra Bettencourt Medeiros, Presidente da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa.

Pela Associação Sindical:

João Alberto Bicudo Decq Motta e *António Pedro Inocêncio*, na qualidade de mandatários do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas.

Depositado em 18 de fevereiro de 2014, ao abrigo do artigo 356.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, sob o n.º 12/2014, a fls. 8 do Livro n.º 1.

21 de fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750
